

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Luiz Felipe Lampreia (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

LUIZ FELIPE LAMPREIA
(depoimento, 2008)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Marly Silva da Motta; Matias Spektor

levantamento de dados: Marly Silva da Motta; Matias Spektor

pesquisa e elaboração do roteiro: Marly Silva da Motta; Matias Spektor

técnico de gravação: Marco Dreer Buarque

transcrição: Lia Carneiro da Cunha e Maria Izabel Cruz Bitar

conferência de fidelidade: Lucas Corrêa e Mariana Franco Lopes

sumário: Lucas Corrêa e Mariana Franco Lopes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 16/01/2008 a 10/07/2008

duração: 14h 47min

fitas Minidv: 18

páginas: 280

Entrevista realizada no contexto do projeto "Luiz Felipe Lampreia", desenvolvido com financiamento da Souza Cruz, através da Lei Rouanet de incentivo fiscal do Ministério da Cultura, entre julho de 2008 e junho de 2009. O projeto visa à constituição de um banco de entrevistas audiovisuais com o ministro Luiz Felipe Lampreia e pessoas indicadas por ele, além de completar o tratamento técnico do seu arquivo pessoal, doado ao CPDOC. A escolha do entrevistado se justifica por sua atuação como Ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001).

Temas: Abertura política, Acordo Nuclear Brasil - Alemanha (1975), Afonso Arinos de Melo Franco, África, América Latina, Angola, Anos 1970, Antiamericanismo, Antônio Azeredo da Silveira, Área de Livre Comércio das Américas, Argentina, Ato Institucional, 5 (1968), Bolívia, Bomba atômica, Brasil, Carlos Menem, Carreira diplomática, Celso Lafer, Comissão Econômica para a América Latina, Conflitos internacionais, Conselho de Segurança da ONU, Costa e Silva, Cuba, Desarmamento, Diplomacia, Ditadura, Dívida externa, Economia, Embraer, Energia nuclear, Ernesto Geisel, Estados Unidos, Evandro Lins e Silva, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, Força Interamericana de Paz, França, Golbery do Couto e Silva, Golpe de 1964, Governo Ernesto Geisel (1974-1979), Governo Fernando Collor (1990-1992), Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), Governo Itamar Franco (1993-1994), Governo João Figueiredo (1979-1985), Governo José Sarney (1985-1989), Governos militares (1964-1985), Guerra do Iraque, Guerra Fria, Henry Kissinger, Impeachment de Collor, Instituto Brasileiro de Café, Instituto Rio Branco, Itaipú Binacional, Jayme Azevedo Rodrigues, Jimmy Carter, João Augusto de Araújo Castro, João Batista Figueiredo, João Sayad, José Serra, José Sarney, José Sette Câmara, Juraci Magalhães, Mercosul, Militares, Ministério das Relações Exteriores, Neoliberalismo, Organização das Nações Unidas, Palácio do Itamaraty, Petrobras, Política externa, Raul Alfonsín, Redemocratização, San Tiago Dantas, Saraiva Guerreiro, Sebastião do Rego Barros, Segunda Guerra Mundial, Sérgio

Armando Frazão, Serviço Nacional de Informações, Sociologia, Suriname, Tancredo Neves, Tratado de Cooperação Amazônica, Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA), União Europeia, União Soviética, Vasco Leitão da Cunha, Venezuela.

Sumário

1ª entrevista: 16.01.2008

Arquivo em áudio 1: Origens familiares: a vinda de sua família para o Brasil no início do século XX; a relação de seus familiares com cargos públicos; a importância de ser filho de um diplomata na escolha de sua profissão; comentários sobre os estudos do primário realizados em Roma; o retorno ao Brasil em 1951 e o curso do ginásio no colégio Andrews; a volta para a França em 1955; relato das experiências vividas no Colégio Cours Saint-Louis; referência às conversas acerca do contexto político do Brasil, à época; o retorno para o Rio de Janeiro e para o colégio Andrews em 1957; a escolha pelo curso de Sociologia na PUC-Rio; explicações sobre o não envolvimento com política partidária, neste período; Vasco Leitão da Cunha, Antônio Azeredo da Silveira, Jayme Azevedo Rodrigues e Sérgio Armando Frazão como referenciais; o trancamento da faculdade de Sociologia e o processo de estudos para o concurso do Instituto Rio Branco em 1962; comentários sobre professores marcantes e o ambiente de participação política na sua turma do Instituto; a escolha de San Tiago Dantas para o papel de paraninfo da turma na ocasião da formatura; menção à decepção causada com a saída de Evandro Lins e Silva do Itamaraty, que fora ser ministro do Supremo; considerações a respeito da personalidade de Araújo Castro; referência à sua relação distante com diplomatas amigos de seu pai, como o Azeredo Silveira, Frazão e Vasco da Cunha, e ao grau de hierarquia existente no Itamaraty; a autonomia de escolha devido a sua classificação no concurso e a opção por trabalhar com Jayme Azevedo Rodrigues, da ala mais radical da Política Externa Independente; o grupo formado em torno deste último: a “turma do Bardahl” – apelidado por Araújo Castro; referência às posições de Castro e Azeredo da Silveira com relação à Política Externa Independente; o impacto do golpe de 64 no “grupo do Bardahl”; relato de sua experiência do dia 31 de março de 1964.....pp. 1-30.

Arquivo em áudio 2: A demissão de Jayme Azevedo Rodrigues e a situação de Antônio Azeredo da Silveira após o golpe de 1964; a mudança para a área de produtos de base, mais especificamente do café, dentro da divisão econômica do Itamaraty; comentários acerca da situação do mercado do café na economia brasileira; observações a respeito da relação do Instituto Brasileiro de Café (IBC) com o Itamaraty; relato da inserção de Silveira na esfera política: a campanha, efetuada por este, contra a postura do governo brasileiro e à Força Interamericana de Paz quando da invasão à República Dominicana (1965); referência à Conferência Interamericana no Rio de Janeiro, realizada em setembro deste mesmo ano; comentários acerca de um certo ressentimento dos militares com relação à negligência dos Estados Unidos ao Brasil, após a Segunda Guerra Mundial; considerações a respeito da política externa brasileira e a opção por uma postura de não-intervenção nos países vizinhos; a relação de trabalho com Azeredo da Silveira; a ida deste para Genebra e a opção, do entrevistado, de permanecer no Rio de Janeiro; breve comentário acerca da decepção com a experiência na ONU; opinião com relação ao José Sette Câmara; menção às atividades efetuadas na ONU, onde ocupou o cargo de segundo-secretário; observações sobre a vida em Nova Iorque; avaliação da substituição de Vasco Leitão da Cunha por Juraci Magalhães no cargo de ministro das Relações Exteriores, em 1966; a preparatória

para a II Unctad e o alinhamento do Brasil ao Grupo dos 77; a escolha por “ministros de carreira” para o cargo de ministro das Relações Exteriores durante a ditadura militar no Brasil; a opção de ir para Genebra, trabalhar com Silveira, na área de desarmamento; referência à resistência do Brasil e, especialmente do Silveira, ao Tratado de Não Proliferação Nuclear; comentários acerca de suas atividades em Genebra: o trabalho na área de convênios de produto de base e na área de desarmamento; considerações a respeito da Comissão de Desarmamento, fundada durante a Guerra Fria, e a ausência de conflitos entre as superpotências neste local.....pp. 30-49.

2ª Entrevista: 29.01.2008

Arquivo em áudio 3: O trabalho com Antônio Azeredo da Silveira na embaixada brasileira em Genebra e a participação no grupo que discutia a projeção do Brasil nos anos 2000; as duas correntes que existiam neste grupo: uma, encabeçada por Sérgio Paulo Rouanet e a outra - da qual fazia parte o entrevistado; opinião com relação à *deténie*: uma oportunidade de flexibilizar o mercado internacional; breve comentário acerca do impacto do AI-5 em Genebra; menção ao confronto entre Silveira e José de Magalhães Pinto, após o retorno do primeiro ao Brasil; impressões acerca do embaixador Sérgio Armando Frazão e a sua participação na negociação de produtos de base em Genebra; o crescimento econômico do Brasil na década de 70; o retorno ao Rio de Janeiro, em 1972, para trabalhar em um banco de investimentos (Bansulvest); a volta para o Itamaraty, cerca de seis meses depois, para atuar nas negociações envolvendo o petróleo; observações acerca do mercado mundial de petróleo e a posição da Petrobrás neste contexto; considerações a respeito das repercussões da crise do petróleo no Brasil; as negociações entre a Petrobrás e o Iraque, que resultaram em um contrato favorável ao Brasil; a relação de amizade com o governo da Arábia Saudita e a inclusão, por este, do Brasil na lista dos países isentos ao boicote; a recusa do presidente Ernesto Geisel de compra dos ativos da Cabinda Gulf Oil Company, que atuava na Nigéria, em 1974; o convite, efetuado por Geisel, para Silveira ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores; referência à existência de informações negativas referentes ao Silveira no Serviço Nacional de Informações (SNI); as primeiras iniciativas de Silveira no novo cargo: a modificação da postura do governo brasileiro no Oriente Médio e na África.....pp. 49-67.

Arquivo em áudio 4: A mudança de postura do Brasil com relação à África: a tentativa de se dissociar da política portuguesa; breve comentário sobre as impressões de Ernesto Geisel acerca de Antônio Azeredo da Silveira; menção às visões de ambos com relação aos Estados Unidos: a necessidade de um diálogo com este país; a questão do reconhecimento da independência de Angola (1975) pelo Brasil e a reação dos Estados Unidos; referência à ideia defendida por Silveira, de que o Brasil deveria ser mais participativo no cenário internacional, deixando de preocupar-se apenas com os EUA; observações acerca da estratégia de Silveira no que diz respeito a Argentina: o caso da hidrelétrica de Itaipu; o trabalho como assessor econômico de Silveira e a promoção a conselheiro, em 1975; a ampliação da carreira de diplomata durante a permanência de Silveira como ministro das Relações Exteriores (1975-1979); menção aos integrantes da equipe de Silveira: Luiz Souto Maior, Odilon Penteado e José Nogueira Filho; a relação de Golbery do Couto e Silva com Silveira e Geisel; a liberdade concedida por Silveira ao entrevistado e a outros jovens

diplomatas que trabalhavam com ele; as transformações no mundo, em meados dos anos 70, e o papel de Silveira como condutor do Brasil neste novo contexto; breve comentário sobre a participação nas Assembléias Gerais da ONU; a relação de sintonia entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger; o problema ocasionado pela indicação de Carlos Alberto Fontoura por Mario Gibson e a dura reação de Silveira com Mario Soares, ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal; impressões acerca de Mario Soares e as relações entre Brasil e Portugal nos anos 70; comentários sobre as posições divergentes de Silveira e Kissinger em torno da Teoria dos Dominós, defendida pelo segundo; a intensificação da tensão nas relações entre Brasil e Argentina durante a gestão Silveira; menção às diferenças entre a ditadura chilena, instaurada por Augusto Pinochet, e a brasileira, representada por Geisel, neste momento; o investimento do Brasil em demais países vizinhos durante o governo Geisel: o caso de Itaipu e o interesse do Brasil pelo gás boliviano; os primeiros contatos do Brasil com a Bolívia, após o início do mandato do ex-presidente Hugo Banzer, em 1971; referência às dificuldades que impossibilitaram estes dois países chegarem a um acordo; a importância do acordo nuclear estabelecido com a Alemanha (1975): a afirmação de ambos países frente ao Estados Unidos; as pressões deste país, a partir do governo Jimmy Carter, para que o Brasil desistisse deste projeto; os principais objetivos do acordo: o aspecto energético e o diplomático; menção ao desejo da Argentina, governada por Rafael Videla, de possuir bomba atômica; a ameaça argentina e a defesa de alguns brasileiros, liderados pelo general Leônidas Gonçalves, da confecção da bomba no Brasil; opinião com relação a produção de uma bomba atômica no país; a necessidade de desviar recursos de áreas mais importantes e a descrença em um confronto militar com a Argentina.....p. 68-89.

3ª Entrevista: 14.02.2008

Arquivo em áudio 5: A nomeação de Oscar Camilión como embaixador da Argentina no Brasil (1976); a influência que este passou a exercer na imprensa brasileira e o conseqüente descontentamento de Antônio Azeredo da Silveira com Guy Brandão – secretário de imprensa do Itamaraty à época; o convite de Silveira para que o entrevistado ocupasse este cargo e as inovações que aplicou após assumir a função; breve comentário acerca da polêmica com a Argentina ocasionada pela construção de Itaipu; referência às posições divergentes de Jimmy Carter e Henry Kissinger no que tange a política externa; a visita de Cyrus Vance, ex-secretário de Estado norte-americano, ao Brasil e as tensões ocorridas nesta ocasião; o encontro entre Ernesto Geisel e Carter, durante a visita deste ao Brasil, em 1978; a ausência de discussão do tema dos direitos humanos; a modificação da conduta da Política Externa Independente com relação aos Estados Unidos: as diferenças entre Afonso Arinos e San Tiago Dantas; a perda de influência dos Estados Unidos no mundo durante os anos 70; considerações a respeito de da personalidade de João Batista Figueiredo e de seu governo; menção ao início da abertura a partir do governo de Ernesto Geisel; a decisão de Silveira de ir para a embaixada brasileira em Washington, no início do governo Figueiredo; combate a ideia de Silveira como um antiamericano sistemático; comentários acerca da agenda do governo Figueiredo com relação aos Estados Unidos: priorização de assuntos de natureza comercial e a questão da Embraer; a defesa da posição da Embraer como uma das grandes vitórias da gestão de Silveira em Washington; os desentendimentos entre Ramiro Saraiva Guerreiro e Azeredo da Silveira; os possíveis motivos de Silveira não ter sido escolhido por Figueiredo para compor seus ministérios; menção à autonomia concedida por

Silveira a seus assessores em Washington; as mudanças estabelecidas com a chegada de Ronald Reagan ao poder: a tentativa dos EUA de obter auxílio do Brasil na América Central; a ida para o Suriname em dezembro de 1982: considerações a respeito do massacre ocorrido no país neste período; relato da chegada de militares e diplomatas brasileiros ao Suriname; menção ao plano norte-americano de invasão ao país e a recusa de Figueiredo em realizá-lo; comentários sobre o desfecho desta situação: o diálogo entre o ex-presidente Déni Bouterse com o general Danilo Venturini.....p.89-108.

Arquivo em áudio 6: A ajuda militar e econômica prestada pelo Brasil aos surinameses; o não questionamento dos Estados Unidos, governado por Ronald Reagan, a este auxílio; o convite, de Ramiro Saraiva Guerreiro, para que ocupasse o cargo de embaixador no Suriname; comentários acerca do período que permaneceu neste país: o fechamento da embaixada de Cuba; o retorno à Brasília, para trabalhar com João Sayad; a mudança do perfil do cargo de ministro das relações Exteriores a partir dos governos de Tancredo Neves e José Sarney; os esforços deste último e do ex-presidente da Argentina, Raul Alfonsín, para superar as rivalidades entre os dois países; o retorno ao Itamaraty, em 1987, para assumir o Departamento de Cooperação Técnica, após a demissão de João Sayad do governo; menção à sua nomeação ao cargo de subsecretário para Assuntos Políticos: a atuação do governo brasileiro em Angola e na Itália; a resistência em abrir o mercado para produtos importados após o fracasso do Plano Cruzado; a visão de Dílson Funaro e do Itamaraty, de maneira geral, acerca das moratórias da dívida externa; breve comentário acerca de teorias econômicas que circulavam nos anos 80; a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), quando ocupava o cargo de subsecretário para Assuntos Políticos; impressões acerca de Abreu Sodré e Paulo Tarso; breve relato da trajetória política deste último; considerações a respeito do pragmatismo responsável; comentários sobre as funções na Subsecretaria e as atribuições de Sebastião do Rego Barros neste local; o ressentimento de José Sarney com relação aos Estados Unidos; o aumento das relações do Brasil com os demais países da América Latina após a redemocratização do país; observações acerca do Pacto Amazônico e o Tratado de Cooperação Amazônica.....pp.108-123.

4ª entrevista: 05.03.2008

Arquivo em áudio 7: Comentários acerca do Governo Sarney: economia e política externa; a atuação dos presidentes José Sarney e do argentino Raul Alfonsín para o desenvolvimento das relações bilaterais destes países; menção à assinatura do Ato de Foz do Iguaçu, importante marco da relação dos dois países, e aos acordos comerciais assinados nesse período; comentários sobre a disputa entre Brasil e Argentina para o desenvolvimento de tecnologia nuclear; a criação de agências e acordos a fim de amenizar a rivalidade entre Brasil e Argentina, como a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC); a importância da aproximação entre Brasil e Argentina: menção a participação do embaixador Sebastião do Rego Barros neste processo; o contexto político-econômico que possibilitou a aproximação: enfraquecimento da Argentina por ocasião da derrota na Guerra das Malvinas, a crise econômica e a redemocratização do Brasil; a reforma na estrutura do Ministério de Relações Exteriores (MRE), nos anos de 1985 e 86; comentários sobre Paulo Tarso, enquanto Secretário Geral do Itamaraty: influências e relações políticas; o MRE no Governo Collor: a influência do embaixador

Marcos Coimbra e o reordenamento da Secretaria Geral; a criação da medida *expulsória* no Itamaraty, que limitava o exercício do cargo de embaixador para quinze anos; a atuação do entrevistado na embaixada do Brasil em Portugal no início da década de 1990; o impacto da queda do Muro de Berlim e da derrocada da União Soviética nas relações internacionais; a reaproximação do Brasil com os Estados Unidos a partir da percepção do fim da Guerra Fria, no Governo Itamar, quando atuava como Secretário Geral no Ministério das Relações Exteriores (MRE); mais comentários acerca das transformações no Itamaraty durante o Governo Collor: as disputas internas e a falta de um grande projeto de política externa para o Brasil; percepções do Presidente americano George Bush (1989-1993) acerca de Fernando Collor, em sua visita aos Estados Unidos; comentários sobre o Governo Collor: crítica ao confisco das poupanças e elogio a abertura comercial; a nomeação do entrevistado para o cargo de embaixador do Brasil em Portugal; a redução da importância do Brasil aos olhos de Portugal no contexto da União Européia, do Governo Collor e sob o regime do Primeiro-Ministro português Aníbal Cavaco Silva; os problemas e crises no relacionamento entre Brasil e Portugal durante o período do entrevistado como embaixador do Brasil em Portugal; comentários acerca da primeira missão de deputados brasileiros em Portugal.....pp.123-141.

Arquivo em áudio 8: comentários acerca da comunidade de negócios portuguesa e o Brasil no começo da década de 90; as dificuldades do entrevistado em ser embaixador do Presidente Collor, no momento dos escândalos que o levaram ao *impeachment*; a atuação de Celso Lafer, no Ministério das Relações Exteriores, em 1992; o convite para ser Secretário-Geral do Itamaraty do, então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso; menção à influência de Fernando Henrique Cardoso no Governo Itamar Franco e às condições em que exerceu o cargo de Secretário-Geral; comentários acerca das primeiras conversas com Fernando Henrique, enquanto Ministro das Relações Exteriores, e suas principais diretrizes: a relação com os Estados Unidos e com a Argentina, o comprometimento com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).....pp. 141-152.

5ª Entrevista: 26.03.2008

Arquivo em áudio 9: As diferentes crises econômicas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, destacando a crise do México (1995); a resolução do problema da inflação como importante objetivo da gestão Fernando Henrique Cardoso; as negociações e a postura do Brasil em relação à guerra entre Peru e Equador, em 1995: a condução das negociações pelo embaixador Sebastião do Rego Barros, e pelo embaixador americano Luigi Einaudi; a preocupação de Fernando Henrique Cardoso com a construção de um diálogo mais consistente com os Estados Unidos; a reconstrução do relacionamento entre Argentina e os Estados Unidos, durante o Governo Menem (1989-1999): diferenças de estilos e objetivos entre Argentina e Brasil, na relação com os norte-americanos; a crença, de Fernando Henrique Cardoso e Ruth Corrêa Leite Cardoso, compartilhada pelo entrevistado, de que com a melhora nos indicadores sociais haveria uma melhora na posição do Brasil no cenário internacional; a postura de aproximação com os Estados Unidos e o Ocidente, em oposição ao viés antiamericano do Itamaraty; comentários sobre o desenvolvimento da Política Externa Independente como reação a política de alinhamento

com os Estados Unidos, a partir de Costa e Silva e, posteriormente, com o ministro Azeredo da Silveira; comentários acerca da postura meritocrática e não ideológica das nomeações e promoções no Itamaraty durante o Governo Fernando Henrique; a necessidade de uma alternativa ao conceito de América Latina, para moldar a política externa brasileira, no contexto da entrada do México no Nafta; as expectativas em relação ao Mercosul; as críticas dos outros países da América do Sul às políticas econômicas protecionistas do Brasil, praticadas na região; menção à relação da classe política e empresarial brasileira ao livre-comércio; a postura mercantilista do Brasil; o processo da assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), pelo Brasil: a oposição dos militares, o acordo da agência de Viena, a entrada no Regime de Controle de Mísseis.....pp.152-167.

Arquivo em áudio 10: breves comentários sobre a diferença entre a relação dos presidentes Carlos Menem, da Argentina, e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, com os militares dos respectivos países; a ausência de razões e contextos que tornem legítimo ou desejável a obtenção, por parte do Brasil, de artefatos nucleares; a entrada do tema direitos humanos na agenda política brasileira, culminando com a criação do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, do Itamaraty; menção a preocupação dos governos militares com a “imagem do Brasil”; comentários acerca da relação entre o entrevistado, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o embaixador Gelson Fonseca Jr.; a crise da Embaixada do Brasil em Bagdá; o discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua visita ao Chile, em 1995, acerca da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal); comentários acerca da viagem à Washington e do encontro de Fernando Henrique com o Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton; a questão da “imagem” do Brasil no exterior durante o Governo Fernando Henrique Cardoso; a abertura comercial do Brasil e a adequação internacional a uma postura neoliberal; a inovação da tese de que a estabilidade comercial e a redução da desigualdade social são formas de projetar o Brasil internacionalmente; menção à reação da Federação das Indústrias da Cidade de São Paulo (FIESP) e do Ministro do Planejamento, José Serra, à abertura econômica.pp.167-180.

6ª Entrevista: 07.04.2008

Arquivo em áudio 11: Atuação e interesses do Brasil, na reforma da Carta das Nações Unidas, no contexto do seu cinquentenário (1995); semelhanças entre a postura do Brasil e do México em relação à ONU; a ambição da Argentina de integrar o Conselho de Segurança da ONU, durante o primeiro mandato de Carlos Menem; comentários acerca da proposta de se fazer um rodízio de cadeiras no Conselho de Segurança, em que países não-membros do conselho tivessem voz; a posição da África do Sul, em não insistir na integração como membro do Conselho de Segurança; retomada sobre o contexto do aniversário das Nações Unidas e o papel do Brasil na perspectiva de mudança da Carta; a relação do Brasil e da ONU com Israel; crítica ao voto anti-sionista durante o governo Geisel; a visita do entrevistado a Israel; impressões acerca de Shimon Peres, Yitzhak Rabin e Yasser Arafat; menção à preocupação de Israel com uma possível construção de bomba nuclear iraniana; a percepção, no Governo Fernando Henrique Cardoso, da relevância de se aproximar comercialmente da China; a importância que a China dava ao Brasil no contexto

do pragmatismo de Deng Xiaoping; o impacto do Massacre da Praça da Paz Celestial, na imagem da China e em suas relações com os Estados Unidos; comentários acerca da relação entre Brasil e Taiwan; a falta de percepção da importância que a China ou os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) teriam na política internacional; a importância da China como fornecedora de produtos industriais para o Brasil; menção ao encontro com a então ministra do comércio da China, senhora Wu Yi; contexto e negociações relativas à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC); a relação entre o Brasil e o Japão: investimento japonês nos anos 70, e o afastamento do Japão até os anos noventa, principalmente em decorrência da inflação brasileira; o desejo de aproximação do Governo Fernando Henrique de aproximação com o México e o conceito de “aliança estratégica”, lançado pelo presidente do México, Ernesto Zedillo; a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), pelo México, e o conseqüente enfraquecimento da Associação Latino Americana de Integração (Aladi); a tentativa do México de firmar um acordo de complementação econômica com o Brasil, no contexto, mais amplo, de sua abertura econômica;.....pp. 180-197.

Arquivo em áudio 12: A tentativa mexicana de se assinar acordos comerciais com o Brasil, como forma de não se afastar da América Latina; as rivalidade e diferenças entre as chancelarias do Brasil e do México; acordos do México e do Brasil com a União Européia, no contexto do Nafta, do Mercosul, e da possibilidade da Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas); a visita do Secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher ao Brasil, em 1996; críticas ao plano de combate ao narcotráfico traçado pelos Estados Unidos, o Laser Strike, envolvendo os governos latino-americanos; ida com Christopher à Manaus: conversa acerca da pressão exercida pelo governo dos Estados Unidos aos países latino-americanos no contexto da política contra o narcotráfico; menção a aprovação da Lei das Patentes, como marco da aproximação entre Brasil e Estados Unidos; comentários acerca dos diálogos com o “czar das drogas” americano, Lee Brown; menção à criação da Secretaria Nacional Anti-Drogas; a relação entre o entrevistado e o Ministro do Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena; comentários acerca do Plano Colombia e da opção por não se envolver nos conflitos colombianos; as tentativas de acordos com o Brasil para compra de armamentos e negociação com as Farc, no governo do colombiano Andrés Pastrana Arango; a falta de perspectiva para a Colombia – com a forte atuação das Farc e do narcotráfico – até o governo de Álvaro Uribe, onde a situação começou a ser controlada; mais comentários sobre a visita de Warren Christopher e menção à sua vinda durante o Governo Geisel, no qual tentou dar um ultimato sobre a política nuclear brasileira; comentários acerca do Governo Fujimori, no Peru: o combate a inflação e a vitória contra o Sendero Luminoso; o contexto favorável à Argentina durante o Governo Menem; a visita do Presidente Fernando Henrique à Argentina, em 1996; relação entre o Presidente argentino Carlos Menem, com o Brasil, e o diálogo com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso; menção à assinatura do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis; as discussões entre Brasil e Argentina, durante o primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso: a entrada plena do Chile no Mercosul, a criação da ALCA, a relação com o México e a possibilidade de integração no Conselho de Segurança da ONU; a diferença na concepção e nos interesses, relativos ao Mercosul, entre Argentina e Brasil; referência às dificuldades enfrentadas devido ao protecionismo do empresariado argentino, especialmente no que se referia à entrada do açúcar brasileiro; menção às denúncias de corrupção enfrentadas pelo Governo Menem e ao assassinato do filho de Carlos

Menem.....pp.197-215.

7ª entrevista: 20.06.2008

Arquivo em áudio 13: A passagem, no Departamento de Estado, de Warren Christopher para Madeleine Albright, no segundo mandato do Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton; a comparação com a boa relação entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger, e a péssima relação com seu sucessor Cyrus Vance; os problemas entre Madeleine Albright e Celso Amorim, no contexto da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; a boa relação do entrevistado com Madeleine Albright; comentários acerca do Plano Colômbia: a posição do Brasil de não envolvimento em relações multilaterais fora do contexto da OEA e da ONU; a reação do Brasil aos planos americanos: Laser Strike e Green Clover; menção à criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM); a participação de Forças de Paz brasileiras à Angola, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e as críticas feitas à operação; a posição do Brasil junto à ONU, em relação ao envio de Forças de Paz; menção à postura do Brasil em relação às críticas de Madeleine Albright ao sexto Secretário Geral da ONU, o diplomata egípcio Boutros-Ghali; comentários acerca da visita do entrevistado ao Líbano, em fevereiro de 1997; a ausência de autoridades brasileiras no Líbano desde a visita de D. Pedro II; menção à relação entre Brasil e Líbano; comentários acerca de uma reunião entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o entrevistado e os principais embaixadores do Brasil com o propósito de referendar a posição de assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP); as críticas de alguns setores militares, intelectuais e jornalistas à assinatura do TNP; o consenso acerca da importância do fortalecimento do Mercosul; lembranças acerca do contexto argentino do final da década de 1990 e o início de uma crise com o Brasil: as disputas dentro do Partido Justicialista, o fortalecimento do protecionismo, a volta à questão das Malvinas; a importância do fortalecimento da integração da América do Sul, e o a posição central do Brasil neste espaço; a tentativa de se firmar uma forte integração entre Chile e o Mercosul, durante o governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000); a resistência da Argentina à integração do Chile ao Mercosul, a posição do Brasil em favor da Argentina; a necessidade de contrabalançar a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos – comercial e financeira – com parcerias com outros países e blocos, como a União Européia; breve comparação entre a agenda do entrevistado e a agenda do Barão do Rio Branco; comentários acerca de um encontro de ministros da Alca, em Belo Horizonte; observações acerca de uma manchete do “Estado de São Paulo” na qual o entrevistado faz uma colocação à respeito da Alca; a relação entre a Alca e o Mercosul: o mercado comum como um projeto não apenas comercial, mas também político, que não se diluiria com a Alca; menção a um encontro entre o entrevistado e Guido Di Tella, no qual este anuncia o ingresso da Argentina como aliado extra-Otan; o acordo entre Chile e Estados Unidos para a venda de armamentos; a relação entre o entrevistado e Celso Amorim; a relação do entrevistado, enquanto ministro das Relações Exteriores, com embaixadores que já ocuparam esse cargo;.....pp.215-236.

Arquivo em áudio 14: a importância de se manter uma candidatura estratégica a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, da ONU; o convite feito ao entrevistado para a direção geral da Organização Mundial de Comércio (OMC): as conversas acerca da

aceitação ou não do posto; a possibilidade de conduzir a Rodada de Doha; as dificuldades percebidas pelo entrevistado de manter uma candidatura de cargo de Diretor Geral da OMC a diferença da “autonomia pela integração” buscada a partir do governo Fernando Henrique, em oposição à “autonomia” “como isolamento da sociedade internacional liberal”, postura anteriormente corrente na política externa brasileira; a diferença entre o contexto dos anos 90 do contexto contemporâneo à entrevista, e a recorrente diferença na estratégia das relações exteriores brasileira.....pp. 236-243.

8ª Entrevista: 01.07.2008

Arquivo em áudio 15: A visita do ex-presidente norte-americano Bill Clinton ao Brasil em 1997; o material elaborado pelo Departamento de Estado dos EUA sobre o Brasil; impressões acerca de Clinton; o modo como Clinton desfez o mal-estar provocado pelo documento produzido pelo Departamento de Estado; os assuntos em pauta durante a visita: as questões referentes à Alca e à cadeia permanente no Conselho de Segurança; a ideia de um bloqueio a Cuba; o encontro com Elizardo Sanchez, chefe da Comissão dos Direitos Humanos em Cuba, e a decisão de Fidel Castro, de não receber o entrevistado; a mudança de postura por parte do governo brasileiro com relação à Cuba e o compromisso de Fernando Henrique Cardoso com a causa dos direitos humanos; menção à impossibilidade de se conseguir um acordo entre Estados Unidos e Cuba – governada por Fidel; a opção, de Fernando Henrique e McLarty – ex-chefe da casa civil dos EUA – de não produzir um comunicado conjunto e, sim, uma declaração; avaliação da visita de Clinton ao Brasil; a discussão em torno da Alca como algo pendente, após este encontro; os principais pontos deste projeto; breve comentário acerca de um pensamento próprio do PT com relação à política externa e a resistência do partido à Alca; referência aos contextos econômicos externos diferentes durante o governo de Fernando Henrique e o de Lula; a relação com Paulo Tarso, ex-embaixador brasileiro em Washington; o impacto das mortes de Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães; considerações a respeito das expectativas em torno da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998; referência ao plano de resgatar a economia do Brasil, articulado pelo G-8; a opção por não se envolver em assuntos pertinentes ao Ministério da Fazenda; opinião com relação a globalização e menção aos seus aspectos negativos; os benefícios deste fenômeno para o Brasil; a crise no Banco Central no início de 1999 e a escolha de Armínio Fraga para ocupar a presidência deste órgão; relato da situação que enfrentou em Davos: a negociação de Pedro Malan com o governo dos Estados Unidos; breve comentário acerca da desconfiança gerada após a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002; o encontro, organizado por Robin Cook – ex-ministro das Relações Exteriores da Inglaterra – para avaliar os problemas entre Índia e Paquistão (1998).....pp. 243-263.

Arquivo em áudio 16: Considerações a respeito do encontro organizado por Robin Cook; menção às diferentes posições de Cook e Tony Blair no que diz respeito à guerra do Iraque; os benefícios da participação do Brasil nesta reunião; breve avaliação da postura do governo de Ernesto Samper, da Colômbia, com relação às Farc; impressões acerca de Jamil Mahuad, ex-presidente do Equador (1998-2000); comentários sobre o governo de Alberto Fujimori, no Peru e o desejo deste de se candidatar a um terceiro mandato; a desconfiança com relação à realização das eleições neste país e a organização de um encontro, pela OEA,

Luiz Felipe Lampreia

para discutir a questão; a posição brasileira nesta ocasião: descontentamento com uma postura intervencionista; opinião sobre a possibilidade de um terceiro mandato para presidentes: o exemplo de Sánchez Lozada, na Bolívia.....pp. 263-267.

9ª entrevista: 10.07.2010

Arquivo em áudio 17: A realização de uma conferência, organizada por Madeleine Albright, envolvendo os quatro países membros do Conselho de Segurança em 1999: Argentina, Brasil, Canadá e Estados Unidos; a posição do Brasil com relação à ideia de agregação destes países aos EUA; o Iraque como a grande preocupação deste país, em 1999; a possibilidade de um ataque militar ao Iraque, por acreditar que este não cumpria as suas resoluções com a ONU; comentários sobre a crise financeira no Brasil, no início do ano de 1999; a deterioração da relação com a Argentina: o desejo, deste país, de manter a conversibilidade e a defesa de uma maior flexibilização, pelo governo brasileiro; a percepção, no Brasil, da improvável reeleição de Carlos Menem e o contato do país com candidatos de oposição ao governo argentino; observações sobre sua participação na reunião de Davos: a defesa de aspectos positivos do Brasil e o problema com Domingo Cavallo; menção à solidariedade e apoio de diversos países ao Brasil, por conta credibilidade de Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica; considerações a respeito da posse de Hugo Chávez (1999) e a ausência de FHC na cerimônia; a percepção da posse como capítulo inicial de uma nova fase da América Latina; opinião com relação à personalidade de Chávez; referência a alguns pontos de seu discurso de posse e à ausência de diversos presidentes da América do Sul na ocasião; a necessidade de apaziguar os atritos entre a Venezuela e EUA, a fim de evitar uma ruptura e um conseqüente fortalecimento de Chávez; o desejo deste de atrair empresas brasileiras para a Venezuela, em substituição às norte-americanas; observações acerca do primeiro encontro entre Fernando Henrique e Hugo Chávez, em setembro de 1999; a proposta, do primeiro, de integrar os países da América do Sul e resistir aos Estados Unidos; o golpe sofrido por Chávez, em 2002, como fator fundamental para a mudança de sua postura, tornando-se uma pessoa mais radical; comentários sobre a simpatia de Hugo Chávez às Farc; o apoio de Marco Aurélio Garcia à esta facção; a posição contrária do Brasil ao Plano Colômbia; breve avaliação do governo Alberto Fujimori, no Peru; a ideia, de Fernando Henrique Cardoso, de organizar uma reunião com presidentes da América do Sul, realizada em setembro de 2000; os problemas do encontro: o enfraquecimento da Argentina e a exclusão do México; referência à dificuldade na relação entre Brasil e Argentina durante a ditadura militar; primeiras impressões de Fernando De La Rúa e seu governo (1999-2001); o desejo, desde meados de 1999, de deixar o cargo de ministro das Relações Exteriores e o levantamento de possíveis sucessores, a partir de 2000; os motivos da escolha de Celso Lafer para o cargo.....pp. 267-287.

Arquivo em áudio 18: A mudança de postura do Brasil com relação ao Timor Leste durante os anos 90: engajamento na luta pela independência do país; comentários sobre a relação com Sérgio Vieira de Mello e a escolha deste para o cargo de administrador de transição da ONU em Timor Leste, de 1999 a 2002; a missão de paz em Angola, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; considerações a respeito do bom diálogo entre Brasil e Angola, desde a independência deste país; o assassinato de Luis Maria Argaña, em

abril de 1999 e a suspeita de que o general Lino Oviedo fosse mandante do crime; menção à votação de *impeachment* de Raúl Cubas – presidente do Paraguai à época - e o desejo deste de resistir através de uma luta armada; o conselho de Fernando Henrique Cardoso para que este desistisse de lutar; a opção de Cubas por renunciar e o enfraquecimento posterior de Oviedo; defesa da atuação diplomática do governo brasileiro nesta ocasião.....pp. 287-291.

1ª Entrevista: 16.01.2008

M.S. – Embaixador, a gente podia começar com a trajetória da sua família.

L.L. – Pois não. A minha família é uma família com uma longa tradição de serviço ao Estado, porque tanto do lado de meu pai quanto de minha mãe os meus antepassados todos foram ou diplomatas ou oficiais das Forças Armadas. Do lado de meu pai, a origem é portuguesa: o meu avô era português, e o pai dele, o meu bisavô, o conselheiro João Camilo Lampreia, foi durante oito anos embaixador de Portugal no Brasil, no começo do século, entre 1900 e 1908. Com isso, se ligou muito fortemente aqui ao país, e era muito apreciado de um modo geral, tanto que há uma Rua no Cosme Velho com o nome dele. Ele era muito ligado ao rei Dom Carlos, que foi quem o mandou para cá, pessoalmente. Porque ele não era embaixador; ele era apenas um primeiro-secretário. Então, digamos, era como se um tenente-coronel fosse comandar um exército. Era uma coisa que não era normal. Mas o rei forçou a mão e acabou impondo a sua vontade e mandou-o para cá com apenas trinta e poucos anos, e ele ficou aqui durante oito anos. Depois... O meu avô também era um jovem diplomata, também serviu aqui, na então legação de Portugal, no Rio de Janeiro, e ambos sofreram um golpe irreparável na carreira deles quando o rei foi assassinado, justamente há 100 anos atrás, em fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, juntamente com o príncipe herdeiro Luiz Felipe, de quem o meu nome em parte se deriva, que tentou proteger o pai pondo o corpo na frente e foi assassinado antes do pai. Com isso, o meu avô foi destituído aqui do cargo. E pouco depois a monarquia, que estava já ferida de morte, foi derrubada em Portugal e eles resolveram migrar para o Brasil, porque aqui já tinham muitos amigos, uma situação social – e o meu avô inclusive já tinha achado que um certo namoro por minha avó –, e vieram para cá e aqui se estabeleceram. No começo, em situações muito difíceis, porque o meu avô foi ser caixa de um banco e o meu bisavô fazia lá vários trabalhos de corretagem. Depois, aos poucos, foram se firmando, gradualmente, mas tiveram um período difícil. E o meu pai já nasceu no Rio [no Brasil]. Ele nasceu em Santos, porque o meu avô era corretor de café na Bolsa de Santos. Era o que se chamava “zangão” na época. E o meu pai nasceu então em Santos, em 1912, em novembro de 1912. Do lado de minha mãe, o meu avô era oficial de Marinha. Era um homem muito inteligente, mas também muito rebelde. Mamãe contava que uma vez ele se aborreceu com o almirante Alexandrino¹, que era uma espécie de barão do Rio Branco da Marinha – era o dono da Marinha, não é? –, e escreveu uma carta aberta contra o almirante Alexandrino no *Correio da Manhã*. Então, a mamãe era pequena, veio uma patrulha dos Fuzileiros Navais para prendê-lo, e ele aí pulou o muro dos fundos da casa e fugiu. Evidentemente, aí foi expulso da Marinha, e só voltou depois, como professor de Astronomia e de Matemática da Escola Naval. Mas, enfim, teve a sua carreira também truncada. Então, de certo modo, esse condicionamento meu de ser um servidor do Estado já estava um pouco impresso no meu DNA. Tanto de um lado quanto de outro, fazia parte da minha marca, da minha origem, não é? E por isso, também, especificamente o lado diplomático, a carreira diplomática, porque, afinal de contas, são quatro gerações de diplomatas – o meu avô² entrou para o serviço diplomático de Portugal em 1885, no ano em que meu avô tinha nascido. Portanto, quando eu entrei para a carreira, já havia mais de 90

¹ O entrevistado se refere a Alexandrino Faria de Alencar, um dos comandantes da Revolta da Armada.

² O entrevistado provavelmente se refere ao seu bisavô.

anos de... Mais de 80 anos de serviço diplomático português no Estado, na minha família. Então, de certo modo, eu estava também condicionado por esse lado.

M.M. – Mas o fato de o senhor ter... Quer dizer, filho de diplomata, embora tenha essas gerações, mas o fato de ser filho de diplomata já carrega um caráter muito específico, porque significa, em primeiro lugar, estudar fora do país, o que já dá uma dimensão bastante particular. O senhor acha que isso foi importante também, o fato de ter estudado fora?

L.L. – Ah, foi, sem dúvida. Eu fui pela primeira vez para o exterior muito criança ainda: eu tinha três anos de idade, tinha acabado de fazer três anos de idade. O meu pai... Foi no começo do ano de 1945. Eu tinha três anos. O meu pai foi transferido para Genebra, para o consulado em Genebra. Com isso... Na época, ainda não havia transportes – era durante a guerra ainda, não é? – não havia transportes regulares, então nós embarcamos em um hidroavião da Força Aérea americana, na base de Natal, para ir até Lisboa. Em Lisboa, então, pegamos um trem para ir até Paris. O que hoje em dia se faz em doze horas, na época levava vários dias, não é? Pegamos um trem até Paris. Chegamos em Paris e pegamos um outro trem. E aí, nesse outro trem, eu sempre brinco que eu dormi com uma princesa, porque mamãe compartilhava uma cabine com a dona Teresa de Orleans e Bragança, que era irmã do Dom Pedro Gastão, que acabou de morrer agora, não é? E eu, pequenininho lá, com três anos, junto, não é? Então, de certo modo... Eu disse uma vez à princesa dona Teresa; “Eu já dormi com a senhora”. [risos] E chegando lá... Era um trem que levava tropas inclusive. Vieram bater na porta, os soldados americanos. E chegamos a Genebra em janeiro de 45, e ainda havia... Isso eu me lembro, muito vagamente, mas lembro ainda, de haver sobrevôos de nuvens de aviões bombardeiros indo bombardear a Alemanha, o *front* na Alemanha. O céu se escurecia de tantos aviões que passavam. E depois – talvez seja a lembrança mais forte que eu tenho desse período tão distante –, o fim da guerra. Porque os suíços não participaram da guerra, mas na Suíça francesa torciam muito para os aliados, não é? E viviam em condições muito penosas também, porque havia racionamento de comida, por exemplo. Plantava-se cenoura em vasos, e batata, em um canteiro na varanda de casa, e o uso de comida era racionado. Havia cupons de comida. A pessoa ia almoçar ou jantar na casa do outro, levava um cupom, entregava um cupom, porque aquilo não fazia parte do... Então, para o suíço, também, a guerra teve o seu lado sofrido. Não era só a neutralidade, numa boa ali, vendo os outros se arrebrandando, não é? Então, quando terminou a guerra, houve uma festa extraordinária. Nós estávamos morando perto do lago Léman e houve uma festa e foi todo mundo para a rua, e dançando, e fogos, e bandas tocando. Foi uma festa extraordinária. Eu não entendia bem porque, mas vi que era um momento muito animado, muito alegre. E depois eu entrei para o colégio, na Suíça. Eu fui alfabetizado em francês, em um colégio suíço, um colégio privado suíço que era muito rigoroso, muito disciplinado e tudo, e fiquei nesse colégio durante três anos. Como eu já tinha uma formação francesa, uma educação francesa, quando o meu pai foi transferido para o posto seguinte, em 1948, eles resolveram continuar a me pôr no colégio... No Liceu Francês, não é?

M.M. – Ele foi transferido para onde?

L.L. – O meu pai foi para Roma. Ele foi para Roma. Então, havia uma viagem de trem... A Suíça era relativamente próspera, e quando nós entramos na Itália, se via claramente a pobreza, não é? Porque a Itália tinha sofrido terrivelmente na guerra, não é? A Itália estava muito diminuída, e havia muitas pessoas pedindo esmola, muita gente pobre e completamente deslocada, catando cigarro na rua e tudo. Era um país perfeitamente subdesenvolvido, quase com um nível assim, de Índia, não é? Uma coisa muito triste a Itália naquele momento. E chegamos a Roma em uma época muito apaixonada, porque foi pouco antes da famosa eleição de 1948, em que os comunistas estiveram muito próximos de assumir o poder, de ganhar. Havia uma frente popular muito forte, e havia uma resistência da direita e da Igreja Católica, que atuou militantemente contra o comunismo, dizendo que, se o comunismo ganhasse, ia haver uma perdição, ia haver uma destruição das imagens e tudo. E eu me lembro de um padre fazendo uma pregação em uma igreja, em uma daquelas grandes basílicas de Roma, e o padre dizia: “Se Garibaldi fosse vivo, ele montava no seu cavalo e ia combater essas hostes comunistas aqui que estão ameaçando”. Aí, todo mundo... [aclamando] Era um verdadeiro comício. O italiano tem essa coisa apaixonada, não é? E eu sempre me liguei muito afetivamente à Itália, mais até do que a Portugal na verdade, nesse momento, porque a Itália... É uma época em que a pessoa descobre a vida, descobre o mundo, não é? Eu cheguei na Itália com seis anos. A pessoa se dá conta de como é o mundo, como é que se organizam as coisas, e a Itália ficou muito... A Itália é um país muito... Não só é de uma beleza incomparável como também é muito caloroso, muito especial, não é? É uma gente muito... Uma expressividade, um gosto da vida, não é? Então, eu sempre fiquei muito ligado à Itália. E no Liceu Chateaubriand, eu aí continuei, já mais sistematicamente, porque já não era tão pequeno...

M.M. – O Liceu Chateaubriand era uma escola...

L.L. – É um liceu...

M.M. – ...em Roma, mas para franceses.

L.L. – É. O governo francês mantém – inclusive, eu acho que no Rio de Janeiro ainda, não é? – uma rede de liceus, que são do Estado francês, são diretamente do Ministério da Educação, que têm a finalidade justamente de promover a cultura e a língua francesa, não é? E eu estudei nesse Liceu Chateaubriand três anos, nessa ocasião. Então, como você disse, realmente, esse contexto internacional me marcou muito, não é? Me preparou aí para uma opção de vida muito...

M.M. – Então, o senhor fez o primário no Liceu Chateaubriand?

L.L. – É, fiz o primário.

M.M. – O que seria o primário.

L.L. – Exato.

M.M. – E continuou em Roma ainda para o seu... Para o que seria o ginásio? Na nossa época, era ginásio.

L.L. – Não, aí ele voltou para o Brasil. Aí o meu pai foi transferido para o Brasil. Em 51, o meu pai foi transferido para o Brasil e eu voltei com ele.

M.M. – Dez anos. Então, o senhor ia começar o ginásio.

L.L. – Aí eu comecei o ginásio. Eu fiz o que na época chamava-se admissão, não é? O admissão, aqui no Colégio Andrews, aqui nessa própria Praia de Botafogo, e depois fiz uma parte do ginásio aqui também. Fiz dois anos de ginásio aqui também. Depois o meu pai foi de novo transferido para o exterior, foi para Paris – dessa vez, foi para Paris –, em 1955. Então, eu fiquei quatro anos aqui no Rio, no...

M.M. – No Andrews.

L.L. – ...No Andrews, e depois, em 55, fomos para Paris, e aí, novamente, eu fui para um colégio francês, não é? Quer dizer que toda a minha educação foi uma educação francesa, com tudo que isso representa de bom, e de complicado também, porque era um verdadeiro massacre, não é? Eu não sei se ainda é assim, mas a criança é massacrada com uma carga de estudo tremenda, com a necessidade de argüição, e de competição, e de colocação em quadro de honra, e chamada diariamente, e provas orais todo dia praticamente. Era um massacre danado. A criança não tem tempo de respirar senão... Tem que realmente ficar ali completamente ligada nisso.

M.S. – E como era a sua performance na escola?

M.M. – Em Paris, no começo... Em Roma, foi boa. Depois, eu vim aqui para o Rio e, evidentemente, aqui o padrão de ensino e de exigência do aluno, sobretudo, era muito inferior, não é? Era muito mais suave a disciplina. Então, quando eu voltei para o colégio francês, em Paris, em 55, no começo eu estranhei, mas depois eu consegui me firmar lá e consegui inclusive entrar... Era uma coisa complicada, porque era um colégio relativamente pequeno... Não era um colégio do Estado, era o Cours Saint-Louis. Aliás, foi o colégio onde o Nicolas Sarkozy estudou. Tem uma fotografia dele lá, há pouco tempo eu vi no *Paris Match*, e no centro da turma sentada – uns em pé e outros sentados – está o mesmo diretor da minha época, o dr. [René Depret]³. Está ele sentadinho lá. Evidentemente, eu fui muito antes do Sarkozy, não é? Mas, de qualquer modo, era um colégio também muito exigente e muito complicado: eu entrava às oito horas da manhã e saía às sete horas da noite. Isso, para uma criança de treze, quatorze anos de idade, era uma carga brutal, não é? Sendo que uma parte desse tempo era um estudo dirigido – por exemplo, estudo de latim. Então, ficava a turma toda lá, de cinco às sete, fazendo lá uma grande versão de latim para o francês, capítulos inteiros de *De Bello Gallico* e tudo, e era uma coisa muito puxada. Um dos únicos *breaks* era o futebol. Na quinta-feira de tarde não tinha aula, então, a gente jogava futebol quinta-feira de tarde. O meu time, o time do meu colégio foi vice-campeão de Paris. Conseguimos tirar um belo troféu lá.

M.M. – O senhor se sentia estrangeiro?

³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

L.L. – Depois de um certo...

M.M. – Se sentia e era tratado, era percebido como estrangeiro?

L.L. – Não. No começo, um pouco sim. Mas depois, quando o meu francês voltou a ficar mais ou menos como o deles – eu praticamente falava como eles, não é? –, eles inclusive não achavam graça na idéia de eu dizer que não era francês. Então, eles queriam que eu fosse tratado como igual, não é? Eles queriam que eu fosse... Eu dizia que era brasileiro e eles ficavam assim: “Não, você é francês como a gente, está conosco aqui”. Eles não queriam que eu me diferenciasse deles, não é? E eu realmente não me sentia... Nessa idade, eu acho que a pessoa não tem uma noção muito clara desses valores. Outro dia eu estive conversando... Você sabe que eu sou amigo do Kissinger⁴, não é? E o Henry Kissinger... Há todo um livro agora, moderno, uma biografia dele que saiu que fala muito do sofrimento dele como criança por causa das perseguições nazistas aos judeus e é muito revelador sobre a infância dele, sobre a formação inicial dele, e eu perguntei a ele: “Mas você... Realmente foi uma coisa muito...?”. E ele disse: “Não, não foi nada. Ele exagerou muito. O autor exagerou muito”. A criança nem está sabendo muito o que está acontecendo. Com dez anos de idade, doze anos de idade, não sabe muito o que é nacionalidade, o que é não é, o que está por trás disso. Não é muito relevante. Mas o que era interessante no colégio francês e que eu acho que vale a pena contar é que eu tinha tido uma formação muito francesa: o meu avô materno, militar, tinha grande admiração por Napoleão – a minha mãe foi preparada sempre numa cultura muito francófila, e falava sempre da Jeanne d’Arc, do De Gaulle, da Primeira Guerra, do marechal Pétain, da batalha de Verdun... Desde pequenininho, a mamãe... E eu ouvia muito no colégio também. Porque a França, na Segunda Guerra, tinha sido tão humilhada que ela voltava atrás, os professores voltavam atrás, para os dias melhores da França: Luís XIV e tudo mais. Então, eu me sentia muito francês, e anti-alemão. O alemão era o inimigo, não é? Afinal de contas, tinha havido, nos últimos 50 anos antes, tinha havido três guerras: em 1870, em 1914 e em 39. Então, o alemão era o inimigo. E aí, a maioria da turma... Você tinha que optar por uma segunda língua estrangeira. Afora o inglês, que era obrigatório, tinha uma segunda. E 90% optou por alemão, afora o inglês. Eu digo: “Mas como é que vocês vão querer aprender a língua do inimigo, rapaz?!”. “Não, mas é que nós não queremos mais ser inimigos. Nós queremos agora ser amigos. Já chega desse negócio de guerra.” Agora, isso foi antes do Adenauer-De Gaulle⁵, não é? Foi antes da pacificação. E os meninos da minha idade, de treze, quatorze anos, diziam: “Nós não queremos mais ser inimigos. Nós queremos aprender a língua deles e trabalhar com eles e tudo. Nós queremos nos entender, não queremos mais morrer, não. Ninguém aqui quer mais morrer, não”. É curioso, não é?

M.M. – Como é que chegavam as notícias do Brasil? O seu pai era diplomata, claro, mas se conversava em casa sobre o Brasil?

⁴ O entrevistado se refere ao diplomata norte-americano Henry Kissinger, que teve um papel relevante na política dos Estados Unidos durante as décadas de 60 e 70. Foi Secretário de Estado deste país entre os anos de 1973 e 1977.

⁵ O entrevistado refere-se à assinatura do Tratado do Eliseu (1963), realizado por De Gaulle (presidente da França) e Konrad Adenauer (chanceler da república Federal da Alemanha), na tentativa de pôr fim às suas desavenças.

L.L. – Conversava-se. E, sobretudo, vinha muita gente, não é? O meu pai sempre teve muitos amigos e tudo e vinha muita gente conversar. Foi um período muito agitado no Brasil: foi o período do Juscelino e das tentativas de golpe, da questão do Café Filho, e depois, do Carlos Luz⁶, e depois, a eleição do Juscelino. Então, a política era vivida muito apaixonadamente. Assim como quando eu estava pequeno, no Brasil, com o suicídio de Getúlio. A minha família era muito getulista, e muito anti-Lacerda, anti-UDN. E às vezes saía briga no colégio – mas briga de soco mesmo – com os colegas por causa de Carlos Lacerda, ou de Getúlio, porque... Hoje em dia é impensável acontecer isso, um garoto de colégio brigar com outro por causa do PFL⁷ ou do PMDB⁸. Nem se coloca, não é? Mas era uma coisa muito presente. É um período muito apaixonado da história do Brasil, muito vivido intensamente.

M.S. – O seu pai era apaixonado por política também?

L.L. – Era. Era sim.

M.S. – Ou ele era um observador distante?

L.L. – Não, era sim. Era muito getulista sim. Era muito getulista. Os dois eram muito getulistas. Ao contrário da família de minha mãe, que era super lacerdistas. E havia discussões tremendas lá, dentro da família mesmo. Às vezes, ficavam brigados, sem falar uns com os outros e tudo. Era uma coisa danada, não é? Era uma época de muita paixão. Hoje a gente tem dificuldade de entender como é que pode ser, não é? Mas havia muita paixão.

M.M. – E o senhor volta...? Quanto tempo fica...?

L.L. – Aí eu só fiquei dois anos.

M.M. – Volta em 57?

L.L. – É. Porque eu nem queria ir. Eu estava contente no Rio. Eu sabia que a vida lá era muito pesada, por causa do estudo e tudo. Eu estava lá no Colégio Andrews, e as meninas, e jogando futebol na praia e essas coisas todas. Eu não estava querendo pegar muito no pesado, não. Mas aí, fizemos um acordo: eu ia ficar dois anos. E meus pais respeitaram esse acordo. Ele podiam ter me dado uma chave de galão, porque eu tinha quinze anos só. Eles podiam ter dito: “Não, você não vai” e tudo. Mas eles respeitaram. No fim de dois anos, eles me deixaram voltar e vir morar com minha avó. Eu tinha lá uma espécie de um apartamento separado, um quarto, e eu tinha toda a liberdade e toda a tranquilidade. E voltei então em 57. Em meados de 57, eu voltei para o Rio de Janeiro e voltei para o Andrews. E aí fiz todo o clássico. Chamava-se clássico na época.

⁶ Carlos Luz foi um político brasileiro que assumiu a Presidência da República por quatro dias em 1955, devido ao afastamento de Café Filho – vice de Getúlio Vargas.

⁷ Partido da Frente Liberal.

⁸ Partido do Movimento Político e Democrático Brasileiro.

M.M. – O senhor optou pelo clássico.

L.L. – Pelo clássico, é.

M.M. – Portanto, já tinha uma certa tendência a não fazer Ciências Exatas.

L.L. – Ah, é. A minha formação era toda...

M.M. – Não quis fazer científico.

L.L. – Não, não. A minha formação era toda muito mais de humanidades em geral, não é? Eu não tinha nenhum gosto por Matemática nem por Ciências Exatas.

M.M. – E a escolha do curso universitário?

L.L. – Olha...

M.M. – Foi Sociologia, na PUC.

L.L. – Foi.

M.M. – A escolha, em princípio, a gente pode entender, até porque o senhor gosta de Ciências Humanas, mas também teria a ver com o contexto político da época, por exemplo?

L.L. – Não, eu acho que não. O que tinha era que esse curso era um curso muito completo e muito interessante, porque foi criado pelo padre Ávila, que até hoje está vivo e é uma belíssima figura, um membro da Academia Brasileira de Letras, e por um professor chamado Arthur Hehl Neiva, e o professor Neiva tinha uma visão muito assim, digamos, abrangente da formação. Ele achava que na universidade, antes de se especializar, o jovem tinha que ter uma grande exposição, um grande contato com várias facetas das Ciências Humanas, não é? Então, por exemplo, havia Sociologia, mas havia também Antropologia, havia Estatística, havia História, que era dada pelo Falcon, o José Falcon, que foi meu professor, havia Introdução à Sociologia, e havia línguas também: havia inglês, e havia até russo, que era dado por um príncipe, o Paleolog.

M.M. – Russo?!

L.L. – É. [Igor Constantin Paleolog]⁹. E ele ficava... Ele tinha um imenso rancor dos comunistas, evidente, e ele dizia: “Até letras do alfabeto russo eles aboliram, veja você!”. [risos]

M.S. – Embaixador, por que fazer o curso universitário e não entrar direto para a carreira diplomática?

⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

L.L. – Porque eu não tinha idade. Eu terminei o clássico em 57. Eu tinha, portanto, dezessete para dezoito anos, por aí. E só podia fazer o concurso com vinte anos. Então, de qualquer modo, tinha um interregno, e eu então resolvi fazer esse da Católica, porque eu tinha ouvido dizer dessa coisa atraente e interessante desse curso, que era um curso recém-criado. Era a Escola de Sociologia e Política, nos moldes do que tinha sido criado em São Paulo, na USP, pelos grandes professores franceses que tinham vindo, não é? De certo modo, era uma transposição para o Rio de Janeiro daquilo que estava se fazendo em São Paulo já, com os grandes sociólogos franceses que tinham vindo. Foram professores do Fernando Henrique também, não é? E foi muito interessante, porque a Escola de Sociologia e Política era realmente um centro de debates, de abertura intelectual muito interessante, coisa que eu não tinha tido. Porque no colégio francês era muito mais uma questão de entupir a cabeça do jovem com informação, mas não há um elemento de questionamento, de discussão, de polêmica, não é? E na minha família havia essa polêmica política, mas não havia particular interesse intelectual, entende? Nem o meu pai tinha e nem ninguém na minha família tinha uma forte propensão intelectual. Então, para mim, entrar lá com dezoito anos de idade, ver essas figuras todas, estudar esses assuntos tão fascinantes, tão interessantes, para mim foi uma revelação extraordinária, uma coisa muito apaixonante. Tanto que durante um bom período eu pensei em não fazer mais a carreira diplomática, coisa que eu tinha resolvido fazer muito jovem ainda – com uns quinze anos eu já falava em fazer a carreira diplomática –, evidentemente, pelo condicionamento familiar. Mas quando eu entrei para a faculdade, eu fiquei tão empolgado que eu disse: “Não, eu não vou querer fazer. Eu vou querer é ficar aqui nesse ambiente”. O Fernando Henrique, por exemplo, embora na ocasião tivesse o quê? Vinte anos, não é? Não, vinte anos, não. Tinha vinte e nove ou trinta anos, por aí. O Fernando Henrique é dez anos mais velho do que eu. Exatamente dez anos. Ele já era uma sumidade, já era uma pessoa... Falava-se no Fernando Henrique com grande admiração, não é? Então eu passei um ano e meio lá muito interessante. Na Católica foi realmente uma experiência de abertura de horizontes, uma abertura da cabeça muito interessante.

M.S. – O senhor já tinha inclinações políticas próprias nesse período? Ou ainda não?

L.L. – Eu nunca fui muito engajado, não. Mas tinha uma simpatia. Sobretudo o que houve foi, durante esse período da Católica, que houve a renúncia do Jânio, não é? Houve a renúncia do Jânio e aí os estudantes todos se mobilizaram – e eu participei também disso – numa reação contra aquele veto militar ao Jango. E não porque ninguém fosse empolgado pelo Jango porque o Jango não empolgava ninguém, ele só empolgava lá os pelegos dele. Mas, de qualquer modo, para os estudantes, a idéia de que uns generais lá, caquéticos, velhíssimos, fossem pisotear a Constituição e dizer quem podia e quem não podia era um sacrilégio, era uma coisa muito negativa. Então, houve manifestações na PUC, passeatas, e havia grandes assembléias, e eu participei disso. De certo modo, eu participei disso, sem ter um papel importante. Até, num certo momento, me convidaram para fazer parte de uma chapa do Diretório Central dos Estudantes na qual o presidente, que acabou sendo eleito e depois foi presidente da UNE também, foi o Aldo Arantes, que foi um deputado que teve uma certa importância. Era do Partido Comunista do Brasil, não é? Teve a sua importância. Mas eu não quis, não. Eu não tinha maior interesse em política partidária como tal, mas tinha uma posição, de um modo geral, digamos, de esquerda, como a maioria dos estudantes tinha, não é? Mas não era uma coisa engajada nem uma coisa muito pensada,

não. Era uma simpatia de um modo geral. Tanto que depois, mais adiante, quando houve o golpe militar de 31 de março, eu fiquei muito consternado e muito abatido, achando que era um retrocesso muito grande e tudo. Acho que a maioria dos jovens pensava assim, não é?

M.M. – Esse não envolvimento na política – porque nesse momento há uma cobrança muito forte para os jovens universitários se envolverem – não tinha nada a ver com o fato de seu pai ser diplomata? Alguma restrição familiar para que o senhor não se envolvesse de maneira mais ativa? Havia isso? Ou não?

L.L. – Talvez houvesse sim. Mas talvez o que houvesse mais era uma preocupação de, digamos, não comprometer uma opção pela carreira diplomática. Porque, se tivesse uma posição muito marcante, certamente acabaria expondo muito e possivelmente dificultando a entrada para a carreira e tudo. Teria dificultado tremendamente, se tivesse podido adivinhar, não é? Então, acho que tinha a ver sim. Tinha a ver sobretudo com o não comprometimento de uma futura opção de uma carreira.

M.S. – Embaixador, antes de falar do seu período já no Rio Branco, o senhor poderia falar um pouco sobre a trajetória da carreira do seu pai e como que o senhor percebia a posição do seu pai dentro da carreira?

L.L. – O meu pai teve uma carreira muito boa, muito correta e tudo, mas ele sempre teve uma colocação diferente da minha. Ele sempre trabalhou ou na área de cerimonial, de protocolo, ou então na área administrativa. Ele praticamente não teve nenhuma outra função afora essas. Portanto, eu não tinha, na carreira de meu pai, uma espécie de um referencial, entende? Eu não queria trabalhar em protocolo nem em administração. Quando eu entrei, eu queria trabalhar na área econômica, na área política. Mas ele fez uma carreira muito digna, muito respeitável e tudo, passou o tempo todo, durante 40 anos, no Itamaraty, impecavelmente. Mas ele fez uma carreira burocrática, digamos, uma carreira normal, uma carreira sem...

M.S. – O senhor tinha algum referencial? Algum colega dele ou amigo dele...?

L.L. – Ah, tinha. O primeiro era o dr. Vasco, o dr. Vasco Leitão da Cunha, que eu tinha conhecido... O dr. Vasco foi cônsul-geral em Genebra quando eu era criança lá. O dr. Vasco era uma espécie de navio escola, era um completo paradigma do diplomata e era uma pessoa que... Depois eu me decepcionei muito com ele, quando ele foi ministro, porque ele teve uma posição que eu achei que era muito subordinada aos Estados Unidos demais. Mas eu, durante toda a vida, sempre achei... Tanto que eu o escolhi como padrinho de casamento. O dr. Vasco era uma figura muito emblemática do Itamaraty. E depois, o próprio embaixador Silveira¹⁰. Porque o embaixador Silveira era um homem... Era amigo de meu pai, era da mesma turma de meu pai – eu o tinha conhecido cedo –, e era uma figura muito brilhante, muito interessante, muito viva e tudo, e eu fiquei logo, desde o começo, muito ligado a ele. Outra influência também importante no início da carreira foi do embaixador Azevedo Rodrigues, Jayme Azevedo Rodrigues, que era o chefe da área econômica do Itamaraty quando eu entrei, que era um homem também muito brilhante e

¹⁰ O entrevistado se refere ao embaixador Antônio Azeredo da Silveira.

muito... Até, digamos, um pouco romântico na sua colocação, na sua dedicação. As idéias dele eram... Era, digamos, um democrata radical. Ele era um homem de um liberalismo completo, tanto que ele acabou se... Ele era professor do Rio Branco quando houve justamente essa tentativa de impedimento do João Goulart, e ele largou a turma no meio e foi para o Rio Grande do Sul para se engajar lá com o João Goulart, lá com o general... Eu nem me lembro do nome do general que organizou lá uma frente pela legalidade, a Frente pela Legalidade. E o Jayme, no começo, foi uma importância, foi uma figura de muita importância para mim. E outro que eu sempre gostei muito e sempre admirei e que também era colega de meu pai era o embaixador Frazão, Sérgio Armando Frazão. E foi um embaixador marcante no Itamaraty, teve vários postos importantes, inclusive foi presidente do IBC¹¹ também, entre outras coisas, e depois foi meu chefe, em Genebra, também.

M.M. – Então, na verdade, o senhor buscou em outros modelos de diplomata uma referência.

L.L. – É verdade.

M.M. – Está certo. Mas quando é que o senhor se definiu pela diplomacia? Porque o senhor está dizendo que... Na verdade, o senhor estava com um pé em um lado e um pé no outro. Porque ao mesmo tempo que o senhor era encantado pelas possibilidades da Sociologia, o senhor, ao mesmo tempo, tinha um pouco de receio de que a excessiva politização acabasse comprometendo o seu futuro na diplomacia.

L.L. – É verdade.

M.M. – O senhor lembra quando é que o senhor se definiu? E o que poderia ter...?

L.L. – Eu acho que o que provocou isso foi o fato de que eu estava, de certo modo, disponível para uma outra opção por causa do problema da idade, de não ter idade para fazer o concurso do Rio Branco. Mas de repente abriram um concurso extraordinário, então eu teria idade para me inscrever nesse concurso extraordinário no ano de 1962. Então, eu aí fiz um... Aí eu digo: “Não, eu vou fazer esse concurso. Eu vou fazer esse concurso e quero passar nesse concurso”. Aí comecei a estudar com muito rigor, com muita disciplina. Eu comecei a estudar num ambiente quase de cela de monge mesmo. Na casa de minha avó, eu tinha um quarto lá e eu ficava estudando. Eu sentava de manhã, às oito da manhã, e só levantava mesmo para fazer as refeições e... Enfim, ficava até tarde da noite. Durante uns seis meses ou sete meses, eu estudei com muito afinco. Eu ia de vez em quando ao Curso [Álvaro]¹², que era o curso do deputado Álvaro Valle, que era perto de lá da Rua das Palmeiras, em Botafogo, perto da casa de minha avó, na Rua Guilhermina Guinle. E ia lá mais para espairecer, para conversar um pouco com as pessoas. Mas fiquei sentado lá com uma grande dedicação.

M.M. – O senhor trancou a Sociologia?

¹¹ Instituto Brasileiro do Café.

¹² O mais próximo do que foi possível ouvir.

L.L. – Aí tranquei.

M.M. – Trancou, não é?

L.L. – É, aí tranquei. O segundo semestre do ano de 62 eu já praticamente não fiz na Católica. Aí começou o concurso, e houve um episódio curioso. Porque eu estava estudando com um grupo de quatro amigos, e um deles, que se chamava Raphael Valentino Sobrinho, estava disputando comigo o primeiro lugar, e eu tinha tido notas muito boas em Português e em Francês, então, eu tive 100 em tudo, e em Inglês também. E estávamos disputando ali cabeça com cabeça a primeira colocação, como se diz no Jockey, não é? E aí, de repente, numa prova que nós tínhamos estudado juntos na véspera e tudo, quando chegou nos dez minutos de prova, ele disse: “Eu vou entregar a prova”. A prova em branco. Ele disse: “Eu vou entregar a prova”. “Por que você vai entregar a prova?!” “Ah, porque eu não sei. Eu não sei nada.” “Como não sabe?! A gente estudou.” Ele sentava perto de mim, a gente falava baixinho, cochichava. “Não, eu vou entregar a prova”, e foi lá e entregou a prova. E aí saiu da competição. Então, eu aí fiquei sozinho no páreo.

M.M. – E os outros dois amigos também entraram?

L.L. – Os outros dois entraram sim.

M.M. – Transformaram-se também em diplomatas?

L.L. – Também.

M.M. – Quem são eles?

L.L. – Os dois já morreram. Um chamava-se João Carlos Gouveia¹³ e o outro se chamava Maurício Magnavita. Os dois já morreram. Aliás, o Raphael também já morreu. O fato é que eu acabei tirando o primeiro lugar destacado, tive uma nota muito boa. E tudo isso aí me foi importante, porque você é classificado na carreira a partir da nota. E era uma turma muito grande a minha turma.

M.M. – Essa classificação vai até quanto?

L.L. – Ela vai...

M.M. – Porque no militar vai até major.

L.L. – Não, no Itamaraty não, porque a partir de um certo momento as promoções começam a não ser necessariamente na ordem de antiguidade, não é? Mas, digamos, nos dois primeiros quadros, certamente é importante, não é?

M.M. – Quantos alunos tinha a turma nesse...?

¹³ Mais adiante o entrevistado corrige para João Carlos Pontes de Carvalho.

L.L. – A minha turma era das maiores do Rio Branco, tinha 42 alunos. Originalmente, tinha 42 alunos. E era uma turma muito variada: tinha o José Guilherme Merquior, tinha uma porção de gente... O José Guilherme tinha sido o primeiro colocado... Porque foram dois vestibulares: o vestibular normal, que o José Guilherme foi o primeiro, e o outro, que foi apelidado ironicamente de *Suddenly, last summer*, que era um vestibular extra, que foi o tal que eu pude... O do José Guilherme eu não tinha idade para fazer. Então era a turma do *Suddenly, last summer*. E somando os dois dava mais ou menos uns 42 alunos, eu acho.

M.M. – Juntaram as duas turmas?

L.L. – Juntaram as duas.

M.M. – Nesse momento, em 1962... Foi o quê? Foi em final de 62? O senhor começou a cursar em 63?

L.L. – Não, não. Eu comecei a cursar no começo. O vestibular foi de janeiro a março. O vestibular demorava três meses, porque eram provas enormes e matérias imensas. Dava um intervalo de três ou quatro dias entre cada prova, e o vestibular durou uns três meses e em março nós começamos o curso e fomos até o final do ano seguinte. Quer dizer, todo o ano de 62 e todo o ano de 63.

M.M. – Mudou muito o ambiente, da PUC para o Instituto Rio Branco? Voltou aquele fantasma lá da França, de estudar, estudar, estudar sem parar ou continuou *light*?

L.L. – Não, continuou. O Rio Branco tinha gente muito boa, tinha grandes professores. Tinha, por exemplo, a dona Cleonice Berardinelli, que era a professora de Literatura e de Português de um modo geral, uma mulher extraordinária – até hoje eu sou muito amigo dela –, tinha grandes historiadores, tinha professores de... Alguns outros, menos qualificados, mas tinha excelentes professores de Direito Internacional, de Economia, que eu tive a Maria da Conceição... Economia, o pessoal era da Cepal¹⁴: era o Carlos Lessa, que na época era um jovem que tinha um físico assim, de poeta romântico, e a Maria da Conceição Tavares. Enfim, eram bons professores de um modo geral. Mas não havia... Eu pelo menos não levei a coisa a peito, de querer continuar a ser o primeiro colocado, tanto que acabei não sendo o primeiro. No Rio Branco em si, eu acabei não sendo o primeiro. Eu acabei caindo para terceiro no Rio Branco. E a gente estava numa fase também de muita bagunça, de jogar sinuca, de jogar futebol, e não estava muito levando... O ambiente não era um ambiente francês, não. Não tinha nada a ver com aquela coisa severíssima francesa e tudo.

M.S. – O futebol e a sinuca eram com colegas do Rio Branco...

M.M. – Eram.

M.S. – ...Ou eram com os seus amigos da época do Andrews?

¹⁴ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

L.L. – Não, eram do Rio Branco.

M.S. – Quem eram os mais próximos?

L.L. – O Sebastião do Rego Barros, que é meu amigo da vida toda, sempre foi um amigo importante e tudo, e vários outros, inclusive no... O Roberto Abdenur... No Rio Branco, o Luiz Felipe Teixeira Soares, o Márcio Dias e vários deles que continuaram depois sendo meus amigos a vida toda.

M.M. – Essa época, também, em 62, é um período de muita politização.

L.L. – Muita ebulição.

M.M. – Como é que se refletia? Porque não apenas ebulição política, mas também na política diplomática.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Também é um período muito tenso.

L.L. – Isso era muito marcante.

M.M. – Rebatia?

L.L. – Era muito marcante sim, e se... A turma era uma turma grande e muito combativa, muito aguerrida, e muito participativa também, então, havia muitos... Em várias aulas, vários professores favoreciam o debate político. Por exemplo, havia um professor de francês, o professor André Sólon, que favorecia muito debates em francês, em inglês, e em várias ocasiões a gente discutia muito temas políticos. Era muito engajado. E em relação à política externa, foi um período muito *exaltante*, porque nós éramos todos muito admiradores da... Primeiro, da política do Jânio Quadros, a chamada Política Externa Independente, e depois, do Afonso Arinos¹⁵, e sobretudo do San Tiago Dantas¹⁶, não é? Aquela Conferência de Punta del Este, da Aliança para o Progresso, a questão da oposição do Brasil à eliminação de Cuba da OEA¹⁷, tudo isso foram momentos muito marcantes, muito presentes, muito discutidos, e alguns desses professores vinham ao Rio Branco e conversavam conosco. Havia um ambiente de muita participação, não é? Tanto que quando estávamos para terminar o curso, tínhamos que escolher o paraninfo para a cerimônia de formação, de diplomação – é uma cerimônia no auditório grande do Itamaraty, na biblioteca, lá no fundo do lago, e a gente vai ao presidente da República e o presidente é

¹⁵ Foi Ministro das Relações Exteriores durante o governo Jânio Quadros e no regime parlamentarista do primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha.

¹⁶ Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi ministro das Relações Exteriores durante o governo João Goulart. Seguidor da chamada "política externa independente", promoveu o reatamento das relações com a União Soviética, e na reunião em Punta del Este, discordou da posição dos Estados Unidos, que pretendia expulsar Cuba da OEA. Retirado de: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/san_tiago_dantas, acessado em 29/09/2010.

¹⁷ Organização dos Estados Americanos.

que distribui as medalhas e os títulos para cada um dos alunos –, e os alunos têm o direito de escolher um paraninfo, que de certo modo é também um *statesman* político, e havia um grupo que queria escolher o Miguel Arraes, que na época era um radical, tinha a coisa das Ligas Camponesas com o Julião¹⁸ e tudo, não é? Em 1963, o Arraes era um... E eu e alguns outros nos opusemos a isso, achamos que não havia sentido a gente colocar uma expressão tão forte de um radicalismo em um lugar de destaque desses, e acabamos escolhendo o San Tiago, que era um... Já estava muito doente, já estava no final da vida, e que tinha sido completamente ejetado da vida política, não é? Porque o San Tiago era um homem superior, um homem extraordinariamente culto e preparado, inteligente, com uma visão muito profunda, e no meio ali do PTB, não é? Ele era do PTB, quer dizer, era da turma do João Goulart, daquele pessoal, que eram sujeitos infinitamente inferiores a ele, intelectualmente e politicamente. E ele então tinha sido eliminado por aquele grupo e estava já na sua casa, e estava doente, com um câncer que acabou matando-o. Ele morreu com 53 anos. Então, nós fomos à casa dele, o Jerônimo Moscardo de Souza, o José Guilherme Merquior e eu, para convidá-lo, e ele ficou muito tocado com a homenagem, porque ele já estava sabendo que estava já no escanteio completo e ele ficou muito encantado. E aí ele... Mas era um homem muito polido, muito sereno, muito educado, e ele então teve uma longa conversa conosco. Depois nos convidou para almoçar no Bife de Ouro, no Copacabana Palace, e aceitou e tudo. E foi para ele uma espécie de uma ocasião de fazer um testamento político, não é? Ele fez um grande discurso lá nessa cerimônia, e morreu pouco depois. E a opção mais moderada que a gente encontrou lá foi essa.

M.M. – A gente vê que no início, olhando aqui os ministros das Relações Exteriores, a gente vê que tem uma quantidade enorme. Eles ficam meses no cargo.

L.L. – É.

M.M. – Isso se traduzia, para vocês lá no Rio Branco, em instabilidade da política externa? Havia uma preocupação dos jovens diplomatas em relação a alguma coisa? Porque deve ter mais estabilidade, não é? Normalmente se espera que a política externa tenha uma condução mais estável. Isso era discutido, essa pulverização?

L.L. – Era, era discutido sim. Mas era também compreendido que isso era parte de um momento nacional de grande volatilidade, com o parlamentarismo e tudo que isso representou: os governos que se alternavam, que caíam. E havia grandes debates, não é? No parlamentarismo, cada vez que se indicava um novo ministério, um novo gabinete, um novo primeiro-ministro havia debates longuíssimos na Câmara dos Deputados, e a gente seguia aquilo, ficava vendo aquilo. Então, de certo modo, não se sentia que aquilo fosse uma coisa particular do Itamaraty, mas que era um momento nacional, que estavam passando por aquela ebulição, por aquela grande efervescência, não é? E de certo modo se refletia, por exemplo, com a saída do dr. Evandro¹⁹, que foi um homem de muito respeito, de muito peso. Nós tínhamos muita confiança nele. E ele, no fim de... não sei se 30 ou 40

¹⁸ O entrevistado se refere a Francisco Julião, um dos líderes das Ligas Camponesas, movimento que lutava pela Reforma Agrária.

¹⁹ O entrevistado refere-se a Evandro Lins e Silva, que foi Ministro das Relações Exteriores no ano de 1963 e Ministro do Supremo Tribunal Federal de setembro deste mesmo ano a janeiro de 1969.

dias, ele foi convidado para ser ministro do Supremo e aceitou e deixou o Itamaraty. Foi uma decepção para nós. Eu até comentei isso com ele. Antes de ele morrer, quando o [Instituto] Rio Branco fez 50 anos, eu fiz uma cerimônia especial em Brasília e depois convidei para jantar todos os ex-ministros e secretários-gerais na minha casa, e o dr. Evandro foi – mesmo tendo sido ministro só 30 dias ou 40 dias, ele foi –, e eu ainda comentei com ele isso, e ele disse: “É, foram as vicissitudes da vida política”. Foi como ele me respondeu.

M.S. – A entrada do Araújo Castro logo depois afeta a maneira como os estudantes viam a casa? É um baque muito grande a chegada do...?

L.L. – Não, o Araújo Castro também era muito respeitado e muito querido. Foi uma coisa muito boa. Foi visto como um momento bom, importante. Não houve nenhuma restrição.

M.S. – Ou seja, até 64 só tende a melhorar.

L.L. – Exato. Quer dizer, melhorar eu não sei, porque talvez o San Tiago e o Afonso Arinos tenham ficado como a referência máxima, não é? Mas, de qualquer modo, mantendo um padrão muito elevado. Todos mantendo um padrão muito elevado.

M.M. – Mas é interessante porque acabou o Araújo Castro ficando, na memória política, como sendo o eixo central desse período.

L.L. – É.

M.M. – A ele ficou muito associado à idéia da Política Externa Independente. Se perguntar a um estudante de História a quem ele associa a Política Externa Independente, ficou muito mais associada ao Araújo Castro, desse ponto de vista, do que talvez aos outros. O senhor concorda? Ou o senhor acha que não?

L.L. – Não, eu acho que não. Eu acho que não porque... Quer dizer, os fundadores e, digamos, os ideólogos da Política Externa Independente foram o Afonso Arinos e o San Tiago, não é? E o Castro era um profissional da carreira muito competente e tudo e, certamente, simpático à proposta geral da Política Externa Independente, mas não era, de forma nenhuma, um homem, digamos, radical, nem um homem de pensamento ideológico muito vincado, não é? Era um homem... Era um profissional.

M.S. – Era, acima de tudo, um operador, não é?

L.L. – Era um operador. Antes de mais nada, um operador de grande competência. Mas não era, digamos, uma pessoa que tivesse a ousadia que o San Tiago teve, por exemplo, em Punta del Este, tanto na Aliança para o Progresso quanto no voto sobre Cuba, não é? Tanto que depois o Araújo Castro se tornou embaixador na ONU e embaixador em Washington. No regime militar, não é? Portanto, não havia contra ele... Coisa que jamais não teria acontecido com o San Tiago, certamente, não é?

M.M. – Talvez porque os outros, se a gente for olhar, o Afonso Arinos, o San Tiago, o dr. Evandro e o próprio Hermes Lima, sejam pessoas que tenham projeção fora da carreira diplomática, e o Araújo Castro é o único que é diplomata.

L.L. – É verdade.

M.M. – Então, talvez, por essa circunstância se atribua esta Política Externa Independente àquele que é especificamente diplomata. Eu estou só especulando sobre o...

L.L. – Pode ser.

M.M. – Não é? Exatamente esse fato de ele aglutinar esse período.

L.L. – E também o fato de que ele foi o último, não é?

M.M. – Isso.

L.L. – Ele foi o último. Porque ele foi o ministro que foi... Foi o último ministro de Relações Exteriores do governo Jango.

M.M. – Antes do golpe.

M.S. – E porque depois a mudança é radical também.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Então, marca o último mais ainda.

L.L. – Exato.

M.S. – Porque o que vem logo depois é tão diferente...

M.M. – Acredito que tenha sido esse o motivo.

L.L. – É uma mudança profunda.

M.S. – Embaixador, depois de sua entrada no Rio Branco, certamente a sua relação com amigos de seu pai começa a mudar, não é? Com o Silveira, imagino, em particular, com o Vasco e com o próprio Frazão. Nesses anos do começo de sua carreira, tinha relação com eles, tinha conversas sobre a situação política, a situação da casa? Ou ainda era uma relação distante porque o senhor era muito novo?

L.L. – Não, era uma relação mais distante porque uma relação entre um embaixador já maduro e um jovem terceiro-secretário que acabou de entrar é, necessariamente, de... Dificilmente ela vai – pelo menos na época – dificilmente vai além de uma coisa muito sucinta, muito preliminar. Não chega a entrar em debates e tudo. Havia... No Itamaraty

sempre houve – hoje em dia é cada vez menos – uma noção de hierarquia muito forte, não é? Então, um general de quatro estrelas não dava confiança de conversar...

M.S. – Nem que fosse um amigo pessoal do seu pai?

L.L. – Não, não. Quer dizer, teria, eventualmente, em um jantar, em um evento social, trocar uma idéia, mas não havia muito essa coisa. Depois, com o Silveira, passou a haver, mais adiante, quando eu fui trabalhar com ele. Mas aí foi outro momento, não é?

M.M. – O senhor disse que não queria ser igual ao seu pai, assim, nessas escolhas do cerimonial e da administração.

L.L. – Isso.

M.M. – Qual o grau de autonomia que o senhor tinha...? Por exemplo, eu vi que o senhor foi ser auxiliar do chefe da Divisão da Política Comercial. Então, de certa maneira, o senhor já tinha uma certa clareza de que queria alguma coisa na Economia.

L.L. – Isso.

M.M. – Qual o grau de autonomia que um jovem diplomata tem para escolher...? Foi pela sua classificação que o senhor pôde escolher?

L.L. – Exato. Foi a classificação que permitiu que eu escolhesse tanto o lugar onde eu fui trabalhar inicialmente quanto, depois, o primeiro posto também. Sempre a escolha começava... As alternativas eram apresentadas a quem fosse melhor classificado e iam fluindo daí por diante, não é? E a Política Comercial, a minha opção foi justamente trabalhar com o Jayme Azevedo Rodrigues, que era, digamos, a versão mais apaixonada, mais radical da Política Externa Independente, cujo grande evento aglutinador no momento era a I Conferência de Comércio e Desenvolvimento, a Unctad, a I Unctad, que tinha sido uma idéia de Raúl Prebisch e que pretendia ser um evento transformador. Era uma ilusão completa. Hoje em dia, em retrospecto, a gente vê que era o auge do romantismo, que uma conferência da ONU pudesse transformar as regras do comércio internacional era uma coisa... Mas a gente não percebia isso na época. Ao contrário, era uma espécie de uma cruzada do bem, uma cruzada dos justos contra os expropriadores, contra os imperialistas e tudo mais, não é? Então, o Jayme estava levando isso aí a peito. E o Araújo Castro, que era muito irônico, muito mordaz, dizia que o Jayme tinha juntado ali em volta dele a “turma do Bardahl”. O Bardahl, eu não sei se vocês se recordam, era um óleo de limpar o motor.

M.M. – Chico Válvula Presa.

L.L. – Exato. Então, no anúncio na televisão, aparecia uma poção de bonequinhos, que eram as moléculas do Bardahl deslizando por dentro do motor e limpando tudo, não é? Então, eram os caras... Era uma propaganda muito vista na época. E o Castro dizia assim: “Bardahl²⁰ é Bureau Azevedo Rodrigues de Desenvolvimento Histórico da América

²⁰ O óleo chama-se Bardahl, e não Bardhal, que formaria a sigla de Bureau Azevedo Rodrigues de

Latina”. [risos] O Castro não perdia ocasião de fazer um comentário assim, venenoso. E eu me alistei lá no Bardahl com grande entusiasmo. Acabei não indo à conferência. Mas havia um grupo tão grande, muitas secretárias... Foi uma delegação enorme que foi. E quando o Jayme apresentou ao Araújo Castro, o Castro perguntou: “Escuta, e onde é que está o ginecologista, hein? Com tantas secretárias, esse grupo todo, vão passar três meses lá em Genebra, tem que levar um ginecologista”.

M.M. – Bem machista.

L.L. – É.

M.S. – Agora, dentro da casa, naquele momento, não há um consenso em torno a idéias cepalinas mesmo.

L.L. – Não.

M.S. – Não é só o comentário mordaz do Araújo Castro, não é? O comentário também revela uma cisão dentro da casa.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Quem estava na oposição?

L.L. – Eu acho que o principal era o próprio Castro mesmo. O Castro, embora ele tenha sido ministro do Jango, nunca foi um paladino de uma política externa muito agressiva, muito militante, tanto que ele não foi ao famoso Comício da Central, não é? Ele se recusou a ir – foi o único ministro que não compareceu ao comício – e ficou no Itamaraty vendo pela televisão, porque foi transmitido em direto o comício que o Jango disse coisas radicais. E eu acho que em torno do Castro havia muita gente que pensava assim. E depois, pessoas que tiveram, durante o governo militar, durante a administração do Vasco Leitão da Cunha, tiveram posições predominantes. O líder, de certo modo, era o embaixador Manoel Pio Corrêa, que depois foi secretário-geral, que era um homem claramente de direita, assumidamente de direita, não é? Era o principal.

M.S. – Nesse momento, o Silveira está em que lugar do espectro ideológico?

L.L. – O Silveira era... O Silveira simpatizava com a idéia da Política Externa Independente. Ele sempre foi... Mas ele estava numa posição que não demandava uma definição, porque ele era chefe do Departamento de Administração, que era muito poderoso na época...

M.S. – Poderosíssimo.

L.L. – ...Porque era quem cuidava das remoções, das transferências, do orçamento, da verba e tudo. Era uma pessoa poderosa. Mas ele não precisava se engajar muito, não é? Então ele não tinha uma posição muito forte nesse aspecto, não.

M.M. – E o impacto de 1964? Porque o senhor estava nesse Bardahl. Qual foi o impacto que 64 teve sobre esse grupo?

L.L. – O impacto foi *imenso*, foi devastador. Porque, em primeiro lugar, no dia 31 de março chegavam rumores... O Itamaraty é ao lado do Ministério da Guerra, portanto... Inclusive, o lugar onde nós trabalhávamos, que era o Niterói, um anexo péssimo lá, um prédio super primitivo em matéria de instalações, faz frente com o Ministério da Guerra, com repartições lá do Ministério da Guerra, e a gente via às vezes uma agitação um tanto frenética lá. Às vezes, uma mera burocracia militar em marcha, mas, enfim... Então, no dia 31 de março, nós fomos todos, um grupo de uns dez ou quinze jovens ali, fomos almoçar no Bife de Zinco, que era o nosso equivalente do Bife de Ouro, que era o restaurante do Itamaraty, entre o prédio principal e o anexo. E o Ronaldo Sardenberg, que era filho de um general, era de família militar, era quem conhecia mais. E na época havia a expectativa de que fosse haver um confronto entre militares... Porque o levante havia sido originalmente em Minas, com o general Mourão e tudo. E eles vinham de Minas e havia a idéia de que o Jango tinha um grande esquema militar no Rio de Janeiro, com a Marinha e tudo, e no Exército também, na Vila Militar. E aí o II Exército, em São Paulo, do general Kruehl, se associou a Minas também, num levante contra o governo constitucional. Com isso, havia a expectativa que fosse haver uma batalha. Acabou sendo uma Batalha de Itararé: não houve. Mas, enfim, nós ficamos ali sentados, no calor da emoção ali, e o Ronaldo então analisava o tipo de armamento que tinha um e tinha outro, fazia simulações, projeções, e todo mundo discutia acaloradamente. E no meio disso houve um que se declarou favorável ao regime militar, ao golpe militar, e que foi vaiado estrepitosamente. Era o... Hoje ele é diretor do Instituto Rio Branco, o embaixador Fernando Reis. Ele dizia: “Eu optei pela liberdade”. Aí, todos caíram em cima dele. Só faltamos bater nele lá naquela ocasião. Ao final, depois fomos mandados embora para casa porque não havia clima para continuar trabalhando normalmente. Foi todo mundo mandado embora para casa. E aí houve o desenlace, que para a maioria dos jovens foi uma coisa muito constrangedora, muito acabrunhante, não é? E pouco depois veio lá um general. Um general foi indicado para conduzir o Inquérito Policial Militar – eu acho que era [Frederich]²¹ o nome do general –, fazer o Inquérito Policial Militar lá, e fez uma lista de uns 40 jovens que então iam ser argüidos e investigados e não sei o quê. E se estabeleceu logo esse clima de medo, de preocupação, “o que vai acontecer?”. De arbitrariedade, não é? Porque tinham poder.

M.S. – Tinha embaixadores da casa que faziam parte do grupo que deveria tentar identificar diplomatas problema dentro da casa?

L.L. – Tinha.

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_01_16.01.2008]

²¹ O mais próximo do que foi possível ouvir,

L.L. – O general chegou lá como presidente dessa comissão e rapidamente foi cercado, primeiro, de muitas atenções, respeitosamente e tudo, mas, evidentemente, também com o propósito de fazer com que ele não tivesse idéias violentas ou radicais em relação ao Itamaraty, à casa de um modo geral, não é?

M.M. – Havia uma percepção de que o Itamaraty pudesse ser protegido por uma certa bolha de imunidade?

L.L. – Acabou sendo protegido sim. Porque primeiro o dr. Vasco...

M.M. – Havia essa percepção?

L.L. – O dr. Vasco foi logo nomeado ministro, não é? Foi logo nomeado ministro, e a finalidade principal dele justamente era proteger o Itamaraty, era evitar que o Itamaraty fosse objeto de uma... De sangue, não é? E aí ele teve uma dificuldade terrível, porque o Jayme Azevedo Rodrigues complicou muito a vida dele. O Jayme estava em Genebra, na tal famosa conferência, a Unctad, e o Vasco sabia que o Jayme era um exaltado, era uma pessoa muito apaixonada, e aí mandou o chefe-de-gabinete telefonar para o Jayme e dizer: “Olha, Jayme, por favor, fica quieto aí. Não faz marola”. Aí o Jayme ficou mais exaltado ainda e respondeu com um telegrama dizendo assim: “Não sirvo a governos gorilas”.

M.M. – “Gorila” era o nome.

L.L. – “E aqui apresento a minha demissão”, e se demitiu. Aí, não só ele como todo mundo que estava em volta dele, Jayme, ficou numa situação complicada, não é? E o Silveira... E aí o Jayme foi cassado. Na primeira leva logo, foi cassado, junto com o Antônio Houaiss, o meu querido amigo Antônio Houaiss, com o Jatir de Almeida Rodrigues e mais um ou dois. E o fato é que o Jayme então teve que ir embora para casa. Mas o Jayme continuava com uma posição muito combativa, não é? Então, o Silveira dizia: “O Jayme tem uma coroa de espinhos portátil no bolso e quer botar a coroa de espinhos portátil em tudo quanto é jovem. Pega lá os jovens, ‘vamos lá agitar contra o governo! Toma aqui essa coroa portátil’” Mas ele acabou não conseguindo, coitado.

M.S. – Como ficou a situação do Silveira nesse momento? Porque ele era chefe da Administração, então, as demissões, os processos tinham que passar por ele necessariamente, não é?

L.L. – Exato. O Silveira teve um momento difícilíssimo. Ele teve que usar todos os prodígios da sua inteligência, da sua esperteza inclusive – porque o Silveira era uma pessoa espertíssima, não é? –, para defender a coisa. E no meio disso, houve um episódio danado que foi uma história engraçada. O Araújo Castro estava em prisão domiciliar – ele tinha um apartamento na Avenida Atlântica, no Posto Seis – e tinha lá uns dois fuzileiros navais vigiando a casa dele. Ele não podia sair de casa. E aí o Castro telefonou para o Silveira e disse: “Ah, Silveira, eu estou muito deprimido aqui. Você sabe, eu estou aqui em prisão domiciliar e tudo. Agora, pior do que eu está o Penedinho”, que era um amigo deles comum

que era subchefe da Casa Civil do Jango, “e eu queria muito ir visitar o Penedinho, fazer uma visita de afeto e tal e queria que você viesse comigo, Silveira”. E o Silveira estava ali tentando segurar o teto desabando.

M.M. – E foi?

L.L. – Foi. Ele estava tentando salvar ali o...

M.S. – A decisão de remover o Castro e de mandar o Castro para Atenas tem o dedo do Silveira?

L.L. – Tem.

M.S. – Faz parte da mediação do Silveira ou é uma decisão tomada pelo...?

L.L. – Não, faz parte da mediação do Silveira sim. E também dentro do espírito geral de preservar a casa, não é? Porque o dr. Vasco gostava do Castro também e não queria que ninguém fosse... Na verdade, nesse primeiro momento, só foram cassados quatro – o Jayme e três outros –, que eram pessoas de posições de esquerda muito marcadas, com filiações partidária e tudo. E o Vasco conseguiu evitar. Porque nos outros ministérios tinha havido dezenas e dezenas de cassações, de listas e tudo, e eles conseguiram evitar. Só depois do AI-2 é que houve muitas cassações no Itamaraty. Mas nesse primeiro momento foram só essas quatro, não é? E nenhum jovem foi [tocado]²². Muitos foram até... Eu acabei não sendo nunca ouvido por essa tal comissão. Não sei por quê. Provavelmente... O dr. Vasco era meu padrinho e também deve ter... “Não, tira esse daí.” Provavelmente, não é? Eu nunca soube. Mas o fato é que não passou de uma conversa. Não houve maior derramamento de sangue no Itamaraty.

M.S. – Do ponto de vista da política externa, logo depois do golpe, toda a questão comercial continuou intocada? O regime não mexe com isso, não é?

L.L. – Não, mexe sim. Porque na Conferência de Genebra, que continuava em curso, o Brasil tinha tomado uma posição extremada de liderança do grupo mais radical, de confrontação, não é? E a partir de então mandaram o embaixador Barbosa da Silva, que era um homem muito, digamos, conservador e que não prosseguiu nessa linha. Então, o Brasil ficou dentro... Perdeu, deixou de ter um papel protagonista mais forte, não é?

M.S. – Então, o seu trabalho mudou.

L.L. – Mudou. Tanto que, na verdade, eu perdi o interesse por essa área e pedi para ser transferido para uma outra divisão da área econômica, que era a área de produto de base, que, por circunstâncias, estava...

M.M. – O que é isso? O que é a área de produtos de base?

²² O mais próximo do que foi possível ouvir.

L.L. – Produtos de base são: o café, o cacau, o açúcar... Na ocasião, praticamente 100% das exportações brasileiras eram produtos de base, não é? E o fato é que a divisão estava, por essas rotações da carreira diplomática, estava praticamente vazia, e o chefe da divisão, que era meu amigo, o Seixas Corrêa, o Jorge Seixas Corrêa, me disse: “Qual é o setor que você quer?”. Eu digo: “Se você está me oferecendo, eu quero o setor de café”. O café era quase 90% das exportações brasileiras, e estava em marcha a negociação do convênio na zona do café e tudo. E aí ele disse: “Então, está bem. Então, pronto, então você vai fazer isso”. E aí foi muito interessante, porque era uma coisa bem mais concreta, bem mais real do que uma utopia de uma transformação do mundo. Era a transformação de uma equação específica de café que era danosa para o Brasil, não é? O fato é que o Brasil tinha praticado, durante muito tempo, uma política de valorização dos preços de café, e para manter os preços em cima o IBC estocava café, comprava café loucamente no mercado e estocava, para evitar que o café chegasse ao mercado e deprimisse os preços, não é? Inclusive, na safra de 63, que tinha sido uma safra gigantesca, de 40 milhões de tonelada, o IBC tinha feito estoques imensos. E com isso, o preço se mantinha lá em cima, e o Brasil sozinho segurando os preços e os outros todos vendendo loucamente – a Colômbia, a América Central, e os africanos também tinham começado, porque alguns anos antes tinha começado o Nescafé, o solúvel, e o robusta então, que é um café de menos qualidade, menos aroma e tudo, não tinha muita importância porque o processo original do Nescafé mais ou menos equalizava por baixo a qualidade do café. Então, o Brasil vinha segurando aquele guarda-chuva do café e perdendo participação de mercado. Nós, que tínhamos, no começo da década de 50, tínhamos 60% do mercado, estávamos ali lutando para manter 40%. E o Acordo do Café tinha entrado em vigor dois anos antes, em 62, tinha entrado em vigor no tempo do Frazão justamente, mas a administração do café, no governo Castello Branco, tinha chegado à conclusão que aquele esquema não funcionava mais como tal, que tinha que haver uma maior agilidade e intervenção do acordo no mercado. Não eram apenas cotas anuais, que eram fixadas em função de uma estimativa de safra, de previsão, mas que tinha que haver um mecanismo de cota-preço, ou seja, cada vez que o preço caísse abaixo de certo nível ou subisse acima de certo nível tinha que haver uma correspondente ação em termos de disponibilidade de café no mercado, não é? E isso era uma idéia brasileira. E eu aí participei da... Durante dois anos, participei da negociação desse esquema, que foi uma revitalização do acordo, e aí transformou o acordo em uma força muito mais atuante no mercado e permitiu que o Brasil não ficasse sozinho segurando o guarda-chuva para os outros comerem a nossa participação de mercado, não é?

M.M. - Como eram as relações, que são clássicas, entre a ação diplomática e a ação, por exemplo, do IBC e da área econômica?

L.L. - Nós tínhamos uma relação excelente. Tínhamos uma aproximação muito forte. No IBC, o presidente era o Leônidas Borio, que era um grande empresário do Paraná, e o seu executor principal era o Alexandre Beltrão, que é um homem muito inteligente e muito... Depois ele foi presidente durante vinte anos da Organização Internacional do Café. Foi quem bolou esse esquema todo do cota-preço. E nós tínhamos uma relação praticamente diária com eles. Eu trabalhava com o Otávio Rainho, que era o chefe da divisão – depois foi presidente do IBC também –, dentro desse esquema, e nós íamos praticamente o dia inteiro... Passávamos no IBC, trabalhávamos muito juntos e tudo. As negociações eram as melhores possíveis. Mas aí nós, o Rainho e eu, quisemos fazer também um acordo sobre

cacau, e aí fomos ver o diretor da Cacex²³, que era o dr. Aldo Franco. Era um homem muito respeitado, de muito peso e tudo. E aí, expusemos lá a nossa idéia, “fazer aqui um Acordo do Cacau”, e o Aldo Franco, que era um homem do Roberto Campos²⁴ e do dr. Bulhões²⁵, portanto, um liberal, portanto, completamente contrário a qualquer esquema de organização de mercado, o dr. Aldo Franco ouviu muito polidamente as nossas idéias e depois disse assim: “Escute, eu vou lhes fazer uma pergunta preliminar, os senhores ignoram que estão no Brasil ou ignoram qual é a posição do governo brasileiro?”. [risos] Aí nós ficamos com cara de tacho lá, saímos os dois com o rabo entre as pernas, porque não houve a menor receptividade para as nossas idéias. Então, o café era um caso especial. A idéia de generalizar esses acordos de organização de mercados era anátema para os liberais que estavam no poder na área econômica brasileira. Então, eu fiquei nisso. Agora, depois de um certo ponto... Em 1965, ia haver a Reunião de Chanceleres das Américas, no Rio de Janeiro, em novembro, e o Silveira, na sua posição de chefe da Administração, foi nomeado secretário-geral dessa conferência. E no começo do ano... Ele não tinha equipe nenhuma. Ele só tinha pessoas acostumadas a trabalhar na área administrativa, pessoal e orçamento e tudo, mas ele resolveu, como secretário-geral, entrar na área política – sair dessa área administrativa e entrar na... Ele era um homem de grande ambição também e de grandes qualidades. Então, resolveu entrar nisso. E aí escolheu lá dois ou três mais antigos, e depois escolheu três jovens diplomatas, e eu fui um deles, eu, o Fernando Reis, mais uma vez, que é o atual diretor do Rio Branco, e um outro, que já morreu também, um daqueles quatro que estudava comigo para o Rio Branco, o João Carlos – não era Gouveia, era Pontes de Carvalho. E aí, o propósito do Silveira era nada mais, nada menos que o seguinte: tinha havido a invasão da República Dominicana e o Brasil tinha feito o papelão de mandar um contingente maior e mandar um general, o general Panasco Alvim, chefiando essa tropa, uma coisa completamente contrária a todas as tradições diplomáticas brasileiras, não é? Era uma força de intervenção militar, de ocupação, não é? E aí – auge da Guerra Fria, não é? –, havia a idéia americana de transformar essa força que ocupou a Dominicana em uma espécie de força permanente que fosse uma força de intervenção em todos os países latino-americanos onde houvesse qualquer ameaça de regime de esquerda, como era o caso da Dominicana. E o Silveira resolveu assumir a preparação dessa conferência com uma posição que era ao contrário do governo brasileiro. Porque o dr. Vasco Leitão da Cunha e o Roberto Campos, que era o ministro... Era o primeiro-ministro, o todo-poderoso, e o próprio Castello Branco, o presidente, eram a favor da Força Interamericana de Paz [FIP], dessa força permanente de intervenção. E o Silveira aí assume... Ele, que não era nada. Ele era chefe da Administração do Itamaraty. Era do quarto escalão portanto... Do terceiro escalão do Itamaraty. Ele resolve comprar uma parada dessas, para mudar a posição do governo brasileiro através da mobilização dos outros, não é? Então ele resolveu partir em uma missão supostamente de preparação da conferência. Então, foi ao Chile, onde o presidente era o Eduardo Frei, que era um homem de centro-esquerda, digamos; depois fomos ao México, que tradicionalmente tinha uma posição contrária à Força – por boas razões, porque perdeu mais da metade do território –, tinha uma posição contrária à Força Interamericana; depois fomos à Colômbia e depois à Argentina e Uruguai, que também

²³ O entrevistado se refere à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

²⁴ Economista brasileiro. Foi ministro do Planejamento durante o governo Castello Branco.

²⁵ O entrevistado se refere ao economista Otávio Bulhões, que foi ministro da Fazenda entre os anos de 1964 e 1967.

eram contra – era a época do Illia²⁶ e do Frondizi²⁷. E eram todos contra. Então, nós fomos visitar. E nesses todos o Silveira então agitava contra a posição do governo brasileiro, o que é uma coisa extraordinária, não é? É de uma audácia extraordinária, fazer uma mobilização... E nós dando munição a ele, ajudando ele a criar...

M.M. – O que vocês faziam? Concretamente, qual era...? Essa munição qual era? Que dados vocês levantavam?

L.L. – No meu caso, havia a idéia de criar uma espécie de uma nova... Um novo capítulo econômico, de relações econômicas interamericanas. O Chile tinha apresentado um tratado, um projeto de um tratado, o Tratado Interamericano de Solidariedade Econômica ou alguma coisa assim, eu não me lembro o nome exatamente. E a idéia então era fazer, pelo lado econômico, uma coisa parecida com a Política Externa Independente, mas sem criar propriamente uma frente, digamos, ou uma mobilização, não é? E aí o nosso Silveira ia trabalhando e criando alianças com o Chile, com o México e com a Argentina em torno dessa posição econômica e, paralelamente, contra a Força Interamericana de Paz, não é?

M.M. – Não havia representante das Forças Armadas brasileiras?

L.L. – Não.

M.M. – Não?

L.L. – Nessa equipe, não. Nessa missão dele, não.

M.S. – E o Roberto Campos, nesse momento, não se mete com essa história?

L.L. – O Roberto Campos, eu acho que ele não estava nem aí.

M.S. – Não estava nem aí nesse momento.

L.L. – Não.

M.S. – Mas o Silveira já começa a desenvolver o desgosto tradicional dele pelo Campos.

L.L. – Ah, sem dúvida. Mas o fato é que depois, montada essa resistência à FIP, então se realizou a Conferência Interamericana no Rio de Janeiro, e aí já havia uma tendência do governo brasileiro e de alguns outros centro-americanos e sul-americanos de fazer uma espécie de uma Alca, uma pré-Alca, umas preferências regionais hemisféricas, que nós combatíamos violentamente porque achávamos... Um pouco na linha do Samuel²⁸ atualmente, não é? Isso não tem nada a ver porque são momentos históricos completamente

²⁶ Arturo Illia foi presidente da Argentina de 1963 a junho de 1966, quando ocorreu um golpe militar no país.

²⁷ Arturo Frondizi ocupou o cargo de presidente da Argentina entre os anos de 1958 e 1962.

²⁸ O entrevistado provavelmente se refere a Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral das Relações Exteriores de 2003 a 2009 e de posição contrária a Alca. Retirado de: http://veja.abril.com.br/221003/p_040.html, acessado em 29/09/2010.

diferentes, mas que aquilo era botar os nossos países dentro de uma órbita americana e ficar ali, digamos, emparedado dentro de uma dependência dos Estados Unidos. E com isso... Esse tal tratado econômico era um pouco uma espécie de uma resposta a isso. Mas quando houve a conferência, o Campos foi lá, sentou, assumiu a negociação na área econômica e fez com que o Castello, no discurso de abertura, fizesse um pronunciamento a favor das preferências comerciais regionais. E isso ocorreu. E ao mesmo tempo, depois o Campos foi adiante nessa linha, tentando consolidar isso. Mas aí, o mesmo grupo que tinha atuado contra a Força Interamericana também atuou contra essa coisa das preferências hemisféricas, não é? E com isso a idéia acabou naufragando nesse momento.

M.M. – Ambas, não é?

L.L. – Ambas. Nessa conferência do Rio, que se realizou, se não me engano, em novembro. Essa conferência depois ficou... A memória dela ficou muito marcada pelo fato de que houve um grupo de intelectuais – no qual estava o Jayme Azevedo Rodrigues, o Antônio Callado e muitos outros intelectuais importantes – que foi preso na porta do Hotel Glória. Estavam fazendo uma manifestação contra o regime militar e foram presos na porta do Hotel Glória. Foi um episódio muito marcante naquela época.

M.S. – Como é que o senhor se sentia trabalhando para o Silveira, se a política era tão audaz e poderia ter repercussões negativas para a sua carreira?

L.L. – Não, mas o Silveira era... O Silveira não era uma pessoa que estivesse dando murro em ponta de faca, não é? O Silveira trabalhava agregando. Porque havia também setores militares que estavam nessa linha. Não era uma posição unânime. Essa posição, digamos, totalmente pró-americana e totalmente engajada era uma posição...

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

M.S. – Estamos em 65. O senhor estava falando do Silveira.

M.M. – Murro em ponta de faca.

M.S. – De ele não dar murro em ponta de faca [e como]²⁹ ele vai compondo o jogo também com setores que se opunham à Força Interamericana.

L.L. – É. Porque havia, fundamentalmente no Brasil, da geração dos militares que foi à Itália, que integrou a FEB, do qual o próprio Castello era integrante, havia um grande sentimento de lealdade aos Estados Unidos, de amizade com os Estados Unidos e tudo, e isso tinha gerado grandes expectativas, porque pensavam que, como o Brasil tinha sido o único país latino-americano a ir à guerra e combater com as forças americanas, que o Brasil teria uma espécie de recompensa, sob a forma de Plano Marshall, cadeira permanente no Conselho de Segurança, enfim, uma atenção especial. E terminada a guerra, os Estados Unidos viraram a página e o Brasil ficou lá para trás, caiu de prioridade. Começou a Guerra Fria, eles não se preocuparam mais grande coisa com o Brasil. Então, isso gerou, inclusive

²⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

no plano militar, muito ressentimento. Muitos militares diziam que os Estados Unidos tinham abandonado inteiramente, que não tinham nunca dado o que tinham prometido em termos de equipamento militar e de formação e tudo. Então, havia todo um grupo que era um grupo ressentido, um grupo antiamericano, não é?

M.S. – Agora, no caso do Silveira, era também um sentimento de frustração em relação à promessa não cumprida ou era a percepção de que o interesse nacional brasileiro não estava necessariamente em seguir os Estados Unidos a reboque?

L.L. – Eu acho que sim. Eu acho que era mais essa segunda idéia, ou seja, a idéia de que o Brasil é um país grande demais para ser um satélite, para ser subordinado, para ter como programa uma subordinação. Acho que é uma visão que hoje ninguém discute mais, não é? Mas na época o Brasil era um país ainda muito fraco, muito pouco...

M.S. – Exportava café.

L.L. – É, exportava... Em termos de poder mundial, não tinha nenhuma condição, “quero ter um jogo próprio”. Então, isso mudou muito.

M.M. – Também se poderia atribuir a um certo espírito do Itamaraty, que sempre foi avesso, pelo menos na República, à intervenção? Também não era muito cara à política do Itamaraty o Brasil ter uma força de intervenção nas Américas.

L.L. – Claro.

M.M. – Isso também pesou...

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – ... Na agregação do Silveira?

L.L. – Isso é um princípio cardeal da política externa brasileira. Desde a Guerra do Paraguai pelo menos, se tornou um ponto cardeal da política externa brasileira. Com toda razão, não é? Porque com a multiplicidade de vizinhos que nós temos e de situações, se o Brasil fosse querer intervir nos rumos e na política interna de cada um dos seus vizinhos, isso levaria a uma confusão interminável, não é? Era um verdadeiro labirinto que o Brasil ia se meter, não é? Com onze vizinhos, os mais variados, os mais diversos e tudo... Então, sempre foi, desde o barão e todo mundo. Por isso que há uma resistência inclusive a essa postura atual de tomar partido e subir em palanque de um candidato contra o outro, de tomar partido do Evo Morales, de tomar partido do Hugo Chávez, de tomar partido do Kirchner, na Argentina. Isso é completamente contrário à linha da política externa brasileira, pelo menos desde que o Brasil deixou de ter uma política, digamos, territorial agressiva, desde o fim da Guerra do Paraguai, não é? Então, eu acho que o Silveira funcionava muito nessa base. E os militares e as pessoas que o propunham, quer dizer, o próprio Pio Corrêa³⁰, o próprio Roberto Campos e tudo, na verdade estavam querendo...

³⁰ O entrevistado provavelmente se refere ao diplomata Manoel Pio Correa, designado

Eram, em termos de política externa, uma espécie de antítese da esquerda que atualmente está no poder, não é? Eles achavam que, como era uma causa legítima, a exceção seria permitida para o Brasil e poderia haver uma política intervencionista, não é? Era mais ou menos uma espécie de pólo oposto da situação atual, não é? Mas a linha geral do Brasil sempre foi uma linha de não-intervenção.

M.S. – Embaixador, a preparação da conferência é o primeiro momento em que o senhor trabalha com o Silveira diretamente.

L.L. – É.

M.S. – E como é que era o estilo de trabalho?

L.L. – O Silveira era uma pessoa muito... Ao mesmo tempo, muito inteligente, muito rápida na visão. Um amigo nosso comum dizia que, se o Silveira tivesse nascido na Idade Média, ele teria sido queimado por bruxo. Porque realmente ele tinha... Ele sentava assim e ele via a pessoa. Ele tinha uma intuição da pessoa. Ele definia a pessoa. Com cinco minutos ele já tinha percebido tudo: como era o jeito da pessoa, se a pessoa era uma pessoa forte ou fraca, manipulável ou não manipulável. Rapidamente ele... Ele tinha um dom de... uma intuição psicológica extraordinária. E a quem ele respeitava, com quem ele tinha boas relações, ele dava uma abertura e uma intimidade grande. Porque ele dizia: “Eu gosto de pessoas que me desafiam”. Agora, para desafiá-lo tinha que ter sido catalogado por ele como capaz dessa oportunidade, não é?

M.M. – E os jovens diplomatas como o senhor, como ele tratava?

L.L. – Ele tratava muito bem. Ele tratava com muita consideração e muito respeito. Com muito interesse e muito respeito. Ele era uma pessoa muito... Ele gostava muito dos jovens. Eu acho que ele tinha mais... Ele tinha muitos grandes amigos na faixa de idade dele – o Guimarães Rosa era um, o Araújo Castro era outro, e vários outros –, mas eu acho que ele se sentia mais à vontade com os jovens. Ele achava que os jovens tinham mais capacidade de desafiá-lo e de...

M.S. – E mais flexibilidade no pensamento também.

L.L. – Exato.

M.S. – Acaba a conferência em...

L.L. – Ele dizia que os mais velhos passavam por um processo de “patetização”, que era a substituição da massa cinzenta pelo patê. [risos]

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

pelo general Castello Branco para assumir o cargo de Embaixador brasileiro no Uruguai, a fim de “melhorar as relações entre os dois países”. Retirado de: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210691256_ARQUIVO_textoanpuh2008.pdf, acessado em 29/09/2010.

M.S. – Patetização é ótimo!

L.L. – Muito boa, não é?

M.S. – Muito boa.

L.L. – A substituição da massa cinzenta pelo patê. Diplomata come muito patê, não é? [risos]

M.M. – E eu estava entendendo como pateta. Porque também pode ser entendido.

M.S. – Claro! Sem dúvida!

M.M. – Uma patetização, por causa de pateta.

M.S. – Excelente.

L.L. – É. O jogo de palavras é...

M.S. – É um jogo de palavras. Embaixador, então, em 66, como é o pulo para as Nações Unidas? Depois de terminada a conferência, se encerra esse período com o Silveira...

L.L. – Isso. Aí o Silveira foi para Genebra. Mas eu não quis ir para Genebra. Porque naquele momento eu não queria sair. E ele foi para Genebra. Montou...

M.S. – O Silveira chegou a lhe convidar?

L.L. – Convidou. Ele montou a equipe dele e foi para Genebra. E eu estava querendo ficar mais. Por razões pessoais, eu estava querendo ficar mais no Rio. E aí, sempre trabalhando em café, nessa coisa do Acordo do Café que eu já falei. E mais ou menos em meados do ano, o Jorge Seixas Corrêa, que dessa vez era chefe da Divisão de Pessoal – ele tinha sido antes da Produtos de Base –, me chamou e me disse: “Você escolhe um posto aqui”. Porque tinha lá uma lista de 50 postos para escolher. E eu era o terceiro da turma, mas os dois primeiros não queriam sair. Um deles era o Márcio Fortes, que é ministro das Cidades agora. Ele era um que não queria sair. E o outro também não, então... Então eu tinha o mundo inteiro para escolher. Aí eu não consegui resistir. Eu estava com a idéia de ir ficando no Rio, não consegui resistir e acabei escolhendo de ir para Nova Iorque. Foi assim. Não foi planejado, não. E nem foi uma boa experiência.

M.S. – Por quê?

L.L. – Porque eu achei a ONU muito decepcionante. Eu fui para a área econômica da ONU. Eu estava trazendo essa experiência do café que era uma experiência muito concreta, de preços e quantidades, comércio e negócios, e aí, chego na ONU, era aquela elucubração, aquela coisa meio vaga, aquela...

M.M. – Quem era o representante do Brasil na ONU?

L.L. – Era o Sette Câmara, o embaixador José Sette Câmara, que era uma belíssima figura.

M.M. – É. Eu o entrevistei.

L.L. – Era um grande homem. Era um homem muito interessante. Era um homem que estava numa situação difícil, porque ele era muito ligado ao Getúlio – ele tinha sido governador...

M.M. – E ao Juscelino.

L.L. – Ao Juscelino. Eu quis dizer Juscelino. Do Getúlio também, mas mais do Juscelino. Ele tinha sido chefe-de-gabinete do... Ele tinha sido do gabinete do Getúlio.

M.M. – Também.

L.L. – Ele tem até um livro sobre o Getúlio muito bonito, no final...

M.M. – Foi.

L.L. – Mas era mais o Juscelino. E ele era o embaixador lá. Eu não tinha muito contato com ele porque eu estava na área econômica. Eu não tinha muito contato com ele, mas eu gostava muito dele. Eu me dei bem com ele. Mas a ONU foi uma grande decepção. Nessa área econômica, foi uma decepção.

M.M. – O que um jovem diplomata – porque aí o senhor já vai como segundo-secretário – faz na ONU? Quer dizer, qual é a atividade específica? Vai lá para fazer o quê?

L.L. – A ONU, a assembléia... Hoje em dia, a atividade é muito maior do que era naquela época. Naquela época, a atividade era sobretudo na Assembléia Geral, na assembléia que se realiza entre setembro e dezembro. Em dezembro, termina e entra um longo recesso. Durante a assembléia... A assembléia se divide em seis comissões diferentes, então, tem uma de Política Econômica etc., etc., e eu era então o encarregado dos assuntos da Segunda Comissão, da Comissão Econômica. E tinha sempre uma pessoa que vinha do Brasil. No meu caso, eu peguei o Neemias Gueiros, que era um grande advogado, era muito ligado aos militares e tudo e foi o homem que foi designado para ser o delegado na Segunda Comissão, e eu era assessor dele então. Mas eram sempre discussões muito gerais, muito vagas, e isso nunca me interessou muito, não. Sempre me impacientei, sabe? Desde o negócio da Unctad, eu nunca mais tive fascinação por uma coisa de excessiva ambição retórica e pouco conteúdo prático.

M.S. – E a vida em Nova Iorque com os colegas da ONU acrescentou alguma dimensão nova? Ou nem sequer desse lado foi uma experiência...?

L.L. – Não, acrescentou sim. Nova Iorque eu aproveitei relativamente... Não muito, porque eu tinha uma situação familiar que não me facilitava muito, porque tinha três crianças

pequenas. Eu tinha tido três filhas no espaço de um ano e pouco: a minha mais velha e depois tinham vindo duas gêmeas. Então, era um apartamento relativamente pequeno, de sala e dois quartos, em Nova Iorque, com três bebês, não é? Não era muito propício para aproveitar Nova Iorque, não. Não é um bom lugar para criar filho pequeno, não. Então, não foi... E foi um período também muito duro. Em Nova Iorque, em 66 e 67, foi um período muito duro, muito agressivo, porque estava o auge das confrontações raciais, e depois espancaram, no começo de 68, naquelas manifestações... E também a guerra do Vietnã, não é? Quando eu cheguei à Nova Iorque, houve uma passeata a favor da guerra do Vietnã, e havia então um movimento de que quem fosse favorável a essa intervenção deveria andar com as luzes do carro ligadas. E eu acho que quase todos os carros estavam com as luzes ligadas. E eu não sabia o que era, porque a gente tinha acabado de chegar, estava com as crianças passeando, com carrinho de bebê, lá empurrando a minha filha pequena. E tudo mundo com a luz acesa. Eu disse: “Que coisa engraçada isso! O que será?!”. Aí, depois, perguntei e vim a saber: quem fosse...

M.M. – A favor.

L.L. – ... A favor manifestava assim. E era uma coisa quase unânime. No entanto, dois anos depois, quando eu saí de Nova Iorque, fui a um comício na Praça Dag-Hammarskjöld, defronte da ONU, em que flutuava a bandeira do Vietcong, a bandeira do inimigo. Os Estados Unidos estavam em guerra. Tinham mais de 500 mil homens morrendo lá no Vietnã. E o movimento pela paz tinha se transformado numa coisa avassaladora...

M.S. – Na virada do jogo.

L.L. – ...com a Marcha sobre o Pentágono que o Norman Mailer descreve. Enfim, uma rebelião civil, as pessoas rasgando a sua carteira de *draft*, de recrutamento militar. Tinha mudado o quadro completamente. Mas isso tudo no meio de tensões muito grandes. Então, havia confrontações diárias. As pessoas pareciam que iam se matar umas às outras na rua.

M.S. – É a época que o John Lennon se muda para Nova Iorque também.

L.L. – Exato.

M.S. – É um momento de ebulição, não é?

L.L. – É, de grande ebulição.

M.M. – E teve muita ebulição à substituição do Vasco Leitão pelo Juraci Magalhães³¹? Não, não é?

L.L. – Teve.

M.M. – Foi para acomodar politicamente?

³¹ Juraci Magalhães substituiu Vasco Leitão da Cunha no cargo de Ministro das Relações Exteriores, no ano de 1966.

L.L. – Foi, foi.

M.M. – Usou o Itamaraty para uma acomodação política? O senhor faz essa avaliação?

L.L. – Eu acho que sim. Eu acho que o presidente Castello Branco tinha um alto conceito do Juraci, e eu acho que ele o trouxe de volta de Washington com a finalidade de inseri-lo ali num lugar de visibilidade no governo para poder eventualmente fazer dele o seu sucessor. Eu acho que a idéia do Castello era essa. Eu já vi até comentários nesse sentido. Não sei se era verdade. Mas o fato é que, no Itamaraty, isso causou uma consternação imensa. Porque quando o Juraci estava em Washington ele se dispôs com a embaixada inteira. Houve um momento em que a embaixada inteira pediu demissão, pediu para sair. Porque o Juraci achava que tinha ido para os Estados Unidos como embaixador para ser o fazedor da paz de tudo. Então, não queria nenhum tipo de atrito com os Estados Unidos. Às vezes eram atritos sobre o café, sobre coisas legítimas, normais, não é? Os países têm interesses diferentes. Ele não aceitava diferenças de colocação, não aceitava... Ele achava que tudo tinha que ser conforme os Estados Unidos queriam, não é?

M.M. – Acabou ficando com...

L.L. – Pois é.

M.M. – Cunhou aquela frase que virou a marca dele, não é?

L.L. – Pois é. Para nós era uma vergonha permanente, não é? E tinham colegas nossos que o acompanhavam em visita pelo interior dos Estados Unidos... Mais constrangedor ainda do que aquela frase foi uma outra em que ele, em um auditório, muito empolgado e tudo, sobre o negócio de Vietnã e a invasão da Dominicana, ele terminou dizendo: “Daqui por diante, em qualquer lugar do mundo em que se diga ‘*Yankees, go home*’, vão ter que dizer ‘*Brasil, go home*’ também”. Isso aí foi... Um colega meu que era um júnior, um diplomata júnior, estava junto com ele. Isso aí, para nós, foi um vexame absoluto, uma humilhação horrível. A gente se sentiu... E aí, quando ele foi feito ministro, nós ficamos todos arrasados, não é? Era a própria encarnação de tudo que a gente não acreditava, de tudo que a gente era contra, não é?

M.M. – Então, o Itamaraty não foi consultado.

L.L. – Não.

M.M. – Quer dizer, de fato foi uma decisão política do Juraci Magalhães...

L.L. – Estritamente.

M.M. – ...com vistas ao panorama, o possível panorama presidencial e tal.

L.L. – Sem dúvida alguma.

M.S. – E se fazia jogo contrário ao ministro dentro da casa?

M.M. – Ah, todo mundo que podia... Às vezes a gente podia pouco, não é? Mas todo mundo que podia fazia sim, sem dúvida.

M.S. – Porque uma das coisas que é peculiar sobre esse período é que, apesar da orientação política seguir os Estados Unidos a reboque, muitas coisas não saem do papel.

L.L. – É.

M.S. – Um monte de coisa não acontece. Termina sendo muito mais uma adesão retórica...

L.L. – É verdade.

M.S. – ... Do que uma série de atitudes concretas de política externa que alinham o Brasil. E para quem olha de fora, muitas vezes a impressão é que talvez tivesse algo no jogo burocrático que ficava empatando o jogo.

L.L. – É, havia uma resistência sim. Havia uma resistência e também havia uma série de pessoas, de setores que não compartilhavam disso e, portanto, faziam uma espécie de um corpo mole. E também, sobretudo, havia o fato de que essas idéias extremadas, quase que de acoplamento do Brasil aos Estados Unidos, eram coisas que não eram factíveis, que não era possível, que não era razoável, não vingava como idéia. No continente em geral, não vingava. Então, acabava sendo uma coisa mais declaratória do que qualquer outra coisa.

M.S. – Embaixador, como é então a preparatória para a II Unctad? Porque é isso que vem logo a seguir, não é?

L.L. – É. A preparatória foi... Aí eu já estava em Nova Iorque, não é? Eu não participei disso, não, mas depois eu fui chamado para ir para Nova Iorque³² também. Aí, na área justamente de produtos de base. Por causa da minha experiência de café e tudo, eu fiquei encarregado dessa participação, dos convênios internacionais dos produtos de base, e participei lá. Mas foi uma conferência também muito desgastante. Foi uma delegação enorme lá, de umas 50 pessoas. Passamos dois meses em Nova Delhi e não acontecia nada.

M.S. – Ah, não?

L.L. – Não. Estávamos... Ali já foi claro que aquilo não ia funcionar. Não ia funcionar como tinha sido originalmente concebida, como um projeto de transformação ambiciosa e radical das condições do comércio internacional, não é?

M.S. – O Brasil procurava combinar o jogo com algum outro país em particular, ou com um grupo de países?

³² O entrevistado provavelmente quis se referir à Nova Delhi.

L.L. – A gente trabalhava com os países em desenvolvimento em geral, com o Grupo dos 77, não é?

M.S. – Algum em particular?

L.L. – Não, os mais conhecidos. A Índia, a Argélia, o Egito eram os nossos aliados naturais nesse processo.

M.M. – E não havia uma desconfiança desses países neutros e terceiro mundo entre aspas em relação ao Brasil e a essa adesão tão explícita aos Estados Unidos nesse momento?

L.L. – Não porque... Quer dizer, todos eles mais ou menos tinham regimes militares também, não é? E eu acho que não, porque a impressão que passava era que na área econômica nós estávamos com eles, estávamos ali.

M.S. – Mesmo a Índia, que era uma democracia, não é?

L.L. – É, mesmo a Índia. A política do Roberto Campos e do Bulhões – a política liberal, a conservadora – não passava para o exterior como... Pelo menos não passava para esse ambiente de ONU e de Unctad. Não passava. Então, não havia...

M.M. – Então, o Brasil era identificado com esse grupo de nações como a Índia, o Egito...

L.L. – É. Na verdade, o dr. Aldo Franco tinha razão, quer dizer, ou nós não sabíamos que estávamos no Brasil ou não sabíamos qual era a política do governo brasileiro. Nós estávamos fazendo uma política que não tinha muito a ver com a do governo brasileiro, que era bem diferente na área econômica.

M.M. – Mas, em 68, eu não sei se há algum impacto, já estamos com o Costa e Silva e com o Magalhães Pinto³³, que também não é da carreira. O senhor tem uma avaliação de que o Ministério das Relações Exteriores perde substância, na medida em que ele perde o controle sobre a indicação do seu titular? Porque o Magalhães Pinto também não é da carreira. Quer dizer, o Itamaraty só vai retomar com o Gibson Barbosa³⁴ e o Médici.

L.L. – É.

M.M. – Então, você tem o Juraci Magalhães, um político baiano, e o Magalhães Pinto, um político mineiro. Qual é a avaliação que o senhor faz e qual é o impacto que isso tem no funcionamento do Itamaraty?

L.L. – Mas, veja, isso era a tradição. A tradição nossa era essa. A tradição não era ter ministro de carreira. O ministro de carreira foi uma novidade – porque os militares

³³ A entrevistadora se refere a José de Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores durante o governo Costa e Silva.

³⁴ A entrevistadora se refere a Mario Gibson Barbosa, que foi Ministro das Relações Exteriores durante o governo Médici.

sobretudo é que implantaram, não é? Porque olha aqui, essa relação aqui, não tem nenhum de carreira aqui. O primeiro de carreira aqui é o Castro.

M.S. – É o Castro.

L.L. – Não é? Toda essa página aqui. Isso aqui vem de meados dos anos 30 até meados dos anos 60, não é? Zero de carreira. O natural era isso. Os militares é que tinham a noção de que, como eles aplicam no caso deles, que o comandante da força ou o comandante da instituição tem que ser da carreira, tem que ser o topo: um general. Mas isso não é o normal, não é? Aliás, não é o normal em lugar nenhum do mundo. Em nenhum lugar democrático do mundo é normal que haja um diplomata de carreira sendo um chefe da chancelaria, nem nos Estados Unidos, nem na França, nem na Inglaterra. Em lugar nenhum. É muito raro que isso aconteça. Depois do regime militar é que se tornou mais freqüente. Depois da redemocratização do Brasil também, não é?

M.S. – Ficou. Foi um dos legados, não é?

L.L. – É. Houve vários.

M.M. – Será que... Eu volto a esse ponto porque eu acho... Exatamente, a partir daí, só no governo Sarney é que de alguma maneira se quebra com esse padrão. Teria a ver com a percepção de um conhecimento mais técnico? Quer dizer, a diplomacia perde talvez – é uma hipótese – aquele caráter mais de política mais global e torna-se uma política mais comercial, de disputas mais técnicas e que estão mais afeitas ao conhecimento de pessoas formadas especificamente naquele tipo de saber?

L.L. – Não, eu acho que não. Eu acho que os presidentes – o Sarney, por exemplo, certamente é um caso, e outros – pensam, ou pensavam, que o Itamaraty, como corpo técnico, como instituição permanente, saberia cuidar dos interesses do país e, portanto, não era necessário que o ministro fosse de carreira também porque o Itamaraty saberia instruir e, enfim, levar o ministro a fazer as coisas necessárias, não é? Enquanto que o cargo de ministro das Relações Exteriores é um cargo muito atraente para o jogo político, porque é um quadro de alguma visibilidade, de prestígio e tudo. É um dos cargos mais agradáveis que há na República, não é? Não é um lugar de poder, no sentido de que não tem verba, não nomeia gente, não tem o peso que tem um Ministério de, sei lá, de Transportes, ou o Ministério de Minas e Energia ou coisa que o valha, mas...

M.M. – Ou das Cidades.

L.L. – É. Mas tem o seu prestígio, não é? É um lugar de visibilidade, o sujeito é chamado de chanceler... Então, o Sarney, por exemplo, utilizou isso com dois políticos importantes – o dr. Olavo³⁵ e o Abreu Sodré³⁶, não é? – para prestigiá-los e colocá-los no governo de um modo geral. Eu acho que a idéia é basicamente essa, não é? Mas também, de certo modo,

³⁵ O entrevistado provavelmente se refere a Olavo Setubal, ex-Ministro das Relações Internacionais durante o governo Sarney,

³⁶ O entrevistado se refere a Roberto Costa de Abreu Sodré, ex-governador de São Paulo (1967-1971).

não vingou, não é? Quer dizer, não acabou sendo uma coisa permanente. Mas foi o caso aqui. Quer dizer, é o caso do Hermes Lima, é o caso do Horácio Lafer³⁷, do próprio Afonso Arinos, de vários deles. A lógica um pouco era essa.

M.S. – Embaixador, durante os dois meses em Nova Delhi se costura a sua ida para Genebra? É nesse momento?

L.L. – Eu, de Nova Delhi, eu voltei a trabalhar muito com o Silveira. E o Silveira tinha tido uma tragédia pessoal terrível, porque ele perdeu duas filhas no espaço de poucos meses – uma, assassinada, e a outra, morta em um acidente – e ele estava muito abatido. E eu era amigo das filhas. Eu era amigo da família, era amigo das filhas. E aí ele voltou a falar... “Por que você não vem para...?” E eu não estava contente em Nova Iorque mesmo, por causa dessa situação toda que eu falei, tanto de família quanto do quadro mesmo da cidade e do trabalho, e aí eu... “Sim, com o maior prazer.” E aí ele providenciou rapidamente a minha transferência e eu fui para lá. E foi muito interessante porque eu fui trabalhar, sobretudo, na área de desarmamento, que estava, no momento, na conclusão do Tratado de Não-Proliferação [TNP], que era uma batalha muito interessante porque era também uma batalha de poderosos, o interesse dos poderosos, e o Silveira encarnou muito essa postura brasileira de que o caminho do Brasil tinha que ser um caminho de diferenciação, e não um caminho de imersão dentro do campo dos países poderosos, não é? E o Tratado de Não-Proliferação era então uma espécie de um emblema de resistência e de manutenção de opções brasileiras para o futuro. Com isso o Brasil se singularizou aí. Aí houve uma aliança complicada, nesse caminho do processo, entre um grupo significativo... Isso aí já é na faixa em que já está se falando no Brasil potência, não é? Uma série de grupos militares já com uma visão de Brasil potência, portanto, o Brasil potência nuclear. Não era articulado como tal...

M.S. – A Índia já tinha um programa avançado de...

L.L. – Exato. E havia uma idéia de que o Brasil também devia se dotar. Como existe até hoje uma corrente que pensa assim, não é? Então, essa corrente juntou-se a uma corrente mais macro, digamos, de política macro, que via o TNP não um instrumento para evitar que o Brasil tivesse uma bomba, mas numa espécie de um instrumento de coerção de um país grande como o Brasil dentro de uma moldura pequena, de uma camisa-de-força política, não é? E o Silveira encarnou muito essa resistência ao TNP, à assinatura do TNP. Tanto que no dia que eu assinei o TNP, muitos anos depois, em Nova Iorque, em 96, eu pensei muito no Silveira. “Será que o Silveira...”

M.S. – Aprovava?

L.L. – “O que o Silveira me diria numa hora dessas?” Mas eu acho que ele era tão inteligente que ele saberia perceber perfeitamente que tinha mudado o quadro. Eram outras realidades, não é? Mas pelo menos eu fiquei com essa dúvida aí, será que o Silveira ia dizer: “Mas você?! Logo você vai fazer uma coisa dessas?!”. ”

³⁷ É tio de Celso Lafer. Foi Ministro da Fazenda durante o ultimo governo Getúlio Vargas e Ministro das Relações Exteriores no governo Juscelino Kubitschek.

M.S. – Embaixador, mas por que o Brasil, ao resistir ao tratado, não faz alarde disso? Porque é uma resistência muito quieta, o que tem a ver com o estilo da diplomacia brasileira. Mas não parece haver pelo menos uma busca de ter liderança multilateral contra o tratado, nem de sair bradando por aí contra o tratado. Apesar das posturas serem muito fortes, sempre é muito individual. Por que essa natureza?

L.L. – Porque eu acho que aí, como [nicho]³⁸ em si e global, possivelmente não houvesse interesse em fazer maior alarde disso. O que se procurou fazer muito rapidamente, poucos anos depois, no governo Geisel, foi efetivamente implementar um Programa Nuclear Brasileiro, não é? Aí, com alguma visibilidade e tudo, mas com um sentido muito concreto – aí, o grande arquiteto disso foi o Paulo Nogueira Batista, não é? –, para fazer com que o Brasil tivesse uma capacidade nuclear que fosse desde usinas nucleares até processamento de plutônio e enriquecimento de urânio. Enfim, todo o ciclo nuclear completo. E isso era, digamos, a tradução prática e política da opção de ficar fora do TNP, não é?

M.S. – Ou seja, a orientação é tentar minar as normas internacionais que possam constranger a capacidade do Brasil desenvolver o seu programa...

L.L. – Exatamente.

M.S. – ...e correr com o programa, para ter um *fait accomplis*, não é?

L.L. – Considerando que só eram parceiros possíveis para uma empreitada dessa ambição países muito desenvolvidos que tivessem uma indústria nuclear. Portanto, na verdade, se limitava à França e à Alemanha, não é?

M.S. – E aos Estados Unidos, não é?

L.L. – Não, os Estados Unidos jamais fariam, evidentemente. Conosco, jamais fariam.

M.S. – Mas depois chegaram a conversar com a Westinghouse, não foi?

L.L. – Não, mas aí era outra coisa. Aí era vender uma usina. Mas um programa de ciclo completo...

M.S. – Com transferência de tecnologia, não é?

L.L. – Isso só a França e a Alemanha que tinham esse interesse, não é? Os Estados Unidos venderam uma usina, não é? Foi a primeira usina nuclear brasileira da Westinghouse.

M.S. – Claro. Não se pensava nesse momento em compor o jogo com a Índia, por exemplo?

L.L. – Não, no foro multilateral, se jogava com a Índia sim, sem dúvida. A nossa aliança principal era com a Índia mesmo, sem dúvida, e contra o México. O México encarnava ao

³⁸ O mais próximo do que foi possível ouvir.

contrário, não é? Entre os países em desenvolvimento importantes, era o país que mais preconizava o TNP, com o Garcia Robles, que depois ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Ele era o delegado mexicano na Comissão do Desarmamento, em Genebra.

M.S. – O trabalho com o Silveira em Genebra é muito diferente do trabalho em Nova Iorque?

L.L. – Ah, é muito diferente.

M.S. – Em grande parte, pela personalidade dele e pela equipe que ele monta.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – O senhor pode falar disso um pouco?

L.L. – Em Genebra, na área econômica, eu trabalhei, sobretudo, nos convênios de produtos de base: o convênio do açúcar, do cacau, e do café mesmo, eu ia a Londres, de Genebra. E, sobretudo, trabalhei na Comissão de Desarmamento, que tinha, depois do TNP, um segundo tratado importante, que foi o Desarmamento dos Fundos Marinhos, para evitar a instalação de plataformas de lançamento de mísseis nos fundos marinhos, e depois, a parte do espaço também, não é? Então, esses eram assuntos políticos muito concretos, de muito interesse para um jovem diplomata como eu, que ali estava em contato com os russos, com os americanos, com os ingleses, com todos, não é? Já era a primeira divisão de política internacional. Era uma coisa que tinha muito sabor para mim, não é? E o Brasil era relevante. Naquela época, só eram dezoito países na Comissão de Desarmamento, e o Brasil era uma presença importante, significativa e tudo.

M.M. – Mas também é um período em que o Nixon e o Kissinger – e aí certamente o Matias saberá perguntar muito melhor... Há uma certa abertura para o Leste e, portanto, coloca em outro patamar questões do desarmamento, não é?

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Então, essa Comissão de Desarmamento, que talvez no auge da Guerra Fria tenha um sentido, ela muda o sentido após... Conforme vão caminhando as negociações, não?

L.L. – Ela muda. Mas a Comissão de Desarmamento nunca foi um local de atrito entre as superpotências. O próprio TNP era uma *joint venture* entre os Estados Unidos e a União Soviética. O interesse deles era evitar que os demais adquirissem bombas e manter o monopólio deles, não é? E no Tratado dos Fundos Marinhos, idem, e o Espaço, também idem. Quer dizer, não era um local de confrontação. Portanto, não se refletia, não se sentia agudamente em Genebra o problema em si da evolução, digamos, desse equilíbrio estratégico. Ao contrário. O que nós víamos lá é que as superpotências estavam se entendendo no Tratado Salt, o Salt II e os outros tratados, mas que isso não se rebatia sobre a comissão. Por exemplo, uma frustração que havia sempre era que eles não estavam dispostos a assinar um tratado de suspensão definitiva dos testes nucleares. Isso, para quem não era nuclear, era muito importante, não é? Mas eles não queriam. Então, isso era um

assunto permanente na Comissão de Desarmamento, mas não estava na agenda como uma coisa que ia acontecer. Porque eles aí não tinham interesse que isso andasse. Eles só faziam andar a agenda deles. A superpotência é para isso, não é?

M.S. – Claro. [risos]

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_02_16.01.2008]

2ª Entrevista: 29.01.2008

M.S. – Embaixador, a gente terminou o último encontro falando do seu trabalho em Genebra, em 68. A gente queria ouvi-lo um pouco mais sobre o Brasil no Comitê de Desarmamento... Perdão, eu me confundi. A gente vai dar um pulo mais para frente. A gente queria ouvi-lo falar um pouco sobre o trabalho com o Silveira em Genebra e, em particular, a série de trabalhos conceituais que o Silveira já encomenda em Genebra, no contexto do Grupo Brasil Ano 2000.

L.L. – Pouco depois de eu chegar a Genebra, alguns meses depois, no mês de setembro de 68, o embaixador Silveira³⁹ foi convidado pelo ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto para assumir a Secretaria-Geral do Itamaraty. E talvez porque a situação política no Brasil estivesse muito confusa, talvez porque ele preferisse esperar um pouco, ele resolveu só ir para o Brasil três ou quatro meses depois, ao lugar de ir assumir imediatamente. Eu, quando fui convidado para ser secretário-geral pelo Fernando Henrique, eu cheguei lá em 24 horas, que é o que se espera, não é? Mas não, ele preferiu ir *on a slow boat*, e resolveu então aproveitar esse período para fazer uma radiografia completa do Itamaraty, desde a política externa, projetada vinte anos na frente, no ano 2000, até o exame de coisas muito específicas, como caderneta de passaporte, métodos consulares, processos de metodologia de trabalho, política cultural... Enfim, todos os aspectos da política externa ele examinou – de uma maneira informal, mas havia uma espécie de um plenário, que era na casa dele, na mesa de jantar, em Genebra, e havia grupos específicos, que discutiam então cada uma dessas coisas. O grupo mais interessante e mais agitado, do qual eu fiz parte, era esse grupo que discutia a projeção do Brasil no ano 2000 – foi assim chamado, não é?

M.M. – Tinha influência daquelas profecias do Khan⁴⁰? Lembra? Naquela época do...

L.L. – É, naquela época, era a grande moda. Se a gente for olhar hoje, a gente verifica que o Khan não acertou nada, não é?

M.M. – Pois é.

³⁹ O entrevistado se refere ao embaixador Antônio Azeredo da Silveira.

⁴⁰ A entrevistada provavelmente se refere a Sana Khan, astrólogo e quiromante armênio, que desempenhou papel de destaque no cenário político entre as décadas de 30 e 50. Retirado de: <http://www.constelar.com.br/revista/edicao25/vargasfinal6.php>, acessado em 28/09/2010.

L.L. – Ele foi um fracasso completo em matéria de realidade. Mas, naquela época, era fascinante a idéia. Essa coisa do ano 2000, de certo modo, era um chamariz importante, não é? Então, nesse grupo, o que se discutia era um pouco a vocação brasileira, e havia basicamente duas correntes: uma corrente, que era encabeçada pelo Rouanet, Sérgio Paulo Rouanet, que depois se tornou um grande filósofo e um grande acadêmico brasileiro e que na época era um diplomata muito engajado e militante de esquerda e tudo, achava que o Brasil devia se incorporar ao grupo dos neutralistas, ou seja, à liderança da Índia, do Egito e da Iugoslávia e formar parte desse grupo de maneira muito agressiva, sendo então a proposta uma proposta terceiro-mundista, como se... Na época, ainda se usava essa expressão. A outra corrente, da qual eu fazia parte, era de que o Brasil não tinha, de nenhuma maneira, razão para se inserir dentro desse contexto, primeiro porque, pela sua geografia, pela sua história, pela sua inserção internacional, não tinha motivo para se colocar à frente, não tinha credibilidade sequer para se colocar à frente de uma situação dessa, mas que o Brasil não devia, por outro lado, também se tornar, digamos, uma espécie de um satélite dos Estados Unidos e se inserir dentro de uma órbita americana a tal ponto que não tivesse especificidade nenhuma, não tivesse voz própria nenhuma. E a grande discussão, nesse nosso ponto de vista, era a de que, para contrabalançar a força de gravitação enorme dos Estados Unidos, o Brasil devia tomar algumas iniciativas, e essas iniciativas só podiam ser reforçar as suas parcerias com países como a Alemanha, como a França, como a própria Inglaterra e, com isso, diversificar o seu comércio, a sua aliança militar, o seu posicionamento internacional, mas sempre dentro de um contexto ocidental, digamos, não é? Esse era o meu ponto de vista, e foi o ponto de vista que afinal prevaleceu. Quer dizer, o Silveira tinha uma noção muito clara... O Silveira tinha um realismo político, que depois se transformou justamente em um pragmatismo responsável, para saber que não havia nenhum fundamento em uma alternativa de o Brasil ter uma posição como a da Índia ou da Iugoslávia. Não era uma alternativa que tivesse credibilidade na realidade nacional.

M.S. – Embaixador, mas por que exatamente? Por uma questão dos termos do debate político nacional? Ou porque o Silveira... Vocês acreditavam que o Brasil era excessivamente fraco para tentar fazer um jogo desses na cena internacional?

L.L. – Não, é a mesma razão porque, quando se debatia no gabinete de Getúlio Vargas se o Brasil ia ficar com o Eixo ou ia ficar com os Aliados na guerra, o Osvaldo Aranha⁴¹ um dia perguntou, ou teria perguntado – eu não tenho certeza se essa história é verídica, mas, de qualquer modo, *è bene trovata*, não é? –, ele teria perguntado: “Muito bem, então, se nós vamos ficar do lado do Eixo, quem é que vai nacionalizar aqui as empresas americanas e canadenses que prestam todos os serviços essenciais aqui? A Light, quem é que vai nacionalizar a Light, por exemplo?”. Aí todo mundo se deu conta que as nossas principais parcerias eram ocidentais e, por isso, todo o nosso tecido vital, econômico, infra-estrutura, tudo isso estava ligado ao ocidente, não estava ligado ao nazismo, não é? O nazismo e o fascismo tinham tido coisas pontuais, na medida em que ofereciam armamento barato, ou suprimentos baratos, [inaudível] e tudo, mas não era uma coisa real. E eu acho que no fundo é a mesma coisa. Quer dizer, o Silveira sabia muito bem que o neutralismo indiano se apoiava num socialismo, se apoiava num tipo de trajetória independente completamente diferente. E a mesma coisa com a Iugoslávia também. A Iugoslávia não era um país que

⁴¹ Foi Ministro das Relações Exteriores durante o Estado Novo.

pudesse ser considerado um país da ordem capitalista, da ordem ocidental de alguma maneira. E o próprio Egito também, com o Nasser⁴². Quer dizer, eram todos que tinham uma história própria de, na sua essência socioeconômica, ter uma individualidade que não era ocidental, não era uma marca ocidental. E não é o caso do Brasil. Eu acho que esse que era o ponto central que o Silveira compreendia. E foram discussões acaloradíssimas, e durante muitos meses, porque ele só veio para o Brasil em janeiro, na verdade.

M.M. – Qual era a força política do grupo representado pelo Rouanet, internamente, dentro dessas discussões? O senhor está dizendo que foram discussões acaloradas. Qual era a força política do grupo do Rouanet...

L.L. – Não, força política, não tinha nenhuma.

M.M. – ... dentro do Itamaraty? Tinham muitos que...?

L.L. – Não tinha maior força política. Mas tinha...

M.M. – Não?

L.L. – O que tinha era, digamos uma presença... Primeiro, tinha uma presença intelectual e um discurso atrativo, não é? E em segundo, tinha... Durante o regime militar, desde 1964, quando o Brasil deu aquela guinada total pró-americana e tudo, o Itamaraty, que pensava diferente disso, procurou organizar, digamos, a sua contestação terceiro-mundista entre aspas no Grupo dos 77, na Unctad, enfim, nessa área econômica, na diplomacia econômica. Então, esse grupo era atuante, e eles eram participantes desse grupo. O Rouanet talvez fosse o mais brilhante dos expoentes, mas eram muitos. Eram numerosos.

M.S. – Quem participava desses encontros, além do senhor e do Rouanet?

L.L. – Todos os que serviam em Genebra naquela ocasião. E iam muitos que passavam também. O Silveira chamava. Por exemplo, chamou o Jorio Dauster⁴³, que estava em Praga; o Sebastião do Rego Barros⁴⁴, que estava em Bruxelas. Eles foram chamados. Ele fez daquilo ali uma espécie de um grande *think tank* que, durante três meses, discutiu essas questões todas, não é?

M.S. – Chegou-se a se discutir, nesse ambiente, uma postura mais assertiva em relação ao TNP também?

L.L. – Não, isto já estava tomado.

⁴² Abdel Nasser foi presidente do Egito de 1954 até sua morte – em 1970.

⁴³ O embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva ocupou diversos cargos na diplomacia brasileira. Foi Presidente do Instituto Brasileiro do Café de 1987 a 1990; Embaixador Extraordinário para a Negociação da Dívida Externa de 1990 a 1991 e Embaixador do Brasil junto à União Européia de 1991 a 1998.

⁴⁴ O diplomata Sebastião do Rego Barros foi Embaixador do Brasil em Moscou (1990-1994); secretário-geral do Itamaraty (1995-1999) e embaixador do Brasil na Argentina (1999-2001).

M.S. – Já estava decidido.

L.L. – Já estava tomado. Aí não havia dissidência, não. Aí estavam todos a favor. Porque se considerava, naquela época, que isso era uma matéria de consenso. Todos, digamos, os matizes do pensamento diplomático brasileiro estavam de acordo com essa...

M.S. – Embaixador, o que eu queria lhe perguntar agora é em relação à leitura que o grupo tem, nesse momento, da *détente*⁴⁵. Esse é o período da *détente*. O senhor já falou da composição entre os Estados Unidos e a União Soviética no Comitê de Desarmamento, e essa versão é uma versão que mostra a *détente* como uma ameaça aos interesses do Brasil, porque congela o poder mundial para uma potência mediana e potencialmente emergente. Mas ao mesmo tempo, nos textos do Silveira do período, tem uma compreensão que a *détente* pode ser uma oportunidade também. Diferentemente da versão de Araújo Castro, do congelamento puro. O Silveira, tenho impressão eu, não tenho certeza, também vê oportunidades de, por exemplo, diversificar parcerias, não com o mundo comunista, mas com partes do mundo capitalista que não seguem os Estados Unidos necessariamente: Alemanha, França...

L.L. – Exato.

M.S. – Eu queria que o senhor falasse um pouco disso, a *détente* como constrangimento ou como oportunidade.

L.L. – Eu creio que, sobretudo, como oportunidade, não é? Porque na medida em que ela, digamos, criava uma maior flexibilidade no cenário internacional, ela permitia que a Alemanha ou a própria França viessem a tomar posições mais assertivas, mais próprias, menos sistematicamente alinhadas com a posição americana, não é? E esses eram então os alvos das nossas iniciativas diplomáticas, das nossas, digamos, ofensivas diplomáticas, na medida em que o que se pensava era que, através da parceria com empresas e governos desses países, se pudesse vir a associar o Brasil na promoção de grandes projetos nacionais: o projeto nuclear, o projeto de energia hidrelétrica, projetos de indústria pesada, projetos de infra-estrutura de qualquer modo significativos. Essa era a idéia. E, eventualmente, até em projetos de tecnologia militar, que também se considerava, como foi o caso da compra dos Mirage que foi feita nessa época, não é? Porque havia um segmento... Nessa área militar, é bom ressaltar que havia um segmento das Forças Armadas que divergia profundamente da linha do presidente Castello Branco e dos seus companheiros, que era uma linha muito pró-americana. O Castello e os seus colegas de FEB⁴⁶ tinham servido com os americanos na guerra, como parte do V Exército americano, comandados pelo general Mark Clark, portanto, tinham uma espécie de solidariedade de camarada de armas com os americanos. Mas havia muitos militares brasileiros que não tinham tido essa experiência e que consideravam que eram tratados com certo desprezo pelos americanos em termos de equipamento. A Marinha sentia isso muito, a Aeronáutica também, e no próprio Exército

⁴⁵ *Détente* é um termo francês referente ao período de distensão, ou seja, diminuição das tensões entre Estados Unidos e União Soviética ocorrido entre o final dos anos 60 e início da década de 80, no contexto da Guerra Fria.

⁴⁶ Força Expedicionária Brasileira.

havia também esse *feeling* de que o Brasil não recebia um tratamento condigno da parte dos Estados Unidos e, portanto, que haveria mais oportunidades para a aquisição de sistemas modernos de armamentos com países europeus. Esse era um pouco o fundamento militar. E nós estávamos em um regime militar, evidentemente, em que havia uma força muito grande do pensamento das correntes militares no poder naquele momento. Então, o Silveira, que tinha muita percepção disso, jogava com essas alianças, também, com esses grupos militares, no sentido de promover e reforçar essas parcerias, principalmente com a França e com a Alemanha, e depois, adiante, com o Japão e mesmo com a Inglaterra.

M.S. – Nesse período, o senhor lembra de o Silveira já mencionar o Nixon e o Kissinger de alguma maneira? Porque depois essa vai ser uma relação importante, entre o Silveira e o Kissinger em particular. Mas o Kissinger chega ao poder com o Nixon em 69, não é? É esse período justamente. O senhor tem alguma lembrança nesse...?

L.L. – Não, nesse período, ainda não. Praticamente não. Quer dizer, o Silveira sabia perfeitamente que era necessário ter uma relação positiva com os Estados Unidos, uma relação não-adversativa, não agressiva com os Estados Unidos. Mas não era uma coisa que estivesse no radar dele muito forte, o Kissinger ou o próprio... Embora nós discutíssemos esse assunto. Havia também, nesse programa todo de discussões, havia também debates e discussões sobre todo o quadro...

M.S. – O Vietnã.

L.L. – É. E o panorama estratégico, o equilíbrio estratégico mundial e tudo.

M.M. – O endurecimento, a partir de 69... O senhor está falando dessa discussão toda do Silveira nos últimos meses de 68.

L.L. – Isso.

M.M. – É isso, não é? Setembro, outubro e novembro.

L.L. – Exato.

M.M. – Sabemos bem que, em dezembro de 68...

L.L. – O AI-5.

M.M. – O AI-5. Teve impacto no procedimento de vocês lá em Genebra, o endurecimento, sobre o Silveira, sobre...?

L.L. – Teve. Teve sim. Sem dúvida que teve. E o Silveira resolveu vir para o Brasil assim mesmo, embora, evidentemente, o quadro, depois do AI-5, tenha ficado pesado, o ambiente. Quer dizer, você sair de um posto importante e confortável no exterior para assumir uma posição no meio de um quadro desses era uma coisa um tanto indigesta, não é? Mas ele resolveu vir assim mesmo. Agora, quando ele chegou ao Brasil, ele rapidamente

entrou numa rota de colisão com o Magalhães Pinto⁴⁷, e eu acho que ele achou que o Magalhães Pinto estava periclitante e que ele poderia assumir o ministério eventualmente, então ele partiu para uma confrontação cada vez mais aberta com o Magalhães Pinto.

M.M. – Em que termos que era esse confronto?

L.L. – Em termos do que ele dizia e do que ele conversava, do que ele conversava com os chefes militares, do que ele colocava com os amigos e tudo, e de uma maneira muito ostensiva. Lembre-se que nós estávamos em um período... AI-5, um período de exceção. As pessoas normalmente não falavam, a não ser que tivessem alguma intenção para... Não falavam sem pensar, falavam muito cuidadosamente, não é? Era uma ditadura pesada, não é? E ele falava muito abertamente tudo porque ele estava, na verdade, ele estava postulando uma alternativa ao Magalhães.

M.S. – Falava sobre os Estados Unidos e sobre...?

L.L. – Não, falava sobre a condução do Itamaraty e da política externa e tudo.

M.S. – Sempre numa direção mais autonomista e independentista?

L.L. – Exato.

M.S. – Era essa...?

L.L. – Exato. Era isso.

M.M. – Quais eram os interlocutores dele no meio militar?

L.L. – Eram sobretudo...

M.M. – Nesse período em que você tem o Costa e Silva, que, antes de ter a trombose, sinalizava para uma reforma da Constituição, que tinha acabado de ser promulgada, mas que foi atropelada pelo AI-5, não é? O Costa e Silva sinalizava para uma recomposição institucional.

L.L. – Exato.

M.M. – Quais eram os interlocutores do Silveira nesse ambiente...?

L.L. – Eu acho que o principal interlocutor dele era o general Syzeno Sarmiento, que era um general muito importante que comandava o I Exército aqui no Rio, não é? Era com quem ele tinha mais ligação e era a principal... Digamos, a aposta de poder dele era o Syzeno Sarmiento. Mas aí ele perdeu. Ele perdeu porque o Magalhães Pinto tinha suficiente força dentro do governo para não ser demitido assim, sem mais nem menos. E o Magalhães Pinto

⁴⁷ O entrevistado se refere a José de Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores durante o governo Costa e Silva.

aí também foi... Ele não quis ter uma ruptura com o Silveira e nem jogar o Silveira aos lobos e ofereceu então uma saída muito honrosa, que era, em vez de removê-lo de Genebra para o Rio de Janeiro, mandá-lo para Buenos Aires, onde o Silveira teve então uma grande oportunidade de se estabelecer e que, na verdade, foi o que acabou se transformando na plataforma principal dele para ser ministro das Relações Exteriores. Eu não fui com ele porque eu, administrativamente, não podia. Eu tinha chegado a Genebra há apenas cinco ou seis meses e não era possível, administrativamente, ir, de maneira que eu não fui com ele, não.

M.S. – Até o seu retorno para o Brasil então, Genebra continua sendo dominada pelo Comitê de Desarmamento e pela questão dos produtos de base.

L.L. – Exato. Eu tive lá como chefe, primeiro o embaixador Frazão, Sérgio Armando Frazão, e depois, o embaixador Guerreiro, Ramiro Guerreiro.

M.S. – O senhor pode falar um pouco do Frazão?

L.L. – O Frazão era um homem de muito brilho. Era um homem de muita garra e de muito charme também, intelectual, e ele teve uma atuação marcante: no desarmamento, até certo ponto, mas sobretudo na questão dos acordos de produtos de base, porque ele tinha sido presidente do IBC⁴⁸ e tinha sido o pai do Convênio Internacional do Café e ele então marcou muito nisso. E foi uma época em que se negociaram os acordos do cacau e do açúcar também, em Genebra, e o Frazão teve uma participação importante aí.

M.S. – Ou seja, são três produtos de base onde o Brasil é um jogador importantíssimo, senão o mais importante: cacau, açúcar e café.

L.L. – Exatamente.

M.S. – E qual era a tônica? Qual era o interesse brasileiro? O que se queria conseguir? Qual era o modelo de gestão desses produtos que o Brasil tinha...?

L.L. – Era sempre a idéia da estabilização, não é? Era a idéia de se conseguir organizar os mercados para que não houvesse flutuações excessivas e não houvesse desvalorização dos nossos produtos, que os nossos produtos não sofressem perdas.

M.S. – Estabelecendo pisos?

L.L. – É, estabelecendo pisos. E tetos também, faixas de preço em que pudesse se tornar mais previsível a receita de exportação desses produtos, não é? Isso foi feito no café e, depois, no cacau e no açúcar também.

M.M. – O senhor acha que... Eu estou percebendo uma certa autonomia do Itamaraty em lidar com esses produtos de base, açúcar, cacau e café, que tradicionalmente são produtos que preocupam muito o Ministério da Fazenda.

⁴⁸ Instituto Brasileiro do Café.

L.L. – Isso.

M.M. – Pode-se pensar que nesse momento o ministro da Fazenda – estamos falando do Delfim Netto – está mais preocupado com a política industrial? No caso, o Ministério da Fazenda está mais focado com o que depois viria a ser a base do “milagre”?

L.L. – Acho que sim.

M.M. – Já dá para notar essa atenção?

L.L. – Acho que sim. Já tinha havido uma mudança, não é? Quer dizer, o ministro da Fazenda, nos anos 50, o Osvaldo Aranha, o Lafer⁴⁹, tinham no preço do café a variável crítica, não é? Se caía o preço do café, caía ministro, porque era 90% da receita de exportação, então, era... Mas o final dos anos 60 já assistiu a um começo de uma mudança estrutural, com maior agregado de produtos manufaturados e maior diversificação também, então deixou de ser uma variável decisiva e crítica para ser uma coisa importante, mas... E a proposta era bem recebida, a não ser, como eu contei da outra vez, pelo dr. Aldo Franco, que nos perguntou se nós sabíamos qual era a política do governo brasileiro ou se ignorávamos que estávamos no Brasil. [riso]

M.S. – Embaixador, nesse período, o Brasil já começa a crescer a taxas muitíssimo expressivas, não é?

L.L. – É.

M.S. – Naquele momento, não havia nenhum outro país, depois da Segunda Guerra, que tinha crescido tanto e tão rápido quanto o Japão. Ou seja, a analogia é com a China de hoje.

L.L. – É verdade.

M.S. – Qual foi o impacto disso sobre quem negociava produtos de base em Genebra?

L.L. – Houve uma... Não só em produto de base, mas em geral, houve, em nós todos, a percepção de que o Brasil estava se erguendo para um patamar mais alto do poder relativo internacional, na medida em que, com essas taxas de crescimento, havia um novo interesse pelo Brasil e havia também a indicação de que o Brasil era um animal capaz de performances muito superiores àquilo que se vivia no passado, não é? Então, tudo isso nos dava um sentimento de maior prestígio, de maior credenciamento para o jogo internacional.

M.M. – Mas isso pesou – era uma pergunta que eu ia fazer até anteriormente –, isso pesou, por exemplo, nessa idéia das novas parcerias com a Europa?

L.L. – Sem dúvida. Porque com isso o Brasil se torna, se qualifica para projetos desse grau

⁴⁹ O entrevistado se refere a Horácio Lafer, ministro da Fazenda durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

de ambição, como os que vão acontecer depois, com o Programa Nuclear, com a Alemanha; os grandes projetos hidrelétricos, com a França; a Açominas, com a Inglaterra, e outros projetos, que eram projetos com empresas estatais brasileiras, portanto, faziam parte de um desígnio, de um plano estratégico do governo.

M.S. – Do ponto de vista conceitual-ideológico, onde se situava o Frazão em relação ao Silveira?

L.L. – O Frazão, digamos... Eu acredito que basicamente na mesma linha. Eu não creio que houvesse uma diferença.

M.S. – E o Guerreiro⁵⁰, que é quem vem logo depois?

L.L. – Ele, possivelmente, era mais conservador. O Guerreiro... Mas talvez mais no estilo do que em qualquer outra coisa, não é? Mas talvez fosse mais conservador. Um pouco mais conservador, eu diria.

M.S. – Certo. Bom, podemos voltar ao Brasil então?

M.M. – Podemos.

M.S. – Em 72, o senhor volta.

L.L. – Isso. Primeiro eu tive uma... Eu voltei para o Brasil no auge do milagre econômico, naquela época de grande euforia, as Bolsas explodindo e tudo, e eu voltei para Brasília, e Brasília naquela época era um desterro, as superquadras eram de barro vermelho e quando chovia, ficavam lagoas... Era um ambiente de Macondo, assim, de... Muito deprimente. E ali, em um apartamentinho apertado e tudo. Eu vinha de Genebra, tinha três crianças, e em um apartamentinho apertado e tudo. E aí me convidaram para vir para o Rio de Janeiro para ser executivo de um banco de investimentos. E aí a perspectiva era muito tentadora, porque eu ia ganhar, sei lá, dez vezes mais e...

M.M. – Naquele período do *boom* da Bolsa e desses bancos de investimento, exatamente.

L.L. – Pois é, exato. E ia estar no Rio, não é?

M.S. – Quem lhe convidou, embaixador?

L.L. – Era um banco que pertencia ao Grupo Gerdau, na verdade, que não existe mais há muito tempo. Chamava-se Bansulvest. Era o Banco de Investimentos do Sul, Bansulvest. Era controlado pelo Grupo Gerdau, do Jorge Gerdau. E aí eu vim. Eu vim e passei aqui uns meses, uns seis meses talvez. Mas eu vi que não era o meu campo de jeito nenhum, porque eu não tinha essa obsessão por dinheiro, esse interesse por dinheiro. Não era o meu terreno de predileção. Essa efervescência do mercado financeiro, aquele sufoco em que eles vivem

⁵⁰ Ramiro Saraiva Guerreiro sucedeu Azeredo da Silveira no cargo de Ministro das Relações Exteriores. Ocupou este posto entre os anos de 1979 e 1985, durante o governo de João Figueiredo.

permanentemente não era o meu...

M.S. – Quais eram os termos de referência? Qual era a sua tarefa de fato no banco?

L.L. – Era basicamente captação de recursos e operações de crédito, operações de crédito de banco de investimentos, não é?

M.M. – O senhor pediu licença no Itamaraty?

L.L. – Foi. Eu pedi uma licença.

M.M. – Foi...? Porque na carreira militar é malvisto quando você sai para a vida civil e tal. E na carreira diplomática, também é malvisto assim?

L.L. – Também.

M.M. – O senhor avaliou os riscos de uma saída?

L.L. – Avaliei. Eu conversei com o chefe da administração, que era o embaixador [inaudível], que foi muito compreensivo e simpático, e conversei com o secretário-geral, que era o embaixador Carvalho e Silva, que também compreendeu e foi simpático. Mas eu soube – eu não conversei, mas soube – que o ministro Mário Gibson ficou muito irritado comigo, ficou muito aborrecido e considerou que aquilo era uma espécie de traição. Afinal de contas, eu tinha sido sempre muito bem tratado pela Casa e de repente virava as costas, e ele teria ficado muito abespinhado comigo. Mas o fato é que, ao cabo de seis meses, o Ronaldo Costa, o embaixador Ronaldo Costa, que era o chefe do Departamento Econômico, me procurou e disse: “Olha, eu estou precisando de você em Brasília. Você não quer voltar para o Itamaraty?”. E eu disse: “Bom, mas o que você tem?”. “Bom, é o seguinte: o Itamaraty foi chamado pelo presidente da Petrobras Ernesto Geisel para dar um apoio diplomático nas negociações de petróleo, de compra de petróleo.”

M.M. – Isso, em 72?

L.L. – É, foi em 72, em meados de 72. Porque o petróleo, que era antes uma questão puramente comercial, tinha se politizado dramaticamente, com a criação da Opep⁵¹ e, sobretudo, com a utilização da Opep como um instrumento forte de reivindicação política – por Kadafi⁵², na Líbia, pela Argélia, pelo Irã, pela própria Venezuela e por uma série de outros países importantes produtores de petróleo –, e o Geisel achava que para a Petrobras era necessário ter uma *expertise* diplomática como assessoria, para poder ter essas navegações por esses mares cada vez mais complicados do petróleo internacional. A Petrobras, até essa época, tinha uma posição extremamente confortável, porque o Brasil consumia, naquela época, em torno de 600 mil barris por dia de petróleo e a Petrobras produzia talvez um sexto disso e comprava, portanto, em torno de 450 a 500 mil barris por

⁵¹ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

⁵² O entrevistado se refere à Muammar Kadafi, presidente da Líbia desde 1969, quando tomou o poder através de um golpe de estado.

dia, e era um grande comprador. O mercado de petróleo era muito mais simples: não existiam futuros e tudo. Era um mercado todo de... À vista, um mercado físico, não é? E as grandes companhias, as Sete Irmãs, que naquela época existiam como Sete Irmãs, dominavam isso inteiramente e basicamente ficava entre elas. O petróleo ficava entre elas: elas produziam, refinavam e vendiam. E a Petrobras, como avulsa no mercado, era o maior comprador livre no mercado. Então, vender para a Petrobras era importante para elas. E a Petrobras, então tinha uma situação muito confortável, e fazia, imagine, um editorial... Um editorial não, perdão, fazia um edital de licitação todo ano, no mês de abril, dizendo que no dia 15 de abril, no endereço da Petrobras, ela abriria então as propostas de fornecimento para um ano de petróleo, e as companhias todas vinham lá oferecer lá o melhor preço possível. E a Petrobras tinha uma posição tão forte que ela ficava negociando na terceira casa decimal: “Não, eu não pago 1,635. Não pago. Eu só pago 630”. Um luxo completo, não é? E essa situação estava se erodindo. O Geisel estava vendo que estava se erodindo, o petróleo estava se politizando e nós não tínhamos nenhuma relação com os grandes produtores de petróleo. E aí veio a guerra do Yom Kippur, que ocorreu mais ou menos um ano depois de eu estar nessa função. E eu tinha estabelecido muito boas relações com os principais executivos da área comercial da Petrobras, que era o Carlos Sant’Anna, que depois foi presidente da Petrobras, era o Portos Lima, que era o superintendente do Departamento Comercial, o Plínio Junqueira e vários outros que tinham uma posição-chave lá na Petrobras naquele momento. Então, eu tinha adquirido a confiança deles, e eles me informavam muito, e eu informava ao Ronaldo Costa, ao Itamaraty e tudo.

M.M. – Qual era a sua função? Quer dizer, o que o Geisel queria exatamente que o senhor fizesse, nessa função no Itamaraty?

L.L. – Que participasse da avaliação, fornecesse informações sobre o quadro político e diplomático e assessorasse em negociações eventualmente. Até a guerra do Yom Kippur, tinha havido sucessivas altas relativas do preço do petróleo, mas não muito importantes. O petróleo estava em torno de três dólares, digamos. Tinha subido um pouquinho em relação ao que era em 71 e 72. E quando houve justamente a guerra, a Opep resolveu utilizar o petróleo como arma política, em relação... Na defesa dos interesses árabes contra Israel, naquela guerra. E, no meio da guerra ainda, houve uma primeira reunião, que levou o petróleo para seis dólares – o *benchmark*, que era o petróleo saudita, para seis dólares. E nesse momento tocou o alarme total aqui no Brasil e o diretor da Petrobras, que era um homem extremamente inteligente e ágil, o Shigeaki Ueki, resolveu então ir para o Oriente Médio com uma missão para ver *in loco* o que estava se passando e conversar com as pessoas, os principais *players*, não é? E essa missão então foi formada, e ela era integrada, do lado da Petrobras, pelo Portos Lima e pelo Sant’Anna, e do nosso lado, pelo Paulo Nogueira Batista⁵³, por mim e pelo Maurício Magnavita, que era um diplomata especializado em... Falava árabe muito bem e já tinha servido lá. E nós fizemos um périplo

⁵³ Paulo Nogueira Batista foi presidente da Comissão Coordenadora da “Aliança para o Progresso”, no Ministério do Planejamento, em 1962-63; Subsecretário de Planejamento Político do Ministério das Relações Exteriores, em 1967-69; Subsecretário de Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, em 1973-75; presidente do Conselho de Segurança, em 1988-89. O comando da embaixada do Brasil junto à Associação Latino-americana de Integração – ALADI, em Montevidéu, em 1993-94, foi sua última função como diplomata de carreira. Retirado de <http://humbertocapellari.wordpress.com/2006/06/20/o-consenso-de-washington-leia-com-atencao-e-interesse-redobrado-2/>. Acessado em 08/10/2010.

que começou em Trípoli, onde eu tive um encontro com o Kadafi que me impressionou muito.

M.M. – Por quê?

L.L. – O Kadafi era uma figura que... Naquela época, era o completo Maverick da cena internacional, não é? E nós estávamos lá em uma reunião com os diplomatas, lá na chancelaria líbia, com os diplomatas líbios, e de repente, quando íamos saindo... Tinha uma escadaria grande, e eu olhei e vi um militar, com um quepe, subindo as escadas de quatro em quatro, correndo. Quando ele chegou perto, eu vi que era o Kadafi. Ele sozinho. Ele subia as escadas com um olhar esgazeado. E aí ele foi abrindo... Quando ele chegou lá em cima, era um pátio, ele foi abrindo as portas, olhava e batia a porta, olhava para dentro e batia a porta, e aí saiu correndo, desceu correndo de novo e desapareceu. O meu único encontro com o Kadafi foi esse. Eu vi essa cena extraordinária. Era uma coisa assim, de cinema, não é? Depois, fomos para o Cairo. E chegamos ao Cairo e o Cairo ainda completamente... Logo depois da guerra, não é? Uma semana depois da guerra. E o Cairo... Todas as luzes azuis, um blecaute completo, a cidade completamente fechada. Mas havia um certo orgulho, porque os egípcios, mal ou bem, tinham atravessado o Canal e tinham conseguido, no dia do Yom Kippur, surpreender Israel. Depois levaram uma surra, mas tinham conseguido pelo menos um progresso em relação às guerras anteriores, em que eles tinham sido fragorosamente derrotados. E de lá nós fomos para o Irã. E chegamos ao Irã, e aí foi talvez o momento mais dramático, porque o Irã era o único país que não tinha decretado o boicote de petróleo. Todos os demais árabes tinham decretado um boicote de suprimentos aos Estados Unidos, à Inglaterra, enfim, aos países ocidentais principais, com exceção da França e da Espanha e, depois, do Brasil também. Mas, enfim, petróleo desimpedido, não objeto de boicote, só havia no Irã. E o xá da Pérsia sentiu que ali era uma grande oportunidade e botou em leilão um contrato de 500 mil barris por dia, que era um contrato bastante grande na época. Então, se reuniram, em Teerã, todos os executivos de todas as companhias de petróleo, grandes, médias e até pequenas, e também todos os representantes de governo. O Hotel Hilton, em Teerã, onde nós estávamos, e os outros todos tinham se transformado em uma espécie de panela de pressão, com todo mundo discutindo o que ia acontecer com aquele contrato. E o Ueki então combinou que cada um cobriria lá um setor e que nós nos encontrávamos de volta no *coffee shop* do Hilton à meia-noite para confrontar então informações. E aí, o Ueki tinha conversado com as empresas japonesas, que ele conhecia muito, com os americanos, os canadenses, e nós tínhamos falado com os franceses, da Total, e chegamos à conclusão que o preço *benchmark* era seis, mas que aquele contrato de 500 mil barris não seria menos de doze dólares por barril. E aí, em guardanapo de cafeteria, começamos a fazer as contas e verificamos que toda a receita de exportação do Brasil não ia dar...

M.S. – Para pagar.

L.L. – ... Para pagar o petróleo. Quer dizer, o Brasil ia ter que parar. Se aquele virasse o preço internacional, o Brasil ia parar, não ia ter combustível para andar de automóvel nem para fazer nada. E aí, era meia-noite, nós já estávamos cansados do dia pesado e tudo, ficamos num estado de grande abatimento. Porque aquilo era uma prova de... Era uma espécie de uma fatalidade, não é? Era um...

M.S. – Era matar o “milagre”, não é?

L.L. – Não, e era como se fosse um maremoto. Era uma onda gigantesca que vinha e que ia nos [achatar]⁵⁴ completamente. Ia varrer o Brasil do mapa. Ia botar justamente o “milagre” e toda a nossa performance pelo chão, não é?

M.M. – A percepção na época era de que era passageiro? Ou era que aquele aumento vinha para ficar?

L.L. – Não, vinha para ficar.

M.M. – A percepção era que vinha para ficar.

L.L. – Vinha para ficar. E o mundo ocidental todo...

M.M. – Percebeu isso rápido, não é?

L.L. – Percebeu isso rápido e foi...

M.M. – Bicicleta e essas coisas. Andar de bicicleta.

L.L. – Blecaute nos fins de semana, Piccadilly Circus sem...

M.S. – Apagada, não é?

L.L. – ... Apagado, no Champs-Élysées, todo mundo andando a pé... Foi dramático. Houve uma sensação de fim de época, assim, uma espécie de Primeira Guerra Mundial, não é? Foi uma coisa num nível assim. Então, aí nós verificamos que não ia ser possível, o Brasil não ia poder disputar esse contrato, e o Ueki então tomou um avião e veio conversar com o Geisel. O Geisel já era inclusive presidente eleito e estava preocupadíssimo com aquilo. E o Ueki veio aqui, conversou com o Geisel e voltou para lá – em três dias ele foi e voltou – e chegou com a orientação de que não era... De que o Brasil tinha que participar do leilão, mas de uma forma só...

M.S. – *Pro forma*.

L.L. – ... *Pro forma*. Então, oferecemos lá, se não me engano, oito dólares, ou uma coisa assim. Acabou ganhando uma empresa japonesa, que ofereceu dezessete dólares, tal era o pânico. A Mitsui ganhou esse contrato. Depois acabou nem levantando esse petróleo, acabou nem levando, porque mudaram as situações.

M.S. – Ou seja, de fato multiplicou mais do que cinco vezes o preço, não é?

L.L. – Exato. Esse contrato foi ganho pela Mitsui com dezessete dólares, quando o

⁵⁴ O mais próximo do que foi possível ouvir.

benchmark, quinze dias antes, era dois, e depois, seis. Foi uma sensação de que estava havendo um maremoto sobre a economia internacional. Mas aí nós viemos para o Iraque. De Teerã fomos para Bagdá, e em Bagdá, aí houve uma negociação que lançou a parceria com o Iraque, que depois quase termina mal, porque acabou tendo outros caminhos, mas o fato é que o Ueki conseguiu negociar com o Iraque um contrato extremamente favorável, com garantias de suprimento e preços com descontos significativos sobre...

M.S. – O senhor lembra qual era o valor do contrato...

L.L. – Não. O contrato era um contrato grande.

M.S. – ...pelo barril?

L.L. – Não, o valor exato eu não me lembro, não. Mas era um desconto em relação ao *benchmark* internacional. Eu não me lembro. O valor exato, eu não me lembro. Mas era um preço atrativo. Provavelmente, da ordem aí de uns sete ou oito dólares, uma coisa desse gênero. E depois, o Iraque também aceitava a possibilidade de fazer comércio casado, quer dizer, de aceitar em pagamento a exportação de produtos brasileiros: automóveis e outras coisas.

M.S. – Principalmente automóveis, não é?

L.L. – É. E também...

M.M. – Frango, não é?

L.L. – É, alimentos. E isso... Quer dizer, é a semente ali, não é? Depois isso frutificou muito e durante quinze anos foi uma relação decisiva.

M.S. – Muito intensa.

L.L. – Muito intensa, muito importante.

M.M. – Então, acabou tendo uma parceria inesperada, dentro daquele projeto de diversificar parcerias com a Europa.

L.L. – Foi. Foi completamente inesperada. Porque a situação toda era inesperada, não é? A situação toda era nova. E depois, também... De lá nós fomos para a Arábia Saudita. E na Arábia Saudita, então, recebemos a notícia que a Arábia Saudita ia incluir o Brasil também na lista dos países isentos do boicote, e tivemos então uma entrevista com o rei Faisal⁵⁵ na época. O rei Faisal era um rei muito poderoso, importante, era um dos filhos mais velhos do rei Ibn Saud, o fundador da dinastia saudita, e era um homem muito poderoso. Era um homem alto, com um perfil aquilino, um homem muito impressionante de figura, não é? Ele nunca tinha saído dali e tudo. Era um homem... Ele era um chefe feudal, não é?

⁵⁵ Foi rei da Arábia Saudita entre os anos de 1964 e 1975.

M.S. – Do clã.

L.L. – É, era o chefe do clã. E o Paulo Nogueira disse a ele então: “Majestade, o Brasil quer agradecer essa honraria de ter nos incluído”. Aí ele disse: “Não, não agradeça, não. Os amigos não agradecem. Os amigos, a gente faz, mas eles não precisam agradecer. Não precisa agradecer”. E aí fez lá uma... Ele tinha uma visão muito peculiar, porque ele achava que havia uma espécie de uma conspiração marxista-sionista, não é? Era uma coisa que eu nunca ouvi ninguém mais falar nisso depois. Mas ele achava que Israel era, na verdade, um...

M.S. – Ponta-de-lança do socialismo internacional.

L.L. – Do marxismo, não é? Quando Israel, na verdade, era exatamente o contrário. Quer dizer, os amigos de Israel eram os Estados Unidos e os amigos dos árabes é que eram os soviéticos.

M.S. – Eram os soviéticos.

L.L. – É.

M.S. – Agora, embaixador, amizade por quê? Ou seja, não foi necessário o Brasil negociar essa inclusão.

L.L. – Não. Nós nunca entendemos.

M.S. – Mas a amizade vinha de onde? Vinha da identidade conservadora do regime militar?

L.L. – Aí eu acho... O inspirador disso era o ministro das Relações Exteriores dele, que era um homem chamado Omar Sakkaf, com quem o Silveira estabeleceu depois uma relação de grande amizade, de cordialidade e tudo. E o Sakkaf, eu acho que ele achava que o Brasil era uma boa diversificação também de parceria...

M.S. – Para eles, não é?

L.L. – ... Boas oportunidades, e alimentos, e investimentos... Enfim, eu acho que ele foi por aí e convenceu. Provavelmente, os outros todos nem sabiam onde era o Brasil, não é? Mas o Sakkaf... Tanto que o Sakkaf, um pouco depois de o Silveira iniciar a gestão dele, o Sakkaf veio ao Brasil. Ele foi recebido como um rei, na verdade. O Silveira mandou o Rolls-Royce da Presidência da República receber o Sakkaf. Ele foi buscar o Sakkaf no aeroporto no Rolls-Royce e tudo. Foi uma época muito marcante. Mas, enfim, com essa amizade iraquiana e esse apoio saudita, nós estávamos muito bem protegidos, relativamente, pelo menos contra os piores aspectos, os aspectos mais dramáticos da crise do petróleo. E foi então um momento muito forte, muito interessante. Foi uma vivência muito interessante.

M.S. – Havia planos, já naquela época, de tentar olhar para a África como uma possível fonte de petróleo alternativa?

L.L. – Não, porque a África não era...

M.M. – A Nigéria ainda não atraía?

L.L. – Não, não era ainda...

M.S. – E Cabinda também não aparece no mapa.

L.L. – Não, Cabinda, durante o primeiro ano, o presidente da Gulf⁵⁶, que era quem tinha os direitos em Cabinda, veio ver o Silveira, em uma entrevista que eu participei, em um hotel em Nova Iorque, e ele ofereceu a venda dos ativos todos da Gulf para a Petrobras. Ele disse que a Gulf queria sair porque estava aquela guerra civil, aquela situação...

M.S. – O senhor lembra em que ano foi isso, embaixador?

L.L. – Eu acho que foi em 74 mesmo.

M.S. – Antes da independência angolana.

L.L. – É, antes da independência. Porque estava justamente no auge da guerra civil e a Gulf tinha decidido se retirar, e então ele veio oferecer. E o Silveira, enfim, disse que ia levar isso à consideração do presidente da República e tudo. E levou. E o Geisel achou melhor não. O Geisel não quis, achou que o Brasil, com isso, ia se envolver excessivamente no conflito lá e que era melhor não fazer isso e negou, portanto, a compra. Mas houve essa possibilidade.

M.M. – Acabou investindo em petróleo no mar, não é? Quer dizer, a opção que posteriormente foi sendo tomada foi...

L.L. – Depois. Bem depois. Isso foi já no final dos anos 70, não é? O importante no... Quer dizer, a Braspetro, o braço internacional da Petrobras, começou a investir fora no começo dos anos 70 ainda, primeiro com a Colômbia, e depois, no próprio Iraque, não é? O Iraque também abriu essa possibilidade de o Brasil ir para lá.

M.M. – Aquele campo... Como é? Tinha um nome...

L.L. – Majnoon.

M.M. – Majnoon.

M.S. – Embaixador, então, vocês voltam do Oriente Médio e...

L.L. – Já no Natal, praticamente, de 73.

⁵⁶ O entrevistado refere-se à Cabinda Gulf Oil Company.

M.S. – Exato. E é nesse momento que o Silveira recebe o convite do general Geisel para compor o Ministério.

L.L. – Exatamente. Ele foi chamado pelo Geisel para uma entrevista no...

M.S. – No Largo da Misericórdia.

L.L. – ... No Jardim Botânico. O Geisel estava ocupando uma residência do ministro da Agricultura que existe no Jardim Botânico, aqui no Rio. E chamou ele lá e foi uma conversa de três horas. E eu estava no apartamento dele, na Vieira Souto, esperando ele voltar. Ele voltou eufórico. Ele voltou...

M.S. – Por que o senhor estava no apartamento esperando?

L.L. – Porque ele tinha me chamado. Ele tinha me chamado para ficar no Rio, em torno dessa... Para começar a preparar a coisa. Porque ele estava sentindo que ele estava caminhando... A candidatura dele estava caminhando fortemente.

M.S. – Ele sabia por quê?

L.L. – Na certa, ele ouvia... Ele tinha... Havia um canal de informação importante, que era do Dário Castro Alves, que era muito ligado a ele, com o Heitor Pinto Ferreira. Heitor de Aquino.⁵⁷

M.S. – Heitor Aquino.

L.L. – Heitor de Aquino Ferreira⁵⁸. Então, eu acho que o Geisel, através do Heitor, mandava sinais para o Silveira e tal. Na verdade, o Geisel ficou, durante vários anos, recebendo do Dário – o Dário era o chefe-de-gabinete do Gibson – todos os expedientes, todos os telegramas, os relatórios e tudo, que três embaixadores mandavam: era o Araújo Castro, o Sérgio Corrêa da Costa e o Silveira. Então o Geisel, com aquela coisa metódica dele, ia examinando as posições que cada um dos três tomava lá nos... Cada um no seu plano lá, no seu nível. E, finalmente, ele tinha se fixado no Silveira, e então chamou o Silveira para conversar. E aí foi uma conversa super explícita e reveladora, em que ele...

M.M. – Essa crise de petróleo pegou-o de surpresa? Teve um peso decisivo para o Geisel ter escolhido o Silveira? Ou o senhor acha que não, que isso já tinha sido fruto dessa investigação metódica do Geisel?

L.L. – Eu acho que sim. Eu acho que o petróleo não teve nada a ver. Porque o Silveira não tinha nenhuma credencial particular em matéria de petróleo.

M.S. – Não escrevia sobre o tema também, não tinha despachos.

⁵⁷ O entrevistado se corrige neste momento.

⁵⁸ Foi secretário particular de Geisel.

L.L. – Não, nunca tinha tratado disso.

M.S. – Era uma questão sobre a Argentina.

L.L. – Inclusive, a primeira vez que ele me chamou para conversar, nós fomos até ver um jogo de futebol no Maracanã, em que, infelizmente, o Pelé destruiu o nosso time, que é o Botafogo. Aí levamos uma surra tremenda do Santos, porque o Pelé jogou uma barbaridade. Mas, durante o jogo, o Silveira falava o tempo todo, me perturbava...

M.M. – Ele também era botafoguense?

L.L. – Era. Ele se interessava muito por petróleo, sempre querendo saber, porque ele não sabia nada de petróleo. Ele não tinha acompanhado o assunto. Mas então, nessa conversa, o Geisel disse que sabia que havia uma série de informes, como eles diziam, do SNI⁵⁹ contra o Silveira e tal, mas que ele tinha examinado aquilo e tinha chegado à conclusão que aquilo não era relevante, não era significativo e que, portanto, ele ia escolher o Silveira. Ele tinha escolhido o Silveira.

M.M. – Os competidores – no caso, o Araújo Castro e o Sérgio Corrêa da Costa –, pensando como possíveis competidores para a vaga do Silveira, seriam mais palatáveis ao regime militar? Teriam menos resistência? O que o senhor acha? Os informes do serviço secreto seriam mais benevolentes ou não?

L.L. – O problema do Silveira não era um problema ideológico nem era nada, não. O problema do Silveira era que... Primeiro, essas coisas de serviço de polícia política e tudo é uma coisa que ninguém sabe como é que funciona, quais são os critérios. Porque o sujeito faz uma denúncia, e ele pode fazer uma denúncia por ciúmes, por vontade de namorar a mulher do outro, por querer o dinheiro do outro, por maldade, por tudo, não é? Não precisa se justificar, o sujeito faz uma denúncia. Tem condições. O horrível do regime ditatorial é isso, não é?

M.S. – A arbitrariedade.

L.L. – Arbitrariedade total, não é? Então, tinha lá umas acusações com relação a um irmão que o Silveira tinha, chamado Flávio, que era um arquiteto e teria... Enfim, eu não sei nem o que era. Mas era isso. Era uma bobagem. Era uma coisa de menor... Ou alguém que antipatizava com o Silveira por alguma razão. Ninguém sabe. E também ninguém viu essas coisas, não é? Mas o Geisel tinha visto. E o Geisel era um homem muito justo nesse sentido, não é? Depois, como presidente, deu demonstrações disso. Então, ele disse que ele não ia levar em consideração aquilo e que, se jogassem pedra no Silveira, que ele estaria ao lado dele para receber as pedras também. E o Silveira... Aí foi uma... Eu disse isso no meu texto: “Soou a Marselhesa dentro da cabeça do Silveira”. Ele chegou empolgadíssimo.

⁵⁹ Serviço Nacional de Informações, órgão da Presidência da República, criado em 1964, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informação. Retirado de: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/SNI.pdf>, acessado em 29/09/2010.

M.S. – Quem estava no apartamento com o senhor?

L.L. – Só eu. Só eu e a família dele. Porque ele tinha chamado basicamente duas pessoas: um era o Dário Castro Alves e o outro era eu. Porque ele não queria que vazasse, e ele não queria ficar dentro do esquema do Itamaraty, porque ele achava que tinha lá seus rivais, suas competições. Então, ele não queria nada. Ele não queria nem máquina de escrever. Nada. Tudo era... Eu copiava à mão. Eu tinha que copiar à mão, porque não tinha aparelho de xerox em casa, e computador muito menos, então era tudo escrito à mão.

M.M. – Então o senhor ia lá para o apartamento dele, trabalhar lá com ele.

L.L. – É. Eu ficava direto lá. E copiando à mão as coisas.

M.M. – Quais foram as primeiras iniciativas dele? O que o senhor primeiro escreveu à mão?

L.L. – A primeira foi em relação ao Oriente Médio justamente. Porque nós tínhamos tido esses êxitos comerciais diplomáticos, mas também tínhamos recebido muitas críticas no Oriente Médio de que o Brasil tinha uma posição dúbia na ONU, que o Brasil ficava meio em cima do muro e tal.

M.S. – Em relação a Israel?

L.L. – Em relação a Israel e ao conflito, não é? E, portanto, o Silveira resolveu clarificar a posição brasileira, dando, digamos, um tom, um cunho, um matiz mais pró-árabe do que anteriormente, que era o imperativo ali das circunstâncias, não é? Sem ser anti-Israel e tudo, mas dando um cunho... Fazendo com que a nossa posição se movesse para um eixo mais parecido com a posição dos países árabes em geral, com relação aos territórios ocupados especialmente, não é? Porque o divisor de águas era esse, não é? E aí, preparamos uma circular a todos os postos, que foi então enviada logo nesse primeiro dia, no dia 15 de março de 74, fazendo essa, digamos, modificação na postura brasileira em relação ao conflito do Oriente Médio. Esse foi o primeiro tema. O segundo tema foi também o da África, que era um tema muito caro ao Silveira, e ele também anunciou aí o desejo de ter uma posição desmarcada da posição portuguesa, não é? Porque o *lobby* português, naquela época, ainda era muito forte no Rio de Janeiro. Eu sei por que inclusive a minha família fazia parte – o meu bisavô tinha sido embaixador de Portugal no Brasil. O poder econômico da colônia portuguesa era muito grande, no comércio de atacados, de alimentos e em muitas coisas, não é? E esse *lobby* era muito salazarista, não é? Muito salazarista e muito... E isso marcava muito a nossa posição, embora o Gibson já tivesse feito aquela viagem importante à África e tivesse feito uma abertura grande. Mas, nessa viagem, tinha havido também uma tentativa – em um relatório secreto que depois chegou às mãos do Silveira –, uma tentativa de encontrar um terreno de diálogo, um meio-termo de diálogo entre Portugal e os africanos. Porque os africanos não queriam de forma alguma, não estavam interessados, porque aquilo seria sempre para legitimar o colonialismo português, e eles não queriam isso.

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_03_29.01.2008]

M.S. – Então, o segundo tema era a África.

L.L. – Era a África. E a idéia era promover uma desmarcação do Brasil em relação à política portuguesa, que seria uma segunda desmarcação, porque a primeira foi de Jânio Quadros, que mandou lá o Afonso Arinos dizer ao Salazar que nós não íamos mais...

M.S. – E a decisão, nesse momento, perto do Natal de 73, já é fazer uma mudança brusca de posição, não continuar no meio-termo proposto pelo relatório secreto da época do Gibson.

L.L. – É.

M.S. – Não investir nisso, mas quebrar.

L.L. – Exatamente. Agora...

M.S. – Se chegou a cogitar qual poderia ser a reação da comunidade portuguesa?

L.L. – Não, se imaginava que seria uma relação forte, não é?

M.S. – E se decidiu pagar o custo de segurar as pedras.

L.L. – É. O Geisel aceitou isso. Tanto que... O 25 de Abril foi pouco tempo depois, não é? O 25 de Abril foi 40 dias depois da posse do Geisel. E no dia que houve o 25 de Abril, eu cheguei de manhã na casa do Silveira – o Silveira me chamou lá –, ali na Península dos Ministros, e me disse: “Nós nos livramos de um grande abacaxi”. [risos]

M.M. – É exatamente o que eu ia dizer, que sorte!

L.L. – “Nos livramos de um grande abacaxi, caiu o regime português.”

M.S. – Sorte histórica, não é? É impressionante.

M.M. – Mas, embaixador, qual era o interesse que o ministro Silveira via na África? Era em termos comerciais? Qual era o interesse efetivo?

L.L. – Não, em termos comerciais, não tanto, não. Eu acho que a visão dele era que o povo brasileiro, tendo uma marca africana tão forte, sendo uma raiz tão forte, tinha que ter uma proximidade maior com a África e tinha que ter uma solidariedade com a África independente, recém-independente, ainda muito em fase de afirmação, não é? A visão dele era muito essa.

M.S. – Mesmo que os movimentos independentistas africanos estivessem dando sinais que, no contexto da Guerra Fria, se situariam à esquerda.

L.L. – Exato.

M.S. – Isso que é surpreendente, não é? Porque isso coloca o Silveira e todo o período em uma posição bastante mais à esquerda do que era de se esperar, não é?

L.L. – Sem dúvida. E o Geisel, de uma maneira inteiramente consciente, aprovava isso, não é? O Geisel não era iludido pelo Silveira, não era manipulado pelo Silveira. O Geisel sabia perfeitamente o que estava fazendo. Tanto que o Geisel disse ao Silveira, nessa conversa do Jardim Botânico, disse ao Silveira: “Eu escolhi o senhor porque o senhor é a pessoa que vai ser capaz de fazer a política externa que eu quero implementar no meu governo”. Foi assim que ele disse. Ele não escolheu porque... Ele achou que era a pessoa para representar o que ele... Ele tinha idéias próprias. Ele tinha uma visão própria de política externa.

M.S. – Embaixador, então, a visão, tanto do Geisel quanto do Silveira, do sistema internacional é muito benigna: é possível fazer uma coisa dessas sem correr riscos domésticos, contra *lobbies* específicos e sem chocar de frente os Estados Unidos. Porque comprar essa aposta poderia ter consequências muito negativas em relação aos Estados Unidos.

L.L. – Exato. Mas eu acho que aí o Silveira tinha também deixado muito claro que não ia fazer uma política antiamericana, mas que ao contrário, ia, sempre que possível, ia fazer uma política de diálogo e de entendimento com os Estados Unidos.

M.S. – Teve um *paper* manuscrito sobre os Estados Unidos?

L.L. – Não. Que eu me lembre, não. Mas muito rapidamente essa postura dele se casou com a visão do Kissinger, que você conhece bem porque você escreveu sobre isso, de que o Brasil era um país que devia ser objeto de maiores atenções por parte dos Estados Unidos. Devia ser mais valorizado por parte dos Estados Unidos. Por isso é que houve essa sintonia dos dois. Além das coisas indescritíveis que ligam um ser humano a outro, houve também essa concordância de visões sobre a ampliação do leque, e do respeito. Porque o Kissinger, quando veio aqui ao Brasil, houve um questionamento muito forte sobre de como os Estados Unidos tinham aceitado que o Brasil tivesse sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 75, em novembro de 75, sabendo que havia já tropas cubanas lá no... E o Kissinger deu uma resposta muito... Digamos, positiva para o Silveira, porque disse que não havia indicações, naquele momento, de que houvesse tropas cubanas no Brasil⁶⁰ e nem o Brasil tinha porque saber disso e nem levar isso como fator de decisão. São outras questões que não têm nada a ver. O Kissinger foi muito... E isso facilitou muito a vida...

M.S. – A vida do Silveira.

L.L. – É. Podia ter complicado, não é? Porque, na verdade, os americanos provavelmente já sabiam que tinham lá, não é?

⁶⁰ O entrevistado provavelmente quis se referir a Angola.

M.S. – Já sabiam. Hoje em dia, sabemos que já sabiam. E não avisaram ao Brasil. Essa era a chateação do Silveira com o Kissinger. “Como você não me disse?!”, não é? Então, embaixador, estamos ainda no apartamento. Quanto tempo foi?

M.M. – Não, falta um tema. O senhor lembra? Oriente Médio, África... O senhor lembra? Porque o senhor falou em três temas que... O senhor lembra do outro? Porque o senhor ficou, nesses primeiros momentos, no apartamento... O senhor falou o Oriente Médio, um; a África, dois. O senhor não lembra do terceiro?

M.S. – Acho que a Argentina...

L.L. – Acho que tem escrito aí no... Naquela...

M.M. – Nesse *paper* aqui.

L.L. – É, tem escrito aí. Mas não era central, não. A Argentina é que se discutiu muito naquele momento. Mas a estratégia do Silveira em relação à Argentina... Ah, era a China. Desculpe, o terceiro tema era a China.

M.M. – A China?! Ah, sim.

L.L. – Porque o Silveira...

M.S. – Queria reconhecer, não é?

L.L. – O Silveira disse que não tinha mais sentido nenhum o Brasil ficar ainda com relações com Taiwan. E não tinha mesmo, não é? Até o Nixon já tinha ido lá.

M.S. – O Nixon já tinha ido.

L.L. – Era uma coisa ridícula. Mas havia um *lobby* militar forte contra a China, não é?

M.S. – Inclusive, o Frota⁶¹, quando é demitido...

L.L. – O Frota, quando saiu atirando lá, a China foi uma das coisas que ele... O pessoal da linha dura achava que reconhecer a China era... Isso é uma coisa impressionante, não é?

M.M. – Então, o Brasil, era sair daquele canto que ele estava e ir para o jogo global.

L.L. – Exato.

M.M. – É isso? Essa era a proposta maior, não é?

L.L. – Exatamente.

⁶¹ O entrevistador provavelmente se refere ao general Sylvio Frota, ministro do Exército entre os anos de 1974 e 1977.

M.M. – Sair daquele cantinho mais ou menos preservado e ir para o jogo.

L.L. – A visão principal do Silveira...

M.M. – O que significa levar pedra também, para todo lado.

L.L. – A visão principal do Silveira era que o Brasil era grande demais para ficar encolhido dentro do seu cantinho regional e que tinha que ter uma presença mais assertiva mundial e tinha que se inserir mais nesse *mainstream* internacional, não é?

M.S. – Por que ele achava que o Brasil ainda não tinha feito isso?

L.L. – Porque o Brasil era provinciano, era pequeno e tudo e tinha ficado muito preso naquela coisa de ou ser cem por cento pró-americano ou ser antiamericano. Toda a nossa política externa era um pouco a situação do passarinho com a cobra: ficava ali hipnotizado pela jibóia dos Estados Unidos, não é? Na verdade, não é isso, não é? Quer dizer, os Estados Unidos... Claro que os Estados Unidos eram e são e vão continuar a ser muito tempo uma presença muito forte no cenário internacional, mas o Brasil não tinha porque também só pensar em termos de Estados Unidos. O Brasil não é um país pequenininho da... O Silveira sempre dizia isso. O Brasil não é Honduras, não é? O Brasil não é Honduras, para ficar... Um “paiseco” centro-americano que não tem como ter luz própria, jogo próprio. O Brasil tem que ter jogo próprio. A posição dele era essa. Quer dizer, tem que se inserir aí no... Nadar aí no meio do oceano, não é?

M.S. – Embaixador, o senhor ia falar então sobre a estratégia do Silveira para a Argentina.

L.L. – A estratégia do Silveira para a Argentina era: deixa estar como está para ver como é que fica, basicamente, não é? Ele tinha sido, como embaixador em Buenos Aires, primeiro, um grande advogado dos nossos interesses, e depois, um estudioso da questão de Itaipu. Ele tinha promovido também seminários, tinha conversado com muita gente, o Mario Bhering⁶² e todos os peritos, e tinha se enfiado muito no assunto. Mas como havia a percepção de que ele tinha sido escolhido por isso e para resolver o assunto em Itaipu, eu acho que ele fazia uma análise objetiva e sabia que aquilo não era uma coisa que pudesse ser resolvida assim. Não era questão de vontade ou de atos voluntaristas por parte de um ministro ou de um embaixador, mas que aquilo era um processo que demoraria tempo para se compor, porque Itaipu era apenas, digamos, uma manifestação, era como um cume de uma cordilheira de...

M.S. – De problemas.

L.L. – ... de problemas, de rivalidades, de sentimentos positivos e negativos. Lá e cá, não é?

⁶² Mario Penna Bhering é um engenheiro, ex-presidente da Eletrobrás e um dos fundadores da Cemig. Desempenhou um importante papel na construção de Itaipu. Retirado de: <http://www.energiahoje.com/online/empresas/2009/09/02/392538/morre-o-engenheiro-mario-bhering.html>, acessado em 29/09/2010.

Sobretudo nas Forças Armadas, não é? As Forças Armadas de um e de outro tinham passado a vida planejando uma guerra contra o outro, não é? Então, é natural que isso condicionasse. Eram regimes militares aqui e lá, então, era... Tinha que levar isso em conta. E o Silveira era realista, ele sabia que não era possível...

M.S. – E ele tem uma postura...

L.L. – ...que não havia passe de mágica que resolvesse o problema e que teria que ter um...

M.S. – Ele chegou a conversar com o Geisel, nesse encontro do Jardim Botânico, sobre a questão da Argentina?

L.L. – Eu acredito que sim, mas ele não me falou nada em especial sobre esse... Que eu me lembre, não me falou nada em especial sobre... Tanto que ele, como sabia que aquilo era talvez a parada mais difícil... Tanto que foi a única coisa que ele não fez na gestão dele. O único resultado que ele não atingiu foi esse acordo.

M.S. – Mas o acordo é assinado logo depois.

L.L. – É. E de uma maneira inclusive cavalheiresca, o Guerreiro disse...

M.S. – [Inaudível].

L.L. – O Guerreiro disse: “Isso que eu estou assinando é o que você deixou sobre a mesa”. Mas o assunto só se tornou quente, na verdade, nos dois últimos anos de governo.

M.S. – Com a ida do Camilión⁶³ para Brasília como embaixador.

L.L. – Com a ida do Camilión e a fase em que... O fato é que, em 75, Itaipu não existia, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – A construção de Itaipu, fisicamente, só começou em 74. Antes não existia. Quer dizer, era uma coisa meio teórica. Agora, quando vai subindo, subindo, subindo, ali é que as emoções do lado argentino ficaram muito fortes, não é?

M.M. – Qual era o seu papel institucional junto ao Silveira? Quer dizer, o senhor era o quê? Assessor de...?

L.L. – Nesse momento...

M.M. – Em 74, ele chamou o senhor para ser formalmente o quê?

⁶³ O entrevistador provavelmente se refere a Oscar Camilión, que foi ministro das Relações Exteriores da Argentina no período de 1976 a 1983.

L.L. – Nesse momento no Rio de Janeiro, eu não era nada. Evidentemente, ele telefonou para o Gibson, que era o ministro...

M.M. – E pediu...

L.L. – ...e disse: “Olha, você libera aí o Luiz Felipe para vir ficar aqui comigo”.

M.S. – Ah, o Gibson já sabia então que o senhor ia...?

L.L. – Não, depois... Pouco depois, foi anunciado, não é? Eu acho que foi anunciado pouco antes do Natal, ou logo depois do Natal.

M.M. – E quando ele virou ministro...

L.L. – Aí ele telefonou.

M.S. – A relação dele com o Gibson como era?

L.L. – Era boa. Razoavelmente boa. Não era tão próximo quanto do Castro, por exemplo, ou de outros, mas era boa.

M.M. – E aí o senhor ficou formalmente como...?

L.L. – No gabinete, como assessor econômico.

M.M. – Assessor econômico.

L.L. – É.

M.M. – Era essa a designação.

L.L. – Exatamente.

M.M. – Em 75, o senhor é promovido a conselheiro. Essas suas promoções cumprem normalmente, como na carreira militar, ou o senhor foi promovido na frente de outros? Houve uma aceleração na sua carreira?

L.L. – É, houve uma aceleração forte. Porque, ao mesmo tempo, houve uma expansão da carreira. Ao contrário do que está acontecendo agora, que eles expandiram muito os números da carreira, havia um motivo para isso. Hoje não há nenhum motivo real. Mas na época havia um motivo, que era a abertura de embaixadas e o aumento dessa presença internacional do Brasil, dessa desenvoltura maior, e o aumento de embaixadas na África e na Ásia e em vários outros lugares. Quer dizer, o Brasil deixava de ser, digamos, um provinciano para ter uma presença maior. Então, realmente, o Silveira ampliou os quadros no Itamaraty e, ao fazer isso, ele criou condições para que os que eram mais próximos dele, os que ele julgava mais merecedores fossem rapidamente guindados, através de um *fast track*. Ele criou um *fast track* para os jovens. Porque ele tinha essa visão de que os

diplomatas em que ele tinha mais confiança, que ele achava mais competentes e tudo deviam andar mais rápido do que os outros, ou não podia ser uma coisa tão lenta e, digamos, previsível quanto é justamente na área militar.

M.S. – Isso depois vai ter um impacto importante, porque é a primeira vez, por exemplo, que o Brasil passa a ter embaixadores de 50 anos.

L.L. – É.

M.S. – Se reduz muito a idade...

L.L. – Exato. Sem dúvida.

M.S. – ...dos postos principais dentro da Casa.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Quais os critérios com os quais ele operou para montar a equipe dele? Um a gente sabe, que é o senhor, mas e os outros?

L.L. – Ele fez o seguinte: ele fez um... O gabinete, no início, era relativamente pequeno: o chefe-de-gabinete era o Luiz Souto Maior, um homem sério, de muito peso e muito respeitado na área econômica; o introdutor diplomático era, inicialmente, um rapaz chamado Odilon Penteado, que era um profissional correto, na área de cerimonial; e na área política era o José Nogueira Filho, que já morreu, mas que era uma espécie de fiel escudeiro dele, já tinha trabalhado com ele em Genebra e também em Buenos Aires e era o assessor político dele.

M.M. – O senhor se reportava ao Souto Maior ou diretamente ao ministro?

L.L. – Não, diretamente ao Silveira. Diretamente ao Silveira.

M.M. – Havia alguma rivalidade entre o Souto Maior e quem era da área econômica?

L.L. – Não, não. O Silveira gostava muito de trabalhar em coletivo. A gente passava horas sentado em volta da mesa lá, com ele lá, discutindo todos os assuntos.

M.S. – Durante o ministério também?

L.L. – É, durante o ministério também. Ele gostava muito disso. Quando terminava a parte de audiências, lá para as cinco horas da tarde, sentava todo mundo em volta de uma mesa grande que tem – ainda é a mesma mesa até hoje – e ficavam lá, passando horas e horas lá. Eu ficava meio desesperado com isso porque eu não gosto de ficar muito tarde demais no trabalho, não.

M.S. – Se tomavam decisões nesse ambiente? Ou era um ambiente no qual o Silveira podia expor sua visão e moldá-la?

L.L. – Exato.

M.S. – Mas a moldava sem necessária consulta, não é?

L.L. – Ah, é.

M.S. – Ele falava, e pensava sobre o que dizia.

L.L. – Claro, claro. E conversava muito com o Golbery⁶⁴ também. O Golbery era um interlocutor importante. Ele falava no telefone com o Golbery frequentemente, na nossa frente. O Golbery era uma espécie de, digamos, de *alter ego* do Geisel, não é? Era um homem muito inteligente, que pensava a política externa também, estrategicamente, e era capaz de...

M.S. – Tinha idéias próprias em política externa?

L.L. – Mas era muito cuidadoso para não atropelar, para não atravessar a política externa do Itamaraty, não é? Ele conversava com o Silveira.

M.S. – Porque esse é um tema importante, embaixador. Na historiografia, a expectativa é a de que o Golbery tem um papel bastante importante. Não só porque ele é uma figura central de todo o processo militar, mas porque ele é o sujeito que escreveu talvez o principal tratado geopolítico do Brasil.

L.L. – Exato.

M.S. – Entretanto, a documentação é surpreendente, porque ele não aparece.

L.L. – Não. O Golbery não era homem de aparecer. O Golbery era um homem de trabalhar com esse viés do oficial de informações, do oficial de inteligência. Ele tinha esse gosto pelo mistério, pelo segredo, pela reserva. Ele trabalhava assim, não é? E a relação dele fundamental era a relação com o Geisel, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – Então, o Silveira sabia disso e conversava muito com o Golbery, para que não houvesse justamente uma espécie de um pólo divergente, ou alternativo, de política externa. Mas eu não tenho idéia nem de que o Golbery tenha tido um peso importante na condução da política externa nem que tenha havido qualquer divergência.

M.S. – Os arquivos mostram, por exemplo, que a única coisa onde ele mexe é nos discursos.

⁶⁴ O entrevistado se refere a Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Civil da Presidência da República durante os governos Geisel e Figueiredo (1974-1981).

L.L. – É.

M.S. – E sempre muito pouco, de mudar uma palavra, de apagar alguma coisa, acrescentar uma frase, mínima sempre.

L.L. – É. A visão que eu tenho é essa.

M.S. – Mas fora isso, em política externa...

L.L. – Não. Política externa era um assunto basicamente entre o Geisel e o Silveira.

M.S. – O Silveira falava muito com o Geisel ao telefone?

L.L. – Muito. Muito. Sempre que necessário, falava. E nós assistíamos. As conversas eram muito compartilhadas lá. Quer dizer, falava no sentido de preparar uma coisa que ele ia mandar, uma proposta que ele ia fazer. Ele mandava muitas informações para o Geisel, em um formato novo que ele inventou, “Informação para o sr. presidente da República”, que não existia e acho que nem existe mais também. E então ele dava... Era uma coisa mais flexível e tudo que ele mandava, não substantiva, sobre todos os temas que apareciam, não é?

M.S. – A gente tem a coleção aqui, é impressionante, não é? Toda a estratégia está ali.

L.L. – Exato.

M.S. – Embaixador, o seu papel, nesse período, o formal é de assessor econômico, mas é muito mais do que isso. O que é exatamente que o senhor fazia de fato?

L.L. – Não, o que o Silveira fazia, de uma maneira muito generosa, era permitir que os jovens – eu, na época, tinha 30 anos, trinta e poucos anos, 32 anos, por aí –, era permitir que um jovem desse palpite sobre qualquer coisa. Não tinha... Evidente que eu não era também burro de estar dando murro em ponta de faca, não é? Mas eu tinha liberdade para... Ele dizia: “Eu escolhi você porque você é uma pessoa que é capaz de me desafiar, e eu gosto de estar cercado de pessoas que são capazes de me desafiar”, que é uma coisa de grandeza, não é? Porque as pessoas normalmente procedem ao contrário. A maioria dos políticos e dos governantes gosta de ter o sujeito que diga “sim senhor”, “perfeitamente”, “o senhor é um sábio, maravilhoso”. E o Silveira, não, ele gostava de ser desafiado, de uma maneira que ele considerasse inteligente, porque senão também ele era capaz de dar um passa-fora muito grande.

M.M. – Qual a linha que não podia ser cruzada porque ele dava o passa-fora? O senhor sabia até onde o senhor podia chegar?

L.L. – Não, era uma coisa que tivesse... A linha era a da... Não era propriamente uma linha política, não. Era uma coisa de inteligência, de competência, entende? Não podia dizer besteira, dizer uma coisa que não fosse fundamentada, que não tivesse base, ou que fosse uma coisa equivocada. Mas não era, necessariamente, por causa de razões políticas, não.

M.M. – Porque é tudo muito novo. O mundo está mudando muito, e o Brasil está querendo entrar nesse mundo, que está mudando muito rápido, então...

L.L. – É verdade.

M.M. – Por isso que eu estou perguntando da linha. Como é que o Brasil, que não está habituado a andar por aqueles territórios – nós éramos mais provincianos –, como saber onde colocar o pé?

L.L. – Exato.

M.M. – Qual era o *feeling* dele? Do Silveira e de vocês. Os Estados Unidos perderam a guerra do Vietnã; na África... É muita coisa ao mesmo tempo. Mais um pouco, entra o Carter, que vai significar uma mudança grande; o *impeachment* do Nixon, a renúncia do Nixon...

L.L. – É.

M.M. – O mundo está mudando muito. O Ford, que é uma liderança... Embora o Kissinger continue, mas o Ford é uma liderança fraca, cai da escada do avião... Então, como lidar com esse mundo novo e um Brasil que está entrando?

L.L. – Justamente o que o Silveira pretendia era ser um pouco uma espécie de condutor desse... Ele usava... Ele tinha muitas imagens zoológicas, então, ele dizia: “Eu tenho que sair na frente, para o elefante, que é o Brasil, não confundir a porta com a parede”. [risos] “Eu vou na frente, para ele não confundir a porta com a parede e não derrubar a parede. Eu sou o condutor.”

M.S. – Tem uma outra que é excelente, em que ele diz que “o papel de uma chancelaria não é fazer coisas, mas é pôr o país à frente do seu tempo”.

L.L. – É, exato.

M.S. – Que é a mesma mensagem.

L.L. – É. É um pouco essa idéia do condutor e também a coisa da interpretação do mundo para o Brasil, para um Brasil provinciano, pouco informado, pouco capaz de entender a cena internacional. De explicador do mundo para o Brasil, para os militares em particular.

M.S. – E para o Geisel também.

L.L. – E para o Geisel.

M.S. – Um educador, nesse sentido.

L.L. – Exatamente.

M.M. – Sobretudo.

L.L. – Exatamente.

M.S. – Embaixador, tem alguma instância em que o senhor tenha desafiado de fato o Silveira? Algum tema ou algum evento que o senhor lembre?

L.L. – Não. Eu me lembro de ter tido muita dúvida sobre o reconhecimento de Angola. Eu achei que tinha sido, possivelmente, um gesto excessivamente audacioso. Mas não discuti com ele esse assunto. Também não dava...

M.S. – Claro.

L.L. – Também tinha que saber administrar esse privilégio de poder desafiá-lo. Não podia ser também abusado, não é?

M.M. – O senhor, durante esse tempo, como está aqui, o senhor fez parte da comitiva brasileira às Assembléias Gerais da ONU, não é?

L.L. – Foi.

M.M. – Então, o senhor... E essas coisas todas acabavam chegando lá. Como é que era esse clima do Brasil na ONU? Quer dizer, se o Brasil está querendo ter essa presença mais forte globalmente, a questão da participação nas assembléias é uma coisa importante.

L.L. – É. Especialmente porque nas assembléias é a ocasião para que o ministro se encontre com seus pares de todos os países importantes. Em uma assembléia, passando lá uma semana em Nova Iorque, o ministro vê trinta, quarenta dos seus pares, conversa com todo mundo, então é um modo muito intenso de estabelecer relacionamento, de marcar posições, de ouvir posições. E o Silveira fazia isso muito bem. Ele ocupava muito espaço. Ele tinha muito carisma e, inclusive, muita graça pessoal, não é? Então, com isso, ele cativava muito as pessoas de um modo geral, não é?

M.S. – O senhor estava presente no encontro dele com o Kissinger, o primeiro encontro?

L.L. – Estava. Eu estive presente em praticamente todas as conversas.

M.S. – Se não me engano, é abril de 74.

L.L. – É. Eu estive presente em praticamente todas as conversas dele com o Kissinger. Houve várias e em vários lugares do mundo, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – Eu estive presente na maior parte delas.

M.S. – Como é que esse primeiro encontro com o Kissinger ajuda a definir o que viria a ser a política brasileira para os Estados Unidos do Nixon, e depois, do Ford?

L.L. – Eu me recordo que o Silveira ficou muito animado, muito excitado até, com o encontro com o Kissinger. Primeiro porque o Kissinger era uma grande celebridade mundial. Ele ainda é até hoje, mas naquele momento era dez vezes mais. Era um verdadeiro *pop star*, não é? Era como se tivesse uma conversa com os Beatles, não é? Era uma coisa nesse nível. E o Kissinger se sentiu logo muito atraído intelectualmente pelo Silveira também e sentiu que tinha ali uma... O Kissinger, evidentemente, dava um grande valor à inteligência, e aí houve uma sintonia muito forte entre os dois. E eu creio que a mensagem básica que o Silveira recebeu do Kissinger foi que os Estados Unidos compreendiam que o Brasil desejasse se fortalecer como presença internacional e que tivesse o seu jogo específico, que não fosse uma espécie de um satélite dos Estados Unidos, não é? Ele compreendia isso e respeitava isso e, com isso, eu acho que o Silveira sentiu que tinha campo ali para uma grande construção de uma parceria nova com os Estados Unidos que não fosse nem uma parceria de submissão nem uma parceria de oposição, como tinha sido a nossa história. A nossa política externa a vida inteira foi uma coisa ou outra, não é?

M.M. – E o processo de indicação de embaixadores? Há por um lado toda uma política do Silveira de querer exatamente esse lugar...

L.L. – Renovar.

M.M. – Renovar. E há, vamos dizer assim, a inércia e os ditames burocráticos da própria carreira, quer dizer, “levar carona”. Eu não sei se na carreira diplomática tem o “levar carona”.

L.L. – Tem. Claro que tem.

M.M. – Então, como é que combina? Como é que ele combinou essas duas linhas?

L.L. – Ele não estava muito preocupado com isso porque ele... Ele era super Itamaraty. O Itamaraty era a casa dele, era a família dele, era a razão de viver dele. Mas ele, ao mesmo tempo, não tinha uma aceitação à crítica, uma aceitação passiva da instituição. Ele frequentemente dizia: “Não, a instituição é muito um orfanato” – ele usava essa expressão, um orfanato – “em que as pessoas estão lá e ficam lá se sustentando umas às outras, se apoiando. É uma coisa meio medíocre ali”, como um orfanato, não é? Ele dizia: “Eu não aceito o orfanato. Eu não trabalho com o orfanato. Eu não vou ficar me pautando pelo orfanato. Eu faço o que eu preciso fazer, e eu agito, eu agilizo e dinamizo, mas o orfanato, não. O orfanato não é o meu dogma.” Então, ele ia em frente, não é?

M.M. – Porque há umas embaixadas que, por exemplo, serviram para abrigar pessoas que eram um pouco incômodas. O senhor conta aqui a indicação pelo Gibson do Carlos Alberto Fontoura⁶⁵, claramente com o intuito de botar para...

⁶⁵ O general Carlos Alberto da Fontoura foi chefe do SNI no período de 1969 a 1974 e embaixador do Brasil em Lisboa entre os anos de 1974 a 1978.

L.L. – Mas aí não era problema do Silveira. Aí era um problema militar do Geisel, não é?

M.M. – Mas ele bancou, depois que o governo português não quis, não é?

L.L. – Aí tinha que... Ele bancou de uma forma muito dura até. Ele foi super duro com o ministro português, que era o Mário Soares. Era o ministro de Relações Exteriores.

M.M. – Que queria retirar o *agrément*, não é?

L.L. – Pediu ao encarregado de negócios nosso para transmitir a mensagem de retirar. E o Silveira aí ditou, na nossa frente lá, um telegrama para o Fantinato, que era o encarregado de negócios, dizendo: “V. Ex.^a deverá procurar o ministro de Negócios Estrangeiros Mário Soares e ler o seguinte texto, dois pontos abre aspas, ‘Caso o governo português persista com a sua proposta de negar o *agrément* ao embaixador Fontoura, o governo brasileiro não enviará outro embaixador enquanto durar essa afronta’”, ou uma coisa assim, “fecha aspas e ponto.”

M.S. – Resolveu. E o Fontoura foi.

L.L. – É evidente.

M.M. – Houve outros problemas, em outros lugares?

L.L. – Não, não. Houve três indicações, que o Silveira aceitou. Porque ele tinha que ser realista, não é? Uma era essa...

M.M. – Do Fontoura.

L.L. – ...a outra era do Delfim para Paris e a outra do Campos⁶⁶ para Londres. Esses três, ele... Era o presidente da República que estava precisando daquele... O presidente da República que é o dono das embaixadas, não é? É um representante pessoal do presidente, o embaixador, não é? Então, ele aceitou sem discutir. E na verdade, foi o Golbery, não é? O Golbery que fez as indicações. Do Fontoura, eu não sei, mas do... Porque o Geisel não gostava nem do Campos, nem do Delfim, e o Golbery então botou eles lá, não é?

M.S. – Embaixador, a relação do Mário Soares com o Brasil nesse período é bastante peculiar, porque ele é representante de um regime bastante diferente, completamente diferente, e muito crítico ao regime brasileiro, e apesar disso, a primeira viagem internacional dele é ao Brasil. E a relação dele com o Silveira fica muito boa politicamente. Eu não sei se pessoalmente também.

L.L. – Também.

M.S. – Eu desconheço. Eu queria que o senhor falasse um pouco disso, as relações com

⁶⁶ O entrevistado provavelmente se refere a Roberto Campos.

Portugal nesse período.

L.L. – O Mário Soares é um homem... É um humanista, é um homem de grande sentimento de simpatia e de amor pelo Brasil. Ele uma vez me disse que quando veio a primeira vez ao Brasil, ele tinha já 40 anos, e que aí escreveu para a mulher dele, a dona Maria de Jesus: “Se tivesse cá chegado antes, não voltaria mais a Portugal, ficava por cá”. E disse: “A Maria de Jesus não gostou muito do meu comentário”. [risos] Mas ele sempre foi super ligado ao Brasil, sempre muito próximo ao Brasil. E ele sabia que aquela era uma coisa passageira, que não era fundamental, não é? Ele sabia que aquilo eram desavenças provisórias. Teve uma desavença forte com a nacionalização do Banco do Brasil lá em Lisboa que foi uma confusão grande, mas ele sabia perfeitamente que isso tudo passa e que a relação entre o Brasil e Portugal é muito maior do que as circunstâncias de um momento ali.

M.S. – E a política africana do Brasil não era um tema de...?

L.L. – Não. Porque Portugal foi muito mais longe, não é? O regime português acelerou muito, e deram a independência, na verdade, para... Tomaram uma posição mais avançada do que o Brasil jamais teria pensado. Todos eles, não é?

M.S. – O senhor não lembra se o Soares e o Silveira chegaram a conversar sobre a relação do Silveira com o Kissinger?

L.L. – Não.

M.S. – Porque o Kissinger tem um episódio difícil com o embaixador dele em Lisboa.

L.L. – Com o Carlucci⁶⁷.

M.S. – Com o Carlucci, não é? O Carlucci perde o posto, quando diz para o Kissinger que o Kissinger está errado, que aquilo não vai ser um regime comunista na Europa.

L.L. – E tinha razão.

M.S. – E tinha razão. E o Silveira tenta...

L.L. – Quer dizer, teve razão, mas podia ter sido.

M.S. – Poderia.

L.L. – Porque andou perto.

M.S. – Mas o Silveira tenta moderar a visão do Kissinger e dizer ao Kissinger que aquilo não vai...

⁶⁷ O entrevistado se refere a Frank Carlucci.

L.L. – É. Eu me lembro que houve, em uma reunião do Kissinger com o Silveira em Paris, na embaixada americana, na rue du Faubourg Saint-Honoré, uma grande discussão sobre esse assunto – deve ter sido, portanto, em meados de 75 –, em que o Kissinger falava dessa Teoria dos Dominós dele em relação à Itália...

M.S. – E a Portugal.

L.L. – ... e a Portugal. E o Silveira, nessa mesma linha do Carlucci, dizia: “Não, não é assim. Cada um tem suas peculiaridades e não...”. Isso deve estar, no arquivo do Silveira, eu imagino, bem descrito, não é?

M.S. – Está.

L.L. – Mas a posição do Silveira era de que não havia um paralelo com a chamada Teoria dos Dominós, que levou à introdução das Forças Armadas americanas no Vietnã. A preocupação do Kissinger, na verdade, era uma visão geopolítica que o Kissinger tinha, mas que, na verdade, não... Era um tanto superficial, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – Era um tanto superficial porque nem na Itália nem na França, onde havia partidos comunistas tão fortes, e na própria Espanha também e em Portugal também, eles eram fortes, mas não eram fortes o suficiente para assumir o poder e promover uma revolução socialista, não é?

M.S. – Agora, na conversa bilateral Brasil-Portugal com o Mário Soares, os Estados Unidos não aparecem...

L.L. – Eu não sei. Eu não estive presente em todas, não. Inclusive, houve uma, nesse primeiro ano, portanto, na assembléia de 74, em que o Silveira teve um jantar longo com o Mário Soares, mas eu não estava presente e não participei. Não creio que fosse um elemento importante.

M.S. – Embaixador, em 75, as relações com a Argentina já começam a ficar bastante estremecidas e a Argentina começa a ocupar um tempo bastante significativo na agenda do Silveira.

L.L. – Exato.

M.S. – Qual é a tônica?

L.L. – Bom, a estratégia argentina, naquele momento, era de conseguir, através da via multilateral, a validação da sua tese da consulta prévia, de que não era possível levar adiante uma obra de tal impacto em um rio contíguo, de curso sucessivo, sem que o ribeirinho a jusante fosse consultado, não é? E eles então tentaram de todos os modos e em

todos os foros, especialmente na ONU, onde o Ortiz de Rosas⁶⁸ foi o grande comandante dessa... E, de certo modo, tiveram bastante sucesso, não é? Porque, no plano multilateral, a Argentina conseguiu sensibilizar muito mais gente do que o Brasil. A posição do Brasil era uma posição de poder, era uma posição de...

M.S. – Até o TCA, não é? No TCA, se consagra a tese brasileira.

L.L. – Exato. Então, a preocupação era fazer face. E os argentinos promoveram uma ofensiva em todas as frentes possíveis, em tudo quanto era organização: na Olade⁶⁹, no TCA... No TCA não, porque não faziam parte, mas na OEA, na ONU e em todos os lugares que faziam parte, procuravam criar situações que legitimassem a sua posição e deslegitimassem a nossa, não é? E isso foi então uma coisa que foi causando uma tensão crescente, não é? A tensão com a Argentina preexistia à gestão do Silveira no Itamaraty, mas ela foi se intensificando com essa gestão, mesmo porque o Silveira tinha, de um modo geral, uma grande impaciência com a postura, digamos, antibrasileira de segmentos importantes das Forças Armadas argentinas e da imprensa argentina. Havia um... Ali, a *mala sangre* ali era grande, não é? De parte a parte era grande.

M.S. – O que é fascinante é que essa geração que vive o ápice da rivalidade bilateral, dez anos depois, é a geração que estrutura o Mercosul, não é?

L.L. – Exato.

M.S. – E são dois mundos muito diferentes...

L.L. – É verdade.

M.S. – ...o de 74 e 75 e 84 e 85.

L.L. – E a diferença fundamental é a presença dos militares no poder, não tenha dúvida. Quer dizer, a rivalidade argentino-brasileira era, antes de mais nada, uma coisa militar, mas também era uma coisa burocrática, não é? Quer dizer, todos os aparelhos governamentais de um e outro governo eram voltados para a rivalidade: as aduanas... Tudo era voltado para uma... E isso não existia a nível individual. Por exemplo, os médicos brasileiros tinham excelentes relações com os médicos argentinos, e os psicanalistas, e uma multiplicidade de engenheiros, uma multiplicidade... Não havia, a nível povo, de sociedades, não havia esse mal-estar. Mas tudo que era do Estado, tudo que era... O estamento militar, o estamento burocrático, aí sim, havia uma rivalidade grande.

M.S. – Embaixador, em setembro de 73, tem o golpe no Chile e começa o regime Pinochet. Como é que a relação Brasil-Chile se situava no contexto dessa política externa nova do Geisel e do Silveira?

L.L. – Muito friamente. Porque o próprio Geisel não tinha, eu acho que apreço maior por

⁶⁸ Foi embaixador da Argentina na ONU.

⁶⁹ Organização Latino-americana de Energia.

uma postura como essa. O Geisel tinha um projeto político que não tinha nada a ver com o projeto do Pinochet, não é? O Pinochet era uma ditadura militar assumida, total e completa, não é?

M.M. – Personalista, não é?

L.L. – É.

M.M. – É diferente aqui. Aqui tivemos rotatividade, não é?

L.L. – E o Geisel tinha em mente também essa idéia de...

M.S. – De liberalizar.

L.L. – O Geisel também via o Exército como um orfanato. Era uma das afinidades dele com...

M.M. – Eu gostei muito dessa categoria. Eu achei ótimo esse “orfanato”.

L.L. – O Geisel também via. O Geisel sabia perfeitamente das limitações dos colegas dele e sabia que ele estava num plano acima, intelectualmente e culturalmente acima dos seus colegas, *troupiers* lá de caserna e tudo. Ele sabia disso perfeitamente. E como o Silveira. Então ele tinha essa visão do orfanato também. Então, o Geisel não queria promover... Quer dizer, na raiz da abertura está o fato de que o Geisel e o Golbery olhavam para os seus colegas como o Silveira olhava para o orfanato, não é? O Golbery, muito mais ainda. Tanto que o Golbery era detestado. O Geisel ainda era respeitado, mas o Golbery era detestado pelos generais de um modo geral, que consideravam que ele era um trãsfuga, não é? E, na verdade, era uma pessoa de outro nível mental. Ele habitava outro planeta mental, completamente... Então, o que o Geisel propunha não tinha nada a ver com o que o Pinochet propunha. Não era nem um projeto pessoal nem um projeto da classe militar no poder, não é? Com vantagem inclusive que o Pinochet fez, por exemplo, de receitas do cobre para aparelhamento do exército. Isso nunca foi feito.

M.S. – E isso ajudaria a explicar porque o Brasil não compõe o jogo com o Chile no momento de maior rivalidade com a Argentina, que poderia ter sido em outras circunstâncias.

L.L. – Claro. Não havia simpatia nenhuma.

M.S. – Agora, nesse momento, o Brasil começa a investir bastante pesado nos vizinhos menores, não é? Grandes projetos de integração física começam nessa época.

L.L. – Isso.

M.S. – O senhor pode falar um pouco desse conceito, que era novo até então?

L.L. – Houve primeiro, evidentemente, Itaipu, que era um projeto fundamental do ponto de

vista energético e um projeto muito importante do ponto de vista geopolítico também, porque o Paraguai era objeto, historicamente, de um cabo-de-guerra entre o Brasil e a Argentina, não é? E o Paraguai sempre praticou aquela política pendular, não é? Com Itaipu, o pêndulo, de certo modo, ficou congelado. Não havia mais jogo, não é? Embora o Paraguai tenha adotado os 50 ciclos para a geração da energia, que era o regime argentino, de 50 ciclos. Isso foi, na verdade, uma concessão menor aí, mas que... Com a linha de transmissão de corrente contínua, isso ficou invalidado. Então, o Paraguai foi o primeiro, e o segundo foi a Bolívia e o gás. Porque o Geisel, como presidente da Petrobras e estudioso dos assuntos de petróleo e de gás e tudo, tinha tido a visão de que havia uma complementaridade natural entre o gás boliviano e o mercado brasileiro, que o Brasil tinha interesse nisso, e tinha também, até o Banzer⁷⁰ chegar ao poder, no começo dos anos 70, uma visão muito negativa da Bolívia. Ele achava que era interessante, sim, mas que a Bolívia não era um parceiro confiável e, portanto, não autorizou, já desde que era secretário do Conselho de Segurança Nacional do governo Castello Branco, não autorizou a Petrobras a investir na Bolívia nos anos 60. Só quando veio o Banzer, que de certo modo era um homem parecido com ele, também um general, de origem alemã, e muito simpático ao Brasil – a vida inteira foi, até morrer –, ele achou que aí tinham se criado condições para fazer o investimento e deu a luz verde, ainda como presidente da Petrobras. Nós começamos a mexer com isso – e eu participei muito disso – em 72. E a primeira viagem que o Geisel fez foi justamente à Bolívia, a Cochabamba, para a assinatura do acordo. Era um acordo generosíssimo com a Bolívia. Era um acordo que só mesmo durante um período de grande autoconfiança, como era o período do “milagre”, o Brasil poderia ter assinado, porque não só comprava gás, mas se comprometia a comprar quantidades grandes de produtos derivados do gás, como uréia, como o ferro-gusa, como até cimento, e viabilizava, portanto, um salto total da Bolívia para um outro patamar industrial, não é? Mas a Bolívia, no meio daquela confusão, e mesmo com o Banzer sendo muito favorável e tendo assinado, a Bolívia não conseguiu superar suas contradições, que existem até hoje, e houve um movimento subterrâneo, porque a Bolívia era uma ditadura, mas um movimento subterrâneo do pessoal de esquerda – veja que coisa inacreditável, com uma ditadura de direita –, liderado por esse homem que depois foi o primeiro ministro de Minas e Energia do Evo Morales, o “Boca de Poço”⁷¹. O “Boca de Poço” era o grande líder do movimento anti-Brasil e conseguiu inviabilizar. Então, a Bolívia começou a tergiversar, a tergiversar, a tal ponto que, dois anos depois, em 76, nós nos demos conta que não ia vingar, que os bolivianos iam... E aí o Brasil partiu para outra completamente, partiu para investir no *offshore*, partiu para um outro modelo, que não envolvia o gás, e a Bolívia perdeu a maior oportunidade da sua história, porque um cavalo arriado dessa grandeza não vai passar mais na frente da Bolívia.

M.M. – E na Venezuela? Nunca se pensou...? A Venezuela era monopólio dos Estados Unidos? Não se pensou em investir, o governo brasileiro investir e se conseguir petróleo da Venezuela, que a Venezuela vendesse petróleo para o Brasil? Havia essa idéia?

L.L. – Não, mas a Venezuela não queria.

⁷⁰ O entrevistado se refere a Hugo Banzer, presidente da Bolívia por duas vezes: de 1971 a 1978 e de 1997 a 2001.

⁷¹ O entrevistado se refere a Andrés Soliz Rada.

M.M. – Queria para os Estados Unidos.

L.L. – É. A Venezuela era totalmente voltada para o mercado americano. E, na verdade, até a nacionalização, que foi em 78, da PDVSA⁷², o petróleo venezuelano pertencia às companhias de petróleo, pertencia à Esso, à Shell. Não havia muita conversa, não. Mesmo depois, com a PDVSA. A PDVSA nunca teve muita vontade de fazer nada com a Petrobras, não. Agora tem, mas é outra história.

M.S. – Embaixador, talvez nós pudéssemos avançar um pouco em direção já ao governo Carter, quando as relações ficam bastante estremecidas. Toda essa parte é bem coberta pela literatura. Tem alguma coisa que o senhor queira pontuar que o senhor ache que é importante ressaltar?

L.L. – Não, ressaltar a importância do acordo nuclear, não é? O acordo nuclear com a Alemanha, de 75, em junho de 75, foi um marco muito grande, porque, de certo modo, representou uma espécie de consagração dessa maioria brasileira internacional e representou, para a Alemanha e para o Brasil, uma afirmação em relação aos Estados Unidos: “Olha, eu não sou seu satélite. Eu sou capaz de fazer coisas que não são voltadas contra os Estados Unidos, mas que também não são estritamente o que os americanos querem, não é?”. E com isso, o acordo nuclear se transformou num paradigma muito significativo e teve, na época, um enorme entusiasmo popular no Brasil: a imprensa... Havia manifestações as mais variadas de júbilo com aquilo. Foi um momento importante. E, portanto, o fato de que, no governo Carter, no primeiro mês do... A primeira iniciativa tenha sido justamente pressionar o Brasil para desistir do projeto, fosse visto como uma ofensa extraordinária, não é? Quer dizer, a tradução daquilo é de que “você quer voltar ao estágio anterior, em que o Brasil é um coelhinho internacional que não é capaz de sair do cercadinho ali que você botaram para ele, não é?”. E o curioso é que... Isso foi em 77. Eu nem estava no Itamaraty. Eu tirei também uma licença, por razões pessoais, e passei uns meses no Rio, no começo de 77. Mas o fato é que o Christopher⁷³, dezoito anos depois... Não, dezenove anos depois, o Christopher veio ao Brasil como secretário de Estado e eu fui recebê-lo na porta do Itamaraty e tudo e vim conversando com ele, e nós fomos para o auditório e, no auditório, nós assinamos um Tratado de Cooperação Nuclear, Brasil e Estados Unidos, em 96, e aí eu comentei com ele: “Christopher, veja você, há vinte anos atrás, você estava aqui...”.

M.M. – Ele era o quê? Era o subsecretário?

L.L. – Ele era subsecretário. Ele era o *deputy secretary*. “Você veio aqui para dar um ultimato aí ao governo brasileiro, criou um mal-estar terrível, e agora estamos aqui os dois assinando um acordo no mesmo assunto, que deixou de ser polêmico inteiramente.” Ele disse: “É, você sabe? Eu estava com um mês só, eu não sabia a encrenca que eu estava me metendo. Na verdade, eu me meti numa encrenca horrível. Aquilo foi péssimo. Foi um

⁷² Petróleos de Venezuela (PDVSA) é uma empresa estatal venezuelana.

⁷³ O entrevistado refere-se ao norte-americano Warren Christopher, que foi Secretário de Estado entre 1993 e 1997.

péssimo episódio. Eu, depois, sempre me lembrei muito daquilo”. Comentou assim.

M.S. – O tango diz: “*Veinte años no es nada*”. [riso]

L.L. – É isso mesmo.

M.M. – O acordo teve como objetivo principal a questão energética? Foi movido por necessidades mais prementes?

L.L. – Não, isso eu diria que era o motivo aparente. O motivo subjacente principal era dotar o Brasil de uma capacidade nuclear. Não necessariamente de armas nucleares, mas de uma capacidade nuclear, sem dúvida. Porque o acordo com a Alemanha cobria todo o ciclo: cobria desde mineração de urânio até reprocessamento de plutônio, enriquecimento de urânio. Cobria tudo. E oito centrais nucleares. Era um acordo muito amplo, muito ambicioso mesmo. Tinha sido basicamente negociado pelo Ueki e pelo Paulo Nogueira Batista, e o propósito fundamental era capacitar o Brasil nuclearmente, não é?

M.M. – Quem era o representante militar nessas negociações? Teve um representante dos militares?

L.L. – Eu acho que deve ter tido, mas não foi importante, não. Eu acho que era mais como observador. Mas não foi importante.

M.M. – Porque é interessante, não é? É alguma coisa que tem a ver com o armamento brasileiro, com a situação brasileira e não tem nenhum militar.

L.L. – É. Mas não se queria enfatizar esse aspecto.

M.S. – Não se *podia* enfatizar.

L.L. – A idéia não era...

M.M. – Então, o Ueki, por um lado, seria a questão energética, e o Paulo Nogueira, pelo lado diplomático.

L.L. – É.

M.M. – Então, queria se dar esse aspecto.

L.L. – Exato.

M.M. – E esvaziar...

L.L. – Não, o lado militar não aparecia, não. O lado militar era como a Alsácia-Lorena antes da guerra de 14, “pense nele sempre, mas não fale nunca nisso”. [risos]

M.S. – Claro, claro. Esse é outro aspecto fascinante dessa geração, não é? A geração que

assina o Acordo Nuclear, dos jovens diplomatas, a sua geração, é a geração que assina o TNP⁷⁴. Bom, o senhor é a pessoa que assina o TNP.

L.L. – Exato. Sem dúvida.

M.S. – E é uma mudança de novo, assim como no caso argentino, de 180 graus, do ponto de vista da postura formal do Brasil, em apenas vinte anos.

L.L. – É verdade. Porque eu creio que a diferença fundamental é que depois, nos anos 80, quando... No fim dos anos 70, quando a Argentina acelerou o seu programa, o governo Videla⁷⁵, eu não tenho dúvida nenhuma que estava perseguindo – o governo Videla era capaz das maiores baixarias, não é? –, estava perseguindo a confecção de uma bomba. Inclusive porque eles tinham... Os argentinos tinham começado antes de nós o programa nuclear deles.

M.S. – Na década de 50.

L.L. – É. Então, havia, no Brasil, uma espécie de uma vontade de se contrapor a isso, de dar uma resposta, não é? E um dos líderes disso era o general Leônidas⁷⁶, que até hoje é muito advogado de uma capacidade nuclear brasileira, acha que... Ele diz isso abertamente, publicamente. E eu nunca pensei assim, nunca achei isso. Eu achei que era importante que o Brasil tivesse uma... A credencial de ter uma indústria nuclear era muito importante, mas eu nunca achei que o Brasil devia ter uma bomba, não é? Eu achei sempre ao contrário, que o Brasil devia ser opositor desse curso, porque isso justamente significaria, digamos, um desvio do Brasil para um caminho alternativo como aquele daquela discussão anterior, de Genebra, do neutralismo, do terceiro-mundismo e tudo mais, sem razão nenhuma. O Brasil vai ter arma nuclear para jogar em quem? É uma loucura, não é? E arma nuclear é... Isso é uma coisa que eu progressivamente fui me convencendo disso, não é? O Brasil, para fazer um programa nuclear, teria que desviar muitos bilhões de dólares de carências enormes que tem com a sua população, de educação, de saúde, de habitação, de coisas fundamentais, para fazer bomba?! Para que, não é? Não tem ameaça real, não é? Quer dizer, a ameaça argentina é uma coisa mental, não é? Não havia uma coisa real. Não havia incompatibilidades tão grandes que devesse, necessariamente, haver uma confrontação militar com a Argentina. É um disparate, tanto para eles quanto para nós, não é? Não tinha o menor sentido. Então, eu fui me afastando disso. Tanto que você vê que o que faz a abertura para a Argentina e, especificamente, a anulação no caminho nuclear com a Argentina é a coincidência com a redemocratização, com o fim do regime militar no Brasil, é evidente, que foi o que permitiu que acontecesse isso. E até o final, até os últimos acordos, que foram assinados ainda durante o governo Itamar Franco, acordos de cooperação com a AIEA⁷⁷, acordos de salvaguardas e tudo, antes do TNP, ainda enfrentavam reações militares no Brasil. Eu tive discussões... Depois veremos isso, mas eu

⁷⁴ O entrevistador se refere ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

⁷⁵ Jorge Rafael Videla governou a Argentina no período de 1976 a 1981.

⁷⁶ O entrevistado se refere ao general Leônidas Pires Gonçalves, que foi ministro do Exército Brasileiro entre 1985 e 1990.

⁷⁷ O entrevistado se refere à Agência Internacional de Energia Atômica.

tive discussões com chefes militares importantes, como ministro interino e como secretário-geral, com o Fernando Henrique, em torno disso, porque ainda havia um resquício de uma veleidade nuclear.

M.S. – Como... Bom, a gente vai voltar a isso, mas como chanceler o senhor já não sentiu tanta resistência?

L.L. – Não, aí já tinha praticamente acabado, porque claramente o presidente não estava nessa linha, não é? E também porque na Constituição de 88; depois, no acordo com a OEA... Com a AIEA; depois, com os acordos com a Argentina, bilaterais, a criação da Abacc⁷⁸ e os acordos bilaterais; e a adesão plena ao Protocolo de Tlatelolco, o Brasil já tinha praticamente se comprometido totalmente a não ter armas nucleares, não é? Não havia mais o que discutir.

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_04_29.01.2008]

3ª Entrevista: 14.02.2008

M.S. – Embaixador, no último encontro, a gente terminou falando do ano de 1976 e 1977. A gente queria começar com a nomeação do Oscar Camilión como embaixador argentino em Brasília, em maio de 76, e como isso leva à sua nomeação como secretário de imprensa do gabinete do ministro Silveira.

L.L. – Bom, a Argentina vinha fazendo uma campanha, bem-sucedida até então, para obter, de fora da região, uma legitimação da sua posição sobre a necessidade de uma consulta prévia antes da realização de uma obra que pudesse afetar o ribeirão a jusante, através do embaixador Ortiz de Rosas, que era o embaixador na ONU – e quase foi secretário-geral da ONU em um certo momento, quando o Pérez de Cuéllar⁷⁹ acabou escolhido – e tinha enorme prestígio lá. Ele era descendente de Rosas, o general Rosas, portanto, não muito simpático ao Brasil.

M.M. – Não. [risos]

L.L. – Mas o Rosas vinha fazendo essa campanha com êxito e várias vezes o ponto de vista argentino tinha obtido maiorias substanciais de apoio sobre a posição brasileira. Então, de certo modo embalados com essa onda positiva, o governo argentino resolveu mandar para Brasília um homem de grande qualidade intelectual, de grande vigor e também de muito bom relacionamento com o Brasil para exercer de dentro uma pressão sobre o governo brasileiro. Ele tinha sido já ministro-conselheiro da embaixada no Rio, fala português muito fluentemente – talvez um dos mais fluentes hispanofalante que eu já vi falando português – e uma pessoa de grande charme, de grande sedução pessoal e tudo, e tinha sido um grande

⁷⁸ O entrevistado refere-se à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

⁷⁹ Pérez de Cuéllar é um diplomata peruano que foi secretário-geral das Nações Unidas de 1982 a 1991.

jornalista do *Clarín*... Enfim, um homem muito articulado, muito inteligente. E o Camilión começou então a trabalhar a imprensa brasileira, que nessa área não era censurada. Não havia nenhum tipo de censura sobre isso. E ele diariamente convidava para um café na embaixada da Argentina, ou de tarde, um grupo seletivo de jornalistas, dos quais, por exemplo, a Miriam Leitão, que era na época a correspondente da *Gazeta Mercantil*, a repórter da *Gazeta Mercantil* encarregada de cobrir o Itamaraty, e vários outros, para então conversar sobre Itaipu, e vinha conseguindo, através da sua poderosa cabeça, influenciar muito o pensamento... Quase todas eram mulheres, as repórteres. Não apenas, mas a maioria. E ele vinha conseguindo então fazer a cabeça dessas moças, por sua vez, e a imprensa brasileira então passava a refletir cada vez mais uma posição do governo argentino contra a do governo brasileiro. E isso estava levando o Silveira⁸⁰ à loucura, evidentemente. O secretário de imprensa do Itamaraty, que era o Guy Brandão, era um homem muito correto, muito leal e tudo, mas a concepção dele de secretário de imprensa era uma concepção adequada a um regime militar, ou seja, era manter a imprensa longe, manter a imprensa no escuro, manter a imprensa desinformada e, sobretudo, longe da informação. Então, havia uma enorme simpatia pelo Camilión, que se espelhava nas matérias diariamente, e uma enorme antipatia pelo Guy Brandão, a ponto que chegou a haver inclusive desforço pessoal na Secretaria de Imprensa entre os jornalistas e os diplomatas. E o Silveira, embora tivesse muita consideração pelo Guy, que é uma boa pessoa, é um homem direito e tudo, o Silveira chegou à conclusão que não era possível continuar com aquilo. E eu no momento estava no Rio de Janeiro – porque, por razões familiares, eu tinha tido uma licença de seis meses e estava aqui no Rio de Janeiro, trabalhando na Vale do Rio Doce, nas negociações com os japoneses –, e o Silveira me chamou e me disse que precisava que eu assumisse o lugar, e aí me disse: “Olha, você tem carta-branca para fazer o que você achar. Agora, você só não pode me pedir para eu conversar com duas pessoas, uma é o Carlos Chagas e a outra é o Carlos Conde”. O Carlos Chagas era um repórter muito importante em Brasília na época – ele tinha sido assessor de imprensa do Costa e Silva, mas era um repórter de muito prestígio –, do *Estado de São Paulo*, e o Carlos Conde também era o repórter do *Estado de São Paulo*, e eram, de certo modo, os mais agressivos contra a proposição brasileira. “Mas o resto, você faz como você achar.” E eu cheguei à conclusão que, em uma circunstância como aquela, o que era essencial era fazer o contrário, era fazer o que o Camilión estava fazendo, quer dizer, era dar a informação, era se expor inclusive, era raciocinar com a imprensa, era procurar cativá-los, não é? E aí instituí uma coisa que não se fazia no Brasil, que era um *briefing* diário, um *briefing on the record*. Todo dia, às quatro horas, a imprensa vinha lá no auditório da Secretaria de Imprensa, podia fazer a pergunta que quisesse, e respondia a pergunta que eu achasse que devia dar. Eu não era obrigado a dizer tudo, não é? Mas, enfim, de qualquer modo, já era uma fonte de informação que eles podiam confiar e tudo. E também comecei a trabalhar com os editores nas capitais: com o *Estado de São Paulo*... No *Estado de São Paulo*, o chefe da redação, que era o Oliveiros Ferreira, me ajudou muito nesse sentido, e veio então o convite do Ruy Mesquita e do Julio Mesquita, que eram os dois dirigentes maiores do *Estado*, da família Mesquita, para uma conversa. Eu fui a São Paulo, conversei com eles, e pouco depois o *Estado de São Paulo* publicou um editorial a favor do governo brasileiro, quando, nos meses anteriores, chamava o Silveira da maior ofensa que o *Estado de São Paulo* fazia, que era chamar “senhor A. da Silveira”, por causa

⁸⁰ O entrevistado se refere ao Embaixador Antônio Azeredo da Silveira.

do Adhemar de Barros – eles diziam A. de Barros, senhor A. de Barros. Isso é a ofensa máxima, não é? Aí o Geisel ficou perplexo, e chamou o Silveira e disse: “O que você fez com o *Estado de São Paulo* para o *Estado de São Paulo* mudar completamente de ponto de vista?”. Porque era uma coisa que... O *Estado de São Paulo* não entrava no Palácio da Alvorada, não é? O Geisel tinha horror ao *Estado de São Paulo*, porque era o bastião liberal democrático – desde sempre, não é? –, anti-getulista. E aí, pouco a pouco foi equilibrando. Porque a nossa posição era uma posição que não tinha nada de espúria nem de ilegítima, não é? O Brasil queria construir uma hidrelétrica ali, naquele ponto do rio Paraná, que tivesse viabilidade econômica, portanto, a barragem tinha que ser suficientemente alta para permitir a geração do máximo de energia possível, dentro daquelas circunstâncias, sem afetar, evidentemente, rio abaixo. E os argentinos, a posição principal deles era que, se o Brasil fizesse nessa cota, ia inviabilizar os aproveitamentos que eles poderiam fazer rio abaixo, sobretudo Corpus. E eles, depois disso, construíram Yacyretá e nunca construíram Corpus. Não porque nós não tenhamos permitido, mas porque Corpus não fazia muito sentido mesmo. E desde então Itaipu é mais de trinta por cento da energia total do Brasil, não é? Quer dizer, a causa era boa e tudo, e acabou a imprensa entendendo isso e basicamente apoiando a posição do governo, tanto que em outubro de 78 houve então o desvio do rio. E eu assisti a esse desvio do rio. O rio foi desviado para se construir ali justamente a barragem hidrelétrica. E aí se tornou um fato consumado e praticamente acabou a polêmica, com esse fato consumado, que foi a realização da obra em si, não é?

M.M. – O senhor atribui à qualidade da sua argumentação ou simplesmente ao fato de o senhor ter dado informações sobre um assunto sobre o qual não havia informação nenhuma?

L.L. – Eu acho que as duas coisas, porque a nossa posição era perfeitamente sustentável. Não havia nada de... Primeiro, não havia nenhum risco de que houvesse prejuízos sensíveis para os moradores, os portos, enfim, para todos os ribeirinhos a jusante. Não havia nenhuma razão para achar que isso ia...

M.M. – O senhor apresentou documentação?

L.L. – Ah, sem dúvida!

M.M. – Na sua conversa, não era apenas tentar convencer, mas levar a documentação?

L.L. – Sem dúvida. E havia todo... Quer dizer, eu, naturalmente, tinha a ajuda dos técnicos brasileiros todos, grandes homens brasileiros, o dr. Mario Bhering⁸¹ e vários outros, que davam elementos de convencimento. E a nossa posição era perfeitamente razoável, tanto que Itaipu está funcionando aí há tantos anos e nunca houve prejuízo nenhum para ninguém, não é? Não houve nada. E eles terminaram compreendendo isso, não é?

⁸¹ Mario Penna Bhering é um engenheiro, ex-presidente da Eletrobrás e um dos fundadores da Cemig. Desempenhou um importante papel na construção de Itaipu. Retirado de: <http://www.energiahoje.com/online/empresas/2009/09/02/392538/morre-o-engenheiro-mario-bhering.html>, acessado em 29/09/2010.

M.S. – Agora, o que o senhor descreveu como atitude do seu antecessor na Secretaria era a atitude dominante dentro da Casa, não é?

L.L. – Era.

M.S. – Era a noção de que a diplomacia não se faz sob holofotes.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – E, certamente, essa era a posição do Geisel e do Silveira. Em algum momento o senhor teve problemas com o Silveira ou com os embaixadores *seniors* da Casa?

L.L. – Não. O Silveira sempre foi, a vida inteira, sempre foi de uma enorme generosidade comigo. Ele, embora pudesse ter dúvidas quanto ao método, ele, pessoalmente, nunca me criticou, e politicamente, ele percebeu que era uma coisa eficaz, aquilo fazia sentido. Portanto, nunca houve crítica nenhuma, não. Houve essa pergunta do Geisel uma vez, mas foi mais uma curiosidade do que uma crítica, não é?

M.S. – Claro. Embaixador, logo em seguida começa a corrida presidencial pela Casa Branca, nos Estados Unidos, e Jimmy Carter, ainda na campanha, diz que o memorando de entendimento Brasil e Estados Unidos era um tapa no rosto do povo americano, porque era associar os Estados Unidos a uma ditadura militar...

L.L. – Exato.

M.S. – ...que violava direitos humanos e ainda procurava ter um programa nuclear autônomo. Como é a sua atuação nesse período na Secretaria de Imprensa?

L.L. – Não, nesse período eu não estava lá ainda, não é? Eu só vim a assumir a Secretaria de Imprensa em agosto de 77, porque eu estava nessa licença que eu mencionei. Quer dizer, durante a campanha e durante o primeiro momento, quando houve a visita do Christopher⁸² e, depois, a denúncia do acordo militar, eu não estava presente lá em Brasília sequer, não é? Então, eu assisti isso como cidadão, lendo jornal. Mas depois, evidentemente, quando vim, passou a ser uma questão fundamental, porque claramente a posição do Carter era uma posição marcada para estabelecer um contraste contra o Kissinger⁸³, contra a política do Kissinger para a região. Ele achava que o Kissinger tinha legitimado, ou tinha permitido ações das ditaduras chilena e argentina que eram intoleráveis. E de qualquer modo, como democrata liberal, ele tinha uma posição radicalmente diferente do Kissinger em matéria de política externa. Agora, houve, nesse período que eu fui secretário de imprensa, dois momentos particularmente tensos com relação aos Estados Unidos. O primeiro foi a visita do secretário de Estado Vance, Cyrus Vance. O Vance veio... O Vance era um patricio, era

⁸² O entrevistado provavelmente se refere ao norte-americano Warren Christopher, que foi Secretário de Estado entre 1993 e 1997.

⁸³ O entrevistado se refere ao diplomata norte-americano Henry Kissinger, que teve um papel relevante na política dos Estados Unidos durante as décadas de 60 e 70. Foi Secretário de Estado dos Estados Unidos entre os anos de 1973 e 1977.

um homem de... A vida inteira uma espécie de navio-escola do *establishment* da East Coast como política externa, e Council on Foreign Relations e tudo. Mas ele, quando veio ao Brasil – eu não sei se ele estava doente, ou se ele estava perturbado –, ele estava visivelmente fora de esquadro. Ele estava inclusive despenteado, que é uma coisa que não ocorre, um estadista americano despenteado, não é? Era uma contradição. Em termos, não é? E ele andava meio despenteado e meio atarantado, assim. E ele veio com o Robert Pastor, que era um intelectual metido a esperto, assim, que era o...

M.M. – Tinha um lugar funcional específico? Ou era um assessor?

L.L. – Não, tinha. Na Casa Branca, tinha. Era o assessor da América Latina.

M.S. – Do Brzezinski⁸⁴.

M.M. – Ah, então ele vinha num lugar formal.

L.L. – É, do Brzezinski, no Conselho de Segurança.

M.M. – Ah, está certo.

L.L. – E o Pastor então tinha feito lá todo um livro, um *briefing book* para o Vance, com uma série de provocações e de acusações, coisas agressivas e complicadas.

M.M. – Em relação...?

L.L. – Em relação ao Brasil, ao governo brasileiro.

M.M. – E especificamente em relação aos direitos humanos?

L.L. – É. Direitos humanos e, enfim, o processo democrático todo: a abertura e toda a questão nuclear... Enfim, toda a agenda americana daquele momento. E o Vance entrou na sala do Geisel no Palácio do Planalto e começou a colocar... E o Geisel era uma pessoa que quando ficava irritado e provocado, ele parecia Netuno. Então, ele parecia Netuno saindo das águas. Porque ele era um homem alto, e rubicundo, e ele ficava inflamado e começava a falar cada vez mais alto. Ele tinha aquele autoritarismo do general, do chefe militar, aquela coisa antiga, não é? Então, o Geisel começou a responder assim e o Vance foi ficando atrapalhadíssimo lá. E aí o Geisel fez que tinha encerrado a conversa, e o Vance aí se levantou e foi embora e largou o tal livro completo lá em cima da mesa. [riso]

M.S. – Está aqui.

L.L. – Pois é. E o Silveira aí chegou triunfante, não é? Ele chegou ao Itamaraty triunfante, com o livro debaixo do braço. Ele mandou, evidentemente, xerocar tudo, não é? E aí lemos juntos várias coisas lá, e era a comprovação de que a política americana tinha lá as suas

⁸⁴ O entrevistador se refere a Zbigniew Brzezinski, que serviu como Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América durante o governo Jimmy Carter (1977-1981).

razões, as suas legitimidades. Mas era uma política de provocação e, digamos, de espicaçar o governo brasileiro, não é? E aí o Silveira devolveu para a embaixada com um cartãozinho: “Foi esquecido aqui e está aqui de volta”. Teve um enorme prazer. [riso] Foi um momento... E o Carter...

M.M. – Vazou para a imprensa, essas características de um encontro tão tenso?

L.L. – Não, não. Nós não quisemos também tripudiar, não é? Seria tripudiar, não é? Contar para a imprensa seria expor o Vance ao ridículo absoluto, não é? Na época, seria...

M.S. – Poderia perder até o posto, não é?

L.L. – Ah, perdia.

M.S. – Porque o documento é terrível, não é?

L.L. – É claro.

M.S. – O documento ameaça o Brasil com uma possível aliança nuclear Estados Unidos-Argentina se o Brasil não...

L.L. – É, era uma provocação muito pesada.

M.S. – ...não trilateralizasse o acordo nuclear com a Alemanha. É um negócio terrível, não é?

L.L. – Era muito pesado sim. Era muito pesado. E era justamente... Esse rapaz, o Pastor, era um peso leve, não é? Era um sujeito espertinho, inteligente e tudo...

M.S. – Era muito jovem, não é? Tinha 32 anos.

L.L. – É. Mas era um espoleta, como se dizia antigamente. Era um espoleta. Depois o próprio Carter esteve aqui no Brasil, e foi um segundo momento... Primeiro ele mandou a senhora, que irritou profundamente o Geisel, porque o Geisel não entendia porque ele tinha a obrigação de lidar, primeiro, com uma pessoa que não era do governo, não tinha sido eleita, e depois, com uma senhora. Porque na cabeça do Geisel as senhoras não fazem essas coisas, não vêm discutir esses assuntos. Uma senhora, como a mulher dele, tem um papel mais discreto, não é? A cabeça dele era essa, não é? E ele ficou irritadíssimo, porque ela começou a levantar vários temas e tudo, e de certo modo também deu uma cortada na conversa, e ela aí se encolheu lá, não levou adiante, não quis... Mas depois...

M.M. – Talvez ele tenha... A irritação dele talvez não seja apenas com o papel, vamos dizer, entre aspas, inadequado de uma primeira-dama, mas também pelas medidas internas que ele teve que tomar: fechar a UnB, reprimir a visita dela lá em Recife...

L.L. – Ah, sem dúvida.

M.M. – Isso tinha um custo também, não é?

L.L. – Não, o pensamento político todo do Geisel, que era o que justificava esse grande desconforto, esse grande aborrecimento com a posição americana, era o seguinte: “Eu estou aqui combatendo a linha dura, o Frota⁸⁵, [inaudível], e os brucutus todos aqui do Exército que não querem a abertura democrática e vem essa senhora, ou esse senhor, ou esses senhores aqui se meter no meu processo, vêm atrapalhar o meu ritmo, porque vêm justamente dar munição ao pessoal da extrema direita, ao pessoal da linha dura, ao dizer que a minha posição é uma posição fraca, porque a minha posição é uma posição que não... que é uma pessoa de capitulação frente à esquerda.” Esse é que era o raciocínio do Geisel, que a intromissão americana era a intromissão em um processo delicadíssimo, onde ele estava jogando a vida e a morte ali. Porque aquela luta não era uma luta de brincadeira, era uma luta... Tanto que na saída do Frota houve uma tentativa de contragolpe, não é? Houve mobilização militar dos dois lados e tudo. Quer dizer, podia ter havido um desforço. O Geisel podia ter sido morto ali, certamente podia ter sido, se o esquema militar dele não fosse mais eficiente. Mas o Carter veio já mais adiante – o Carter veio, se não me engano, em meados de 78...

M.M. – Já estava com a Missão Portela.

L.L. – Isso.

M.M. – Já estava começando a Missão Portela, não é?

L.L. – Exatamente.

M.M. – Porque ele até se encontrou, eu acho, com alguns membros da Missão Portela.

L.L. – Encontrou. Encontrou inclusive, em São Paulo, com...

M.M. – Sim.

L.L. – Sem dúvida. E eu acho que o Carter aí tinha entendido que o *approach* à Pastor, o *approach* mais provocativo, mais contundente, não era um *approach* eficaz e veio bem mais suave. Veio bem mais suave. Quer dizer, a visita dele não foi um momento de confrontação. O Geisel também percebia perfeitamente que não era bom ter uma confrontação direta com o presidente dos Estados Unidos, evidentemente. Então, de parte a parte, eu acho que houve uma baixada de tom, e isso facilitou as coisas. O Silveira me perguntou... O Silveira me dava sempre... Evidentemente, eu não participava de todas as conversas, não é? Essa menorzinha, com os dois presidentes, os ministros e tudo, eu não participei. E na saída eu perguntei ao Silveira: “E então, Silveira?”. Porque o Silveira sempre me dava ali instruções sobre o que dizer para a imprensa. E aí o Silveira disse para mim: “O assunto direitos humanos não foi tratado”. Aí, eu cheguei lá, a imprensa toda esperando – tinha lá uns trezentos jornalistas –, um ambiente de Fla-Flu, não é? E me

⁸⁵ O entrevistado provavelmente se refere ao general Sylvio Frota, ministro do Exército entre os anos de 1974 e 1977.

perguntaram: “E direitos humanos?”. Eu digo: “Olha, o assunto não foi tratado”. Aí todo mundo ficou perplexo, surpresíssimo. Era o que o Silveira tinha me dito. Eu não estava inventando nada. Aí o Jody Powell, que era o porta-voz do Carter, deu uma coletiva logo depois e os jornalistas perguntaram: “Mas como é que pode?! O Carter está sempre falando em direitos humanos e chega aqui para falar com o Geisel e não levanta o assunto?!”. Aí o Jody Powell ficou incensado e disse: “Mas quem foi que disse isso?!”. “Foi o sr. Lampreia, o porta-voz lá do....” “Mas esse sr. Lampreia é um grande mentiroso!” [riso] E ele ficou perplexo. Teve uma reação assim... E aí também nós deixamos passar. Eu estou só comentando aqui como curiosidade. Mas ele falou isso.

M.S. – Do ponto de vista da imprensa, em determinado momento tem uma determinação de ambos os lados de começar a checar o *briefing* para a imprensa, antes de ir para a imprensa. Pelo menos era assim que funcionava com o Kissinger, se combinava o que seria dito para o público. Com o Carter chegou a acontecer isso em algum momento, mais tarde?

L.L. – Não.

M.S. – Ou nunca houve combinação?

L.L. – Nunca houve. Tanto que na tal entrevista do Vance, quando o Vance saiu da sala, eu estava na ante-sala, o Vance me segurou pelo braço... Eu era um rapaz de trinta e poucos anos e muito junior, não é? E o Vance, todo despeteado e meio atarantado, me segurou pelo braço e disse: “Precisamos combinar como é que nós vamos contar essa história para a imprensa”. Aí, eu não falei nada, e falei com o Silveira e disse: “Olha, Silveira, o Vance me disse que quer combinar como é que nós vamos...”. Ele disse: “Deixa ele para lá! Ele diz o que ele quiser e nós dizemos o que nós queremos”. Nunca houve combinação, não.

M.S. – Impressionante.

L.L. – É.

M.S. – Porque geralmente tem combinação, não tem?

L.L. – Tem.

M.S. – Em algum grau. Pelo menos comparar as notas.

L.L. – É. Mas aí não havia, não. Não havia esse grau de cumplicidade, não.

M.M. – Mas então, o que o senhor registrou como curiosidade é, na verdade, uma tensão enorme.

L.L. – Havia sim. Havia uma tensão.

M.M. – Porque é alguma coisa muito difícil de se entender exatamente um acontecimento quando um secretário de Estado e um embaixador dizem que cada um fala uma coisa, cada um fala o que quer. Como é que o Itamaraty, além do Silveira, como é que o Itamaraty

como instituição... Eu sei que o senhor era junior, mas como é que o Itamaraty via essa sinuca de bico que às vezes a diplomacia brasileira tinha que ficar, em função até de interesses maiores do processo interno de abertura?

L.L. – Nas suas memórias, o Afonso Arinos⁸⁶, que foi um ministro importante, embora muito breve, ao justificar a Política Externa Independente, diz que o primeiro objetivo da Política Externa Independente do Jânio Quadros, de quem ele foi o ministro do Exterior, era “romper com a velha tradição do Itamaraty de votar sempre com os nossos amigos dos Estados Unidos”, fecha aspas. Eu não cheguei a pegar essa época, mas eu acho que a partir do Jânio Quadros, com a Política Externa Independente, o San Tiago⁸⁷ e tudo mais, houve, de certo modo, uma reviravolta no sentimento do Itamaraty e passou a haver justamente um certo gosto em tomar uma posição diferente dos Estados Unidos, em tomar uma posição até adversa em relação aos Estados Unidos, não é? Isso durante muito tempo vigorou e, de certo modo, continua vigorando – com o Samuel e o Celso, continua vigorando –, mas não é mais o sentimento geral, porque não há mais essa adversidade, não é? Quando o Clinton veio aqui, por exemplo, não havia nenhuma sensação de adversidade; quando o Christopher veio aqui, no primeiro ano da minha gestão, não havia nenhum sentimento adverso, nem quando veio a Madeleine Albright⁸⁸, depois. Quer dizer, hoje em dia não perdura mais essa mobilização antiamericana. Isso, só na cabeça de algumas pessoas que vivem no passado, que vivem justamente nos anos 60, como são o Celso e o Samuel. Mas durante os anos 60 e 70 e tudo, eu acho que havia um pouco essa sensação de que “bom, agora que nós nos libertamos desse automatismo”, que o Silveira chamava de não alinhamento automático. Era um não alinhamento automático para os Estados Unidos, evidentemente. Então, havia um certo... Não só nele, nem nas pessoas que o cercavam, mas havia, no Itamaraty de um modo geral, uma certa satisfação em tomar uma posição assim, própria. Era visto como um sinal do amadurecimento brasileiro, do crescimento brasileiro.

M.S. – Embaixador, na documentação sobre esse período, a impressão que se tem é que depois da visita do Carter se consolida a percepção, no governo brasileiro, de que os Estados Unidos não vão ser um problema tão grande quanto se pensava que poderiam ser, que a postura de resistência firmíssima que tem nesses encontros todos funcionou, deu certo, que o Carter não vai insistir nem na questão de direitos humanos nem vai insistir na questão nuclear com muita força.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Embora ele pudesse fazer a combinação que ele quisesse com os alemães na questão do acordo nuclear. A lição que se tira disso é que resistir aos Estados Unidos é uma estratégia ganhadora.

L.L. – Eu acho que isso tem muito a ver com o Vietnã, não é? Quer dizer, a derrota no

⁸⁶ Afonso Arinos foi ministro das Relações Exteriores durante o governo Jânio Quadros e no regime parlamentarista do primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha.

⁸⁷ O entrevistado se refere a San Tiago Dantas, que foi ministro das Relações Exteriores durante o governo João Goulart.

⁸⁸ Madeleine Albright foi a primeira mulher Secretária de Estado dos Estados Unidos da América. Ocupou o cargo no período de 1997 a 2001.

Vietnã rompeu completamente a aura de invencibilidade dos Estados Unidos e rompeu com o monopólio do poder que os Estados Unidos tinham, tanto do ponto de vista militar quanto do ponto de vista de *soft power*.

M.S. – De influência.

L.L. – De influenciar as pessoas, não é? Aquele pequeno povo ali, um tanto primitivo até, resistindo heroicamente a 500 mil soldados americanos mostrou que era possível encarar a superpotência e botar a superpotência para correr, não é? Era uma coisa impensável até. Mas, enfim, eu acho que isso foi um divisor de águas muito grande também, não é? E o Carter, de todo modo, em sua atitude peculiar... Porque o Carter é completamente dissonante em termos do poder da Casa Branca, do poder americano. O Carter falava em *malaise*, falava em... Enfim, o Carter estava sempre, de certo modo, na defensiva, e do ponto de vista internacional também. Então, eu acho que o Carter, de certo modo, era menos temível do que um presidente como o Johnson, ou o Nixon, ou, antes dele, o Eisenhower, ou o Kennedy, ou depois, o próprio Reagan, não é?

M.S. – Tinha a autoridade mitigada, não é?

L.L. – É, tinha a autoridade mitigada.

M.S. – Tem um documento muito interessante... A visita do Carter ao Brasil é em março, não é? Tem um documento de setembro...

L.L. – É em março de 78, não é?

M.S. – Em março de 78. Exato. Em setembro de 78, em 25 de setembro, o Brzezinski manda uma carta para o Carter, secreta, que está no arquivo da CIA que foi aberto agora, dizendo que o Figueiredo, em privado, tinha confirmado aos americanos que depois de ele assumir o poder as coisas iriam melhorar. “*Things will improve.*” Isso se sabia, essa abertura do Figueiredo? O senhor tem lembrança...?

L.L. – Não. Nenhuma. Eu acho que isso foi um segredo muito bem guardado, e talvez o próprio Geisel tenha se surpreendido com, digamos, o desabrochar de um democrata no Figueiredo, não é? Não era a história dele, não é? Inclusive, não era fisicamente. Eu estive várias vezes com o Figueiredo, o Figueiredo estava sempre de cara amarrada, óculos escuros... Ele tinha uma *persona* de ditador militar. Ele não tinha uma *persona* de liberal, não é? E nunca, pelo menos em círculos um pouco maiores do que aquele *inner circle* dele, nunca foi visto dizendo nada nesse sentido.

M.S. – Porque nessa documentação o Brzezinski diz para o Carter: “Não precisamos nos preocupar muito com o Brasil. Não dá para lidar com o Silveira, que é *abrasive*. Vamos deixar passar. Deixa o novo governo começar e aí as coisas mudam”. E de fato mudam, não é? O Figueiredo chega, tem a anistia, voltam cinco mil pessoas do exílio em 79...

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Então, a questão de direitos humanos... O relatório do Departamento de Estado sobre a situação de direitos humanos, de 80, já não menciona a questão de tortura, por exemplo, de nenhuma maneira.

L.L. – Claro.

M.S. – Isso pode ser importante talvez para explicar como é que os americanos depois vão tratar o Silveira e, imagino eu, a embaixada do Silveira, todos vocês, em Washington, não é?

L.L. – Sem dúvida. É, eu acho que, enfim, essa abertura, quem fez basicamente foi o Geisel, que teve... Depois de derrotar o Frota, ele acabou com o AI-5, não é? O Figueiredo já começou sem AI-5, não é? E basicamente o aparelho militar, esses porões da ditadura e tudo tinham sido devastados praticamente. E o Figueiredo, evidentemente, tinha contribuído para isso, na sua posição como membro muito importante do grupo do Geisel, não é? Mas eu acho que a escolha do Silveira de ir para Washington foi uma escolha um tanto difícil e complicada. Ele queria ir para Paris na verdade. Ele pediu ao Figueiredo para ir para Paris. E o Figueiredo, antes de assumir a presidência, disse a ele que Paris era o único lugar que ele não podia dar porque já tinha se comprometido com uma outra pessoa – que depois se soube que era o Nascimento e Silva, que era o ministro do Trabalho do Geisel, não é? –, mas que qualquer outro lugar que o Silveira escolhesse ele iria, e o Silveira disse: “Bom, então, pode ser Washington?”. Ele disse: “Pode”. “Pronto. Então, eu quero Washington.” Aí foi para lá, um pouco com... Não foi com nenhum propósito revanchista nem nada, mas foi para mostrar que ele não era um antiamericano sistemático, não é? Porque... Eu sei que um erro muito grande que cometem alguns no Itamaraty hoje é de achar que o Silveira era antiamericano sistematicamente, ideologicamente. O Silveira tinha morado nos Estados Unidos jovem e tinha grande admiração pelos Estados Unidos como sociedade, como nação, e citava isso sempre, e tinha passado lá um bom tempo trabalhando no consulado do Brasil em São Francisco como auxiliar lá, contratado, e tinha genuíno apreço pelos Estados Unidos, pelo povo americano. Agora, por outro lado, também tinha uma postura de afirmação do Brasil como um país com uma posição independente, com uma posição própria no cenário internacional. E ele foi então para Washington, e se dedicou, o tempo todo em Washington, a ter as relações mais amistosas possíveis com as pessoas relevantes da cidade, sejam do governo ou, enfim, do ambiente de poder de Washington. E teve.

M.M. – Qual era a agenda do Figueiredo? Depois desse período Geisel, qual era a agenda do governo Figueiredo nas relações com os Estados Unidos que o Silveira seria o portador?

L.L. – A primeira consideração na relação com os Estados Unidos não era constituída pelos temas que foram polêmicos durante o governo Geisel, ou seja, não se falava mais em energia nuclear e não se falava mais em direitos humanos praticamente. Não era um tema constante na pauta. Os assuntos principais eram de natureza comercial. Porque a partir dessa época o Brasil já tinha se tornado um exportador relevante de alguns produtos, como calçados, têxteis e alguns produtos até siderúrgicos, sobretudo ferro-gusa, e isso estava provocando resistências nos *lobbies* americanos interessados, não é?

M.M. – Setores mais atrasados da industrialização americana, não é?

L.L. – Exato. Então, a pauta era, sobretudo, essa. Essa e uma outra questão que foi muito importante, que foi a questão da Embraer. A Embraer estava com o seu avião novo, que era o Brasília, que era um turboélice maior, de trinta lugares e tudo, pronto e precisando ser colocado no mercado americano, que é o maior mercado mundial. E havia... Se não houvesse o reconhecimento, a homologação pelo FAA, o Federal Aviation Authority⁸⁹, e não houvesse entrado no mercado americano, o avião estaria condenado, não decolaria. Então, com o coronel Ozires Silva, que era o presidente da Embraer, nós montamos uma estratégia de defesa da posição da Embraer que foi uma das principais vitórias da gestão do Silveira em Washington. Porque havia uma aliança de uma série de produtores de aviões pequenos, Cessna sobretudo, e vários outros, para se opor à Embraer. Mas havia alguns aliados. Havia a Piper, que era a sócia da Embraer e colaborava com a Embraer na fabricação do avião, e sobretudo a Boeing. E em um certo momento... Eu era o chefe do setor econômico da embaixada. A minha área era essa. E em um certo momento o Silveira me mandou ir a Seattle, conversar com a Boeing. E eu fui a Seattle e fui muito bem recebido, bem tratado lá. E o presidente da Boeing era um homem lendário na época chamado T. Wilson – ele era um homem grande, poderosíssimo, *chairman* da Boeing – e ele me recebeu. Porque nós tínhamos trabalhado, evidentemente. Nós tínhamos trabalhado através da Varig, que era a grande compradora de aviões da... E que era muito importante, e a Varig tinha pedido que recebesse um representante do governo, e o T. Wilson me recebeu. E ele: “Eu queria entender melhor esse quadro.” Eu expliquei para ele o que estava havendo, a resistência e tudo, e aí eu disse: “Olha, Mr. Chairman, a questão é a seguinte, nós importamos cerca de 500 milhões de dólares de aviões americanos, da Boeing em particular, por ano; não exportamos praticamente nada de produtos aeronáuticos brasileiros, embora pudéssemos exportar. Mas não estamos conseguindo por essa situação. Se se mantiver isso, a tendência e a tentação de passar a comprar aviões europeus, da Airbus, vai ser muito grande. Vai ser difícil... E ele entendeu perfeitamente, e poucos meses depois acabou a briga. O curioso é que o grande defensor da posição da Cessna era o Dan Glickman, que era deputado pelo estado de Kansas, onde ficava a... e que hoje é o presidente da Motion Pictures Association. É o sucessor do Jack Valenti na Motion Picture Association. Eu sempre encontro com ele em reuniões de conselhos e sempre rememoramos as brigas que tivemos, por interposta pessoa, não é? [*riso*]

M.S. – Embaixador, na entrevista do Silveira, ele menciona que na embaixada em Washington ele tinha sido sujeito várias vezes a chantagens, mas ele não explica o que poderiam ser essas chantagens. O senhor tem alguma idéia do que pudesse ser isso?

L.L. – Não. Não.

M.S. – Porque de fato a agenda pesada é a agenda comercial e econômica. Só muito mais tarde é que começa a ter outro tipo de problema – Malvinas, por exemplo. Mas não sei se isso poderia... Não sei se é porque o Silveira está chateado nesse momento, quando ele dá a entrevista. Ele dá a entrevista na embaixada, em 80.

⁸⁹ O entrevistado provavelmente quis dizer Federal Aviation Administration.

L.L. – É, para a Mônica⁹⁰ e para a...

M.S. – E para a Maria Regina, não é?

L.L. – ...a Maria Regina.

M.S. – Como é que... Nesse momento, as relações do Silveira com o Guerreiro ficam muito estremecidas, não é? Isso está claro na documentação de um lado e do outro.

L.L. – É.

M.S. – O que é compreensível, não é? O Silveira teve que voltar a trabalhar sob as ordens daquele que havia sido seu subordinado há meses.

L.L. – Não, o pior não foi isso. O pior foi que o... Para dar, digamos, dinamismo à carreira, permitir que houvesse de novo promoção – porque tinha ficado muito entupido, por causa da elevação da idade de aposentadoria para 70 anos, que o Silveira fez com o Geisel –, o Guerreiro inventou um chamado quadro especial, não é? O quadro especial, a pessoa saía do quadro ativo e passava para o quadro especial, e no quadro especial não podia servir como embaixador no exterior. Continuava na ativa, porque aquilo era constitucional, mas não podia servir. Então, isso, para o Silveira, foi uma ofensa extraordinária. Ele considerou isso uma traição. Ele dizia que o tal quadro especial era um canil e que queriam botar ele no canil, que aquilo era uma ingratidão, que depois de tudo que ele fez pelo Itamaraty, que o canil... Possivelmente é isso que ele se refere. O problema era sobretudo esse.

M.S. – Ele tentou de alguma maneira permanecer no ministério com o Figueiredo?

L.L. – Ah, ele teria adorado sim. Ele voltou uma vez... A primeira conversa que ele teve com o Figueiredo foi uma conversa longa e ele voltou empolgadíssimo, porque ele teve a impressão de que o Figueiredo ia mantê-lo. Ele queria muito permanecer, sem dúvida. O Silveira era um homem de poder, não é? Era um homem do poder e não tinha nenhum interesse em nada mais na vida, fora o poder e o Itamaraty. Ele não tinha nenhum *hobby*: ele não gostava de ler, não gostava de música, não gostava de nada.

M.M. – Qual a avaliação que o senhor faz do fato de ele não ter sido indicado? Os problemas anteriores com os Estados Unidos?

L.L. – Não, eu acho que aí...

M.M. – Tem mais facilidade?

L.L. – Deve ter sido mais uma coisa mais pessoal, não é? O Figueiredo possivelmente achava o Silveira... O Silveira era uma pessoa muito abrasiva, como diz o Brzezinski, não é? Era uma pessoa muito intensa, muito forte.

⁹⁰ O entrevistado se refere à Mônica Hirszt.

M.M. – E demasiadamente próximo do Geisel? Talvez o Figueiredo não quisesse alguém...

L.L. – Talvez. Tanto que o Figueiredo escolheu o Guerreiro, que é o oposto do Silveira: é uma pessoa super... Perfil baixo, fala baixinho, é discreto e tudo. Provavelmente, era mais isso do que o conteúdo...

M.M. – Então era mais pessoal do que propriamente...

L.L. – Acho que sim.

M.M. – ...uma mudança efetiva de política, alguém que pudesse exercer uma política mais...

L.L. – É. Tanto que a política praticamente não mudou, não é? Inclusive, o acordo com a Argentina, o Silveira, embora tenha sido possivelmente indicado para resolver o problema com a Argentina, de Itaipu, foi a única coisa que ele não fez, foi o acordo com a Argentina. Mas deixou alinhavado, não é?

M.S. – O acordo saiu logo depois.

L.L. – Saiu logo depois. E o Guerreiro mandou, muito generosamente, uma mensagem dizendo que “assinei hoje um acordo que é da sua autoria na verdade” e o Silveira ficou muito tocado com aquela... Mas depois a relação foi azedando, sobretudo por causa...

M.S. – Acho que então vocês tinham... Os assessores dele lá em Washington tinham mais autonomia? Por exemplo, o senhor, na parte mais econômica e financeira. Ele deu mais autonomia?

L.L. – Tinha muita autonomia. Ele sempre me deu muita autonomia. Ele sempre me deu uma excepcional autonomia, inclusive como porta-voz e tudo, não é? Quer dizer, eu sempre procurei usar com moderação, não é? Beba com moderação, não é?

M.M. – Sim, porque era uma senda muito estreita, não é?

L.L. – É verdade.

M.M. – Agora que o senhor está mais à vontade, não é?

L.L. – Mas na área econômica... Porque na área econômica, inclusive, o Silveira não compreendia. Não era o terreno dele. Ele não compreendia, não gostava e não tinha interesse.

M.M. – Então devia estar bem chateado lá em Washington.

L.L. – Então ele não estava preocupado com isso, não. Então ele deixava eu fazer o que eu achava. Ele confiava, não é?

M.S. – Embaixador, nesse período seu em Washington também acontece uma coisa fascinante, que é o começo do governo Reagan...

L.L. – É.

M.S. – ... e a transformação da grande estratégia norte-americana.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – O recrudescimento da Guerra Fria bastante dramaticamente, não é?

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Em determinado momento, o Reagan – quer dizer, o Vernon Walters⁹¹, na realidade – faz uma abertura com o Brasil, para ver se o Brasil não estaria disposto a ajudar os Estados Unidos na América Central – assim como a Argentina o fazia, não é? –, na Nicarágua mais especificamente, e o Figueiredo diz que não. Tem uma proposta do Pentágono também, para criar uma Organização do Atlântico Sul, de segurança, e o Brasil também diz que não. Toda essa dinâmica... O que passava dessa dinâmica pela embaixada? Ou isso era algo que passava ao largo da embaixada, ia direto para Brasília e a equipe do Figueiredo... Do Guerreiro, perdão, resolvia?

L.L. – É, eu acho que sim. Eu acho que simplesmente não passava. Possivelmente, não passava nem pelo Itamaraty, não é? Provavelmente. Porque o caso do Suriname de certo modo o comprova, não é? Porque quando os americanos vieram a Brasília para convidar o Brasil para invadir o Suriname junto com as forças americanas, eles mandaram o George Clark⁹², que era o sucessor do Kissinger, era o assessor de Segurança Nacional, encontrar o Figueiredo diretamente na Granja do Torto e ter uma conversa com o Figueiredo, na qual estavam presentes apenas o Medeiros⁹³ e o Venturini⁹⁴. E o Guerreiro nem sabia. O sujeito chegou a bordo de um avião militar americano, o Air Force One, não sei o que, e o Guerreiro nem sabia.

M.S. – O senhor lembra de quando foi isso exatamente?

L.L. – Lembro. Eu estava no Suriname, não é?

M.S. – O senhor já estava no Suriname nesse período?

⁹¹ Vernon Walters foi um diplomata norte-americano e um dos principais conselheiros do secretário de Estado Alexander Haig durante o governo Reagan. Visitou diversos países latino-americanos, inclusive o Brasil, na tentativa de obter apoio diplomático para a política norte-americana em relação à guerra civil de El Salvador. Retirado de: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/vernon_walters, acessado em 30/09/2010.

⁹² O entrevistado provavelmente quis se referir a William P. Clark.

⁹³ O entrevistado refere-se a Otávio Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Investigações durante o governo Figueiredo.

⁹⁴ O entrevistado se refere ao general Danilo Venturini, chefe do Gabinete Militar no período de 1979 a 1982, durante o governo Figueiredo.

L.L. – Estava.

M.S. – Então, isso é mais tarde.

L.L. – Foi em março de 83.

M.S. – Vamos conversar um pouco sobre a sua ida para o Suriname. Como é que acontece isso?

L.L. – Bom, eu estava, justamente no começo de 83...

M.M. – O senhor foi em que mês, o senhor lembra?

L.L. – Que eu fui para o Suriname? Eu fui primeiro em fevereiro.

M.S. – Antes da Missão Venturini.

M.M. – Antes.

L.L. – É. No mês de dezembro de 82, no começo de dezembro, acho que em 8 de dezembro, os militares surinameses, os sargentos surinameses que tinham assumido o poder resolveram retaliar contra as lideranças civis do país, que estavam protestando muito contra o regime militar. Então, pegaram quinze dos principais líderes – em uma cidadezinha de 200 mil habitantes, imagina o efeito, não é? –, pegaram jornalistas, radialistas, advogados, profissionais liberais e massacraram. Torturaram, massacraram e devolveram os corpos inteiramente mutilados lá no necrotério. Foi um choque tremendo na população, um choque terrível. E os Estados Unidos e a Holanda, a antiga potência colonial, cortaram a ajuda e congelaram as relações. E o nosso embaixador lá era um homem simples e tudo e estava lá já há muitos anos, muito enfronhado na sociedade local – era um homem de bem, um homem direito –, e ele ficou muito ofendido com aquilo e teve uma reação pessoal, como se ele fosse um surinamês: ele resolveu denunciar os militares e partir para cima. Então, teve uma atitude muito digna, mas imprópria para um agente diplomático, não é? E o Guerreiro se deu conta de que ia ter que tirá-lo de lá, que não era possível operar aquela situação. É uma situação delicada. Afinal de contas, um vizinho, em uma situação dessas...

M.M. – Mas ele chegou a pedir algum tipo de intervenção, sugerir alguma coisa, que o Brasil...?

L.L. – O embaixador lá?

M.M. – O embaixador.

L.L. – Não.

M.M. – Não, não é? Não chegou a tanto, não é?

L.L. – Não, não. Ele estava ofendido.

M.M. – Pessoalmente, não é?

L.L. – Pessoalmente ofendido. E aí o Guerreiro mandou o chefe-de-gabinete, que era o Carbonar, o Orlando Carbonar, me telefonar e me fazer uma sondagem, se eu estava disposto a assumir a embaixada lá. Aí eu disse: “Olha, Carbonar, eu sou profissional e eu obedeco às instruções. Agora, eu tenho mulher, tenho filhos pequenos, eu não posso ir para um lugar assim, sem pelo menos dar uma olhada lá, ver se tem colégio, ver se tem situações mínimas de levar a minha família. E eu também não vou largar a minha família para ir para o Suriname”. Depois ele me telefonou e disse: “Não, o ministro concorda que você vá como encarregado de negócios durante um período, uns três meses e tal, e depois conversamos, ou efetivamos você ou não”. Aí eu fui. Eu fui até em um domingo de carnaval, em fevereiro, para o Suriname. Eu cheguei lá às duas horas da manhã. O país estava em estado de choque, tinha toque de recolher de sete às sete, e eu cheguei no meio da noite, e o aeroporto era a 50 quilômetros da cidade, um breu completo, um calor alucinante – é a três graus do equador, não é? – e aquele choque tremendo. E aí passei lá um mês, me familiarizando, conversando com as pessoas, tentando entender o que estava acontecendo e tudo. E aí, passado um mês, no começo de março, me telefonou o secretário de imprensa do Itamaraty, que era o Bernardo Pericás, que hoje é embaixador em Havana, e me disse: “Olha, está chegando amanhã um avião militar brasileiro trazendo pessoas muito importantes. Você vai lá receber. É tudo que eu posso te dizer”. Eu perguntei: “Vocês já pediram o sobrevôo, o pouso, a autorização sobre o pouso?”. Ele disse: “Não, já pedimos. Está tudo certo”. “Está bem.” Aí, fui para o aeroporto no dia seguinte. Eu cheguei lá às três horas da tarde, o sol a pino. Não tinha viva alma. Quer dizer, tinha um vôo por dia para o Suriname nessa época, não é? E aí, finalmente... Tinha um sujeito lá varrendo o chão e tudo, e eu entrei lá e fiquei esperando para ver se acontecia alguma coisa. Daqui a pouco, vem um militar todo suado. Ele estava jogando futebol. Ele tinha posto o uniforme por cima do... Todo suado e melado. Ele disse: “O que o senhor está fazendo aqui?”. Eu disse: “Eu estou esperando um avião militar brasileiro que vai chegar”. Ele disse: “Como?! Um avião militar brasileiro?!”. “É, um avião militar brasileiro”. E eles estavam achando que ia haver mercenários que iam invadir o Suriname, iam derrubá-los e... Estavam apavorados com o que tinham feito, não é? E aí, daqui a pouco chegou o avião. Chegou o avião – era um avião militar brasileiro –, e aí eles cercaram o avião, não queriam deixar descer... Finalmente...

M.M. – As tropas do Suriname...

L.L. – É.

M.M. – ...que não tinham sido avisadas dessa chegada?

L.L. – Não. Ninguém tinha pedido sobrevôo nenhum.

M.M. – Nada.

L.L. – Ninguém sabia de nada. E o sujeito estava nervosíssimo, não é? Finalmente, depois

de muita parlamentação e tudo, saltou de dentro do avião um coronel do SNI⁹⁵ e alguns diplomatas brasileiros e alguns outros militares, também do SNI e da Casa Militar. E aí me disseram que... Fomos conversar e tudo e aí eles me contaram que o governo tinha recebido essa proposta do governo americano, tinha vindo o George Clark à Granja do Torto, tinha feito essa proposta, e já traziam, eles mesmos me mostraram, todas as fotos aéreas, o levantamento aéreo de todas as posições, e já tinha marcado o lugar que os pára-quedistas brasileiros iam saltar, e os americanos iam fazer aquilo, e os marines aquilo, e o outro aquilo. Nessa época, eles não estavam brincando, não. Nessa época do Reagan, eles tinham a Nicarágua, tinham...

M.M. – Depois, Granada.

L.L. – ...Granada. Porque os cubanos, na verdade... O que botava fogo nessa coisa toda era o fato de que os cubanos estavam também em uma fase de grande expansionismo, não é? Os cubanos tinham mandado para o Suriname um embaixador muito cheio de idéias e iniciativas e tinham cento e cinquenta pessoas na embaixada de Cuba. Uma embaixada que normalmente tem meia dúzia, tinha cento e cinquenta: técnicos de tudo quanto é origem, tudo quanto é situação. E os americanos então estavam dispostos a reagir taco a taco. Era uma questão de Guerra Fria, não é? Não era um problema pessoal dos militares. E aí eles me disseram: “E o que o...?”

M.M. – Quem era que estava coordenando o grupo? Qual era o militar de mais alta patente, aquele que falava mais?

L.L. – Era um coronel chamado coronel Carracho.

M.M. – Do SNI?

L.L. – É. Era ligado ao chefe do SNI. Como é o nome dele? O general...

M.M. – Eu não lembro o nome...

L.L. – A gente já lembra.

M.M. – ...do SNI do Figueiredo, não é?

L.L. – É. E o coronel Carracho falava pelos outros. Estavam lá vários...

M.S. – E do Itamaraty quem é que estava no avião, o senhor lembra?

L.L. – Do Itamaraty, estava alguém da Divisão da América... Eu não me lembro quem era especificamente. Eu não me lembro, não. Quem estava comigo lá era o hoje embaixador Chohfi – hoje é embaixador na OEA –, que depois foi meu chefe-de-gabinete. Estava

⁹⁵ Serviço Nacional de Informações, órgão da Presidência da República, criado em 1964, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informação. Retirado de: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/SNI.pdf>, acessado em 29/09/2010.

comigo no Suriname como encarregado de negócios. Enfim. E eles não sabiam ainda do resultado da coisa, mas... Não tinham dito ainda nada. Estavam ali. Vieram olhar as coisas. E depois voltaram para o Brasil... E o Carracho teve uma conversa, na minha presença... Comigo e com o Bouterse⁹⁶ e com vários outros, e o Bouterse muito assustado, muito preocupado com a evolução da... Sentindo que ali podia...

M.M. – Acho que era o Octávio Costa, do SNI, não era?

L.L. – Era. Não, o Octávio Costa não. Medeiros.

M.M. – Octávio Medeiros.

L.L. – O general Medeiros. O fato é que o Carracho e toda essa equipe, o Chohfi e todo mundo mais... Era o Chohfi quem estava a bordo do avião. Porque o Chohfi tinha estado comigo, mas tinha voltado para Brasília e estava vindo como... O Osmar Chohfi. E o Carracho então me disse que ia reportar para o general Venturini e para o general Medeiros e que depois eu saberia a decisão que tinha sido tomada. E aí houve uma conversa em que o Itamaraty entrou em ação, finalmente o Guerreiro foi chamado e tudo e se resolveu... O Figueiredo resolveu que o Brasil diria que não ia participar de uma invasão de um país vizinho, que não era concebível que o Brasil fizesse isso, mas que o Brasil daria a sua própria resposta porque considerava que aquilo era um problema brasileiro, porque era fronteira nossa, e que o Brasil tomaria a iniciativa de resolver o problema da entrada dos cubanos lá no circuito. E os americanos, eu vi depois as cartas do Reagan, as cartas do Figueiredo para o Reagan e do Reagan para o Figueiredo, e conversas, o Reagan disse: “Bom, eu não acredito que vocês vão conseguir resolver a coisa por vocês, porque a coisa está muito adiantada, mas *I wish you luck*, e os Estados Unidos, no que puder, vão ajudar vocês, se vocês quiserem e quando vocês pedirem”. E aí, um pouco depois, talvez, não sei, uma semana depois, chegou o Venturini a bordo do avião presidencial. Abre-se a porta e saltam vinte agentes de segurança, com uns óculos escuros, uns volumes nas calças, fazem uma ala assim e aí desce o Venturini. Era uma demonstração de força, não é? E aí o Venturini me chama para conversar... Eu me dava bem com o Venturini. O Venturini era um homem muito amável, muito inteligente e muito diplomático nas suas coisas. E conversamos muito. Eu disse: “Eu acho que, se a coisa for bem apresentada... Os militares não têm propriamente um embasamento ideológico, quer dizer, não são revolucionários, não estão aqui... Não são como os sandinistas, ou o Bishop mesmo, na Granada. Eles são oportunistas. Eles estão tendo o apoio cubano porque eles se sentiram abandonados pelos americanos, pelos Estados Unidos, e estão em um vácuo e estão se segurando aí com quem... Eu acho que eles são oportunistas, mas não são ideólogos. Então, se eles forem convencidos, primeiro, de que não vão ser agredidos, e segundo, de que vão levar alguma vantagem nisso, eles não vão achar ruim. Então, acho que nós temos chance de fazer isso bem.” E o Venturini aí foi muito hábil. Ele teve uma conversa de horas e horas – foram, sei lá, umas oito ou dez horas de conversa, em dois dias seguidos – com o Bouterse. E no final o Bouterse ficou tão aliviado que promoveu uma festa no Clube Militar lá, e todos dançaram então música caribenha, salsa e aquelas coisas todas, o Venturini inclusive.

⁹⁶ O entrevistado se refere à Désirée Bouterse, que esteve ligado ao regime militar que governou o país nos anos 80. Foi soberano do país até 1988 e presidente por um curto período em 1992.

M.M. – Dançava também?

L.L. – Todo mundo dançava. Para comemorar então o *meeting of the minds*, não é? [riso] E aí o governo brasileiro fez uma coisa de... uma jogada de poder interessante, porque fez um programa de ajuda militar e ajuda econômica de 50 milhões de dólares. Não é pouco dinheiro, não. E eu era o encarregado de gerir isso. Eu estava lá na ponta.

M.S. – Esse dinheiro ia para que coisas especificamente?

L.L. – Sobretudo para financiamento de...

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_05_14.02.2008]

L.L. – Mas então nós financiamos material militar, Urutus e carros blindados, fuzis e tudo, de fabricação brasileira, evidentemente, e treinamento para os militares surinameses no Brasil – e formaram várias gerações, não é? –, na Academia Militar das Agulhas Negras, e ajuda econômica, em cultivo de arroz, em azeite-de-dendê, em madeiras, em assessoria na área de eletricidade, em distribuição de eletricidade... Em várias coisas desse gênero. Habitação popular... Em vários programas dessa ordem, não é?

M.S. – Qual era a racionalidade para dar ajuda militar especificamente, tendo em vista que o regime era, no mínimo, questionável?

L.L. – Foi o pedido deles, não é? Foi o pedido deles. O preço deles era um... Eles sabiam que tinham uma força ridícula na verdade, não é? É a única palavra. E eles, como eram todos militares, o preço que eles pediam era ter modernização das forças deles, um *upgrading* das forças deles.

M.S. – E isso em nenhum momento foi percebido como um potencial risco para o Brasil?

L.L. – Não.

M.M. – E os Estados Unidos, como é que eles reagiram à idéia de o Brasil fornecer armas para um regime que eles estavam considerando...?

L.L. – Eles não questionaram, não.

M.M. – Não?

L.L. – Porque nesse momento...

M.M. – O governo Reagan não...?

L.L. – ...já era o Reagan, e o governo Reagan estava fazendo a mesma coisa, não é? [riso]

M.S. – Claro.

L.L. – Em Honduras, estava armando os contras contra o regime sandinista, não é? Então, não tinha problema nenhum. Eles estavam na mesma...

M.M. – Quer dizer, eles não achavam realmente que os militares do Suriname constituíam o perigo de uma cubanização ou qualquer coisa assim, não é?

L.L. – Não, ao contrário, eles se convenceram de que era uma espécie de antídoto.

M.M. – Que aquilo era um tipo de papel que não era para levar a sério.

L.L. – Exato.

M.S. – Eles tinham embaixador no Suriname nesse período?

L.L. – Tinham. Tinham um embaixador muito ativo.

M.S. – Quem era?

L.L. – O embaixador chama-se Osvaldo Cardenas. E o Cardenas era um sujeito ativíssimo, se movimentava... Ele tinha um passe livre para andar durante o toque de recolher e vivia a noite inteira para cima e para baixo. Era uma espécie de garotão empolgado e tudo. E o curioso é que anos depois, eu já era ministro, o embaixador de Cuba, o Jorge Bolaños, me disse: “Você se lembra do seu colega no Suriname, o Osvaldo Cardenas?”. “Lembro.” “Pois é, ele fez uma *mea-culpa*. Ele fez uma confissão de que ele estava completamente equivocado e escreveu um livro em que ele relata o fracasso da missão dele e que ele se desculpa perante o partido pela incompetência da...”. E aí, puxou do bolso o livro e me deu. [risos]

M.S. – Guarda aquilo como amuleto, não é? Como era a sua relação com o embaixador cubano e o embaixador norte-americano no Suriname?

L.L. – Com o americano era muito boa, jogávamos tênis, conversávamos muito e tudo, e com o cubano era uma relação, digamos, social, a gente falava sobre boxe, sobre, sei lá, música popular cubana e essas coisas. Não falava em nada sério, não.

M.S. – Nesse período, o Graça Lima⁹⁷ está com o senhor no Suriname já?

L.L. – É, aí... Aí, quando se pôs em marcha esse processo todo de ajuda e tudo mais, aí o Guerreiro disse: “Bom, então, agora você vai ficar. Agora eu vou te nomear embaixador e tudo”. Aí eu fui de fato nomeado embaixador. E tive uma sessão de confirmação pela Comissão de Relações Exteriores... Na época o voto era secreto. Hoje em dia é até

⁹⁷ O entrevistador se refere a José Alfredo Graça Lima, que foi assessor econômico do ministro das Relações Exteriores (1995).

televisionado, mas na época era secreto. E o assunto era um assunto um tanto palpitante, não é? Porque normalmente essa é uma coisa rotineira, mas nesse dia, com a minha interrogação lá, havia uns quarenta senadores, cheia, a Comissão cheia, e todo mundo querendo saber como é que estava a coisa. E o Roberto Campos, que era senador por Mato Grosso, abriu os trabalhos fazendo um longo ataque à posição do governo, dizendo que aquilo era uma besteira, que nós devíamos ter apoiado os americanos na invasão, que o Brasil não tinha cacife nenhum para enfrentar cubano, que aquilo ia dar errado, que aquilo era uma besteirada. E eu fiquei ouvindo aquilo lá e depois disse: “Bom, com a sua licença, me permito discordar, porque eu não aceitaria uma situação que eu achasse que era condenada a um fracasso total, não é? E acho que não. Acho que as informações que lhe chegaram não são totalmente coincidentes com as que eu tenho, e como eu estou lá, eu me permito achar que as minhas são mais... pelo menos mais diretas, não é?”. Aí o Campos ficou quieto, não é? E o fato é que eu acabei sendo aprovado. Com alguns votos contra, mas fui aprovado. E fui para lá e o Graça Lima me acompanhou.

M.S. – O senhor acha que a oposição do Campos poderia ter a ver também por seu vínculo com o Silveira, tendo em vista que ele é a Nêmesis do Silveira?

L.L. – Ah, sem dúvida nenhuma. Sem dúvida nenhuma.

M.S. – Isso se manteve ao longo do tempo, sua relação com o Campos?

L.L. – Não, não. Depois até, quando eu fui nomeado ministro, o Campos... Até teve uma outra vez em que ele me encontrou e foi relativamente simpático. Ele não era uma pessoa simpática, mas teve uma postura pelo menos positiva, digamos. Não se tornou um inimigo. Eu também nunca tive nada contra ele diretamente e nunca fiz nada contra ele.

M.S. – Então, o Graça Lima vai com o senhor. O Chohfi permanece lá?

L.L. – Não, não. O Chohfi não estava lá, não. O Chohfi só estava lá quando eu cheguei, porque ele tinha ficado como encarregado de negócios, e eu o substituí como encarregado. O Chohfi estava no Brasil. Ele era o chefe da Divisão da América Meridional.

M.S. – Da DAM.

L.L. – Da DAM-II.

M.M. – Passada essa crise, como é que foi o resto do período lá no Suriname?

L.L. – Aí foi uma chatice.

M.M. – É, não é?

L.L. – Porque que no dia do meu aniversário, dia 19 de outubro, houve o ataque a Granada e o Bishop foi assassinado e os companheiros dele também e tudo. No dia seguinte, o Bouterse expulsou o embaixador cubano. Quando viu as barbas do vizinho pegando fogo...

M.M. – Botou-as de molho.

L.L. – Expulsou o embaixador cubano e saiu, os cento e cinquenta, toda uma caravana de automóveis rumo a Georgetown. Saiu a embaixada cubana inteira. Fecharam a embaixada cubana. Acabou. Aí ficou uma chatice. Aí o Suriname perdeu a graça inteiramente. [risos] Eu ainda tive que ficar mais um ano e pouco lá. Aí eu não tinha mais nenhuma motivação, nenhum interesse maior.

M.S. – O episódio dos aviões líbios pega o senhor lá?

L.L. – Mas os aviões líbios não passaram pelo Suriname, não.

M.S. – Não. Eles param no Brasil, mas um dos argumentos é que eles poderiam estar indo para o Suriname.

L.L. – É.

M.S. – Isso tem um impacto de opinião pública enorme na imprensa na época.

L.L. – Lá não teve repercussão, no Suriname, não. O que houve no Suriname, em matéria de avião, foi um seqüestro de um avião brasileiro, que foi seqüestrado por dois ou três esquerdistas brasileiros que resolveram seqüestrar o avião para ir para Cuba e aí fizeram uma parada no Suriname para reabastecer, e me chamaram lá. No meio da noite, me chamaram, disseram: “Olha, tem um avião brasileiro seqüestrado aqui na pista”. Aí eu fui para lá para o aeroporto e passei a noite inteira discutindo com os tais seqüestradores. Coitados, eram uns pobres coitados. Era um rapaz e um caszinho com uma criança no colo, um bebê no colo. Vê se alguém vai seqüestrar um avião com uma criança no colo! E acabaram soltando todo mundo, contra a gasolina, contra o combustível do avião. Mas líbio não teve nada, não.

M.S. – Então, como é a sua volta para Brasília em seguida?

L.L. – Aí eu voltei para Brasília para trabalhar com o João Sayad⁹⁸.

M.M. – Como é que veio esse convite? Quando eu vi aqui o seu currículo, eu achei tão interessante! Quais eram os vínculos que o senhor tinha com o João Sayad?

L.L. – Não tinha vínculo nenhum. Eu nem conhecia o João.

M.M. – Qual era o perfil? O seu perfil foi que o atraiu?

L.L. – É. Um pouco a coisa... Porque eu tinha estado em Washington, eu tinha sido encarregado das relações com o Banco Mundial, o Fundo Monetário e tudo, que era o assunto no Ministério do Planejamento, não é? E também porque o nosso... O homem que ocupava essa função, o Gilberto Velloso, tinha sido chamado de volta ao Itamaraty para

⁹⁸ João Sayad é um economista brasileiro, que foi ministro do Planejamento durante o governo José Sarney.

chefiar o Departamento das Américas, e então havia uma vaga. E aí ele e o Ronaldo Costa, enfim, os meus amigos do Itamaraty me indicaram para esse lugar. Porque eu estava querendo voltar mesmo para o Brasil. E foram anos muito interessantes, porque, primeiro, foi aí que eu conheci o Fernando Henrique e o pessoal todo do PSDB, porque...

M.M. – Sim, que era todo do João Sayad.

L.L. – ...o João fazia parte desse grupo, e segundo porque eu tive foi uma experiência de Brasil muito interessante porque o diretor da... Chamava-se Subin⁹⁹, Superintendência Internacional, do Ministério do Planejamento... Da Seplan. Na época era a Seplan, a Secretaria de Planejamento. Era o responsável, digamos, o catalisador dos programas todos nossos com o Banco Mundial e com o BID, o programa de financiamento de projetos importantes. Então eu tinha relações muito intensas não só com a burocracia federal, na área elétrica, na área de petróleo, na área de habitação, saneamento, saúde, mas também com os estados, até com municípios eventualmente, e com os políticos envolvidos no projeto, não é? Eram financiamentos muito grandes, financiamentos importantes e tudo, que viabilizavam projetos muito grandes, não é? E com a máquina do Banco Mundial, que era um time espetacular, e o BID também. Então foi um período muito interessante, muito... Que não tinha praticamente nada de diplomático em si. Foi uma experiência de outro plano, outra natureza, não é?

M.M. – Que é uma característica até da sua trajetória, não é? O senhor gosta de sair da vida diplomática para a parte econômica.

L.L. – É.

M.M. – Quer dizer, isso aqui acabou juntando as duas coisas.

L.L. – Exato.

M.M. – Agora, e a mudança no perfil do ministro das Relações Exteriores? Quer dizer, tem uma sequência de ministros da carreira diplomática, e aí tem o Olavo Setúbal...

L.L. – E o Sodré.

M.M. – ...um empresário da área financeira, e o Abreu Sodré, que também, apesar de ser político, também era um cafeicultor, uma pessoa da elite econômica.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Tem a ver com a situação do Brasil, essa mudança pró-elite econômica?

L.L. – Sem dúvida. Os militares achavam que, assim como tinha que ser sempre um militar o ministro do Exército, ou o ministro da Marinha também, que o Ministério das Relações Exteriores tinha que ser ocupado por um profissional da corporação, não é? Mas os

⁹⁹ O entrevistado provavelmente quis se referir a Subsecretaria de Coordenação Internacional.

políticos não achavam nada, não é? Então, ao contrário, o Ministério do Exterior passou a ser uma peça importante para os políticos – no caso, o presidente Sarney, não é? –, para prestigiar homens de peso e de trajetória e de currículo grande e tudo que eles quisessem incorporar à sua base de apoio, ao seu esquema. Aliás, o Setúbal foi o Tancredo quem colocou, não foi o Sarney.

M.M. – É.

L.L. – O Sodré sim. O Sodré era muito amigo do Sarney. Era um apoiante importante do Sarney, não é?

M.S. – O senhor poderia falar um pouco sobre a crise da dívida externa e em particular a relação que isso teve com a política externa do Brasil na época? Eu acho que a grande pergunta é: nesse período, apesar da crise, o Brasil não reduz o número de coisas que faz no mundo. Ao contrário, esse é um período muito vivo em política externa.

L.L. – Exato.

M.S. – Nós não falamos em Malvinas, podemos falar em algum momento. Tem uma bateria de acordos com a Argentina acontecendo nesse período, tem uma abertura para a América do Sul e para a América Latina que não se conhecia, nem sequer com o Silveira.

L.L. – Não.

M.S. – É muito ativa e muito ativista, a política externa.

L.L. – Sem dúvida. Veja, eu acho que tanto para o presidente Sarney quanto para o presidente Alfonsín¹⁰⁰ a idéia da superação da rivalidade, pelo menos na sua coloração mais negativa e aguda, entre o Brasil e a Argentina era um objetivo fundamental, talvez até uma obsessão pessoal, não é? Então, desde o começo da gestão deles: já em 85, houve um encontro nas cataratas e se assinaram a Ata das Cataratas, que depois deu lugar a todo aquele processo. Isso foi muito decisivo, eu acho, e foi das melhores coisas que aconteceu na história diplomática brasileira recente. Porque a rivalidade com a Argentina era, em grande parte, artificial, não é? Era, em grande parte, o fruto de uma visão deformada dos estamentos militares e burocráticos de ambos os países. Não era só do Brasil, nem só da Argentina, era de ambos os países, porque desde o início de suas carreiras os militares de um lado e de outro eram ensinados que o inimigo era o outro. E na burocracia também, não é? A idéia de barrar um produto brasileiro na fronteira ou de barrar um produto argentino na fronteira era natural também, não é? Era o hábito, não é? Era a maneira de agir. E, evidentemente, isso tinha atingido, com Itaipu, um momento muito dramático, mas permeava a história recente do Brasil e da Argentina certamente desde os anos 40 – Perón contribuiu para isso bastante, não é? – e isso era uma coisa presente. E eu creio, porque eu nunca tive acesso à informação especial, mas eu creio que havia inclusive uma ligação entre o programa nuclear brasileiro e o programa nuclear argentino e a busca de uma capacitação nuclear de ambos os países, por causa de uma situação que, na verdade, não

¹⁰⁰ Raul Alfonsín foi presidente da Argentina no período de 1983 a 1989.

requeria normalmente, mas que era percebida como sendo parte dessa lógica, uma lógica Índia e Paquistão, ou Coréia do Sul e Coréia do Norte, uma coisa assim, que não tem nada a ver com... Brasil e Argentina não tinham nem um pouco essas características, não é? E eu acho então que o Sarney e o Alfonsín – eu trabalhei pouco nisso na verdade, porque isso era uma coisa que o Itamaraty levava sempre lá e eu não trabalhava nisso –, eu acho que o Sarney e o Alfonsín fizeram uma obra muito importante aí, uma obra definitiva, que pavimentou o caminho para o futuro das relações e desarmou completamente aquela escalada, pelo menos, psicológica e mental que havia. E eu acho que é natural. E eu mesmo tive, como ministro, vários atritos com os meus colegas argentinos e com o governo argentino. E eu acho que é natural que haja. O fato de ser amigo não quer dizer que jamais haja nenhuma divergência, sobretudo quando há interesses divergentes na área econômica e comercial, não é? Eu acho que ser amigo não quer dizer dizer sim o tempo todo, concordar com tudo e aceitar qualquer coisa. É um pouco a filosofia do governo atual com a Argentina. Eu acho que não é correta. Eu acho que o Brasil, evidentemente, tem que pensar em ter a melhor relação com seus vizinhos e seus amigos, mas tem que pensar nos seus interesses em primeiro lugar. Tem a obrigação de fazer isso, não é? Se o sujeito está lá nessa função é para isso. Mas, enfim, eu acho que o Sarney e o Alfonsín fizeram uma obra muito importante e muito duradoura. E além disso, como você diz muito bem, o Itamaraty teve um grande protagonismo. Eu inclusive voltei para o Itamaraty pouco depois. Porque quando o Plano Cruzado fracassou, em 86, o Sayad logo manifestou sua completa discordância com o Cruzado II, que o Funaro¹⁰¹ tinha convencido o Sarney a fazer. E logo, se não me engano, em janeiro de 87, o João se demitiu do governo, e aí eu voltei para o Itamaraty, primeiro para chefiar um Departamento de Cooperação Técnica, criei lá uma Agência de Cooperação, a ABC, a Agência Brasileira de Cooperação, e depois, pouco depois, fui nomeado subsecretário para Assuntos Políticos, e aí fiz parte justamente na época da moratória e da mais completa desarrumação financeira internacional do Brasil. Nós tivemos atitudes interessantes e importantes em relação a Angola, em relação à Itália, em relação à Rússia, em relação... Eu digo no meu caso, pessoalmente. Foram as coisas que eu participei mais diretamente.

M.S. – O que foi que aconteceu com Angola?

L.L. – Com Angola, nós tivemos uma aproximação grande: de aumentar a presença brasileira, de financiar obras de infra-estrutura lá, de fomentar o comércio, de começar a comprar petróleo de Angola. Enfim, tínhamos um entendimento diplomático bom com Angola. Tínhamos transformado a relação em uma relação viva e dinâmica e boa para os dois lados. Com a Itália, nós fizemos um grande acordo de cooperação que acabou não sendo implementado porque foi naquela época do *Mani Pulite* e o governo italiano se desarmou completamente, mas chegamos a fazer um acordo grande de cooperação, de um bilhão e meio de dólares, de cooperação italiana.

M.M. – No caso... Voltando um pouco para o Plano Cruzado, uma das avaliações do fracasso do Plano Cruzado e do sucesso depois do Plano Real é exatamente a abertura do mercado brasileiro a produtos importados...

¹⁰¹ O entrevistado se refere a Dílson Funaro, presidente do BNDES e ministro da Fazenda durante o governo de Sarney.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

M.M. – A questão é sobre o plano. Uma das avaliações do fracasso do Plano Cruzado e o sucesso do Plano Real é exatamente a abertura do mercado brasileiro às importações, portanto, a redução das tarifas e todo esse processo que...

L.L. – Mas isso foi depois.

M.M. – Não, o que eu estou dizendo é o seguinte: o Plano Cruzado fracassou... Uma das avaliações é de que havia uma resistência muito grande à abertura do mercado brasileiro...

L.L. – Ah, sem dúvida.

M.M. – ... aos importados...

L.L. – Está certo.

M.M. – ... que só vai ter depois, com o Collor e aquelas coisas todas que a gente já sabe. Havia essa discussão no âmbito da Secretaria de Planejamento? O senhor exatamente na área da cooperação internacional. Havia alguma discussão sobre a possibilidade de abrir o mercado e, portanto, favorecer a manutenção dos preços?

L.L. – Quando, depois do congelamento, depois do Cruzado II, sobretudo, ficou evidente, muita gente se dava conta de que isso acontecia, mas não havia uma discussão – pelo menos que eu tenha participado, que eu tenha sabido –, não havia uma discussão mais profunda sobre esse assunto, não.

M.M. – Ou seja, a elite econômica – aí, eu acredito que principalmente a Fiesp¹⁰² – barrava?

L.L. – Sem dúvida. Havia uma resistência muito forte.

M.M. – A perder aquela proteção ao mercado.

L.L. – É. Eu acho que aí foi mesmo o Collor, com toda a força. E o Sarney não tinha poder de fogo para fazer uma coisa dessas. O Sarney inclusive era muito ligado à Fiesp, ao Machiline¹⁰³ e ao pessoal todo. O Sarney não teria condições de fazer uma coisa como essa. Foi só o Collor que, no comecinho, com o prestígio que tinha, uma votação espetacular, é que pôde fazer, naquela base de carroças, chamar os carros brasileiros de carroça e tudo.

M.M. – E a questão da moratória da dívida externa que o senhor começou a falar, que o senhor teve que enfrentar? Porque isso foi uma herança que depois veio a nos prejudicar muito, posteriormente.

¹⁰² Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹⁰³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Como foi vivido nesse momento a questão da moratória?

L.L. – No momento... Eu não tive muita participação nisso porque isso era assunto do Ministério das Finanças. Mas eu estive, em mais de uma vez, em reuniões com o Dílson Funaro, e almoços e, enfim, conversas mais restritas, e o Funaro tinha uma visão, digamos, um tanto iluminada da coisa. O Funaro tinha a ilusão de que a moratória pudesse ser um instrumento de afirmação brasileira, um instrumento de elevação do tom brasileiro. E na verdade é exatamente o contrário: foi uma desmoralização completa, uma perda de credibilidade e tudo. Mas ele tinha uma visão heróica da moratória. Ele falava da moratória, se referia inclusive a exemplos e tudo e tinha uma visão heróica, porque era o feitiço dele. Ele era uma pessoa com...

M.M. – A luta contra o câncer, não é?

L.L. – ... um perfil heróico, não é? Ele era assim.

M.S. – Que exemplos que ele dava? Porque a última vez que a gente fez moratória também foi... O efeito foi bastante perverso, não é?

L.L. – No governo...

M.S. – Com o JK, não é?

L.L. – Não, mas eu acho que tinha havido um caso, no governo Getúlio, se não me engano...

M.S. – De uma moratória bem-sucedida?

L.L. – Eu acho que era ao que ele se referia, não é?

M.M. – Sim. Logo no início dos anos 30.

L.L. – Exato. Acho que com o Osvaldo Aranha.

M.M. – Exatamente. Quando o Osvaldo Aranha entra para o Ministério da Fazenda.

L.L. – Era o que ele citava, era o Osvaldo Aranha. Não era o do JK, não. Era o do Osvaldo Aranha, na época da grande depressão, do afundamento dos preços do café.

M.M. – Portanto, não havia a percepção da onda neoliberal e, portanto, da mudança...

L.L. – Não.

M.M. – ...dos paradigmas do comércio internacional, que não aceitava esse tipo de medida

heróica, não é?

L.L. – Não, não. Porque havia a sensação, que era muito entranhada tanto no Itamaraty quanto no governo em geral, na sociedade brasileira, de que, se fosse abrir, que ia haver uma destruição da indústria brasileira, que a indústria brasileira não ia poder competir, que ia haver um desemprego maciço, que ia, enfim, haver prejuízos. As chamadas perdas internacionais que o Brizola falava, no fundo era isso, não é?

M.M. – E também o Efeito Orloff, da Argentina, não é? Porque a gente sempre ficava com medo de que...

L.L. – E tinha havido o Martinez de Hoz, abrindo tremendamente.

M.M. – Exatamente, o Martinez de Hoz¹⁰⁴ tinha virado o exemplo que nós não poderíamos seguir, de quebra da indústria, não é?

L.L. – Exato.

M.S. – Agora, como se explica o fato de que se demora tanto, na sociedade brasileira, para perceber que as regras do jogo mudaram? Porque uma das coisas curiosas desse período, se a gente pega 86 e 96, por exemplo, é quão diferente é a mentalidade de como funciona o jogo econômico internacional. No seu período como ministro já não tem o menor resquício, pelo menos do ponto de vista dos argumentos do governo, de que a abertura é uma coisa necessariamente negativa...

L.L. – Perigosa.

M.S. – ... e perigosa, que vai aumentar a dependência brasileira. Pelo contrário. No mundo em geral, em 86, essas idéias já circulam, já são idéias decentemente legítimas.

L.L. – Sim, já circulam, mas eram idéias, digamos... Primeiro, eram idéias dos países anglo-saxões, e segundo, eram idéias que eram consideradas válidas para os países ricos, mas que não eram consideradas válidas para os países em desenvolvimento. Não era parte do... Quer dizer, o ideário todo do Prebisch¹⁰⁵ e de todos os grandes filósofos, o próprio Celso Furtado, dos filósofos todos do desenvolvimento, ou do subdesenvolvimento, não comportava uma visão liberal, uma visão... A mão invisível de Adam Smith. Ao contrário, não é? Quer dizer, na Índia, no Brasil, no Egito, na Indonésia e em todos os países em desenvolvimento significativos havia a idéia de que o Estado tinha que ser o grande regulador, o grande protetor, porque senão, em condições abertas, nós iríamos continuar produzindo bananas e um pouco mais, não é? A convicção era essa.

M.S. – E a noção de que o exemplo asiático, tanto dos tigres, como se chamavam à época...

L.L. – Não havia ainda.

¹⁰⁴ Foi Ministro da Economia da Argentina durante o governo de Rafael Videla (1976-1981).

¹⁰⁵ Raul Prebisch foi um economista argentino e um dos grandes nomes da Cepal.

M.S. – Eles ainda não haviam mostrado...

L.L. – Não. Não havia ainda tigres na época. A Coréia ainda era um país muito menor que o Brasil.

M.S. – Claro. E a abertura no Chile ainda não tinha dado resultado.

L.L. – Não, não.

M.S. – Ao contrário.

L.L. – Nos anos 80, nada disso tinha acontecido. Tigres é um fenômeno dos anos 90, não é?

M.M. – Então o senhor ficou até 87 com o Sayad.

L.L. – Foi.

M.M. – Quando o Sayad saiu...

L.L. – Eu voltei para o Itamaraty.

M.S. – Para criar a ABC.

M.M. – Voltou para o Itamaraty subsecretário de Assuntos Políticos.

L.L. – Isso.

M.S. – Qual é a lógica da criação da ABC?

L.L. – A lógica da criação da ABC é que a cooperação técnica é um instrumento diplomático muito importante.

M.S. – Mas o Brasil já fazia antes da ABC.

L.L. – Muito pouco. Muito pouco, e sobretudo fazia de uma maneira não integrada com a diplomacia. Quer dizer, a idéia de que a ABC era um instrumento diplomático, e sendo um instrumento diplomático, tinha que ficar no Itamaraty e não no Ministério do Planejamento, que tinha outros peixes para fritar, outras castanhas no fogo, não é?

M.S. – A prioridade inicial da ABC é para que países?

L.L. – É para os países sul-americanos e para os países africanos de língua portuguesa. Mas a ABC também cuidava da cooperação recebida, quer dizer, da cooperação da Alemanha, da França... Das duas coisas: a cooperação prestada e a cooperação recebida.

M.S. – E o senhor fica pouco tempo.

L.L. – Eu fico pouco tempo porque o Sodré e o Paulo Tarso, que era o secretário-geral todo-poderoso resolvem me fazer subsecretário, não é?

M.S. – Como era a sua relação com o Paulo Tarso?

L.L. – Era boa. Muito boa. Muito boa.

M.M. – Por que “todo-poderoso”? Significava o quê? Significava que o Abreu Sodré seria a figura da elite econômica e o Paulo Tarso era o da carreira?

L.L. – O Sodré era uma pessoa maravilhosa e eu gostava muito do Sodré. O Sodré era um patriarca, era uma figura formidável, mas, evidentemente, não era um especialista, não era do ramo, não é? Então, o Sodré era um *chairman* e o Paulo Tarso é que era o... O *senior* era o Paulo Tarso. O Sodré fazia, de uma maneira elegante e tudo, o papel dele, mas toda a formulação e a execução era o Paulo Tarso, não é? O Paulo Tarso é um homem de poder, é um homem muito forte.

M.M. – De onde ele veio, hem?

L.L. – O Paulo Tarso?

M.M. – É. Porque o senhor em nenhum momento o citou.

L.L. – Mas é porque nós não tivemos coincidência nenhuma na carreira. O Paulo Tarso ficou... O Paulo Tarso é de Minas, de Belo Horizonte, veio para o Governo Federal com o Juscelino, era oficial-de-gabinete do Juscelino, depois serviu pouco tempo no exterior e, a partir de 1970, ele se tornou o chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty e fazia a interface do Itamaraty com o mundo empresarial. E nessa posição ele ficou até ser secretário-geral. Ficou vinte anos, não é? Então eu não tive *overlapping* com ele. Não tive problema nenhum com ele, mas nunca tive *overlapping*.

M.M. – O que do pragmatismo responsável, que nós vimos lá, conseguiu chegar a esse período? Quais foram as linhas que ainda se mantiveram até esse período da segunda metade dos anos 80? Porque a gente já está entrando nos anos 90.

L.L. – Eu acho que o essencial do pragmatismo responsável permanece até hoje. Porque o essencial do pragmatismo responsável não é uma opção ideológica antiamericana, não é uma postura de militância terceiro-mundista. O pragmatismo responsável é o quê? É implementar uma política externa que melhor atenda aos interesses brasileiros, ou seja, que busque as oportunidades que mais satisfaçam o governo brasileiro, ou os interesses brasileiros, em termos econômicos e políticos. Então, durante o governo do Silveira, o que se fez? Acordo nuclear com a Alemanha; acordo com a Inglaterra para a construção da Açominas; com a França, para a construção da hidrelétrica de Tucuruí. O pragmatismo era nesse sentido, não é? Agora, o pragmatismo puro, o Silveira achava que o pragmatismo puro virava quase oportunismo, e não podia ser, portanto, uma categoria moral, uma categoria para definir um rumo de política externa. Tinha que ter um lado de

responsabilidade moral, de responsabilidade cívica, então, por isso o pragmatismo responsável. Mas não era uma opção neutralista, nem terceiro-mundista, nem antiamericana. Eu acho que a política externa do governo Fernando Henrique pode ser perfeitamente definida como um pragmatismo responsável. Por que não? Não vejo nenhuma incompatibilidade nisso. Eu nunca tive dificuldade com isso.

M.S. – Então, na Subsecretaria de Assuntos Políticos, qual era a sua agenda?

L.L. – A minha agenda era uma agenda que não incluía a parte de Argentina e Cone Sul...

M.S. – E isso ficava com quem?

L.L. – ... porque isso ficava sobretudo com o Sebastião do Rego Barros, que era o subsecretário econômico. E vinha sendo levado assim desde o começo do governo do Sarney, com o Francisco Thompson Flores [Netto], que depois foi embaixador em Buenos Aires. Então eu não ia disputar esse terreno com eles.

M.M. – Então a Argentina, nesse momento, é entendida sobretudo como uma questão mais econômica e menos política?

L.L. – A construção dos acordos bilaterais econômicos e o programa todo de desnuclearização da relação, não é? As duas linhas de força eram essas, e as duas eram levadas pelo...

M.M. – Pelo Rego Barros.

L.L. – ... pelo Rego Barros.

M.M. – E o senhor?

L.L. – Então eu fazia sobretudo, como eu disse, a parte de Angola; na América do Sul, também trabalhava com os países que não fossem do Cone Sul, quer dizer, Venezuela, Colômbia, México; na Europa, com Itália, França, Alemanha. Com isso e complementando, de certo modo, uma ênfase Cone Sul, que era a ênfase da nossa política, não é?

M.S. – Com os Estados Unidos, o senhor não lidava.

L.L. – Lidava, no sentido de que tinha interlocução, mas não havia um projeto especial de relação com os Estados Unidos. Porque a relação com os Estados Unidos tinha ficado muito, digamos, contaminada pela rejeição dos Estados Unidos à moratória brasileira e o Sarney tinha ficado pessoalmente muito ofendido, porque achou que os Estados Unidos tinham nos falhado na hora da necessidade, que nós tínhamos sido abandonados pelos Estados Unidos. Então, o Sarney tinha uma posição de muito ressentimento com os Estados Unidos e não havia clima para um trabalho mais profundo com os Estados Unidos naquele ano.

M.S. – Agora, também não havia a percepção de que os Estados Unidos constrangiam a

capacidade brasileira de fazer projetos na América do Sul, no resto da América Latina, em Angola nem nada disso.

L.L. – Não, ao contrário. Eu me lembro, por exemplo, do Vernon Walters, que você já citou, vindo a Brasília e tendo uma conversa conosco lá, a cúpula do Itamaraty, em que ele dizia, de uma maneira muito... Ele era muito teatral, não é? Ele falava português como nós, o Walters. Ele tinha sido o intérprete na FEB, não é?

M.M. – Sim. E citado como envolvido em 64 também, não é?

L.L. – Isso. E ele dizia, uma coisa exageradíssima, ele dizia: “Na minha vida, eu assisti duas reconciliações históricas, a da Alemanha com a França e a do Brasil com a Argentina”. Como se fosse...

M.S. – [Como se fosse] comparável, não é?

L.L. – Como se fosse de longe comparável. [risos]

M.M. – Só é no futebol, mas...

L.L. – Como se nós tivéssemos disputado três guerras mundiais com a Argentina, não é?

M.S. – Embaixador, o que acontece nesse período com o campo de força da política externa brasileira na América Latina? Esse é um período riquíssimo de relações tanto com a América do Sul quanto, como o senhor falou, com o México, com a América Central já também, pela primeira vez, não é? O que acontece nesse momento?

L.L. – Eu acho que o Brasil democrático passa a ter um outro apelo, um outro charme para os nossos vizinhos, não é? Porque foi um momento em que houve uma redemocratização ampla em vários lugares, e o fato de que o Brasil fosse dominado por um regime militar era uma *liability*, era negativo para nós, não é? A não ser, evidentemente, junto aos governos militares dos outros. Mas, de um modo geral, a nossa percepção ficava prejudicada com isso, porque... Havia muito aquela idéia do Golbery¹⁰⁶ de um projeto de expansão militar, a geopolítica do... Aquele livro do Golbery é muito lido e os vizinhos todos tinham uma grande suspeita de que os militares brasileiros estivessem ali querendo articular um projeto de expansão e tudo. E uma vez que saem os militares, eu acho que o Brasil passa a ter um crédito muito maior, passa a ter uma receptividade muito melhor, justamente na Venezuela, com o regime civil venezuelano, depois, também, no México, na Colômbia, no Chile, onde pouco depois saiu o Pinochet. Enfim, aumentou muito o nosso cacife diplomático, a redemocratização no Brasil, não é?

M.S. – Um dos temas que ficam da década de 70, mas que entram na década de 80 com força, dos quais a gente não falou é o Tratado de Cooperação Amazônica e toda a racionalidade por trás do tratado. Parte da documentação sugere, de maneira bastante forte

¹⁰⁶ O entrevistado se refere a Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Civil da Presidência da República durante os governos Geisel e Figueiredo (1974-1981).

até, que a racionalidade do Silveira imediata é conseguir uma doutrina para o uso de águas internacionais alternativa à consulta prévia, e que o Tratado de Cooperação Amazônica, onde o Brasil é país a jusante, permitiria ao Brasil ter uma doutrina que ele poderia... Com a qual ele poderia [inaudível] também na questão do Prata.

L.L. – Mas eu acho que isso é um aspecto lateral e posterior. O fato é que a concepção do Pacto Amazônico, como era chamado, era uma concepção de uma política sul-americana. Era um primórdio à política sul-americana em torno desse patrimônio comum que é a Floresta Amazônica e da criação de uma esfera de influência brasileira, de possíveis oportunidades para o Brasil e tudo mais, não é? Eu achava um projeto muito semelhante ao projeto que nós desenvolvemos no governo Fernando Henrique, de... Há o conceito de América do Sul da I Reunião de Presidentes e tudo mais que continua em vigor, não é? Eu acho que era basicamente isso. Agora, na reunião de negociação do tratado em si houve então a introdução desse conceito, que de certo modo contrabalançava o que estava se passando na ONU, aonde o Brasil vinha perdendo terreno para majorias que eram a favor da posição argentina. Então, sem dúvida, adquiriu um valor específico importante em si, não é? Mas o objetivo não era esse. O objetivo era mais amplo do que esse. Esse foi, digamos, um *side benefit*.

M.S. – Bom, eu acho que chegamos ao fim da década de 80, e podemos deixar o período Collor e o que vem a partir daí para o próximo encontro.

M.M. – Aí o senhor entra em campo...

L.L. – Isso.

M.M. – ... como ministro.

L.L. – Primeiro como secretário-geral do Fernando Henrique...

M.M. – Como embaixador e secretário.

L.L. – ... e um pouquinho a coisa de Portugal, porque tem uma coisa interessante, o assunto dos dentistas, que é um episódio...

M.S. – O senhor quer falar de Portugal agora?

L.L. – Não.

M.S. – Não?

L.L. – Falamos depois.

M.S. – Está bom. Começamos com Portugal então.

L.L. – Portugal, depois a Rodada Uruguai, não é?

M.S. – Isso.

L.L. – A Rodada Uruguai, depois o Mercosul e depois o meu período com o Fernando Henrique...

M.M. – Sim, exatamente, o senhor como...

L.L. – ... como secretário-geral dele primeiro, e depois como presidente.

M.S. – Perfeito.

M.M. – E o senhor como ministro.

L.L. – Exato. Eu realmente conheci o Fernando Henrique foi aí nessa...

M.M. – Secretário-geral é um bom passo para depois ser ministro, é?

L.L. – Não, não. Secretário-geral...

M.M. – Porque na OAB...

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_06_14.02.2008]

4ª Entrevista: 05.03.2008

M.S. – Vamos começar então com o seu papel na Subsecretaria de Assuntos Políticos Bilaterais a partir de 1988.

L.L. – Como já foi aqui ressaltado, o governo Sarney teve um verdadeiro paradoxo: no seu momento mais negro, do ponto de vista financeiro, viu-se forçado a decretar uma moratória e foi praticamente colocado numa lista negra de todos os países. Fora do mercado, ninguém emprestava ao Brasil. Mas ao mesmo tempo, por outro lado, tinha uma atitude muito protagonista em matéria de política externa. Em primeiro lugar, as nossas atenções estiveram muito voltadas para o Cone Sul, onde se tratava de fazer um trabalho gigantesco, que era o de consertar décadas de rivalidade, muito assinalada pelo fato de que tanto na Argentina quanto no Brasil quanto no Uruguai havia regimes militares que, de certo modo, insuflavam um clima de rivalidade e até de certa confrontação, por razões até culturais eu diria, não é? Esse trabalho envolveu, em primeiro lugar, uma decisão política dos presidentes Alfonsín¹⁰⁷ e Sarney que, na Reunião de Foz do Iguaçu, assinaram a Ata de Foz do Iguaçu, que foi o marco fundacional de um novo tempo nas relações bilaterais. E deu-se início então a um processo que tinha duas vertentes principais: uma era a vertente do estabelecimento de acordos econômicos, para aproximar e integrar as economias da Argentina e do Brasil. Então, houve acordos setoriais. Em vez de haver um acordo global, a

¹⁰⁷ O entrevistado refere-se a Raul Alfonsín, presidente da Argentina (1983-1989)

estratégia, que eu acho que foi acertada, e talvez mais acertada do que depois tentar uma coisa muito ambiciosa demais, foi a de fazer acordos pontuais, em setores específicos: o setor automobilístico etc. Essa estratégia deu muito certo e fez com que o comércio já começasse a se expandir consideravelmente, lastreado no trigo e no petróleo argentino – ainda de uma maneira incipiente, mas de qualquer modo, já foi se construindo um tecido bastante sólido. E por outro lado, muito importante, o lado da energia atômica, em que havia uma corrida armamentista em surdina. Ela não era chamada de... nem tinha de nenhuma maneira essa aparência, porque se tratava, na verdade, de construir uma tecnologia nuclear, não é? A Argentina tinha saído na frente, com Atucha¹⁰⁸, à água pesada, e o Brasil, no acordo com a Alemanha, tinha procurado também dotar-se de uma capacidade ainda maior do que a Argentina. Ambos os países tinham ficado limitados, porque tinham esbarrado na resistência dos países nucleares, naturalmente – a começar pelos Estados Unidos, que não tinha facilitado –, e tinham sido obrigados a levar os seus programas nucleares de uma maneira, digamos, um tanto sinuosa, um tanto irregular, e era portanto necessário que houvesse, antes de mais nada, a construção de um clima de confiança recíproca. E nós trabalhamos muito nisso e chegamos finalmente a acordos muito importantes, como a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Controle de Materiais Fósseis, como o acordo conjunto de salvaguardas e inspeções recíprocas das facilidades nucleares, como uma atitude conjunta com relação à Agência Internacional de Energia Atômica de Viena. Enfim, foi se criando não só um clima de confiança, mas também mecanismos para, digamos, verificar, comprovar a boa-fé dos dois países na sua transparência e na sua desmobilização, não é? Isso teve um sucesso enorme. Eu acho que foi uma das tarefas diplomáticas... Eu nem digo isso por motivos próprios, porque eu não tive um papel muito importante, foram outros colegas que tiveram, especialmente o embaixador Rego Barros¹⁰⁹, que teve um papel dominante nesse aspecto, era o subsecretário econômico, mas realmente eu acho que foi uma obra extremamente duradoura, porque evitou que nós caminhássemos por um caminho absurdo, que teria sido o da confrontação nuclear. Que países como a Índia ou o próprio... ou o Paquistão, ou Israel, ou, enfim, outros países que estão em situações de ameaça fundamental à sobrevivência das suas nações recorram a armas nucleares ainda é compreensível. Eu creio que é uma má coisa, mas, de qualquer modo, é compreensível. Agora, no caso da Argentina, não havia nenhuma racional séria para dizer que nós precisávamos ter uma bomba e nem a Argentina precisasse ter uma bomba. Não havia nenhum motivo para... E teria sido um descaminho, um desperdício terrível de energia em relações e de recursos, inclusive carentes, nos dois países. Então, felizmente, isso foi abortado. E eu acho que essa foi a construção principal diplomática. E eu participei, como eu digo, sem desempenhar um papel de primeira linha, mas participei bastante dessa situação.

M.S. – O senhor acredita que uma das condições que tornou possível essa aproximação é o enfraquecimento dramático da Argentina no começo da década de 80, tanto a Guerra das

¹⁰⁸ Refere-se à usina nuclear Central de Atucha I, a primeira usina nuclear da América Latina, 367 MW de potência, adquirida em 1968 da Alemanha, localiza-se a 100 Km de Buenos Aires, tendo operado em plena carga em 16 de novembro de 1974. fonte: OLIVEIRA, Odete Maria de; *Rev. Bras. Polít. Int.* 41 (1): 5-23 [1998]

¹⁰⁹ Refere-se ao embaixador Sebastião do Rego Barros.

Malvinas quanto a débacle econômica, que lá foi muito mais pesada do que aqui e que, portanto, tirou a Argentina do mapa de potencial ameaça direta ao Brasil? Não necessariamente militar, mas diplomática e política.

M.S. – Eu acho que em grande parte sim. Porque, como você recorda, o presidente Alfonsín assumiu o governo com uma terra arrasada virtualmente, o país desmoralizado pela aventura das Malvinas e o desastre da política econômica do Martínez de Hoz¹¹⁰, e ele tinha então a autoridade, que depois só Menem¹¹¹ durante algum tempo teve, para encaminhar a Argentina por um rumo completamente distinto, não é? Acho que isso foi importante. E quebrou, de certo modo, o orgulho dos militares argentinos, que eram mais truculentos e mais agressivos do que os brasileiros na verdade, não é? Eu acho que sim, eu acho que se pode afirmar que o enfraquecimento da Argentina levou a isso. Mas não se pode também esquecer que houve, também no Brasil, uma redemocratização e que essa redemocratização envolveu não uma perda comparável de poder dos militares brasileiros – porque o general Leônidas Pires Gonçalves continuou a ser um ministro do Exército extremamente poderoso, inclusive avalizou a posse do presidente Sarney, não é? –, mas, de qualquer modo, diminuiu o cacife dos militares brasileiros para bancar uma sustentação de um programa nuclear muito dinâmico, não é?

M.M. – A Secretaria de Assuntos Políticos Bilaterais já existia? Era uma secretaria tradicional do Itamaraty?

L.L. – Não. Não existia, não. O Itamaraty, tradicionalmente, sempre teve um Departamento Político e um Departamento Econômico. A estrutura antiga era essa. Mas, justamente nos anos 85 e 86, foi feita uma reforma na estrutura do Itamaraty e foram criadas essas subsecretarias, abaixo da Secretaria-Geral. Porque o secretário-geral, tradicionalmente, tinha uma tarefa muito pesada, de despachar com mais de uma dezena de chefes de departamento diretamente. Não havia intermediários entre os chefes de departamento e o secretário-geral. E o secretário-geral tem tarefas importantes, inclusive na área administrativa. O CEO da Casa é o secretário-geral, não é? Então, era preciso criar níveis intermediários. E o Paulo Tarso, que foi um secretário-geral extremamente poderoso, o Paulo Tarso Flecha de Lima, ele então criou quatro subsecretarias: a Política Bilateral, que eu ocupei; depois a Política Multilateral, que era o Bernardo Pericás, hoje embaixador em Havana; a Econômica, que era o Sebastião do Rego Barros; e uma Subsecretaria de Administração, que era o embaixador Naslauský, o Marco César Naslauský. Mas foi uma novidade no Itamaraty.

M.M. – O senhor foi o primeiro titular dessa...?

L.L. – Fui.

¹¹⁰ O entrevistado refere-se a José Alfredo Martínez de Hoz, Ministro da Economia da Argentina, durante o governo de Rafael Videla, (1976-1981).

¹¹¹ O entrevistado refere-se a Carlos Menem, presidente da Argentina (1989-1999).

M.M. – E quais eram as atribuições específicas de Assuntos... Porque, pelo que o senhor está falando, tem um Assuntos Políticos Bilaterais e um Multilaterais.

L.L. – É.

M.M. – Especificamente, quais eram as atribuições dessa secretaria?

L.L. – Nós tínhamos uma... Quer dizer, normalmente eram as relações bilaterais do Brasil com todos os países, não é? Mas isso também acabava sendo difícil de precisar, não é? Então, havia um entendimento informal entre nós que levava a uma certa repartição de tarefas. Por exemplo...

M.M. – Entre o senhor e o Pericás no caso, que era o Multilateral...

L.L. – Não, sobretudo o...

M.M. – ...e o Paulo Tarso?

L.L. – ...o Rego Barros. Sobretudo o Sebastião.

M.M. – Ah, o secretário econômico.

L.L. – É. Porque, por exemplo, esse caso da Argentina, ele levava. Tanto as negociações econômicas quanto as nucleares eram basicamente centradas no Sebastião – com a minha participação, a do meu grupo também, mas ele é quem liderava essa situação. Em outros casos, havia uma ênfase econômica grande. Por exemplo: um acordo importante com a Itália, um acordo de cooperação bilateral com a Itália, fui eu quem levei, entende? As relações com os países africanos ou toda a parte de petróleo também era levada por mim. Então, era uma repartição mais informal, um pouco por assunto mais do que nada.

M.M. – E a fluência que cada um tinha no assunto, não é?

L.L. – É.

M.M. – Quer dizer, aqueles que eram mais especializados pegavam o assunto e faziam relatórios e produziam algum tipo de reflexão sobre o tema.

L.L. – Exato. Em certos assuntos, o próprio secretário-geral, o Paulo Tarso, levava pessoalmente. Por exemplo: toda a relação com os Estados Unidos, a relação com o USDA¹¹² e os assuntos econômicos e comerciais com os Estados Unidos era o Paulo Tarso quem fazia, pessoalmente. Ele tinha uma relação pessoal com o americano, o Clayton Yeutter¹¹³, e por aí afora. Quer dizer, era uma coisa bastante não-rígida, uma coisa bastante

¹¹² O entrevistado refere-se ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture).

¹¹³ Representante de Comércio dos Estados Unidos entre 1985 e 1989; Secretário de Agricultura entre 1989 e

flexível, em que nós combinávamos mais ou menos as nossas...

M.M. – As reuniões eram semanais? Qual era a rotina dessa conversa e dessa troca de informações dos quatro secretários?

L.L. – Eram regulares.

M.M. – Regulares?

L.L. – É. Às vezes... Quer dizer, dependendo das viagens de cada um, das atribuições de cada um. Mas eram muito regulares. Os contatos eram sempre muito fluidos – pouco formalizados, mas muito fluidos –, com o próprio Paulo Tarso e entre nós, os subsecretários, quer dizer, os três, não é?

M.S. – Isso é antes da era do e-mail, não é?

L.L. – Isso é antes da era do e-mail, exatamente.

M.S. – No começo da era do celular.

L.L. – Exato. Nem celular tinha ainda.

M.S. – Nem celular ainda, não é?

L.L. – Não. O celular só... No Itamaraty, só começou em 91 ou 92.

M.S. – Como se explica o poder do Paulo Tarso? É porque o ministro de Estado era uma indicação política, então a Casa ficava de fato sobre o comando de um CEO da carreira, que conhecia bem as entranhas da Casa? Ou é porque a personalidade dele naturalmente...?

L.L. – Acho que as duas coisas, não é? Antes de mais nada, o Paulo Tarso é uma pessoa que é dotada de uma extrema energia e de conhecimento e habilidade diplomática. É um operador diplomático de grande calibre, não é? Por outro lado, ele também é, ou era na ocasião, uma pessoa muito conectada politicamente, quer dizer, muito ligado ao presidente Sarney e ligadíssimo ao Tancredo. Quando o Tancredo morreu... Foi o Tancredo... O Tancredo o levou na viagem que fez, antes de tomar posse, à Europa toda. O Paulo Tarso era o organizador todo da viagem e participou de toda a reunião. E muito ligado ao Antônio Carlos Magalhães, que era um dos maiores chefes políticos nessa época: era presidente da Eletrobrás... Enfim, ele tinha um peso político muito superior a que qualquer diplomata de carreira teria normalmente, não é? E, finalmente, ele lidou com ministros de grande respeito, de grande peso, com grandes carreiras políticas, como o Olavo Setúbal e o Roberto Abreu Sodré, mas ambos pessoas que não tinham nenhuma experiência na área diplomática e tudo e que, portanto, ficavam muito... confiavam muito nele para desempenhar muitas tarefas, não é? Faziam o seu papel muito bem, eu acho, mas confiavam no Paulo Tarso para exercer esse papel de... Era um pouco o conceito de

1991.

presidente do Conselho de Administração e presidente da Diretoria Executiva. Um pouco isso. Se fosse uma empresa, o que não é. Mas se fosse, seria por aí.

M.S. – Bom, acho que podemos ir para Lisboa, não é? Como se dá a sua transição para lá?

L.L. – Bem, quando terminou o governo Sarney e foi eleito o Fernando Collor para a Presidência, por uma dessas coincidências da vida... O homem do presidente Collor para o Itamaraty era o seu cunhado, que era casado com a sua irmã, o embaixador Marcos...

M.M. – Coimbra.

L.L. – ...Coimbra. Eu ia dizer Lisboa, mas Lisboa é outra coisa. [risos]

M.S. – É outra cidade.

L.L. – É outra cidade. Marcos Coimbra.

M.M. – E outra pessoa.

L.L. – É. E o Marcos Coimbra tinha como grande amigo no Itamaraty o embaixador Eduardo Hosana – que é uma pessoa que fez uma carreira normal –, que tinha a obsessão de fazer com que houvesse uma mudança na estrutura da carreira. E ele criou então, em primeiro lugar, um esquema anti Paulo Tarso. A primeira obsessão era... Dos dois, tanto do Marcos Coimbra quanto do Hosana, não é? Então eles partiram a Secretaria-Geral em três. Um pouco como aquela coisa de salgar a terra depois do... para não nascer de novo. E fizeram uma coisa inteiramente absurda, que foi criar... partir a Secretaria-Geral em três. A Secretaria-Geral do Itamaraty existia desde o começo do século XIX – e voltou a existir pouco tempo depois, evidentemente, que é uma figura natural. Mas eles partiram. Tinha uma Secretaria-Geral Política, que era o Marcos Azambuja; uma Administrativa, que era o próprio Hosana; e uma terceira que era uma Secretaria de Controle, que era uma espécie de auditoria, que era o Jorge Ribeiro.

M.M. – Jorge Ribeiro?

L.L. – É. Então, essa já foi um choque. O segundo choque: ele terminou com as subsecretarias. Porque eram três secretarias-gerais, então, a subsecretaria era coisa demais. E aí terminou. Então, o meu *job* acabou, não é? E em terceiro lugar, eles criaram uma situação em que as pessoas só iam poder ocupar o cargo de embaixador durante quinze anos, que era uma regra nova e terrível chamada expulsória, que já havia no Exército.

M.M. – Já havia.

L.L. – É, já havia desde o Castello, não é? Mas eles criaram uma expulsória no Itamaraty. Eu tinha sido ventilado por várias pessoas e tinha, sem dúvida, também uma ambição pessoal de ser o sucessor do Paulo Tarso, tanto que eu não tinha pedido posto. O Sebastião já tinha sido transferido para Moscou, os outros todos tinham sido transferidos para algum lugar e eu tinha ficado plantado, na expectativa de ser o secretário-geral. O ministro

nomeado foi o Rezek, que era o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Em uma jogada política de grande efeito, o Collor nomeou-o, e o Rezek aceitou largar o Supremo para ser ministro. E o Rezek tinha mais ligação com o Marcos Azambuja, que é uma coisa perfeitamente natural – não há nada a reclamar disso, não é? –, então ele escolheu o Marcos Azambuja. Em retrospecto, graças a Deus que foi assim, porque eu não tive que aturar o tal triunvirato, a tal...

M.M. – Hosana, Ribeiro e Azambuja.

L.L. – É. E eu entraria como terceiro. Quer dizer, em vez de herdar o *job* do Paulo Tarso, eu herdaria uma coisa fragmentada, despedaçada ali, sem o mesmo poder, não é? Felizmente não tive isso. Então, eu tive um período de ficar em casa. Eu passei uns seis meses em casa.

M.M. – Qual a justificativa para esse tipo de atitude com a carreira diplomática, deixar a pessoa seis meses em casa? Como é que isso legalmente se faz?

L.L. – Não, mas isso... Quer dizer, é um pouco em função de uma coisa fortuita, de um acontecimento...

M.M. – É “geladeira”? É castigo?

L.L. – Não, não era, não. Porque não havia má vontade em relação a mim, não. Não havia ânimos negativos em relação a mim, não. O Marcos Azambuja é um amigo queridíssimo meu, sempre foi, e o próprio Rezek tinha boas relações comigo. E o Marcos Coimbra, no dia que foi anunciado que o Rezek tinha escolhido o Marcos como o secretário-geral para Assuntos Políticos, eu fui conversar com o Marcos Coimbra e disse ao Marcos Coimbra que, nesse caso, eu queria ir para Lisboa, que eu queria um posto em Lisboa. E ele me perguntou se eu aceitaria ir para Tóquio, e eu disse que não, porque, enfim, eu tinha crianças pequenas e problema de família e ia ficar muito longe, que era um posto importante, que eu me sentia homenageado com aquilo, mas que eu gostaria de ir para Lisboa porque... Era até uma coisa pessoal, não é? Por ser neto de português, e o meu bisavô tinha sido embaixador de Portugal no Brasil 90 anos antes, exatamente ao contrário, não é? O meu avô era português também; o meu pai sempre sonhou em ser embaixador em Lisboa e nunca tinha conseguido na carreira dele, então... E o posto estava disponível, estava vago, porque estava para sair o Alberto da Costa e Silva, que hoje é um distintíssimo membro da Academia Brasileira de Letras e tudo, e meu amigo pessoal querido aliás. O Alberto estava para sair porque já tinha completado cinco anos. Era normal que ele saísse e que eu pedisse esse lugar. E aí houve uma reação em princípio positiva, mas demorou aí um mês ou dois até confirmar, entende? Porque tinha outros candidatos. Lisboa, muita gente quer, inclusive muitos políticos que falam a língua, não é?

M.S. – Que só falam a língua. [riso]

L.L. – Monoglotas.

M.M. – Temos bastante desse tipo aí.

M.S. – O senhor sabe quem eram os outros candidatos?

L.L. – O principal era o Orlando Carbonar, que era uma figura de muito peso, respeitado. Ele foi inclusive embaixador em Roma, não é? Na mesma... Acabou sendo embaixador em Roma, o que estava ótimo, porque ele é descendente de italiano. Então, ficou cada macaco no seu galho, não é? [risos]

M.M. – Antes de o senhor falar da sua atuação em Lisboa, eu queria voltar só um pouquinho. Porque 1989 foi um ano importantíssimo, por motivos que o senhor conhece bem.

L.L. – Claro.

M.M. – No caso da derrubada do muro, em que o senhor estava na Secretaria, qual o impacto das relações internacionais, que é enorme, para um diplomata? Quer dizer, o que significa de repente ter que dar conta de uma mudança? Embora tenha vindo anteriormente já se percebendo, mas nunca se poderia imaginar. Qual o impacto que teve no Itamaraty e para o senhor, que tinha que operar politicamente o dia seguinte, tinha que tomar decisões?

L.L. – Olha, eu tinha estado em Moscou no ano anterior e tinha constatado aquilo que eu achava por leituras e por reflexão, que era o fracasso absoluto do modelo socialista soviético, não é? Eu assisti cenas de ir ao grande magazine Gum, na Praça Vermelha, e não haver mercadorias nas prateleiras. As pessoas andavam com sacolas vazias na mão, correndo de um lado para o outro para ver se ia aparecer alguma mercadoria, para aí poder fazer uma fila para tentar comprar. Era essa a situação, não é? E uma desolação completa, e todo mundo muito desmoralizado. Os próprios funcionários do governo estavam visivelmente desmoralizados. Então, a queda do muro, que foi uma rapidíssima... em rapidíssima sucessão, levou à queda dos dominós todos na Europa Oriental, inclusive da própria Alemanha Oriental, que acabou. tudo isso foi, num certo modo, um filme anunciado, mas também uma emoção grande de assistir a um momento extraordinário. Eu me lembro que... Eu era justamente subsecretário, porque foi em outubro...

M.M. – Em novembro, a queda.

L.L. – Em outubro ou novembro. O fato é que... Eu me lembro que as embaixadas todas, em Praga, na Polônia, em Budapeste, todas reportavam com muita emoção o que estava se passando em cada país, em função disso, desses dominós todos que estavam caindo, não é? Então, teve primeiro esse aspecto. O outro aspecto muito importante era o fato de que, com o colapso de um dos pólos do poder mundial, poderíamos chegar numa situação em que houvesse uma unipolaridade e, portanto, o jogo ficasse muito mais limitado para os países, porque não havia mais a possibilidade de posições intermediárias e nem de pêndulos, como alguns faziam, neutralismos e todos os sistemas anteriores. Depois ficou patente que não era bem assim, não é? Mas num primeiro momento... O Francis Fukuyama fez aquele famoso artigo, muito mal interpretado, não é? Porque o Fukuyama não disse que era o fim da História, ele disse que era o fim da alternativa para o capitalismo, que não havia mais a dicotomia capitalismo ou socialismo. Tinha se revelado que a história era... encaminhava

todos os países para o capitalismo, de uma forma ou de outra, com variantes e tudo, mas... Essa era a mensagem dele. Mas foi dito que ele estava dizendo que... Isso seria uma burrice, dizer que a História acabou. Seria uma burrice, não é? Um intelectual do nível dele não ia dizer uma bobagem dessas. Mas, enfim... Mas nós tínhamos um pouco, eu acho que todos, a preocupação justamente de que houvesse um congelamento do poder mundial, com um monopólio da parte dos Estados Unidos, e que isso restringisse muito a margem de manobra dos terceiros países. O sentimento inicial era muito esse, era de júbilo pelo fim de uma experiência fracassada e que tinha tido inclusive momentos negros, brutais, de repressão, de morte, de matança e genocídios, enfim, uma experiência toda dramática, e esse temor de que isso levasse a uma situação excessivamente concentradora de poder na mão dos Estados Unidos, não é?

M.S. – O senhor acha que essa percepção ajuda o Brasil a decidir tentar equacionar as relações com os Estados Unidos, que vinham muito abaladas do fim da década de 70, como a gente viu, e do começo da década de 80, depois da moratória? Isso é uma das coisas que ajuda o Brasil a tentar seguir por esse caminho?

L.L. – Ah, sem dúvida, sem dúvida.

M.S. – Ou não, é a percepção de que precisa consertar a relação porque agora é a única potência?

L.L. – Não, não, não. É sem dúvida nenhuma. Isso foi uma constatação básica que nós fizemos, ainda justamente... Atropelando um pouco o nosso cronograma aqui, ao assumir a Secretaria-Geral, tivemos um jantar com o Fernando Henrique, os principais chefes do Itamaraty naquele momento, em que o que ressaltou exatamente foi isso. Quer dizer, o poder americano hoje é de tal ordem que o Brasil, para poder manter inclusive a sua autonomia e a suas opções, precisa ter as melhores relações possíveis com os Estados Unidos. Quer dizer, precisa organizar essas relações de maneira que haja uma eliminação de fatores de atrito desnecessários e precisa se concentrar em coincidir no que for possível coincidir, divergir no que for necessário divergir e procurar estabelecer um sistema de diálogo e de entendimento que permita acontecer essas duas coisas. Isso foi o que nós fizemos.

M.S. – O senhor atribui isso mais à gestão Fernando Henrique ministro e o senhor o secretário-geral do que à gestão Paulo Tarso na Secretaria-Geral?

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Apesar das excelentes relações do Paulo Tarso com o sistema americano.

L.L. – Mas naquele momento o governo americano não tinha intenção nenhuma de... E o presidente Sarney até hoje se ressentia muito disso, não é? Ele considera que foi maltratado pelos Estados Unidos. E os Estados Unidos realmente foram, como freqüentemente são, um tanto brutais nas suas colocações, não é? E é o modo dos Estados Unidos atuarem, não é?

M.S. – Eu acho que a gente pode deixar um pouco dessa parte, que é fascinante e cheia de

coisas, para o...

L.L. – Para voltar depois, não é?

M.S. – A gente volta no seu período na Secretaria-Geral. Então, em Lisboa. Uma das perguntas que a gente...

M.M. – Eu queria um pouco antes, antes de Lisboa.

M.S. – Tudo bem.

M.M. – É porque, no caso do Brasil, a queda do muro coincidiu com a mudança do presidente por eleição direta.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Depois de 29 anos, nós tivemos, junto com a mudança que estava se operando lá fora, tivemos também uma mudança interna muito grande. Então, na verdade, foi a diplomacia do período Collor que teve talvez que lidar de maneira mais efetiva com essas mudanças externas, não é?

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Teria a ver com essa política do Marcos Coimbra de dividir, com a escolha do Rezek? O senhor acha que a política externa do Collor tem alguma relação com essa mudança mais ampla do mundo ou não?

L.L. – Não. Eu acho que não. Eu acho que a visão do Marcos Coimbra era uma visão muito mais limitada.

M.M. – Provinciana, interna.

L.L. – E havia aí também... Quer dizer, eu acho que é preciso que se diga a verdade, não é? Eu acho que foi um ajuste de contas também, digamos, do baixo clero, que de repente se viu no poder, contra a turma que eles acham que eram os privilegiados, que a vida inteira tiveram os cargos mais importantes, tiveram as promoções mais rápidas, as carreiras mais bem-sucedidas. Porque “os quinze anos” visavam atingir uma geração, da qual eu faço parte, que chegou a embaixador na faixa dos 40 anos, 40 a 42 anos. E o baixo clero normalmente chega com cinquenta e tantos, entende? Então, havia um ressentimento dessa natureza, uma coisa meio complicada do ponto de vista humano, e o acerto de contas foi mais nessa linha. Então, a linha Marcos Coimbra-Hosana é por aí. Eu não tenho a menor dúvida que é por aí. É basicamente uma espécie de uma revanche do baixo clero, não é? Agora, a política externa, eu não creio que tivesse, como se diz em inglês, nenhum *grand design*. Na época do Collor, eu não creio que tivesse um *grand design*. O próprio Rezek não era uma pessoa de *grand design*. Ele era um homem competente e inteligente e hábil e tudo, mas não creio que tivesse um grande projeto, um grande... Isso só veio realmente com o Fernando Henrique, que tinha um grande projeto para o Brasil como um todo, inclusive

para a política externa. Mas eu não creio que a digestão, ou a interpretação do fim do comunismo, do fim do... a queda do muro tivesse tido um impacto direto na política externa brasileira.

M.S. – Tinha alguém que apitava para o Collor em política externa fora da estrutura do Itamaraty?

L.L. – Não. Acho que só o Marcos Coimbra mesmo, que estava no palácio – era o chefe da Casa Civil, não é?

M.S. – O Gelson Fonseca era o assessor diplomático da Presidência, não era? Mas era um papel muito mais...

L.L. – Inclusive, foi traumático para o Gelson. O Gelson e os dois rapazes que trabalhavam com ele – o Marcos Galvão, que é meu amicíssimo e foi meu assessor político e meu secretário de imprensa também, e o Luís Fernando Panelli – tiveram um episódio dramático. Eles estavam no Clube das Nações, num domingo, quando veio à tona aquela coisa do Fiat Elba e todo aquele escândalo que a *Veja* denunciou e tudo. Estavam, num domingo, de calção, jogando futebol lá no Clube das Nações e de repente o Marcos Coimbra telefonou e mandou eles irem para o palácio para redigir um discurso do Collor rebatendo aquilo tudo, e os dois se negaram a escrever esse discurso e foram demitidos ali, de calção, como eles estavam, com o pé sujo de areia e tudo, não é? E aí o Gelson, pouco depois, saiu também. O Gelson estava numa posição muito constrangida ali, muito limitada. Eu acho que o Gelson procurava era aparar, digamos, um pouquinho as arestas que havia, mas não tinha nenhum empenho, nenhuma participação maior, não.

M.S. – Então, as grandes decisões do Collor – se é que se pode chamar de grandes – em política externa que tem a ver com acelerar o fim do programa secreto nuclear e de acelerar a integração com a Argentina, de fazer... não sintonia fina, mas tentar consertar as relações com Washington – ele vai a Washington ainda como presidente eleito, se eu não me engano – vêm todas do pacote modernizador com que ele se elege, mais do que de uma idéia do novo constrangimento internacional?

L.L. – E também de uma estratégia de marketing, que era o forte dele, não é? Ele era o rei do marketing, não é? Ele, de certo modo... Quer dizer, o programa nuclear era uma coisa que preexistia, já vinha acontecendo antes, e a idéia da modernização e tudo também era uma noção que estava tomando... É claro que ele teve muito mérito. Eu acho que ele teve muito mérito na decretação unilateral da abertura. Eu acho que foi uma coisa muito importante para o Brasil. Muita gente criticou e disse que devia ter sido negociado, que nós devíamos ter tirado vantagem da abertura... Não é verdade. Não era possível. O nosso protecionismo era tão grande que ninguém pagava nada para desarmar o mercado brasileiro. Mas eu acho que mesmo com relação aos Estados Unidos foi, antes de mais nada, uma coisa de marketing, porque não tinha realmente uma substância maior. E a prova disso é uma conversa que eu tive com o presidente Bush, o Senior.

M.S. – O Senior.

L.L. – O presidente Bush me disse o seguinte: “Pois é, quando ele veio a Washington, eu fiquei muito impressionado com ele. Eu até pensei que ele era o Indiana Jones, que ele era o novo Indiana Jones. Depois...”. O Bush me disse isso em Brasília, quando ele visitou lá e teve um almoço na embaixada americana e ele contou várias coisas interessantes. “E depois, aí eu verifiquei que aquilo era muito estilo, mas pouca substância, que ele tinha muito estilo e pouca substância. E aí passei a não levá-lo muito a sério.”

M.S. – Contrariamente ao Menem, que conseguiu montar uma relação com o Bush Senior bastante significativa.

L.L. – Exato. E que fez coisas mais profundas, mais profundas do que o Collor, não é? Eu acho que o próprio negócio do confisco da poupança desqualificou-o muito inicialmente, sobretudo quando se verificou que uma coisa desse grau de violência às liberdades individuais não resultou na estabilização da inflação, não é? Continuou... Pouco depois, a inflação voltou de novo alta, não é? Eu acho que a coisa do Mercosul, sem dúvida que ele se empenhou, mas também era uma coisa que não foi inventada por ele, que já vinha de antes, não é? Havia um dinamismo próprio da coisa que fazia com que o impulso tivesse que ser aproveitado. Então, eu acho que o mérito principal, a virtude que redime em parte os problemas todos do governo Collor está na abertura comercial, que nos deu outra possibilidade, inclusive na Rodada Uruguai. Nós vamos ver isso mais adiante, mas nos deu outra autoridade para jogar o jogo na Rodada Uruguai, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – E portanto, para participar do cenário internacional com voz e respeito, que nós não tínhamos antes, não é?

M.S. – A abertura pegou os diplomatas de surpresa total, não foi?

L.L. – Pegou. Pegou sim.

M.S. – Ninguém esperava.

L.L. – Não.

M.S. – Não tinha no circuito.

L.L. – Não. Mesmo porque a nossa cultura era justamente de defesa do protecionismo brasileiro, não é? Quer dizer nós estávamos há 50 anos dizendo no GATT, em Washington e em tudo quanto é lugar que era preciso manter as tarifas altas porque senão a economia brasileira não agüentava, e que o Brasil não tinha recursos, e que a indústria brasileira ia ser destruída. Esses argumentos protecionistas todos que, no fundo, são apenas um disfarce para manter o protecionismo, não é? E que não são verdadeiros, porque não acabou o mundo, não acabou a indústria brasileira. Ao contrário, não é?

M.S. – Ao contrário.

L.L. – Ao contrário. Aliás, a história está lotada de exemplos de que a abertura só faz bem aos países. Hoje em dia, é uma coisa indiscutível economicamente. Há estudos e mais estudos que comprovam isso: quanto mais competitivo você for, ou mais aberto, mais vital, mais perspectivas de crescimento tem uma economia e mais riqueza gera, mais valor acrescenta, não é? Isso hoje é uma coisa patente, conhecida.

M.S. – Bom...

M.M. – Uma única observação. É interessante porque, ao abrir a economia, o Collor iria desagradar de cara os paulistas, a elite paulista...

L.L. – A Fiesp¹¹⁴.

M.M. – ...que tinha sido exatamente a detentora dos dois cargos anteriores de ministro – o Abreu Sodré e o Olavo Setúbal. Só à guisa de observação. Porque o substituto vai fazer uma política bastante diferente em relação aos interesses da elite paulista.

L.L. – Foi o que o perdeu, em última análise, o Collor, foi justamente o fato de que ele foi se indispondo gradualmente com todos os centros de poder que há no Brasil: com São Paulo, com o Congresso Nacional etc.

M.S. – Com a classe média...

L.L. – Com a classe média, com a imprensa, com todo mundo. Ele se indispondo com todo mundo. E aí não segura, não é?

M.S. – Não tem como. Bom, então, voltamos para Lisboa. Antes de a gente começar a falar da crise dos dentistas, a gente queria que o senhor falasse um pouco sobre o posto de embaixador brasileiro em Portugal. Não está claro para nós o que... Qual o grau de importância, na hierarquia dos embaixadores, em Lisboa? Certamente é uma posição especial e singular. A gente queria que o senhor discorresse um pouco sobre isso.

L.L. – O embaixador do Brasil é, tradicionalmente, um *primus inter pares* dos embaixadores e tem um acesso especial a todos – evidentemente, se for capaz de exercer bem essas possibilidades, não é? Agora, a verdade é que é preciso levar em conta que esse papel, hoje, é menor do que já foi historicamente. Porque desde o momento em que a Europa¹¹⁵ entrou para a Comunidade Européia, em 86, e em particular sob o regime do primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, o centro de gravidade da política portuguesa passou a ser Bruxelas, passou a ser a Europa, quer dizer, Bruxelas, Paris, Londres, Bonn, depois Berlim e tal, e não mais o passado. E é preciso também ver que o primeiro-ministro de Portugal naquela época era um homem que não tinha uma formação, digamos, que o predispuísse a dar ao Brasil uma especial prioridade. Ele estudou Economia na Inglaterra,

¹¹⁴ O entrevistado refere-se à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹¹⁵ O entrevistado provavelmente refere-se à Portugal ao invés de Europa.

em uma universidade inglesa, e foi sempre do Banco Central, que é o Banco de Portugal, não é? Então, ele passou a carreira dele toda e a própria gestão dele mais ligado a centros europeus e, também, olhando para o Brasil e vendo o Brasil fazendo coisas fantásticas: confiscando a poupança, com tarifa média de 50%, com moratória, com...

M.M. – Com inflação altíssima.

L.L. – Para um economista, para um economista ortodoxo como ele, aquilo devia ser uma visão dantesca, não é? Então, ele tinha... “O negócio meu é amarrar Portugal na Europa.” E o Brasil, que seria historicamente o grande alvo das atenções e dos interesses portugueses, nessas condições. Então, naturalmente, ele levava a privilegiar a Europa. O que não era verdade com o presidente da República, o Mário Soares, um homem que, ao contrário, tem uma cultura humanista, é um político que nunca foi um gestor econômico, não tinha a cultura de economia e tal e que se governava muito mais pelo sentido histórico, pelo sentido cultural, pelo amor ao Brasil. Ele uma vez me disse que a primeira vez que ele veio ao Brasil ele tinha 40 anos de idade, e que aí ele escreveu à mulher dele que se tivesse vindo aos 20 anos, nunca mais voltava a Portugal. E disse: “E a dona Maria de Jesus não gostou muito do meu comentário”. [risos] Mas, enfim, o Mário Soares sempre foi, ao contrário, um homem que nos defendia muito, não só em Portugal como na Europa em geral, não é?

M.S. – Nesse período, já existia a noção de que seria possível jogar um jogo com Portugal na África, não é? O Sarney inventa a idéia de que há uma comunidade de países de língua portuguesa e que isso pode ser plataforma diplomática para o Brasil. Isso chegou a pesar, no começo da década de 90, de alguma maneira? Ou isso só ganha força com o Fernando Henrique?

L.L. – Isso só ganhou força com o José Aparecido¹¹⁶.

M.S. – Que é o seu sucessor.

L.L. – É. E que não chegou nunca a tomar posse, mas que era um homem que tinha, no governo Itamar, tinha uma força especial, não é? O Itamar tinha uma consideração por ele enorme, pensou em nomeá-lo ministro – depois reconsiderou, mas pensou em nomeá-lo ministro – e foi ele quem criou isso. E o Sarney talvez tivesse um pouco essa visão, mas ela nunca foi explicitada. O Itamaraty nunca foi muito partidário dessa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nunca se falou muito nisso no Itamaraty, não. E nem parecia, naquele momento, que a aliança com Portugal na África fosse uma opção muito atraente, não. No início dos anos 90, quando eu fui embaixador lá, não se falava nisso, não. E ao contrário: os próprios portugueses, tanto os portugueses da cooperação técnica ou das empresas e tudo, viam no Brasil um possível rival, não é?

M.S. – Na África.

¹¹⁶ O entrevistado refere-se ao político e diplomata José Aparecido de Oliveira, embaixador do Brasil em Portugal entre 1992 e 1994.

M.M. – Na África.

L.L. – Porque achavam que eles tinham o conhecimento, eles tinham as relações, eles tinham a experiência, eles tinham freqüentemente os dados, e não queriam que o Brasil viesse meter o bedelho nas coisas deles. Eles não reagiam com nenhum tipo de entusiasmo à idéia, não.

M.M. – Então a gente pode deduzir que a embaixada lá em Lisboa, nesse momento, é uma tarefa muito difícil.

L.L. – Era.

M.M. – Porque qual é o espaço que o senhor vai encontrar junto ao governo Cavaco Silva para vender o Brasil, para vender as relações Brasil-Portugal?

L.L. – Foi talvez o momento mais difícil. É uma ironia da história que para mim, neto de portugueses...

M.M. – O senhor quis tanto ir. Exatamente.

L.L. – É. Como o meu bisavô, noventa e... Eu apresentei credenciais ao Mário Soares – e disse a ele na ocasião – praticamente, dia por dia, 90 anos depois que meu bisavô apresentou ao presidente Prudente de Moraes no Brasil. Então, chegar lá e encontrar um quadro adverso foi uma coisa um pouco difícil. E o cotidiano foi difícil também, porque a crise dos dentistas foi... Não foi uma crise muito grande porque, no fundo, era um episódio localizado, mas era também... Como é que eu diria? Era uma espécie de ponta de iceberg de um mal-estar geral na relação, não é? A imagem recíproca não era boa naquele momento. Os brasileiros estavam começando a chegar a Portugal em números bastante grandes, 30 mil, 50 mil, o mercado de trabalho português era atraente para uma série de profissões liberais e eles vinham fugindo de um mercado de trabalho complicado, que era o do Brasil naquele momento – o Brasil estava muito ruim, não é? – e se dispunham a trabalhar e a ir para lugares – por exemplo, os dentistas –, ir para lugares onde nenhum dentista português queria ir: lá para o interior da Ilha da Madeira e para Trás-os-Montes, lugares remotos. Os portugueses tinham uma situação muito confortável porque tinham lá uma ordem em que quem tinha um diploma universitário... Era uma espécie de um cartel em que você não entrava. Se estivesse fora, não entrava. E os brasileiros resolveram forçar a porta. Em geral, rapazes e moças muito jovens, todos na faixa de... entre 20 e 30 anos, então, muita vontade de trabalhar, muita necessidade de trabalhar e com melhor formação também. Porque para os portugueses a Odontologia era uma vertente da Medicina, era um capítulo da Medicina, não era uma cadeira própria, não era um curso universitário próprio, não é? Então, o sujeito estudava todos os ramos da Medicina e depois estudava, como estuda fígado, ou estuda, sei lá, pulmão ou qualquer outra coisa, não é? Então, a ciência deles era menor e mais antiga. Basta ver que naquele momento, e até hoje, pessoas que pegaram aquela época, é muito comum encontrar portugueses sem dentes, faltando vários dentes. Inclusive pessoas ricas, pessoas de posses. É muito comum.

M.S. – Como os ingleses.

L.L. – Exato. Que é uma coisa que não se concebe que possa acontecer, porque é ruim para a saúde da pessoa, evidentemente, além da estética, mas era essa a situação. Então, houve uma guerra muito forte e os médicos dentistas portugueses conseguiram, em primeiro lugar, criar um clima na imprensa e na opinião pública forte.

M.S. – Antibrasileiro.

L.L. – Antibrasileiro. E em segundo lugar, começaram a perseguir os jovens dentistas brasileiros, procurando impossibilitar o trabalho deles, dificultar a vida deles e tudo.

M.S. – Esses jovens tinham que tipo de visto lá?

L.L. – Eles tinham um visto de trabalho normal, porque eles não estavam entrando ali em situação pirata. Eles não estavam...

M.S. – Não eram turistas.

L.L. – Não, não eram turistas. Porque havia um acordo em vigor de igualdade de direitos e tudo, que permitia a revalidação dos diplomas. Enfim, havia um fundamento legal pleno para a posição dos brasileiros. Não era uma coisa clandestina nem ilegal, não. Havia todo um fundamento para isso. E aí isso se transformou, além de uma batalha jurídica, em uma batalha política. A batalha jurídica, nós levamos. Eu contratei grandes consultores constitucionais, juristas portugueses, constitucionalistas portugueses, que deram, todos, pareceres muito categóricos de que os brasileiros tinham razão. Mas é aquela história que se diz: você tem toda a razão, mas a razão que tem não vale nada. [risos] Enfim, era essa a situação que se colocava. E evidentemente, aqui no Brasil também ficou um ambiente bastante ouriçado, porque estava havendo injustiças com os nossos compatriotas e as pessoas começaram a tomar partido aqui no Brasil e se tornou um problema político. O Rezek toda hora me telefonava e falava e estava sempre atento. Quer dizer, aqui estavam cobrando muito. Era um problema real de política.

M.S. – O senhor era o principal operador? Ou Brasília tinha alguém que...?

L.L. – Não, não. Era lá.

M.S. – Em novembro de 91, foi uma missão de deputados.

L.L. – Foi.

M.S. – Eu não sei se não é a primeira missão de deputados para uma tarefa de política externa.

L.L. – É.

M.S. – Como é que foi essa...?

L.L. – Foi muito bem-sucedida. Porque em setembro de 91 as primeiras escaramuças já tinham sido feitas e o ambiente já estava mais encaminhado. Mas as resistências ainda eram grandes. Aí houve um grupo importante de deputados brasileiros, que incluiu o José Lourenço, que era um deputado baiano-português, falando inclusive como português, e vários outros líderes importantes, homens que tinham liderança no Congresso e que depois foram para o Tribunal de Contas, por exemplo, ou líderes partidários até hoje presentes no Congresso – o Pannunzio, por exemplo, é um deles – foram lá e conversaram com o ministro dos Negócios Estrangeiros, conversaram com vários ministros, conversaram... Eu fiz um jantar na embaixada, veio o presidente Mário Soares, eles conversaram com o presidente Mário Soares, conversaram com o primeiro-ministro... Enfim, fizeram ver que a classe política, o Congresso brasileiro estava atento e estava mobilizado para defender aquilo que... E aí foi uma coisa importante. Eu favoreci muito a ida dessa missão e apoiei-os muito. E eles ficaram muito satisfeitos com o efeito que teve lá, porque eles viram todo mundo que contava e deram uma contribuição importante.

M.S. – O senhor acha que a ida deles fortaleceu a sua posição na hora de negociar com os portugueses.

L.L. – Fortaleceu muito, sem dúvida.

M.S. – Quem era a sua contraparte no governo português?

L.L. – Não havia uma contraparte só, porque eu tinha muito boa relação com o ministro dos Negócios Estrangeiros, o João de Deus Pinheiro, eu jogava inclusive golfe com ele sempre, e tinha excelente relação com o vice-ministro, que era o Durão Barroso, que hoje é o presidente da União Europeia, muito boa relação que persiste até hoje, e tinha relações com o assessor diplomático do primeiro-ministro, com o próprio presidente Mário Soares, com o próprio primeiro-ministro, eu conversava com ele naturalmente, mas havia um pouco um teatro de sombras, não é? Quer dizer, ninguém queria também meter a mão naquela cumbuca ali, porque era uma coisa meio envenenada, não é? O ambiente também em Portugal era muito envenenado. Então, só o tempo realmente, e o fato de que os brasileiros, que se articulavam... Havia vários líderes deles com muita expressão, muita eloquência e tudo, e eles estavam sempre muito em contato comigo, vinham sempre à embaixada e eu dava todo o apoio a eles e tudo. E aos poucos, o que foi se construindo foi uma maneira de equacionar o problema respeitando os direitos fundamentais deles, mas também levando em conta a necessidade de atender a algumas preocupações dos portugueses, não é? E eles perceberam, os próprios dentistas brasileiros perceberam que era melhor uma solução pragmática do que uma vitória radical, porque uma vitória radical era improvável, ou uma derrota radical que, evidentemente, não interessava. Então, o que nós procuramos encaminhar foi uma negociação para dar toda a legitimidade, toda a latitude profissional àqueles que já estavam lá, em primeiro lugar, mas limitar daí por diante, doravante, limitar a chegada de novos competidores. Porque o medo dos portugueses era que o mercado fosse inundado e que eles fossem expelidos inclusive. Porque eles sabiam perfeitamente que eles eram menos aparelhados, não é? Não confessavam, é lógico, mas sabiam, não é? Então, aí houve essa tendência e aos poucos foi se encaminhando. E foi por aí que se fez finalmente... Aí eu já era inclusive ministro, quando foi feito o acordo. E acabaram sentando-se à mesa, os dentistas portugueses, que lideravam a agitação toda, e os

brasileiros, em confraternização e tudo. Houve uma reconciliação dos dois, porque acabou sendo um acordo bom para todo mundo, entende?

M.S. – A fórmula final de limitação para os que vinham a partir daí qual era exatamente? Era uma limitação de número?

L.L. – Número e nomes.

M.S. – Ah, e nomes também?

L.L. – É, nomes. Havia... A lista dos que estavam presentes foi longamente elaborada e tudo, e esses então tiveram a sua carteira profissional, o seu exercício plenamente validado, e depois houve um *cap*, um teto para o futuro. Foi por aí que foi feita.

M.M. – Mas os dentistas eram profissionais qualificados, quer dizer, poderia ter essa negociação. Mas também, a partir dos anos 90, até por conta da crise econômica, começam também a afluir a Portugal profissionais não tão bem qualificados e que não podiam ser enquadrados nessas categorias mais institucionalizadas. Isso ia também para a embaixada? Operários para construção...

L.L. – Ia pontualmente, mas não freqüentemente, porque esse tipo de mão-de-obra não concorria com ninguém em Portugal. Nenhum português estava querendo mais quebrar pedra para construir estrada.

M.M. – Mas prostitutas, por exemplo, que havia uma reclamação muito grande dos portugueses.

L.L. – Mas aí já é outro capítulo. Mas eu digo de trabalhadores propriamente, no mercado de trabalho, os que vinham, profissionais não qualificados, sobretudo trazidos pelas empreiteiras brasileiras, que construíram a maior parte das estradas de Portugal, vinham e eram bem-vindos. Porque é a tal... A contradição em toda essa discussão da imigração é essa. Quer dizer, não querem imigração na França, não querem na Inglaterra, resistem, mas os locais não estão dispostos a fazer o trabalho que os imigrantes fazem, não é? Não estão dispostos a fazer o trabalho, que às vezes são até indignos, ou pelo menos são pesados, difíceis, não é? E esse era o caso em Portugal. Então, esse pessoal nunca teve dificuldades, não. Agora, o que havia e se criou e ficou sempre muito turvo foi o quadro jurídico geral, não é? Porque você ajeita daqui, ajeita dali, bota cota daqui, acerta assim e tal, então, havia uma necessidade de passar a limpo isso. E isso foi feito. Nós fizemos um grande tratado que fez caducar os tratados anteriores, que eram da época do Salazar e do Juscelino e tudo, dos anos 50, o Tratado de Amizade e tudo...

M.M. – De reciprocidade, não é?

L.L. – Exato. Nós fizemos um novo tratado, que foi assinado pelo ministro português, o Jaime Gama, e por mim, no dia em que o Brasil fez 500 anos, em Porto Seguro, e é hoje o tratado que rege. E nunca mais houve problema nenhum. No começo dos anos 90, quando eu era secretário-geral, houve o tal episódio justamente das prostitutas, em que o

embaixador de Portugal teve uma frase muito infeliz, dizendo que “eram apenas mulatinhas de minissaia”. O Fernando Henrique mandou chamá-lo e passar uma descompostura nele e ele, coitado, ficou mortificadíssimo, porque tinha dito uma bobagem, não é?

M.M. – É. Bem grande.

L.L. – Claro. Sem dúvida.

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_07_05.03.2008]

M.M. – Então, vamos falar um pouco sobre a comunidade de negócios portuguesa e o Brasil no começo da década de 90.

L.L. – O governo brasileiro tomou a iniciativa, ainda durante a presidência Sarney, de assinar com Portugal um acordo de crédito recíproco, para o fomento do investimento entre os dois países. Não era um volume significativo – eram, se não me engano, 300 milhões de dólares –, mas não houve praticamente demanda da parte dos portugueses naquele momento porque o Brasil estava na situação que nós já referimos. Agora, houve, sim, demanda por parte de empresários brasileiros, e isso levou então a um florescimento da presença empresarial brasileira em Portugal: em primeiro lugar, pelas empreiteiras, que foram as que tomaram mais recursos e que compraram subsidiárias em Portugal e tiveram tarefas importantes, aproveitando os grandes fundos estruturais europeus que vieram para Portugal. Eles ganharam muito dinheiro nessa situação e se implantaram lá, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez principalmente. As duas e, depois, também uma série de outras empresas, empresas até de fabricação de autopeças – por exemplo, a... Eu não estou me recordando agora o nome da empresa, mas é uma empresa conhecida – é uma empresa familiar – que depois levou a um desentendimento entre o pai e os filhos e o pai começou a fazer, não sei se lembram disso, faz atualmente, aqui no Brasil, motocicletas. Eu não estou me lembrando o nome. Tem um nome europeu. É um judeu da Europa Oriental. E ele fez uma fábrica em Coimbra. Depois não deu certo, mas fez uma fábrica em Coimbra. E houve vários investimentos assim. Houve várias... Porque havia um pouco aquela ilusão de que estando em Portugal se teria a porta para a Europa, que é uma ilusão, porque não existe isso. Não existe isso, não é? A Europa é um mercado que você acessa globalmente, mas não tem uma porta, tem n portas, em n países, em n setores, em n produtos, não é? Não existe uma porta. E eles acabaram se dando conta disso e o investimento realmente só fez sentido para as empreiteiras, mas houve um momento em que havia um clube dos empresários bastante ativo lá em Portugal e houve uma presença inédita de brasileiros lá. A presença dos brasileiros lá sempre foi de brasileiros entre aspas, porque eram portugueses que retornavam, tendo feito fortuna no Brasil, desde Eça de Queiroz, e antes inclusive, não é? Os portugueses faziam fortuna no Brasil e retornavam a Portugal, então eram conhecidos como os brasileiros, entre aspas, não é? Mas brasileiros chegando lá para fazer negócio e tudo foi um fenômeno... que foi inclusive fugaz, passageiro, porque não foi à frente. O próprio Banco do Brasil, que se instalou em Portugal já há décadas e, na verdade, foi nacionalizado na revolução de 25 de abril e causou um problema político gravíssimo para nós na ocasião e depois voltou a operar normalmente, o Banco do Brasil é apenas uma

agência, uma pequena agência, não tem nenhuma expressão como banco, embora tenha uma carta patente e tenha a possibilidade de atuar. Mas nunca quis se transformar numa força de crédito no mercado português, não é? Então, o Brasil acabou não fazendo concreta essa opção que se tentou, e que não desabrochou, no começo dos anos 90.

M.S. – E o investimento no sentido contrário ainda não tinha...

L.L. – Não.

M.S. – ...não tinha aparecido no mapa.

L.L. – Não. Esse investimento só se concretizou depois da estabilização, depois do Plano Real, no governo Fernando Henrique, em parte pelas privatizações, sobretudo da Portugal Telecom, que é a maior, a PT, e em parte por empresas privadas, como a Sonae¹¹⁷, da qual eu fui administrador durante vários anos, membro do Conselho de Administração, como se chama no Brasil, que achou que tinha uma oportunidade muito grande de mercado e tudo e investiu pesadamente e ainda tem muitos interesses no Brasil. Saiu da área de supermercado, mas ainda tem interesses importantes na área industrial e na área de informática e na área empresarial de um modo geral. Mas isso só ocorreu a partir de 95.

M.S. – Está ótimo.

M.M. – O senhor passou também por um aperto na questão do *impeachment* do Collor. O senhor estava lá como embaixador e tinha que explicar, politicamente, um processo de acusação de corrupção que acabou levando...

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Como é que isso repercutiu lá em Portugal e como é que o senhor lidou com uma situação de uma fragilidade enorme do Executivo brasileiro?

L.L. – Havia grandes constrangimentos, grandes vexames. Inclusive, os meus amigos me defendiam – porque eu tinha, tenho até hoje, muitos amigos em Portugal e eles me defendiam –, mas era freqüente que, até no clube de golfe, sentado no restaurante, que houvesse pessoas dizendo as últimas do presidente do Brasil, não é?

M.M. – Na sua frente?

L.L. – É. E o que eu ia dizer, não é? Eu não podia estar discutindo com cada pessoa que fosse... nem com cada jornalista que escrevesse. Quer dizer, era uma coisa unânime, não é? Havia também uma condenação generalizada lá. E eu, que tinha até tido originalmente esperanças na presidência do Collor, achava que ele, no começo, podia ter sido um homem renovador realmente, tinha perdido também qualquer ilusão a respeito e tinha... E não fazia segredo disso mais, não é? Na verdade, eu não fazia mais segredo disso. O próprio

¹¹⁷ Sociedade Nacional de Estratificados, importante grupo comercial português fundado em 1959.

ministro... Eu me lembro que eu estive em um jantar uma vez em que estava presente o Millôr Fernandes e a Fernanda Montenegro e esse ministro português, o João de Deus, que era uma pessoa muito agradável e tudo, e eu disse a ele que... Surgiu, evidentemente, o assunto e eu disse a ele: “Olha, João, se o Congresso brasileiro não fizer o *impeachment*, eu vou me demitir daqui. Você vai perder o seu parceiro de golfe aqui, porque eu vou me demitir. Eu não posso continuar a ser o presidente de uma pessoa... ministro... ser embaixador de uma pessoa inteiramente desclassificada, não é?”. E aí o...

M.M. – É uma situação de fragilidade também do representante diplomático?

L.L. – Lógico. De grande constrangimento.

M.M. – E qual é...? Há um protocolo para se lidar com uma situação dessas assim?

L.L. – Há um protocolo, mas a pessoa também não é obrigada a ir até a boca do ralo, não é? [riso] A pessoa tem o direito de ter uma opinião própria, pessoal. Evidentemente que pagando as consequências, não é? Eu não fazia segredo disso. Eles podiam ter me demitido de lá. Mas ele não tinha cacife para demitir ninguém nessa altura da vida, não é?

M.M. – O senhor sentiu, por exemplo, interrupção de negócios? Os negócios foram interrompidos, negociações que estavam sendo feitas, na expectativa de um novo presidente?

L.L. – Não, negócios propriamente não.

M.M. – Teve algum impacto nesse sentido?

L.L. – Não, negócios propriamente, que eu tenha sabido, não, mas um clima antibrasileiro muito forte – quer dizer, antibrasileiro não, anti Collor, não é? –, muito forte, muito pesado. Foi realmente uma...

M.M. – Não foi uma embaixada fácil, não é?

L.L. – Não. Foi uma pena que realmente uma embaixada tão importante sentimentalmente, emocionalmente para mim tivesse sido marcada por duas coisas muito negativas, não é? Mas, de qualquer modo, eu fiz grandes amigos em Portugal e tenho grandes amigos lá em Portugal. E isso me preservou muito também, porque eu tinha contato com todos os segmentos da população e tudo e visitei todas as regiões do país e tudo, e com a classe política. Vários deles são meus amigos queridos e continuam em contato, tanto que eu trabalho para três empresas portuguesas hoje em dia, não é? A prova disso, inclusive, é a Fundação Gulbenkian. Então, esse lado foi muito positivo. E o embaixador do Brasil, de qualquer modo, é sempre muito prestigiado lá institucionalmente, se tem essas características, não é? Porque uma vez, na televisão, no auge da crise dos dentistas, eu era entrevistado pela Judite de Sousa, que é uma jornalista muito agressiva, muito forte lá, e ela começou fazendo lá alguma acusação, e eu disse: “Olha, deixa eu lhe dizer primeiro o seguinte, a minha família chegou ao Brasil, em 1910, refugiada política, fugindo de um movimento político que tirou todos os direitos dela, direitos administrativos do meu bisavô

e do meu avô. Foram todos demitidos sumariamente, sem aposentadoria, sem nada. E chegou aqui em situação de necessidade e foi muito bem recebido no Brasil e se tornou gente muito aceita e tudo e refizeram as suas vidas e ficaram aqui .” Você sabe que a jornalista ficou emocionada? Cortou a agressividade dela e ela ficou emocionada, porque ela viu que aquilo, enfim, tinha um certo escudo, uma certa defesa.

M.S. – Como foi a passagem do ministério Rezek para o ministério Lafer? Por que acontece e como é que acontece?

L.L. – Eu diria que o Rezek... Eu não vivi isso porque eu não estava presente em Brasília, mas o que todos me dizem é que o Rezek tinha se afastado muito do presidente Collor. Eu não sei exatamente por que razões, mas presumo que porque, como eu, também ele estava tomando suas distâncias de uma pessoa que estava passando dos limites, não é? E ele então tinha ficado cada vez mais isolado dentro do governo, e o Collor resolveu então fazer o tal... E isso era um fenômeno mais amplo, porque também o ministério do Collor era um ministério de pouca expressão política, não é? Era um ministério de amigos dele, gente de Alagoas, gente... cupinchas ali e tal. E ele então resolveu tentar se fortalecer fazendo o tal ministério dos notáveis, do qual o Celso Lafer fazia parte. E o Rezek entrou nesse bolo também, porque estava nessa situação que eu acabei de contar. Eu creio que o Celso, que é uma pessoa de grande qualidade intelectual e moral e pessoal, o Celso achou que ali havia uma oportunidade extraordinária. Mesmo com a decomposição política do Collor, havia uma oportunidade de fazer coisas. E houve realmente uma coisa fundamental, que foi a Conferência do Rio, a Rio-92, a conferência sobre o meio ambiente, que ele fez muito bem, presidiu muito bem a delegação brasileira. E também eu fui testemunha disso em Portugal, porque logo depois ele esteve lá em Portugal. Uma semana depois de assumir, ele foi em visita oficial a Portugal, querendo justamente dar um tom construtivo a essa situação toda que nós vimos hoje, marcada por algum azedume, alguma decomposição também da imagem recíproca, não é? E o Celso é muito isso, é uma pessoa com muito entusiasmo, com muita personalidade, muita marca, e ele, nessa breve passagem dele, ele deixou uma marca no Itamaraty significativa.

M.S. – Vocês se conheciam antes de...?

L.L. – Já.

M.S. – Em que capacidade?

L.L. – Não, o Celso sempre foi muito interessado. Porque o Celso é sobrinho do Horácio Lafer e grande devoto do Horácio Lafer e teve, acho que desde sempre, a ambição de ter o cargo que o tio tinha ocupado nos anos 50, não é? E com isso o Celso sempre se aproximou muito de nós: sempre escreveu muito sobre política externa, sempre... A minha amizade com ele data dos anos 80, do começo dos anos 80, quando ele começou a publicar textos sobre política externa e a conversar comigo a esse respeito e tudo, e é uma amizade que persiste até hoje muito sólida.

M.S. – Claro. Ele foi o seu sucessor.

L.L. – Sim. Com toda a honra para mim, sem dúvida. O Celso é uma pessoa de grande respeito, de grande peso, sem dúvida.

M.S. – Muito bem. Chegamos ao fim do Collor?

M.M. – Sim.

M.S. – Então, antes de fechar, podemos falar brevemente sobre o convite para o senhor voltar como secretário-geral?

L.L. – Podemos. O convite foi uma surpresa total, porque quando... O dia 5 de outubro é o dia, por coincidência, o dia da queda da monarquia em Portugal e da Proclamação da República, e foi o que fez minha família sair de Portugal e vir para o Brasil. E justamente nesse dia eu estava refletindo e tal, e tinha um almoço na embaixada do México – o embaixador do México era um homem que tinha sido presidente do Supremo Tribunal mexicano, um homem muito simpático e agradável – e aí, margaritas e tal, comida mexicana... Eu cheguei em casa às seis horas da tarde, louco para cair na cama e dormir, me telefona justamente o Celso Lafer e diz: “Olha, Luiz Felipe, eu sou portador aqui de uma sondagem que o Fernando Henrique quer te fazer. Ele quer que você seja o secretário-geral dele”. E aí ele disse assim: “Eu te aconselho a aceitar”. Eu digo: “Está bom, Celso. Deixa eu ver aqui”. Aí eu fui falar com a minha mulher e tudo. O Sebastião do Rego Barros com a mulher dele estavam lá também, de férias lá. Estavam passando por lá. E aí também todo mundo ficou perplexo. Porque eu me dava bem com o Fernando Henrique, mas era um conhecimento muito, digamos, social, não é? Eu me dava bem com ele porque eu tinha servido dois anos com o João Sayad, como já falamos aqui. E o Fernando Henrique, naquela época da Constituinte e tudo, e antes da Constituinte, ele era um dos maiores líderes parlamentares que havia no Brasil – e o João Sayad era do mesmo partido, que na época chamava-se PMDB –, e ele vinha muito ao Ministério do Planejamento almoçar e tudo, e o João sempre fazia uns almoços com uma porção de gente e sempre me chamava. E eu conheci o Fernando Henrique nessa ocasião. E conhecia também como professor, porque eu estudei Sociologia e desde essa época eu tinha grande admiração pelos textos dele. Porque ele, quando eu era um garoto de 19 anos de idade, na faculdade, ele já era um luminar. Ele tinha 29 anos só, mas já era um expoente da Sociologia brasileira, não é? Ele já era citado, com livros e tudo. Era um homem importante. Então, a minha relação com ele se resumia a isso. E é por isso que eu fiquei um tanto surpreso. Tudo indicava que a escolha dele ia ser o Rubens Barbosa, que cultivava uma relação com ele há muitos anos, há mais de 20 anos, e estava sempre ali jantando e almoçando com ele e tudo e se declarava muito PSDB, muito tucano e tudo.

M.S. – O Celso Lafer chegou a lhe dizer por que...?

L.L. – Não. Era uma opção do Fernando Henrique, não é?

M.S. – Mas ele conhecia o seu trabalho como diplomata? Ele tinha lido...?

L.L. – Eu acho que conhecia no sentido de que sabia que, enfim, eu tinha ocupado os postos que tinha ocupado, e me conhecia pessoalmente desse convívio com o João Sayad,

não é?

M.M. – O senhor acha que ele consultou os diplomatas, outros diplomatas do Itamaraty?

L.L. – O Fernando Henrique?

M.M. – É. Ou foi uma decisão pessoal?

L.L. – Não, certamente, ele falou com o Celso Lafer, não é? Pode ser que ele tenha falado com outros, eu não sei. Ele nunca me disse, não. Mas eu creio que ele quis dar um tom institucional ao... O Fernando Henrique é uma pessoa muito fácil, muito abordável, muito informal, mas ele também tem muito a noção da hierarquia do Estado, das coisas, não é? Ele achou que era melhor ele pegar uma pessoa que tinha nome dentro da Casa, pela carreira toda, subsecretário e tudo, e um currículo, mas que não fosse necessariamente um amiguinho dele, uma pessoa muito ligada a ele, entende? Eu acho que, possivelmente, ele terá dito... Eu nunca falei com ele sobre isso.

M.S. – Ter o Rubens Barbosa poderia fragilizá-lo dentro da Casa.

L.L. – É. Poderiam dizer: “Ah, ele é uma pessoa que... Ele está escolhendo porque é comensal diário e tudo”. Quer dizer, ele podia perder um pouco...

M.M. – O Celso Lafer já tinha, portanto, recuperado o cargo de secretário-geral. Tinha acabado com aquela divisão.

L.L. – Tinha.

M.M. – Ele tinha acabado com aquilo das três secretarias.

L.L. – Tinha, tinha.

M.M. – Tinha restaurado, portanto.

L.L. – Exato. Tinha sim, tinha acabado. E o secretário-geral era o Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que depois foi meu secretário-geral e que é meu amicíssimo, meu primo e vai vir aqui um dia desses.

M.S. – Então, isso foi no dia 5 de outubro.

L.L. – Eu acredito que o Felipe de Seixas Corrêa também tenha tido uma palavra com o Celso ou com o próprio Fernando Henrique a esse respeito, não é? Mas eu não levantei uma pluma. Realmente, para mim foi uma coisa como... caída do céu. Mudou a minha vida completamente, não é? Porque eu estava achando ali que ia acabar o governo Collor e eu ia ser tirado lá de Lisboa e ia, sei lá, ia para um lugar qualquer. Eu estava pensando que eu já estava chegando meio no fim da linha da minha carreira, embora na ocasião eu tivesse apenas 52 anos. Eu estava achando que estava já me encaminhando já para os finalmente, e de repente... A vida é cheia dessas coisas, não é? A vida tem esses acasos também

extraordinários, não é?

M.M. – E a consulta em casa foi muito boa...

L.L. – Foi boa.

M.M. – ...de voltar para Brasília?

L.L. – Foi boa. A minha mulher sempre foi muito leal. E aí, em 24 horas eu fui embora. Em 24 horas eu voltei para... Vinte e quatro horas depois eu estava lá com o Fernando...

M.M. – E o que o aguardava?

L.L. – Aguardava uma situação, primeiro, muito favorável porque o Fernando Henrique era um homem de um enorme poder junto ao Itamar, não é? Ele era muito mais do que um ministro das Relações Exteriores. Ele era um primeiro-ministro, não é? Dois: porque ele tinha confiança completa em mim e tinha me dado um poder... Esse poder que ele tinha, ele tinha me transmitido, de chefiar a Casa como esse CEO que nós falamos, como o executivo principal dele e tudo. E depois, muito rapidamente nós verificamos que tínhamos uma afinidade completa em matéria de pensamento de política externa e tudo. Não tínhamos nenhuma zona de sombra, nenhuma dificuldade. E aí, então, a partir daí, tudo era muito fácil de levar, muito... Agora, a Casa era marcada por alguns conflitos pessoais, algumas dificuldades pessoais entre os subsecretários, que tinham voltado a existir...

M.M. – Qual era a estrutura então nesse momento?

L.L. – Era a mesma que...

M.M. – Aquela anterior.

L.L. – Exato. Tinha voltado.

M.M. – Quer dizer, já havia sido restaurado e o senhor manteve.

L.L. – Isso.

M.M. – Era o senhor quem indicava os subsecretários?

L.L. – Não. Eu já os encontrei no lugar.

M.M. – Já encontrou, e não os tirou.

L.L. – Não.

M.M. – Os manteve.

M.S. – Que eram: o Rubens Barbosa, Integração e Economia; o Clodoaldo...

L.L. – O Clodoaldo, o Econômico, e viviam brigando um com outro.

M.M. – Quem vivia brigando com quem?

M.S. – O Rubens Barbosa...

M.M. – O Rubens Barbosa com o Hugueney.

L.L. – Eles tinham partido a Secretaria Econômica e a Subsecretaria em duas: uma que era a Subsecretaria, e a outra que era a Integração... E isso então era fruto de conflitos.

M.M. – Imagino! Botar a Economia em duas subsecretarias...

L.L. – Além do mais, porque as personalidades também eram personalidades que levavam a esse conflito.

M.M. – Eram personalidades pessoais, nesse sentido, ou porque portavam projetos diferentes?

L.L. – Pessoais.

M.M. – Eram apenas de...

L.L. – Também de projetos diferentes, mas pessoais também.

M.S. – Em que sentido?

L.L. – No sentido de que os dois eram extremamente ciosos dos seus territórios respectivos e não aceitavam... e ambos acabavam pisando no território do outro.

M.M. – Então, cabia ao senhor dizer o que cada um ia ficar, não é?

L.L. – É uma briga burocrática clássica, não é? É uma situação de atritos burocráticos clássica.

M.S. – E batia à sua porta.

L.L. – Briga que os americanos chamam de guerra por grama, *turf war*, não é?

M.S. – Por um pedacinho de terra. E os outros dois eram o Sérgio Duarte e o Fernando Reis.

L.L. – É. O Sérgio Duarte era o Administrativo e o Fernando Reis era o Bilateral, era o Política Bilateral.

M.S. – Tinha problema entre eles também?

L.L. – Tinha algum. Porque o Fernando é uma pessoa maravilhosa, um intelectual, é inclusive um escritor excelente, mas é uma pessoa um tanto ranzinza. É sabido. É meu amigo querido e tudo, da vida toda, mas é uma pessoa ranzinza. Então, também, freqüentemente vinha lá. Era um confessorário lá que eu tinha que agüentar, cada um falando mal dos outros e reclamando dos outros. Eu tinha que arbitrar diariamente essas querelas.

M.S. – O senhor chega ao Brasil então no dia 6 de outubro, e a sua posse é no dia 9. Como acontece a primeira conversa com o Fernando Henrique sobre o que vem aí? Acontece no dia 7 ou no dia 8?

L.L. – É, por aí.

M.S. – Ou só acontece quando o senhor já está empossado no cargo?

L.L. – Não, não. Acontece sim. Acontece. Eu nunca tive dificuldade de conversar com o Fernando Henrique nem nunca foi necessário tomar horas e horas para chegar à coisa porque a nossa comunicação... Que é o fato que fez com que a nossa, digamos, atuação conjunta na área das relações internacionais do Brasil, ao longo de tantos anos, dez anos praticamente, tenha sido tão sólida e tão inabalável quanto foi. Eu nunca tive o menor receio de que o Fernando Henrique fosse me tirar o tapete ou fosse me fazer uma falseta. Nunca, de forma alguma, não é? Ele sempre foi impecável comigo. Mas é justamente o fato de que era quase que uma coisa de comunicação telepática, não é? Não tinha a menor dificuldade de chegar a um entendimento. Então, nunca precisou de horas e horas de conversa, não. Muito rapidamente se entendia e verificava que estava de acordo, que pensava igual, não é?

M.S. – Agora, até o dia 9 não teve nenhuma reunião sobre orientação estratégica geral...

L.L. – Não.

M.S. – ...áreas de prioridade. Nada substancial.

L.L. – Não, teve sim. Eu não sei se foi no dia 9. Eu não sei em que dia foi, mas houve um jantar, na casa do Clodoaldo justamente, em que estiveram presentes todos os subsecretários, todas as pessoas principais do Itamaraty, com o Fernando Henrique, para discutir esses grandes rumos. Nós tínhamos tido uma conversa primeiro, nós dois, e depois houve esse jantar, em que justamente foram... A agenda eram esses grandes rumos, esses grandes traços da política, e foi um jantar muito substantivo, muito rico de... Aí, depois disso...

M.S. – Agora, nesse jantar, um dos temas foi os Estados Unidos, o senhor já falou.

L.L. – É, o básico.

M.S. – O tema básico. O que mais foi discutido?

L.L. – Mais a Argentina.

M.S. – E qual foi a orientação?

L.L. – A orientação dele era a de levar adiante o processo de integração, inclusive disposto a usar o poder dele para forçar um aumento das compras de trigo e de petróleo, inclusive junto à Petrobras.

M.S. – Brasileiro.

L.L. – Brasileiro. Para dar lastro à expansão do comércio, não é? E terceira coisa, muito importante também – eu não creio que foi nesse jantar, mas nessas primeiras conversas comigo –, foi a necessidade de levar adiante o processo de encerrar as nossas, digamos, pretensões a uma originalidade na área nuclear, entende? Quer dizer, a idéia de assinar, de se comprometer com a Não-Proliferação, que é uma coisa constitucional no Brasil, mas que... Entre ser constitucional e entrar em vigor às vezes há uma diferença, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – Então, houve todo um compromisso disso e... Depois nós vamos ver isso com calma, mas isso levou às vezes a alguns enfrentamentos com os militares...

M.S. – Sem dúvida.

L.L. – ...sobre acordos.

M.S. – Mas já chegavam a falar explicitamente em aderir ao TNP¹¹⁸? Ou ainda não?

L.L. – Não, nesse primeiro momento, ainda...

M.S. – Estavam falando dos protocolos adicionais de Tlatelolco.

L.L. – Exato. E os acordos com a agência de Viena, não é?

M.S. – Em relação à Argentina, depois a relação vai ficar muito mais complicada, tanto com o Menem e, principalmente, com o Cavallo¹¹⁹, não é? Agora, nesse primeiro momento, a percepção é a de que é possível fechar acordo com eles...

L.L. – Exato.

M.S. – ...que não vai ter grandes problemas. Ou já tem um elemento de suspeita, de

¹¹⁸ O entrevistador refere-se ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

¹¹⁹ O entrevistador refere-se a Domingo Cavallo, Ministro da Economia da Argentina, entre 1991 e 1996.

susplicácia?

L.L. – Não. Não tem, não. O Fernando Henrique, inclusive, sempre foi muito simpático à Argentina de um modo geral. Ele sempre visitou Buenos Aires, sempre teve muitos amigos intelectuais argentinos, políticos argentinos também e tudo. Ele dizia inclusive uma coisa que ele mesmo reconhecia que podia ser imprópria. Ele dizia que “se o Mercosul tiver que ter uma capital, tem que ser Buenos Aires, que é a grande cidade da região”. E não fazia muito segredo disso, não. Mas, certamente, se isso saísse no jornal e tudo, na mão do PT, ia virar um carnaval, não é?

M.M. – Mas também, entre Brasília e Buenos Aires, não há o que escolher, não é?

L.L. – Pois é.

M.M. – Não adianta.

M.S. – E terminaram escolhendo Montevidéu. [risos]

L.L. – Mais ou menos. É capital mais ou menos, não é?

M.S. – É capital mais ou menos, não é?

L.L. – É.

M.S. – Muito bom.

L.L. – É isso.

M.S. – Acho que podemos encerrar por aqui e...

L.L. – Está ótimo.

M.M. – Mas vamos retomar, porque tem muito...

L.L. – Ah, tem.

M.S. – ...e retomamos com o discurso de posse, o discurso do Fernando Henrique de sua posse, em 9 de outubro, que é ótimo.

L.L. – Exato.

M.M. – E com o Itamar.

L.L. – Exatamente.

M.S. – E com o Itamar.

M.M. – Não podemos esquecer o Itamar. Já que estamos falando de gente ranzinza...

L.L. – Tem muita coisa ainda

M.M. – ...não podemos esquecer o Itamar, não é?

L.L. – O Itamar fez o que pôde para evitar o Plano Real...

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_08_05.03.2008]

5ª Entrevista: 26.03.2008

M.S. – Agora estamos já em janeiro de 95, e a gestão de vocês começa sob a sombra de uma série de crises. A primeira que a gente poderia tratar hoje é a crise financeira no México.

L.L. – O presidente Fernando Henrique, alguns dias depois de tomar posse, andando no automóvel comigo a caminho de uma cerimônia, me disse: “Você sabe, eu nunca pensei que o meu governo fosse começar sob um auspício tão mau, de uma crise tão perigosa para nós.” Realmente, a crise mexicana não estava no nosso radar, não é? Quer dizer, o Brasil tinha feito uma série de progressos muito importantes no *front* econômico internacional: tinha conseguido, em primeiro lugar, domar a besta-fera da inflação, que durante tanto tempo tinha sido um tormento para a população brasileira e que era uma obsessão do Fernando Henrique. Muito antes do Plano Real, ele falava nisso como um grande desafio e um grande imperativo. Muito antes de ser candidato a ministro da Fazenda, ou muito menos a presidente, ele já tinha essa idéia. E também o Brasil tinha feito uma renegociação da dívida externa, já com o Pedro Malan¹²⁰, que foi um acontecimento muito importante. Mas, ainda assim, a nossa vulnerabilidade era muito grande, porque as nossas reservas eram muito pequenas, porque o nosso quadro de balança comercial era negativo e de transações correntes mais ainda. Então, o Brasil era extremamente vulnerável a uma crise sistêmica, que envolvesse toda a região. E o Fernando Henrique viu um mau presságio nessa crise porque percebeu que, provavelmente, ao longo do seu mandato não teria as condições favoráveis que imaginava, mas ia ter que enfrentar diversas crises financeiras. Não se sabia, evidentemente, naquele momento, quais, e era difícil imaginar que pudessem ser tão frequentes e tão extensas – como a crise grave no Sudeste Asiático, a começar pela Tailândia, no ano de 97, e depois a crise russa, a própria crise brasileira e Argentina –, mas esse foi realmente um início traumatizante, para todos os efeitos. No caso nosso mais especificamente, houve também uma série de outros fatos graves que fizeram com que o início da gestão do presidente Fernando Henrique fosse dramático, em certo sentido, no plano externo. O segundo fato foi a guerra Peru e Equador. A guerra Peru e Equador foi, também, bastante imprevista. Porque havia, naturalmente, uma tensão, mas ninguém esperava que ela fosse chegar a se transformar em um conflito bélico, não é? O Brasil tinha

¹²⁰ Pedro Malan foi presidente do Banco Central do Brasil entre 1993 e 1994 e Ministro da Fazenda entre 1995 e 2002.

uma responsabilidade especial, porque a solução original do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 tinha previsto a criação de um Grupo de Garantes, que era liderado pelo Brasil e integrado também pelos Estados Unidos, pelo Chile e pela Argentina. De modo que, assim que eclodiu o conflito, nós convocamos imediatamente uma reunião no Rio de Janeiro das duas partes, com a presença dos quatro garantes, para então procurar encontrar, em primeiro lugar, um cessar-fogo, e em segundo lugar, um equacionamento da questão. Foi muito difícil, porque nessas horas há uma dose de emoção tão profunda, sobretudo quando há hostilidades e há mortes e há situações muito traumáticas, que é muito difícil que possa vir a imperar um clima de racionalidade na questão. O Equador sempre teve uma visão, digamos, excessivamente ambiciosa da sua dimensão territorial e sempre se imaginou inclusive fazendo fronteira com o Brasil, com muito maior presença amazônica do que tem, e o Peru tinha essa contestação com eles. Essas questões de fronteira, que o Brasil, graças a Deus, não tem, por obra e graça do barão do Rio Branco, são questões muito marcantes, porque elas conduzem a uma drenagem de energia muito negativa, da parte das populações, do planejamento militar, dos recursos governamentais de um modo geral. São questões tratadas com um grau de emoção imenso e que, portanto, colocam os governantes sob uma pressão terrível. Mais de uma vez, durante todo o processo de paz, que só terminou alguns anos depois, os ministros e os presidentes diziam: “Eu não posso. Eu vou ser degolado, eu vou ser fuzilado em praça pública se eu aceitar isso”. Quer dizer, as coisas são colocadas nesses termos em conflitos militares por fronteiras na América do Sul. Mas foi pelo menos possível, depois de um mês, um longo mês de negociações aqui no Rio de Janeiro, no Itamaraty, que da nossa parte foram conduzidas pelo embaixador Rego Barros¹²¹, que era o secretário-geral, foi possível chegar, inicialmente, a um cessar-fogo e a um acordo preliminar, para estabelecer pelo menos um processo de diálogo. E com isso eu acho que tivemos um êxito importante, um êxito diplomático importante naquele momento. Porque se ainda por cima da crise financeira mexicana e das pressões, nós tivéssemos a percepção de que a América do Sul ou a América Latina era um lugar de conflitos armados, evidentemente que haveria uma potencialização negativa na nossa imagem e, portanto, na nossa credibilidade. Mas eu creio que a coisa começou relativamente bem no plano diplomático porque no Rio de Janeiro se conseguiu esse avanço.

M.M. – A idéia de chamar o Fernando Henrique – portanto, de reconhecer o papel do Brasil como um elemento fundamental – era porque o Brasil já dispunha de um papel importante neste... lá em 1942, quando foi feito...? Foi mais uma questão de tradição da presença brasileira? Ou já se manifestava uma posição do presidente Fernando Henrique em relação a ter um papel importante na América do Sul daí em diante?

L.L. – Eu acho que um pouco as duas coisas. Quer dizer, o Protocolo do Rio de 42 tinha criado, digamos, uma moldura jurídica já, com a figura dos garantes, que, naturalmente, dava ao Brasil um papel preponderante, pelo fato inclusive de se chamar Rio de Janeiro, não é? Esse protocolo tinha se originado em uma conferência aqui no Rio de Janeiro – porque houve também, em 42, uma guerra entre Peru e Equador –, e tinha se originado em uma circunstância em que o chanceler brasileiro, que era o Osvaldo Aranha, de certo modo forçou as partes, Peru e Equador, a se comporem. E no Equador havia um grande

¹²¹ O entrevistado refere-se ao embaixador Sebastião do Rego Barros.

ressentimento, que ainda aflorava nesse momento, em 95, com o fato de que o Equador tinha sido forçado a engolir uma pílula amarga e a aceitar condições de paz desfavoráveis. Então, nós trabalhávamos um pouco debaixo dessa coisa, e o Brasil sendo visto um pouco com suspeita também, por parte do Equador. Porque o Osvaldo Aranha, em 42, estava preocupado era com a guerra, não é? Ele estava em plena guerra, e era o momento em que se estava definindo. A Conferência do Rio visava a definir um alinhamento latino-americano com os Aliados – coisa que não aconteceu finalmente, inclusive porque a Argentina se opôs, não é? Mas então a questão do Peru e Equador era, de certo modo, um fator complicador da equação, e o Aranha quis se livrar daquela questão, colocando ela de lado. Mas o Brasil tinha, de qualquer modo, um papel dominante. Agora, o Fernando Henrique, além de ser presidente do Brasil, o que, institucionalmente, já lhe dá um palanque muito importante, era visto também como um homem de grande peso intelectual, como um político de grande trajetória e como o vencedor do dragão, o homem que matou o dragão da inflação. De maneira que tudo isso já lhe dava, inicialmente, credenciais muito fortes.

M.S. – Do ponto de vista gerencial da crise logo no começo do governo, qual é o envolvimento do presidente? Porque quem comandava as negociações era o Rego Barros, e provavelmente, em consulta com o senhor permanentemente.

L.L. – Isso.

M.S. – Onde que o Fernando Henrique entrava?

L.L. – Nessa crise em si, ele não entrou diretamente, a não ser em um ou dois telefonemas que deu para...

M.S. – Para os colegas.

L.L. – ...para o presidente do Equador e do Peru. Mas não houve, digamos, uma atuação presidencial nesse momento. Só mais adiante, já na fase conclusiva, é que ele, de certo modo, se tornou o mediador. Quando foi finalmente partejado o acordo entre os dois é que ele se tornou então o mediador de fato. Mas na fase inicial ele não teve uma presença forte, não.

M.S. – E qual era a postura norte-americana nesse comecinho?

L.L. – Eu acho que a postura norte-americana era procurar um acordo e não se envolver demasiado, não é?

M.S. – Quem era o operador norte-americano?

L.L. – Era sobretudo o Luigi Einaudi¹²², não é?

¹²² O entrevistado refere-se ao embaixador americano Luigi R. Einaudi, embaixador dos Estados Unidos na OEA entre 1989 e 1993.

M.S. – O Einaudi.

L.L. – O Einaudi foi o principal durante... Eu não tenho certeza se no Rio já...

M.S. – A época da OEA¹²³ dele.

L.L. – Exato. O Einaudi tinha sido também *assistant secretary* para Assuntos Interamericanos, e ele foi, durante o processo todo, quem participou pelos Estados Unidos. Eu não tenho certeza se ele já estava no Rio. Eu acho que sim. Eu acho que sim. Mas foi ele basicamente.

M.S. – E a sua relação com o Einaudi...

L.L. – É boa.

M.S. – ...remonta à década de 70 também, não é? Porque ele trabalhou no [inaudível] do Kissinger.

L.L. – Exato. É muito boa sim. O Einaudi é uma pessoa de... Inclusive, por ser latino, por ser neto do presidente da Itália, de um presidente importante da Itália, ele tinha uma relação de empatia especial conosco e uma compreensão cultural mais profunda das nossas questões, não é?

M.S. – Embaixador, eu queria voltar um pouco à crise financeira, porque ela tem uma série de impactos importantes sobre a posição do Brasil no mundo. Talvez a principal, eu acho, que a gente consegue depreender da documentação é a idéia de que, depois da crise do México, o Brasil passa a ser o principal interlocutor dos Estados Unidos na América Latina. O começo da década de 90 projeta o México muito para cima, não é? E logo depois parece haver... Ou pelo menos que a percepção brasileira era a de que, apesar dos pesares, a crise abria uma janela de oportunidades.

L.L. – Eu não sei se houve propriamente uma substituição, porque são coisas diferentes, não é? A relação com o México é uma relação imprescindível para os Estados Unidos e muito delicada, com características absolutamente próprias, tanto pelo volume do comércio e do investimento – o Nafta¹²⁴ já tinha sido aprovado nessa ocasião; ele foi feito em 93 e 94 – e pelo fato de que há um contingente muito expressivo de mexicanos morando e trabalhando nos Estados Unidos. Então, a relação com os Estados Unidos é... com o México para os Estados Unidos é, de qualquer modo, fundamental na região. E sempre será, não é? Não pode deixar de ser. Agora, de fato, quando o presidente assumiu, houve logo, rapidamente, nos primeiros dias, houve logo um convite para uma visita a Washington, e o Fernando Henrique achou que era muito importante marcar essa visita o mais rápido possível, para ter um primeiro diálogo com o presidente Clinton nos Estados

¹²³ O entrevistador refere-se à Organização dos Estados Americanos.

¹²⁴ Tratado Norte Americano de Livre Comércio

Unidos. Muito na linha daquilo que nós já vimos anteriormente, que é a visão dele da centralidade das relações com os Estados Unidos para a nossa política externa, para o bem ou para o mal, não é? Então, a concepção de que a melhor maneira de se relacionar com os Estados Unidos é ter um diálogo construtivo, que se coloquem francamente as concordâncias e as discordâncias, não é? Não haja nenhum tipo de alinhamento automático, mas também não haja uma posição adversa automática, não é? Então, a marcação dessa entrevista se deu logo para poucos meses depois. Ela se realizou em abril.

M.S. – Em abril.

L.L. – Foi o segundo momento internacional dele, que, de certo modo, lançou o conceito da diplomacia presidencial.

M.S. – Como é que vocês viam, no governo, nesse momento, as relações entre a Argentina e os Estados Unidos? Porque a Argentina, sim, estava adotando uma política de alinhamento automático.

L.L. – Olha, com tranquilidade, sem maior preocupação. Porque como o caso da Argentina era radicalmente diferente, eu acho que não havia porque competir nesse plano. Porque a Argentina, eu acho, na visão do Menem¹²⁵, e sobretudo do Cavallo¹²⁶ e do próprio Guido di Tella¹²⁷, precisava, antes de mais nada, resgatar um passado de más relações com os Estados Unidos que vinha desde Perón, das famosas querelas do embaixador americano na época. Depois, evidentemente, da Guerra das Malvinas, que foi um travo gravíssimo, e de todos os problemas de crises econômicas que a Argentina viveu: o Martinez de Hoz¹²⁸ e depois a de [inaudível]. A Argentina, eu acho que estava, no começo do governo Menem, se sentindo...

M.S. – Um pouco a pária, não é? [?]

L.L. – Mas estava se sentindo readmitida justamente no círculo das nações mais poderosas e mais importantes. E os Estados Unidos eram, de certo modo, o fiador dessa reinserção justamente, da superação de uma fase de uma Argentina excluída, de uma Argentina pária, e das Malvinas sobretudo, que tinham criado aquele traumatismo imenso, não é? Então, eu acho que havia, da parte do governo Menem, que sempre foi muito mediático, muito preocupado com eventos midiáticos, uma série de coisas, que iam desde a coisa dos capacetes brancos até mandar lá umas fragatas... uma fragata argentina, eu acho, na Guerra do Golfo, em 91, e depois, coisas até mais engraçadas, como comprar um uniforme para a polícia argentina igual ao da polícia de Nova York, aquele uniforme azul-marinho, ou cunhar aquela moeda, aquele *pesos para siempre*, e mais gestos assim que o governo Menem era muito pródigo em fazer, não é? E que resultou muito bem. Eu acho que durante

¹²⁵ O entrevistado refere-se a Carlos Menem, ex-presidente da Argentina (1989-1999).

¹²⁶ O entrevistado refere-se a Domingo Cavallo, Ministro da Economia da Argentina, entre 1991 e 1996

¹²⁷ O entrevistado refere-se ao economista Guido di Tella, Ministro das Relações Exteriores da Argentina entre 1991 e 1999.

¹²⁸ O entrevistado refere-se a José Alfredo Martínez de Hoz, Ministro da Economia da Argentina, durante o governo de Rafael Videla, (1976-1981).

um bom... Pelo menos o primeiro mandato do Menem foi muito bem-sucedido nesse sentido. Até os Estados Unidos deram à Argentina uma distinção especial, colocando-a como aliado...

M.S. – Extra-Otan.

L.L. – ...aliado extra-Otan. Como era? Aliado extra-regional, não é?

M.S. – Extra-regional da Otan.

L.L. – Mas para nós isso nunca foi uma preocupação, não. Porque realmente o nosso objetivo, primeiro, não tinha as mesmas motivações, e segundo, não tinha o mesmo estilo. De maneira que não havia uma preocupação maior, não.

M.S. – E não havia a percepção de que uma relação tão próxima entre a Argentina e Washington atrapalharia o avanço do Mercosul¹²⁹?

L.L. – Não. Acho que não. Acho que o que houve sim com a Argentina, e ao longo de muito tempo, foram problemas pontuais, em função de questões comerciais específicas. Mas em nenhuma delas se podia sentir a mão dos Estados Unidos, não. Eu não creio que os Estados Unidos estivessem realmente incomodados com o Mercosul. Eu acho que isso era um pouco uma visão meio caipira da nossa parte, de que o Mercosul ou a própria Alcsa, que se falava... Houve um momento em que muita gente enchia a boca com a idéia da Alcsa, a Área de Livre Comércio Sul-Americana, como uma coisa anti Nafta e tudo. Eu não creio que criasse maior moça nos Estados Unidos, não.

M.S. – Embaixador, um dos argumentos – certamente seus, mas também do presidente Fernando Henrique – no período da crise que são mais fascinantes para quem estuda a política externa é o argumento de que a melhora nos indicadores sociais, se a crise consegue ser atravessada e se o Plano Real se mantém, a melhora dos indicadores sociais constitui um recurso de poder do Brasil no mundo; que a posição relativa do Brasil no cenário internacional melhora se os indicadores sociais melhorarem. O que não é óbvio, não é? A maioria dos países tende a ter uma percepção muito mais baseada em recursos militares, por exemplo. Eu queria que o senhor falasse um pouco do ambiente desse tipo de conversa. Quem participava dessa conversa? Certamente, o Fernando Henrique. Mas onde mais?

L.L. – O presidente e dona Ruth¹³⁰ tinham, de um modo geral, uma história de sociólogos e de envolvimento com causas sociais – a dona Ruth criou a Comunidade Solidária – e os dois tinham essa percepção de que o Brasil precisava superar essas hipotecas sociais antes de poder desabrochar plenamente como um país de Primeiro Mundo, de primeiro plano internacional. Isso tanto do ponto de vista da superação da desigualdade de renda quanto do ponto de vista da melhoria dos índices sociais, de escolaridade, de saúde, e de renda,

¹²⁹ Mercado Comum do Sul.

¹³⁰ O entrevistado refere-se à antropóloga e ex-primeira dama do Brasil - durante o mandato do seu marido Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) - Ruth Correa Leite Cardoso.

evidentemente, também, e a percepção de que o Brasil, no momento em que conseguisse resgatar essas dívidas, que vinham de muito longe, que vinham, na verdade, vinham do Império, vinham da escravidão e tudo, poderia se tornar um país muito mais atraente inclusive, não só para a opinião pública internacional, que, evidentemente, fica sempre muito ligada em questões como o problema do menor, moradores de rua, enfim, todas as questões da pobreza...

M.S. – Violência urbana...

L.L. – ...que são amplamente repercutidas internacionalmente e que fazem um grande dano à imagem do Brasil, não é? A imagem do Brasil, se você for à Nova Zelândia, ou for à Dinamarca ou a lugares assim, a primeira coisa que as pessoas vão falar é nisso, é na prostituição das meninas, é nos menores de rua. Então, essa questão da imagem, eu acho que é muito importante. E depois, também, do ponto de vista do próprio investimento internacional. Porque é claro que se fosse possível – e gradualmente vai acontecendo, cada vez mais, felizmente, hoje em dia, não é? –, se fosse possível incorporar ao mercado, quer dizer, ao circuito comprador, ao circuito produtivo, uma parcela substancial da população que estava, e ainda está, fora do circuito monetário e fora do circuito de consumo, evidentemente se ampliam as perspectivas de mercado e de investimento e de consumo e fica cada vez mais interessante. Essa, logicamente, é a dinâmica da China, é a dinâmica da Índia e é a própria dinâmica do Brasil atual, assim como é a da Rússia, não é? O fenômeno novo do mundo é a incorporação de uma classe média... de crescentes contingentes da população miserável à classe média, com tudo que isso implica em matéria de demandas e também de problemas e de gargalos e de superações, não é? Mas isso é uma coisa muito forte na concepção do presidente e de dona Ruth, que também teve uma importância muito grande nesse plano, não é?

M.M. – Ministro, como seria convencer o Itamaraty, onde sempre havia uma corrente que resistia muito à aproximação do Brasil com os Estados Unidos, à inserção do Brasil na globalização? Como conquistar essa corrente e vender essa política de aproximação do Brasil com os Estados Unidos e da inserção do Brasil na globalização? Como é que era a conversa interna?

M.S. – Ou como neutralizar a oposição dentro da Casa, não é?

M.M. – Ou pelo menos como neutralizar. Se não conquistar, pelo menos neutralizar. [riso]

L.L. – No passado, a posição tradicional do Itamaraty – e Afonso Arinos já menciona isso nas memórias dele, quando ele diz que a Política Externa Independente era uma reação à tradicional postura do Itamaraty de alinhamento com os Estados Unidos –, no passado, havia esse alinhamento. Depois, a partir da década de 60, mesmo com o regime militar, depois de Castello, porque Castello foi o ponto mais alto do alinhamento total do Brasil, mas depois...

M.S. – Já com o Costa e Silva muda.

L.L. – Já a partir de Costa e Silva¹³¹ muda, com o Silveira¹³² muda e daí por diante. Eu diria que, de um modo geral, eu concordo que o Itamaraty tenha, digamos, um *bias* antiamericano e que isso perpassa na nossa política externa. A maioria das pessoas, inclusive dos ministros de carreira que nós tivemos, tem um pouco essa colocação. Mas, em primeiro lugar, não é propriamente uma coisa unânime, não é? Em segundo lugar, a nossa colocação era uma colocação que não era de alinhamento com os Estados Unidos; era uma colocação de inserção do Brasil no Ocidente, que, evidentemente, sobretudo depois do final da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim, era a opção natural do Brasil. Sempre me pareceu e pareceu ao presidente Fernando Henrique a opção natural do Brasil, pela nossa origem, pelos nossos valores, pelas nossas concepções e nossa cultura inclusive. O Brasil, evidentemente, é um país que faz parte do Ocidente. Não é um país antiocidental, não é? Então, essa postura, eu acho que não era vista como uma coisa também que criasse grandes ressentimentos e grandes dificuldades. As dificuldades que nós tínhamos com os Estados Unidos, continuamos tendo, em vários aspectos. Diferenças quanto a questões comerciais, por exemplo, tivemos várias diferenças, e tivemos diferenças também específicas, por exemplo, em relação ao combate ao narcotráfico – os Estados Unidos tinham lá uma visão e uma estratégia que nós não quisemos aceitar – e assim por diante. Quer dizer, a nossa posição não era necessariamente... Agora, em certos casos, ela coincidia. Por exemplo, o Brasil, ao assinar o Tratado de Não-Proliferação, o TNP, coisa que ocorreu bem mais adiante, evidentemente estava se colocando numa posição que coincidiu... Mas não era com os Estados Unidos, era com todo o Ocidente. Com o mundo inteiro na verdade. No final, apenas os países muito marginais é que faziam parte do pequeno clube dos não assinantes do TNP, não é? Então, eu não senti nunca nenhuma resistência maior. E as pessoas que também trabalharam comigo, naturalmente, não tinham um *bias* ideológico, não tinham um viés ideológico antiamericano: nem os dois secretários-gerais que eu tive nem os subsecretários não tinham essa posição. E não creio que tenha havido maior resistência, não. Agora, admito, sim, que talvez a minha gestão tenha sido a que mais claramente postulou essa inserção no Ocidente *lato sensu* e que esse não era necessariamente, digamos, o sentido geral no Itamaraty.

M.M. – Quando se faz uma política como essa que o senhor está dizendo, quer dizer, tem um grupo que defende uma determinada política e o senhor claramente representa uma outra, como o senhor mesmo está dizendo, como que se mexem as peças do xadrez interno? Há deslocamento de embaixadores? Há escolha de quadros? Há necessidade de mudar a estrutura interna, valorizando certos órgãos, tirando o poder de outros? O senhor concordaria, por exemplo, com a expressão que o autor do artigo, o Carlos Eduardo, diz, “fim dos resquícios terceiro-mundistas”? O senhor concordaria que havia essa idéia de...?

L.L. – Concordaria sim. Concordaria.

M.M. – É?

¹³¹ O entrevistado refere-se ao marechal Artur da Costa e Silva, Ministro da Guerra entre 1964 e 1966, Ministro de Minas e Energia em 1964. Presidente do Brasil entre 1967 e 1969.

¹³² O entrevistado refere-se ao diplomata, Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores, entre 1974 e 1979.

L.L. – Sem dúvida. Eu acho que isso foi uma coisa deliberada. Mas não havia, da nossa parte, digamos, uma postura dogmática como há no atual Itamaraty, por exemplo, em que as promoções, as nomeações, as colocações são feitas em função de um crivo ideológico, não é? Isso não havia. Não houve. Inclusive, o próprio Samuel Pinheiro Guimarães foi, durante o tempo todo, na minha gestão, diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e fazia campanhas abertamente contra a linha do governo, e eu achava que aquilo era uma homenagem que eu estava prestando à diversidade ideológica.

M.M. – Mas esse instituto, portanto, não era importante dentro do quadro decisório.

L.L. – Não. Era o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

M.M. – Era de pesquisa. Está certo.

L.L. – Evidentemente, não era... Mas nós não fizemos uma discriminação das... A prova disso é que não só o Samuel teve essa posição, mas o Celso Amorim foi embaixador em todos os lugares: foi embaixador em Londres...

M.M. – Em Genebra.

L.L. – ...foi embaixador em Genebra, foi embaixador...

M.S. – Na ONU.

L.L. – ...na ONU, praticamente o tempo todo, não é? De maneira que não havia nenhum *bias*. E muito menos em promoções e tudo. Isso é uma coisa de que eu me orgulho muito. Porque eu acho que uma instituição de Estado não pode ser partidarizada. Ela não pode ser administrada em função dos *ups and downs* da política. A Argentina, por exemplo, sofreu isso: o San Martin foi freqüentemente destruído...

M.S. – E reconstruído.

L.L. – ...pelo fato de que cada governo que vinha fazia uma razia e mandava embora todo mundo, demitia os embaixadores todos.

M.S. – Demitia embaixadores.

L.L. – Nós nunca tivemos isso. Nunca tivemos. Tivemos durante o regime militar, mas aí não era coisa do Itamaraty. Os militares é que... E mesmo assim, foi relativamente pouco, não é? Mas o sistema de promoções, por exemplo, o sistema de nomeações, era feito exclusivamente na base do mérito, na base da competência. As promoções a embaixador deixaram de ser uma espécie de uma decisão imperial, do ministro e do presidente, para serem resolvidas por um colegiado dos chefes das várias unidades da Casa se reunindo e votando em listas para escolher as pessoas que mereciam mais serem promovidas. E não houve nenhuma promoção que fosse política, ao contrário do governo anterior e da tradição em geral do Itamaraty. O Juscelino dizia que o maior pesadelo da Presidência da República eram as promoções do Itamaraty, porque havia pressões políticas e pistolões de toda ordem

que surgiam. E nós não fizemos nenhuma. O presidente jamais mexeu. Eu sempre levei as listas que tinham sido deliberadas por esse colegiado e ele nunca me disse: “Não, olha, vamos tirar fulano e vamos acrescentar aqui fulano porque o senador pediu, ou o governador”. Ele não aceitava isso de forma nenhuma. Isso foi um momento muito especial, muito raro.

M.S. – A decisão de criar o colegiado foi tomada quando? Quando o senhor era secretário-geral?

L.L. – Não, a decisão foi tomada antes. O colegiado já havia, mas só que o colegiado era uma espécie de...

M.S. – Era *pro forma*.

L.L. – É. Era um carimbo só, não é?

M.S. – Entendi.

L.L. – O colegiado era submetido a uma lista que o colegiado aprovava. Não era uma coisa democrática, não.

M.S. – Certo. Voltando ao tema da imagem do Brasil nesse período da crise financeira, tem um documento do Itamaraty que a gente achou que fala que uma das coisas que a crise provoca é a possibilidade de o Brasil se descolar do conceito desgastado de América Latina, e não diz consolidar o que no lugar do conceito de América Latina. A impressão que eu tenho é que primeiro é o Cone Sul. Porque nesse momento a identidade do Mercosul é muito vinculada ao Cone Sul.

L.L. – Isso.

M.S. – Somente mais tarde passa a ser a América do Sul, que é claramente o que temos agora – começado pelo governo Fernando Henrique, com o primeiro encontro dos presidentes, em 2000.

L.L. – Isso.

M.S. – Eu queria que o senhor falasse um pouco disso. Porque isso é importante. Durante anos, a América Latina foi um conceito que ajudou a estruturar parte da política externa brasileira, e de repente...

L.L. – Bom, essa decisão de procurar uma alternativa para o conceito de América Latina surgiu basicamente quando o México entrou para o Nafta e, ao entrar para o Nafta, pediu, ou exigiu, que houvesse uma exceção das preferências que os países da Aladi se concediam entre si comercialmente. O México disse que não podia mais conceder essas preferências porque tinha um regime especial de comércio com os Estados Unidos e, portanto, estava em outra... Isso foi a clara sinalização de que o México tinha se descolado da América Latina nesse sentido. É claro que para o México não interessava dizer isso. Porque o México

procurava manter um pouco a idéia de que Nafta sim, mas a América Latina também. Até do ponto de vista interno, sabendo a emoção que gera a questão da relação com os Estados Unidos no México, a idéia de uma inserção dentro da América do Norte tal que vire uma espécie de parte de um conjunto maior onde se dilua o conceito latino-americano do México era uma coisa intolerável, não é? E a nossa visão também de que a própria América Central mais cedo ou mais tarde seguiria nesse mesmo caminho, porque era também imperativo. Dado que a América Central tem uma relação especial com o México e com os Estados Unidos também, era natural que mais adiante seguisse, como de fato aconteceu, esse mesmo caminho. Então, já havia aí uma diferenciação. Sem nenhum propósito de antiamericanismo, mas de uma diferenciação, digamos, de objetivo estratégico maior, não é? De fato, no nosso momento, havia a percepção de que o Mercosul podia ser uma espécie de projeção que acrescentaria muito, em termos de poder, em termos de atratividade, em termos de representatividade, a cada um de seus quatro membros individualmente. Nós estávamos em uma fase ainda muito otimista: tinha havido, em 94, a reunião de Ouro Preto, que criou a União Aduaneira, e havia uma forte expansão do comércio entre nós e havia também um comprometimento bastante forte dos países com a idéia do Mercosul e, portanto, o Mercosul parecia que seria realmente um interlocutor internacional importante. E era assim que nós ouvíamos da parte da... dos europeus sobretudo, porque os europeus viam no Mercosul uma espécie de projeção da sua própria experiência, e também de outros países. Quer dizer, o Mercosul era uma bandeira, nesse momento, mais... Eu sempre fui muito cuidadoso nessa questão e sempre achei que o Brasil, é claro, se beneficiaria de um Mercosul bem-sucedido e tudo, mas também sempre fui muito cuidadoso com a idéia de que só através do Mercosul é que o Brasil pudesse vir a ter um peso internacional. E eu acho que o Brasil tem suficientes ingredientes nacionais, de poder inclusive – de *soft power*, não militares –, para ser um ator internacional importante sem precisar do Mercosul. Coisa que hoje em dia é perfeitamente evidente, com a quase entrada do Brasil para o G-8, que vai acontecer não esse ano, mas mais dia, menos dia, com o Investment Grade, enfim, com todas as...

M.S. – Estar na liga dos BRICs, não é? É outra liga.

L.L. – Exato. É outra liga. Mas isso, naquele momento, não era ainda visível porque estávamos começando um processo de arrumação da casa, econômica, não é? Mas eu sempre achei que o nosso objetivo não era diluir o Brasil dentro de uma supranacionalidade, dentro de um conjunto maior do que os países e que fosse uma entidade supranacional. Inclusive porque, só para completar, porque sempre achei também que o Brasil, como era uma parte muito importante do Mercosul – por qualquer critério que se analise, o Brasil era, seguramente, pelo menos 70 a 80% do Mercosul, em termos de PIB, de comércio, de qualquer coisa –, não era normal que o Brasil pudesse abdicar da sua soberania plenamente e diluir todos esses fatores dentro de um conjunto em que ele seria apenas 25%. Se ele era 80%, como é que ele ia virar 25%? Não tinha sentido, quer dizer, que houvesse uma autoridade supranacional, uma espécie de uma comissão que legislasse acima dos parlamentos nacionais, que houvesse um judiciário próprio do Mercosul que se sobrepusesse aos judiciários nacionais e tudo. A Alemanha teve que fazer isso porque a Alemanha perdeu duas guerras mundiais e aceitou então esse, digamos, esse condomínio, inclusive com a França, especificamente. Mas é uma história completamente diferente. O Brasil não tinha porque ter um sentimento de culpa, nem um sentimento de querer se

apequenar nesse sentido. Para mim, o Mercosul nunca foi um projeto político tão ambicioso que ele envolvesse a criação de uma coisa maior. Havia certos colegas nossos que diziam: “Ah, agora isso tudo aqui é uma coisa só; agora os Andes são nossos”. Não é bem assim, não é?

M.M. – Entre os colegas entre aspas estaria o Fernando Henrique Cardoso? Ou ele compartilhava da sua idéia do Mercosul?

L.L. – Não, compartilhava, compartilhava.

M.M. – Ele também tinha, portanto, essa idéia mais pragmática...

L.L. – Compartilhava, sem dúvida.

M.M. – ...e menos programática.

L.L. – É, sem dúvida.

M.S. – Agora, não existia a percepção de que o Mercosul só viraria uma marca que iria pegar de fato se ele tivesse mais dentes? Porque, por exemplo, o caso da crise mexicana é interessante, não é? O Brasil aumenta a tarifa de importações, por exemplo, e gera um primeiro problema com a Argentina, logo no começo do governo, mostrando a fragilidade que tem o Mercosul, que não tem um componente de supranacionalidade.

L.L. – É, eu acho que é exatamente isso. Quer dizer, as instituições brasileiras, a começar pelas econômicas, não tinham a concepção da superioridade do Mercosul, do ponto de vista jurídico e político, sobre as decisões nacionais. Quer dizer, o Itamaraty tinha sempre que ficar um pouco como uma espécie de um fiscal da observância dos compromissos do Mercosul, porque a tendência das autoridades brasileiras não era essa, nem do Banco Central, nem...

M.S. – O Ministério da Fazenda não...

L.L. – Não, não tinha essa preocupação de um modo geral, não é? E isso ia criando rugas. E nós tínhamos que sair atrás, um pouco que consertando os problemas, não é?

M.S. – E nunca teve a percepção, ou o argumento pelo menos, que é um argumento importante inclusive na Alemanha, que é o argumento segundo o qual, quando um país é muito mais poderoso do que seus vizinhos, o projeto de abdicar de certa parte da soberania é factível, porque os pequenos não têm força suficiente para impor nada. Eles terminam sendo atraídos. Que é o caso perfeito do Brasil: os vizinhos dependem muito mais do Brasil do que o Brasil deles. Em todos os aspectos. Esse argumento nunca ganhou vôo no Brasil, de que seria possível ter um Mercosul com dentes, denso, profundo, com algum aspecto de supranacionalidade, pelo fato de os pequenos em nossa volta dependerem da gente.

L.L. – É, mas você sabe, a questão que se colocava, e se colocou logo de saída, era saber até onde ia essa supranacionalidade, não é? Eu resolvi que a primeira viagem internacional

que eu faria seria justamente aos três países do Mercosul. Então, eu fui a Assunção, fui a Montevideu e fui a Buenos Aires. Para justamente mostrar essa prioridade e para ouvir, para sentir as reações deles. Em todas as capitais, e eu tive contatos com a imprensa, contatos com os empresários e tudo, havia também muito ressentimento: ressentimento em função de decisões unilaterais brasileiras tarifárias; decisões de falta de medidas práticas que facultassem o acesso ao mercado brasileiro, sobretudo para países menores, como o Uruguai e o Paraguai, que não se sentiam plenamente aceitos como parceiros e tudo, eram vistos com restrições. Havia muito ressentimento, muita queixa, não é? Eu fiquei muito impressionado com isso, porque eu vinha com... Eu estava chegando ali com uma idéia... Inclusive, eu estava vindo de Genebra, eu estava fora daquele contexto. Eu estava com uma concepção mais otimista do Mercosul. Mas encontrei uma chuva de ressentimentos e de reclamações. Eram todas elas muito pontuais. Nada de colocações estratégicas maiores. Mas, de qualquer modo, havia também, da parte dos governos, uma articulação forte no sentido de instituir a supranacionalidade. Por exemplo, na primeira Reunião de Cúpula do Mercosul que eu participei, que foi em Assunção, fomos lá com o presidente – fomos lá o Serra, que era o ministro do Planejamento; o Malan, o ministro da Fazenda; a Dorothea Werneck, que era a ministra da Indústria e Comércio, e eu –, encontramos lá uma postura, paraguaia e uruguaia sobretudo, muito forte...

M.S. – Pela supranacionalidade.

L.L. – ...querendo criar instituições supranacionais. E o Guido di Tella, que era uma pessoa curiosa, interessante... O Guido di Tella uma vez colocou... Estava se discutindo essa questão da supranacionalidade, e aí a idéia que vinha sempre era a de um presidente de uma comissão, tipo a Comissão Européia, e o nome na boca de todo mundo sempre era o Enrique Iglesias, o uruguaio, que é o supranacional por definição, e o Guido di Tella disse assim: “Eu não quero, não. Eu não quero uma coisa que sente aqui no meio um senhor gordo aqui que vai dizer o que a gente tem que fazer. Eu não estou disposto a aceitar isso, não”. [risos] Aí acabou a conversa, pelo menos temporariamente.

M.M. – Então as demandas e os ressentimentos eram mais na área da suposta hegemonia política do Brasil e menos na área econômica?

L.L. – Não, econômica...

M.M. – Quais eram, concretamente? Em termos econômicos, o que eles queriam?

L.L. – Basicamente, o que eles queriam era mais acesso ao mercado brasileiro, um acesso mais desimpedido, o que envolvia, freqüentemente, em problemas internos. Eu vou lhe dar um exemplo: o caso do leite, não é? O Uruguai e a Argentina têm condições naturais mais propícias para a criação de gado leiteiro e a produção de leite do que o Brasil.

M.S. – São mais eficientes.

L.L. – São mais eficientes. Têm custos menores, são mais eficientes, têm gado mais apropriado e têm pastagens melhores e tudo mais.

M.S. – Leite melhor.

L.L. – Pois é.

M.M. – Sim. Doce de leite então!

L.L. – Acontece que a indústria de laticínios no Brasil emprega um milhão de pessoas e se espalha por centenas de municípios. Então, à medida que começou a haver uma penetração lá dos uruguaio, sobretudo daquela cooperativa uruguaia grande, e também alguns argentinos, houve uma reação forte, uma politização. Vieram os governadores todos, os prefeitos em cima do presidente e acabamos tendo que fazer uma medida restritiva, uma medida restritiva que foi considerada uma espécie de símbolo dessa situação.

M.S. – Quem força isso então são *lobbies* de empresários?

L.L. – São.

M.S. – Não é a falta de crença do Fernando Henrique e do Malan nas virtudes do livre comércio.

L.L. – Não.

M.S. – Porque tem uma desconexão, não é? Grande parte do discurso e da crença parece ser de fato. Inclusive, um dos elementos de viabilidade do Plano Real era ter livre comércio.

L.L. – Claro.

M.S. – É um instrumento excelente para fazer a inflação cair e ficar lá embaixo. Não passou pela cabeça dos decisores deixar abrir, deixar com que a indústria brasileira ou invista na Argentina e compre as empresas da Argentina e do Uruguai, o que poderia acontecer, com o crédito que o Brasil tem e que esses países não têm...

L.L. – Eu acho que não. Eu acho que no Brasil, até hoje, a reação dominante da classe política e grande parte da classe empresarial é essa, é dizer: “O livre comércio está muito bem e tudo, mas não vamos fazer disso uma espécie de um objetivo superior”. Não há uma convicção de que Adam Smith estava certo, que o livre-cambismo de um modo geral é o caminho ideal, que hoje em dia é uma coisa muito evidente no mundo. Quer dizer, a quantidade de países que chegaram a uma enorme prosperidade com o comércio livre é infinitamente maior do que os países que usam esquemas protecionistas.

M.M. – Nós preferimos Colbert e o mercantilismo.

L.L. – Ah, nós somos muito mais Colbert, sem dúvida nenhuma. E na dúvida, mesmo no quadro do Mercosul, vamos para o Colbert.

M.S. – [riso] Ótimo! Eu acho que... Bom, a crise mexicana... Podemos passar para outra agora. Ainda em janeiro de 95, o senhor dá uma entrevista e diz que o Brasil não pretende

assinar o TNP, apenas participar como observador. Parte da documentação mostra que, de fato, tem uma postura brasileira de esperar ver o que vai acontecer na Conferência de Desarmamento, na questão da abolição dos testes nucleares. Agora, pouco tempo depois, a gente assina o TNP. Então, a minha pergunta é: a resistência inicial e as declarações iniciais revelam uma dúvida real que havia entre o senhor e o Fernando Henrique e a equipe? É um jogo, para os militares não começarem a fazer oposição à idéia logo de cara? O que...?

L.L. – Claramente, nós tínhamos a convicção de que era preciso normalizar plenamente a posição brasileira nessa área de proliferação nuclear e nessa área de armamentos de um modo geral. Mas tinha havido já batalhas bastante difíceis e complicadas com os militares... Batalhas todas intramuros, evidentemente, não públicas. Mas tinha havido discussões bastante grandes em torno dos acordos de não-proliferação preliminares, quer dizer, o acordo da agência de Viena, acordos...

M.S. – Tlatelolco...

L.L. – ...acordos sobre o seqüito de inspeções, Tlatelolco e os próprios acordos com a Argentina, mas especialmente o acordo com a agência de Viena, porque o acordo com a agência de Viena envolvia inspeções de instalações nucleares e os militares tinham lá as suas dúvidas que isso fosse o melhor caminho. Então, o que nós resolvemos fazer foi ir gradualmente nesse caminho e começar não pelo TNP, que era, de certo modo, uma imagem mais carregada de peso simbólico inclusive, tinha sido uma bandeira importante do Brasil nos anos 60 e nos anos 70, mas pelo Regime de Controle de Mísseis. O Regime de Controle de Mísseis era uma questão real porque havia um programa brasileiro de construção de um foguete e de mísseis que, na medida em que entra, a partir de um certo momento, em tecnologias duais, tecnologias que podem vir a ter um uso militar, poderia suscitar problemas e dificuldades, inclusive dificuldades de acesso à tecnologia, dificuldades de... para instituições que não tinham nada a ver com aquilo, como a própria Petrobras e outros, não é? Então, resolvemos dar início a esse programa, ou completar esse programa, porque já vinha, na verdade, desde os acordos com a Argentina, com a adesão ao MTCR, o Missile Technology Control Regime, que foi feito em junho, se não me engano, em junho de...

M.M. – De 95.

L.L. – ...junho de 95, quando da... Não. Foi feito em agosto de 95, quando do lançamento do vôo inaugural do EMB-145, o jato da Embraer, que depois viria a ter um grande êxito internacional. O presidente fez um discurso...

M.S. – Vendido para onde?

L.L. – Para os Estados Unidos, sobretudo. No Brasil, muito pouco, mas para os Estados Unidos, muito fortemente. Na Europa também. É um avião pequeno, um avião de 45 lugares. Foi o primeiro jato maior da Embraer, jato puro da Embraer. E foi um grande êxito. E nessa festa em São José dos Campos, o presidente então, no seu discurso, anunciou a adesão ao Regime de Controle de Mísseis, que foi negociado e poucos meses depois foi formalizado. Com isso, a suspeita que o programa brasileiro de mísseis suscitava ficou

superada, ficou ultrapassada.

M.S. – A decisão brasileira de começar por aí teve algo a ver com a Argentina? Porque a Argentina, com Menem, logo no início adere ao Regime de Mísseis com muita força, como um instrumento para bater nos militares em casa, para fazer com que eles voltem para a caserna. Teve uma combinação com Buenos Aires? Ou não?

L.L. – Não, não teve uma combinação. Quer dizer, certamente houve... Eu não sei se aviso prévio, mas houve... Eu acho que havia uma sintonia, não é?

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_09_26.03.2008]

L.L. – Mas da nossa parte não havia o propósito antimilitar que havia na Argentina, não é? Eu acho que o Menem tinha, pessoalmente, um ressentimento muito forte com os militares, por ter sido aprisionado e...

M.S. – Porque os militares lá continuavam sendo muito fortes, não é?

L.L. – ...provavelmente, maltratado pelos militares durante muito tempo.

M.M. – O Fernando Henrique também não foi bem tratado.

L.L. – Sim. Mas o Fernando Henrique não tinha um ressentimento.

M.M. – Não.

L.L. – Até porque o Fernando Henrique... Primeiro, não é do temperamento dele, e segundo, ele inclusive tinha uma família militar: é filho de militar e tudo. Ele não tinha uma posição sistêmica antimilitar. Ele, evidentemente, tinha a memória muito clara do regime da ditadura, mas ele não funcionava como o Menem, na base de cortar as asas dos militares, não é?

M.S. – No dia 2 de março, o senhor recebeu uma visita do Warren Christopher¹³³, e a agenda dele é principalmente a questão nuclear. O senhor poderia falar um pouco sobre essa visita?

L.L. – Dia 2 de março de 95?

M.S. – Dois de março de 95. E o tema da agenda é a entrada do Brasil no Grupo de Países Fornecedores de Energia Nuclear. E a imprensa, pelo menos o que a imprensa cobre é que isso seria oferecido como uma cenoura para o Brasil, em troca da adesão ao TNP.

¹³³ O entrevistador refere-se a Warren Minor Christopher, Secretário de Estado dos Estados Unidos, entre 1993 e 1997.

L.L. – Realmente eu não estou...

M.S. – Ou eu estou falando uma besteira?

L.L. – Eu acho que a visita do Christopher foi mais adiante. Foi em seguimento à visita do...

M.S. – Dois de março de 95.

L.L. – Noventa e cinco?

M.S. – Noventa e cinco.

M.M. – É, não sei. Não dá para ver direito.

M.S. – Agora posso estar falando uma besteira. Pode não ser em 95.

L.L. – Eu acho que ele veio em 96.

M.M. – Pode ser, porque está muito apagado.

M.S. – É depois da viagem de vocês a Washington?

L.L. – É bem depois sim. É em 96.

M.S. – Então, desculpe. Meu erro.

M.M. – Não, erro não. Está apagado.

M.S. – Não é essa viagem...? Depois se fala... O Christopher encontra o Fernando Henrique. Pode ser que seja depois. Ele encontra o Fernando Henrique e conversa sobre... O Fernando Henrique pede um canal de comunicação com o G-7...

L.L. – Isso.

M.S. – ...a participação brasileira na OMC, no Banco Mundial, no FMI, e assina ainda tratados de cooperação nuclear: reatores e salvaguardas, intercâmbio tecnológico e o acordo guarda-chuva entre a nossa agência espacial e a Nasa.

L.L. – Engraçado, eu não estou encontrando aqui a visita do Christopher. Ok?

M.S. – Ok. Nesse comecinho, como é que chegam as pressões norte-americanas para avanço nosso na questão nuclear?

L.L. – Eu diria que era uma espécie de rotina de colocações deles. Não havia uma preocupação maior porque, sobretudo a partir da adesão ao MTCR, acho que o Brasil não era mais visto como um país que estivesse num rumo sub-reptício, num rumo de se dotar de

armas nucleares, ou de vetores de armas nucleares. Então, eles falavam sempre nisso, mas falavam de uma maneira, digamos, que fazia parte dos *briefing books*. Não havia uma pressão especial sobre esse assunto.

M.S. – Certo. E não tinha a percepção, dentro do governo brasileiro, que depois da explosão da bomba indiana, em 94, um caminho possível de... para mostrar a força do Brasil no mundo, inclusive em pleitos outros – como, por exemplo, uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU –, que um artefato nuclear ou a detenção da tecnologia nuclear serviria como recurso de poder importante para o Brasil no século XXI?

L.L. – Não. Da parte do presidente e da minha parte, de forma alguma. Ao contrário, não é? E eu acho que inclusive da parte dos militares tampouco. Mas para o Brasil, a partir de 95, não creio que houvesse mais essa visão, não. Essa visão, eu acho que claramente conflitava com todo o caminho que nós vínhamos seguindo e tudo. E também se mostrava ilusório. Porque eu acho que, em primeiro lugar, o Brasil, se perseguia um caminho de se dotar de artefatos nucleares e tudo, não encontraria nenhuma justificativa em uma situação geopolítica de ameaça. Não havia razão de Estado de segurança que pudesse ser indicada. Em segundo lugar, provocaria uma deterioração das relações com os vizinhos muito forte – a começar pela Argentina – e possivelmente acabaria levando a uma escalada também da parte deles e eles iam ter que reagir de alguma maneira, e seria um desperdício fantástico de recursos de parte a parte, não é? E em terceiro lugar, eu acho que isso nivelaria inclusive. Porque veja, uma situação como a da Índia e o Paquistão: a Índia é um país muito mais forte que o Paquistão, muito mais poderoso, mas a partir do momento em que a Índia se dota de uma arma nuclear, ela se nivela ao Paquistão. Do ponto de vista militar, ela se nivela ao Paquistão. Porque o Paquistão vai lá e se dota também da sua... Então, acabou. A vantagem indiana acabou. Fica nivelado. Quer dizer, como instrumento de superioridade local é uma coisa pouco eficiente.

M.S. – É o contágio, não é?

L.L. – É. Ela funciona como um elemento de poder e como um elemento de dissuasão geral. Mas em um caso de um conflito local, ela, a meu ver, é contraproducente. Na verdade, acaba sendo um desperdício de recurso. Então, não há mais, há muito tempo, ninguém no Brasil que... A não ser um ou outro, alguns autores que ainda falam nisso, mas eu creio que há um consenso nacional a esse respeito, inclusive na Constituição Federal e em todos os acordos que nós temos. Eu não creio que haja dúvida a esse respeito, não.

M.M. – O que explicaria então, ministro, levar mais de três anos para assinar, aderir ao TNP? Porque se havia a clareza que o senhor expôs aí tão bem, por que não logo depois, em 96? Por que foram necessários mais de três anos, ao final do mandato do presidente Fernando Henrique, para finalmente o Brasil...? Teve algum elemento conjuntural que tivesse favorecido ter sido em 98?

L.L. – Não, não.

M.M. – Ou que tivessem dificultado a assinatura, a adesão anteriormente?

L.L. – Não, dificultado não. Mas eu acho que nesse caminho, justamente por ter sido uma coisa tão emblemática de uma autonomia brasileira, de uma postura independente do Brasil, havia uma preocupação de não precipitar as coisas e fazer... acompanhar a própria evolução, as conferências de revisão do TNP e, enfim, os movimentos internacionais de adesão em torno do TNP, para só então tomar uma atitude. Mas não fazer uma coisa precipitada, que poderia dar uma sinalização equivocada da nossa parte.

M.S. – Tem um quesito nesse período que é a questão dos direitos humanos. Os direitos humanos passam a fazer parte da agenda de política externa de maneira bastante forte, inclusive pela imagem do presidente etc. Como é que era, para o Itamaraty, lidar com ONGs na questão de direitos humanos, que tendem a ser bastante abrasivas em algumas situações, sendo que o Itamaraty não estava acostumado a lidar com elas como um ator, como um interlocutor legítimo?

M.M. – Eu vou emendar. Houve a criação, no Itamaraty, do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais.

L.L. – Exato.

M.M. – Esses temas ficaram ancorados nesse departamento?

L.L. – Ficaram. Ficaram sim.

M.M. – Ah, então pronto. Então é isso.

L.L. – O que houve foi que, até pela história pessoal do próprio presidente inclusive, houve uma preocupação muito forte com uma transparência, com uma atitude não adversa. Recorde-se que o presidente foi inclusive o criador de uma ONG importante nessa área, e a ligação dele com dom Paulo Evaristo Arns e com... enfim, todos os amigos e colegas dele nessa militância. Então, uma atitude de receptividade de diálogo era muito importante. As partes mais, digamos, espinhosas dos diálogos não se passavam com o Itamaraty, elas se passavam com o Ministério da Justiça, se passavam com outros órgãos do governo brasileiro, não é? Mas todos os diretores, todos os diretores da Amnesty International, de todas as ONGs importantes, sempre que vinham ao Brasil iam também visitar o Itamaraty. E a criação desse Departamento de Direitos Humanos, de certo modo, foi o gesto, a tradução institucional dessa abertura e dessa preocupação.

M.M. – Eu vejo também, já que estamos falando em estrutura interna do Itamaraty, que é uma coisa que particularmente eu gosto de ver, como que se mudam as estruturas, o senhor criou – eu não sei se criou, mas, enfim – um Núcleo de Divulgação na Secretaria-Geral. E eu fiquei me lembrando do seu papel lá com o ministro Silveira, porque o senhor foi exatamente... Tinha esse sentido? Quer dizer, o senhor retomou essa experiência bem-sucedida que o senhor tinha tido lá com o Silveira?

L.L. – Não, isso não foi uma idéia minha, não. Isso foi do próprio embaixador Rego Barros e foi no sentido de coordenar um pouco essa questão de imagem do Brasil, de informação sobre o Brasil no exterior, das embaixadas e tudo. Era mais nesse sentido. Não foi uma

idéia minha, não. Diretamente, não foi.

M.M. – Essa ação do Núcleo de Divulgação era mais propositiva ou reativa?

L.L. – Não, era mais reativa.

M.M. – Ao que falavam de nós, ao que falavam do Brasil.

L.L. – Isso.

M.M. – Então, respondia. E menos no sentido de dizer: “Olha, agora nós somos outro”. Mais de rebater...

L.L. – Eu confesso que eu nunca acreditei muito nesse tipo de coisa. No nosso caso, não era uma coisa assim... transformada em cavalo de batalha. No caso do regime militar, era muito isso, não é? Os militares tinham essa... “Ah, a imagem do Brasil. É preciso retificar a imagem do Brasil”. A imagem do Brasil é o que cada um faz. É fundada no que cada um está vendo lá, cada um com as suas distorções, os seus preconceitos, os seus prejulgamentos e tudo. Mas não há como... Não existe uma verdade, não existe uma... Existe uma versão de cada um. Então, a idéia de que se possa fazer a transmissão internacional de uma determinada imagem que nós como governo definiríamos é uma ilusão. É uma ilusão que não funciona. Só funciona de maneira muito limitada, não é? A única maneira de mudar a imagem do Brasil é mudar a realidade do Brasil. É a única maneira, não é? Séria, é a única maneira.

M.M. – Mas nesse caso, por exemplo, ter um presidente do perfil do Fernando Henrique vinha muito bem a calhar, nesse sentido de mudar a visão do Brasil.

L.L. – Sem dúvida. Sem dúvida nenhuma.

M.M. – Havia, portanto, um investimento no que o senhor mesmo já falou, em diplomacia presidencial.

L.L. – Ah, sem dúvida.

M.M. – E aí, como era a relação do senhor com o presidente Fernando Henrique? Eu fico me lembrando, conversando até com o Matias, eu me lembro da relação do Geisel com o Silveira, que o senhor tão bem narrou. Como era a sua com o Fernando Henrique? Eram personagens diferentes, personalidades diferentes: o Geisel era uma coisa, o Fernando Henrique é outra...

M.S. – Muito diferentes.

M.M. – Muito diferentes. Mas ambos tinham a idéia de dar o tom do que deveria ser o Brasil. Uma certa construção de uma imagem do Brasil.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Por vias diferentes: o Geisel pela via militar e tal e o Fernando Henrique pela via acadêmica e intelectual. Como é a sua relação com o presidente Fernando Henrique?

L.L. – Olha, ele tinha, ao assumir o governo, um *status* muito único na história dos presidentes do Brasil porque, primeiro, um homem que viveu durante muito tempo no exterior, por força do exílio, falando diversas línguas com muita fluência, com uma grande rede de amigos e de conhecimentos importantes no exterior – políticos, acadêmicos... Então, ele tinha uma credencial pessoal que, acoplada a uma credencial política – eleito presidente da República no primeiro turno, com uma maioria expressiva, com um resultado econômico expressivo... Ele tinha todas as condições para ser um protagonista como nunca nenhum presidente brasileiro tinha tido antes, não é? E eu não tinha – eu tinha já desenvolvido com ele uma relação muito amiga e muito íntima inclusive –, eu não tinha nenhum propósito de competir com ele a esse respeito. Eu tinha, ao contrário, a clara sensação de que ele era o nosso maior ativo, o nosso maior trunfo.

M.S. – Por recurso de poder, não é?

L.L. – Por recurso de poder internacional único que nós nunca tínhamos tido na nossa história. Nenhum outro presidente tinha chegado nem perto dele como fator de prestígio e capacidade de diálogo e presença internacional. Então, não havia, da minha parte, a menor dúvida a respeito, de que ele devia ocupar o plano central e de que eu seria, como aliás é o instrumento constitucional, devia ser um auxiliar dele no desempenho dessa tarefa. E ele também respeitava plenamente a minha autonomia técnica, digamos, sobre o Itamaraty, na medida em que ele me dava uma grande latitude, uma grande confiança para o exercício da política externa de um modo geral, e dava inclusive esse respeito à Casa, no sentido das promoções, que é muito importante em uma carreira, das promoções daqueles nomes que a Casa julgasse importantes. Quer dizer, ele fazia freqüentemente referências muito elogiosas a mim. Em vários discursos ele fez. E eu sempre fui muito leal a ele e muito respeitador dessa preeminência dele como, digamos, a estrela maior da nossa constelação.

M.S. – Do ponto de vista prático, os senhores tiveram um problema gerencial: estavam acostumados a despachar regularmente, quando ele era ministro e o senhor era secretário-geral, e de repente, ele vira presidente da República e o senhor é o ministro de Estado. Como passa a ser a relação do despacho, da decisão? É telefônica? É pessoal? É com base em papéis preparados por sua equipe?

L.L. – Nós, no começo, até trabalhamos um pouco naquele formato Geisel e Silveira, das informações para o presidente. Mas depois... Quer dizer, a nossa comunicação era tão fluida e tão rápida que às vezes ela não precisava nem de muita conversa. Às vezes, em duas ou três frases a gente chegava a um consenso. Nós tínhamos uma visão muito semelhante, muito coincidente das relações internacionais. Então a gente conversava sobre, digamos, os assuntos mais diretamente ligados à posição dele, à inserção dele na política externa, as viagens dele, os contatos presidenciais dele e, naturalmente, as grandes linhas da estratégia e a preparação dos compromissos que ele tinha, que eram muito freqüentes: reuniões de cúpula do Mercosul, reuniões de cúpula na ONU, o Grupo do Rio, o Grupo Ibero-Americano e tudo mais. Então, estávamos sempre em contato. Mas não havia nem sequer

uma rotina de despacho: um dia na semana, uma hora marcada. Quando havia alguma coisa, eu telefonava para ele. E ele sempre, invariavelmente... Inclusive porque tem um telefone que é específico do presidente, não é? Então, só o presidente é que toma a iniciativa de tomar, e o ministro pode usar também o telefone. Então, a gente se comunicava com muita facilidade pelo telefone. E quando havia necessidade, eu ia lá, ou ia mesmo lá no Palácio da Alvorada. Também tínhamos uma relação social muito boa também com as nossas mulheres e nos víamos freqüentemente. A Lenir se dava muito bem com a dona Ruth, e continua se dando. Então, tínhamos uma relação muito ágil e muito fluida que não se prendia a maiores formalismos.

M.S. – Os senhores já tinham conta de *e-mail* nessa época, no comecinho?

L.L. – Eu comecei a ter *e-mail* em 95, sim. Foi quando eu tive. Mas eu não me correspondia com o presidente por *e-mail*, não.

M.S. – Nunca se correspondeu?

L.L. – Não, nunca.

M.M. – Por segurança? Por orientação da segurança?

L.L. – Não. Nunca foi necessário. Nunca foi o caso, não. Eu sempre falava com ele pessoalmente ou por telefone. Não tinha... Às vezes, quando era uma coisa mais delicada e tudo, eu mandava um papel para ele, uma nota, uma informação ou uma coisa assim, mas de um modo geral... Não, *e-mail*, nunca tivemos, não.

M.S. – O assessor diplomático dele tinha um bom *rapport* com o senhor?

L.L. – Muito bom. Era o Gelson Fonseca, um amigo querido meu, sem dúvida, continua... Depois foi o Eduardo Carvalho, e todos os dois com excelente relação. O Gelson é da minha geração, tinha trabalhado comigo já na Secretaria de Imprensa e é um queridíssimo amigo meu da vida toda. Então, eu tinha a melhor relação possível. E o Gelson também não tinha, nem o Eduardo, depois, nenhuma pretensão de ter um *status* próprio, de estar acima do...

M.S. – Do chanceler.

L.L. – ...ou de competir com o ministro, ou de ser, necessariamente, um vínculo, não é? Porque aí poderia complicar as coisas. Mas eles nunca fizeram isso.

M.S. – Como complica, não é?

M.M. – Mas havia uma crítica na imprensa, críticas freqüentes, que o presidente viajava demais.

L.L. – É.

M.M. – Como é que o presidente Fernando Henrique via essas críticas? Alguma vez ele imaginou dizer: “Não, eu vou viajar menos. Você vai ao meu lugar”. Havia essa conversa?

L.L. – Não. O presidente tem a obrigação de viajar, não é? Hoje, não se concebe mais... O Getulio Vargas foi presidente do Brasil quinze anos e viajou duas vezes: foi uma vez ao Paraguai e outra vez, a Buenos Aires. Hoje, é impossível, não é? Hoje, a pessoa que fizer isso marginaliza o seu país. Você vê que o próprio PT, que era quem fazia essas críticas, hoje em dia... O Lula já viajou muito mais que o Fernando Henrique, o que é natural, não há dúvida. Às vezes, o Fernando Henrique se abstinha de certas viagens, quando havia uma situação mais delicada aqui internamente, mas de um modo geral ele fazia isso como parte das suas obrigações. E fazia com prazer também porque ele...

M.M. – Mas viajou... Voltando um pouco para a questão dos resquícios terceiro-mundistas, viajou menos para a África, não é?

L.L. – Ah, sem dúvida.

M.M. – Portanto, era uma questão deliberada, de não...

M.S. – Menos do que o Lula para a África...

M.M. – Sim.

M.S. – ...mas acredito que mais do que o Sarney, por exemplo. Nem sei se o Sarney chegou a ir à África.

L.L. – Não sei. Não me lembro, não. Mas, enfim, tivemos...

M.M. – A África estava um pouco fora, vamos dizer assim, dos investimentos diplomáticos...

L.L. – Eu acho que, em relação à África, eu acho que o Brasil tem uma... tem que ter uma atitude não só positiva como tem que dispensar à África uma atenção grande, pelo fato de a população brasileira em grande parte ser de origem africana e pelo fato de haver uma identidade, uma proximidade cultural marcante. O Brasil não pode dispensar à África... E também não deve olhar a África como apenas um bloco na ONU que vai contar para eleger o Brasil para uma cadeira permanente do Conselho de Segurança. Então, abrir embaixada em tudo quanto é país da África também não faz sentido, na minha opinião. Eu acho que a alternativa tem que ser intermediária. É natural que haja prioridades. A nossa prioridade era a África do Sul e os países de língua portuguesa, que foram os países que foram visitados pelo presidente. Mas o Brasil não pode se afastar da África, ou ter uma posição de política externa que não seja próxima da África.

M.S. – A última pergunta que eu tenho diz respeito a uma última crise que o senhor teve que enfrentar logo no começo, que foi a questão da embaixada brasileira em Bagdá.

L.L. – Eu encontrei já, quando assumi, uma campanha muito forte de um jornal importante

em Brasília, que é o *Correio Braziliense*, contra essas práticas do Itamaraty.

M.S. – Que eram práticas de caixa dois em embaixadas, não é isso?

L.L. – Práticas... Do Itamaraty não é a maneira correta de dizer. Eu acho que eu me expressei mal. Eram práticas da embaixada em Bagdá durante um certo período, especialmente da gestão do embaixador Mauro Couto. Essa campanha era uma campanha insidiosa, uma campanha muito forte, porque ela, na verdade, ela tinha... O gancho era a embaixada em Bagdá, mas, na verdade, era um pouco toda contra a instituição de um modo geral, não é? Havia uma campanha diária, constante, com manchetes grandes, com fotos, com fatos novos todo dia... Era uma coisa realmente sistemática. E foi muito penoso para nós porque, em primeiro lugar, nós não estávamos escondendo nada. Nós estávamos procedendo a um inquérito administrativo normal, que aliás resultou depois na demissão do embaixador e de um outro diplomata, o René Loncan. E em segundo lugar, porque havia um pouco a insinuação de que aquilo era uma prática generalizada e que o Itamaraty tinha um hábito de funcionar um pouco por conta própria, com certa latitude.

M.S. – Essa prática era o que exatamente? Consistia em quê?

L.L. – Essa prática era a de trocar dinheiro no câmbio oficial do governo iraquiano, que era muito mais valorizado do que o mercado negro. Era trocar dinheiro... Quer dizer, comprar dólares no câmbio [oficial] e depois vender os dólares no mercado negro e não no câmbio oficial. Era basicamente isso. E, evidentemente, gerava uma mais-valia. Mas essa campanha se manteve durante cerca de uns dois meses e foi muito penosa, foi muito difícil, porque nós ficamos todos muito acabrunhados com aquilo, não é?

M.S. – Agora, o argumento de que isso era uma prática generalizada é por quê? É porque tinha algo ali?

L.L. – Não.

M.S. – Ou seja: eu imagino que para um embaixador, em qualquer país onde tenha uma mudança entre o câmbio oficial e o câmbio negro, principalmente tendo poucos recursos para gerir a embaixada, a tentação é grande em fazer esse tipo de operação.

L.L. – A tentação pode ser grande, mas não se pode proceder na coisa pública com esse critério, não é? É preciso que haja a observância das... Uma embaixada, ou verbas da embaixada, dinheiro oficial não pode ser tratado com essa ligeireza, não é? Então, havia realmente um equívoco da parte da nossa embaixada lá. Um equívoco, sem dúvida, que foi reconhecido e enquadrado pela comissão lá e virou depois um delito administrativo que foi punido com a demissão dos...

M.S. – O embaixador terminou se suicidando.

L.L. – É verdade. Foi uma coisa dramática.

M.S. – A imprensa chegou a acusar alguma outra embaixada em particular?

L.L. – Não. Acho que não havia nenhum outro caso, não.

M.S. – Certo. Tem algum tema que o senhor gostaria de tocar hoje que a gente não cobriu?

L.L. – É, nós estamos na primeira metade, não é?

M.M. – Ah, tem muita coisa.

M.S. – Estamos na primeira metade do primeiro ano ainda.

M.M. – Não, falta... Imagina! Tem coisa à beça.

L.L. – Eu acho que o importante seria...

M.M. – A que horas o senhor tem que ir? É agora, meio-dia e meia?

L.L. – Não tenho uma hora especial, não. Eu cheguei meio atrasado. Duas coisas que eu acho importante, o seguinte: a definição da diplomacia presidencial, eu acho que resultou de três episódios iniciais que foram muito importantes para firmar a posição do presidente e que também marcaram uma elevação do Brasil nessa hierarquia da importância, da relevância internacional. O primeiro foi a viagem ao Chile. Ele quis fazer uma viagem ao Chile porque o Chile tinha sido o país que o acolheu quando do exílio e tudo e ele tinha um especial carinho pelo Chile. E ele foi recebido pelo Chile de uma maneira muito calorosa e muito afetuosa inclusive. Fomos ao Parlamento chileno... Ele, no automóvel, indo para Valparaíso para falar na sessão especial do Parlamento, ligou para o co-autor com ele do livro *Dependência*...

M.S. – O Faletto.

M.M. – O Faletto.

L.L. – O Enzo Faletto¹³⁴, que era uma pessoa completamente arredia a qualquer coisa pública, não quis aparecer e tudo. Mas o Fernando Henrique conseguiu localizá-lo e falou com ele por telefone. E foi muito emocionante para ele voltar. “Eu estou aqui de volta como presidente do Brasil, Enzo.” Ele ficou emocionado. Foi um momento importante para ele. Mas ele também fez um discurso muito de peso na Cepal¹³⁵, em que ele lançou a idéia de que era preciso que a Cepal estudasse melhor toda essa questão da estabilidade financeira internacional e que houvesse – um tema que depois se tornou um recorrente nas colocações dele –, houvesse um esforço internacional para conter a volatilidade dos capitais, não é?

M.S. – Melhorar a governança do sistema.

¹³⁴ O entrevistado refere-se ao sociólogo chileno Enzo Falleto, co-autor do livro “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, com Fernando Henrique Cardoso.

¹³⁵ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

L.L. – Melhorar a governança do sistema financeiro internacional. Essa, eu acho que foi uma viagem muito marcante. A segunda muito marcante foi a viagem a Washington, que teve lugar em abril, que foi quando justamente eu conheci o Christopher. Por isso é que eu achava que realmente ele não tinha vindo antes aqui, não. O Clinton deu um jantar, um banquete para o Fernando Henrique e teve com ele conversas excepcionais e importantes.

M.S. – A gente vai cobrir elas.

L.L. – E foi muito denso e tudo, muito interessante. Já aí havia uma sinalização, da parte dos Estados Unidos, de que o Fernando Henrique era um interlocutor privilegiado para os Estados Unidos. Não houve nenhum tipo de coerção, nem em matéria de não-proliferação, nem de mísseis, nem... Ao contrário, eu acho que aí já se formou inclusive... Eu acho que o Clinton percebeu o drama que era o problema da volatilidade dos capitais e isso, de certo modo, foi a semente para que, no auge da nossa angústia, ali em 98, quando o Brasil realmente estava a perigo, o Tesouro americano...

M.S. – Ajudasse.

L.L. – ...ajudasse fundamentalmente e evitasse uma falência, ou uma moratória brasileira, não é? Nessa viagem, o Fernando Henrique se expôs muito. Inclusive, teve uma entrevista no Penn Club, que foi televisionada pelo C-Span e tudo, em que ele respondeu longamente. E a idéia de um presidente brasileiro falando um inglês muito articulado, se expondo a uma conversa com toda a imprensa internacional de duas horas ou três horas, televisionada ao vivo...

M.S. – Abertamente, não é? Sem controlar pergunta.

L.L. – ...televisionada ao vivo. Foi uma coisa que marcou muito e ficou muito expressivo, não é? E depois, também, ainda nesse mês de maio, o terceiro fato que marcou muito foi a viagem a Londres. Porque em maio se comemorou os 50 anos da vitória na Europa e o Brasil foi o único país convidado, porque foi o único combatente na Segunda Guerra Mundial, não é? E aí o Fernando Henrique também teve uma... por causa disso mesmo, teve uma visibilidade e um destaque especiais. E eu acho que com isso se configurou muito essa idéia de um presidente muito esclarecido, um homem de cultura e de peso, de um país mais maduro, mais equilibrado do que antes, não é? Eu acho que ele foi, inclusive, um... teve esse efeito, de transmitir ao mundo uma visão mais sofisticada e melhor do Brasil.

M.M. – Mas, de qualquer maneira, o Brasil tinha que fazer o que todo mundo fala: o dever de casa.

L.L. – Claro.

M.M. – Não adiantava o presidente... Muito bom, muito bem, mas tinha que fazer o dever de casa. E o dever de casa, um deles, o mais importante, era a estabilidade macroeconômica.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – O que haveria de importante para a diplomacia brasileira atuar nesse sentido? Quer dizer, qual era a orientação do presidente? No sentido de dizer assim: o que o Itamaraty pode fazer, deve fazer nesse quesito da estabilidade do Plano Real? Havia essa linha de transmissão direta?

L.L. – Eu acho que tem dois aspectos, não é? Um aspecto é o aspecto comercial, essa parte da abertura comercial, que é muito importante e que é uma parte fundamental da estabilidade, da estabilidade dos preços, não é? Nós...

M.M. – Era uma coisa difícilima, não é?

L.L. – É.

M.M. – Porque só o leite da Argentina já deu esse problema todo, não é?

L.L. – Com essas exceções que eu falei, de um modo geral a nossa posição era uma posição mais liberal, não é? Tinha sido na OMC, na própria Rodada Uruguai¹³⁶ e era a posição mais constante que nós defendíamos de um modo geral. Frequentemente, inclusive, em embates internos aqui. O Itamaraty, digamos, estava na ponta. O Itamaraty e a Fazenda também, que tinha uma postura, com o Malan, uma postura mais liberal, não é?

M.M. – Que seriam os neoliberais.

L.L. – É, os neoliberais.

M.M. – Com toda a conotação que havia e ainda há, não é?

L.L. – É. Que é uma bobagem, considerando-se... Esse rótulo de neoliberal é uma das grandes bobagens internacionais. Porque neoliberal é todo mundo: os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Rússia, a China, todo mundo é neoliberal.

M.S. – A China consegue ser neoliberal?! [risos]

L.L. – Todo mundo é neoliberal.

M.S. – Um Estado autoritário?!

L.L. – Como dizia o Fukuyama, o fim da história é esse. O fim da história é que todo mundo é neoliberal.

M.S. – Só falta Cuba agora, não é?

¹³⁶ As negociações no âmbito do antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e hoje na [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) são chamadas de rodadas. As rodadas definem a agenda das discussões entre os membros. A Rodada do Uruguai (1986-1993) foi a que transformou o GAAT na OMC.

L.L. – É, só falta Cuba.

M.S. – E Coréia do Norte.

L.L. – É verdade.

M.M. – Então, a abertura comercial era o...

L.L. – Sim. Mas por outro lado, o fato de... Esse era um argumento muito forte para nos dar respeitabilidade, para nos dar credibilidade internacional, não é? Porque eu me lembro, na época do governo Sarney, você estava conversando e as pessoas sabiam, ou até diziam, que você tinha uma inflação de 80% ao mês. Isso é uma coisa desclassificante, não é? É desclassificante. Quer dizer, se você está nesse jogo, você está fora da primeira divisão necessariamente, não é? Quer dizer, era um trunfo muito importante. Tanto que no próprio discurso na ONU, no primeiro discurso que eu fiz na ONU, eu falei muito disso, não é? Era, sem dúvida nenhuma, o elemento central.

M.S. – E é uma grande inovação também no grande marco da política externa brasileira, tanto o argumento de que reduzir a desigualdade social é recurso de poder como o argumento de que a estabilidade econômica, por si só, ajuda a projetar.

L.L. – Claro. Sem dúvida. Sem dúvida nenhuma.

M.M. – Nessa questão da abertura comercial, como o senhor está falando, havia resistências. Quais eram os setores que encaminhavam demandas de maior resistência à abertura comercial? Chegava ao Itamaraty?

L.L. – De modo geral, os setores mais ligados aos empresários.

M.M. – Então era a Fiesp¹³⁷ mesmo?

L.L. – A Fiesp, sem dúvida. A Fiesp, por definição, não é? Mas dentro do governo, os setores mais receptivos eram aqueles que tinham contato com o Ministério da Indústria e Comércio e o próprio Ministério do Planejamento, não é? O Serra¹³⁸ era o que tinha uma posição mais... menos liberal, sem dúvida nenhuma. Na rivalidade explícita que havia com o Malan, por trás estava muito essa postura em relação à abertura comercial, sem dúvida nenhuma.

M.M. – O senhor chegou a ver essa tensão?

L.L. – Ah, sem dúvida.

¹³⁷ Federação das Indústrias da Cidade de São Paulo.

¹³⁸ O entrevistado refere-se a José Serra, economista e político brasileiro, Ministro do Planejamento entre 1995 e 1996, Ministro da Saúde entre 1998 e 2002, Prefeito de São Paulo entre 2005 e 2006, Governador de São Paulo entre 2007 e 2010.

M.M. – O senhor chegou a vivenciar essa tensão Malan-Serra?

L.L. – Sem dúvida. Sobretudo no contexto da política do setor automotivo, que foi uma discussão longa e muito difícil dentro do governo. Durou dois meses aí muito complicados. A Camex.

M.S. – Muito bem.

L.L. – Muito bem.

M.S. – Muito obrigado.

M.M. – Podemos continuar na próxima sessão.

L.L. – No próximo capítulo.

M.S. – Para quando é que marcamos o nosso próximo capítulo?

M.M. – Hoje eu trouxe aqui a...

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_10_26.03.2008]

6ª Entrevista: 07.04.2008

M.S. – Vamos começar então com as propostas iniciais sobre reforma do Conselho de Segurança, contextualizando a posição do governo Fernando Henrique em relação às propostas que já haviam sido levantadas no começo da década de 90.

L.L. – Bem, 95 marcava o cinquentenário da ONU, e, portanto, parecia a muitos que essa efeméride podia ser o momento justamente para uma revisão importante da Carta, e em particular, do Conselho de Segurança. É claro que o Brasil não podia deixar de se mover nessa ocasião – porque, de todo modo, era um momento propício para que houvesse pelo menos a consideração do assunto –, embora desde antes da posse do presidente e eu tivéssemos conversado sobre o assunto e tivéssemos concordado que aquilo não devia ser uma obsessão brasileira e nem sequer devia ser a prioridade número um para nós, porque nos parecia que havia questões mais importantes, como o Mercosul, como o relacionamento com os vizinhos, como o relacionamento com os Estados Unidos, que tinham uma preeminência maior na nossa lista de prioridades para a política externa. Mas a verdade, eu acho que é importante dizer, pelo menos desde Jânio Quadros, quer dizer, desde a Política Externa Independente, é que a ONU se tornou um cenário para uma política externa de cunho freqüentemente antiamericano e de cunho, digamos, independente entre aspas, no segmento da linha inaugurada por Jânio Quadros e Afonso Arinos¹³⁹, e depois, San Thiago

¹³⁹ O entrevistado refere-se a Afonso Arinos Melo Franco, político e escritor, membro da Academia Brasileira

Dantas¹⁴⁰ e o próprio Araújo Castro¹⁴¹, no seu momento. E isso vinha à tona e se manifestava em numerosas resoluções, por exemplo, contra Israel; em numerosas resoluções contra os próprios Estados Unidos, de condenação à política americana, e freqüentemente a ONU era inclusive utilizada pelo bloco soviético – no passado, evidentemente, antes de 89 –, era utilizada como uma caixa de ressonância para as suas atitudes propagandísticas da União Soviética em particular. E a mim, que tinha servido inclusive na ONU e tinha tido muita decepção com a Organização, sobretudo na área econômica, pela sua falta de objetividade e de resultados, sempre me pareceu que o Brasil não devia ser um setenta e sete avos, ou um país mais na frente dos países não-alinhados, ou dos países em desenvolvimento, mas que o Brasil tinha que ter, pelo seu tamanho, pelo seu porte, pela significação da sua economia, tinha que ter uma linha própria e não podia, portanto, se filiar a blocos, como é a tendência nas Nações Unidas. Então, de certo modo, a busca do Conselho de Segurança, pela cadeira permanente no Conselho de Segurança, é vista pelos que a defendem como uma espécie de coroamento dessa política. E a nós parecia que não era assim e que não era importante dar esta ênfase, digamos, *onusiana* à nossa política externa. Mas, como eu disse, quando o assunto passou a chegar a uma transcendência tal que parecia que ia desembocar, porque havia todo um grupo de trabalho importante, presidido pelo embaixador Razali¹⁴², da Malásia, que atuava muito fortemente, nos pareceu que não era possível deixar de participar da situação, procuramos evitar a criação de problemas regionais. Naquela ocasião, na nossa região, o problema maior era a Argentina. O México ainda atuava sob a concepção de que não era conveniente para o México participar do Conselho de Segurança como membro permanente porque aquilo levaria a freqüentes problemas com os Estados Unidos e porque aquilo levaria o México a ter que se envolver em questões que não eram da sua alçada e seu interesse primordial. Um raciocínio, aliás, muito coincidente conosco, que era esposado pelo chanceler Manuel Tello¹⁴³, meu amigo pessoal – ele tinha sido meu colega em Genebra –, e que era, inclusive, filho de um grande ministro mexicano dos anos 50. Mas a Argentina tinha, naquele momento, uma aspiração muito forte nesse sentido, e os responsáveis pela chancelaria argentina, sobretudo o secretário-geral, o vice-ministro Petrella¹⁴⁴, tinha uma posição muito forte a esse respeito, e a Argentina estava em um momento de afirmação, em um momento de estabilidade, em um momento de prestígio internacional – o primeiro mandato de Menem¹⁴⁵ – e havia, portanto, um desejo explícito da Argentina também de obter essa

de Letras, Ministro das Relações Exteriores em 1961 durante o Governo Jânio Quadros, quando inaugurou a fase chamada Política Externa Independente. Ocupou novamente o posto de Ministro das Relações Exteriores durante o governo parlamentarista de Francisco Brochado da Rocha (1962)

¹⁴⁰ O entrevistado refere-se ao advogado e político brasileiro, San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores em 1961 e 1962.

¹⁴¹ O entrevistado refere-se ao advogado e diplomata brasileiro, João Augusto de Araújo Castro, Ministro das Relações Exteriores durante o Governo João Goulart, entre 1963 e o golpe de 1964.

¹⁴² O entrevistado refere-se a Razali Ismail, diplomata malaio, Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas entre 1996 e 1997.

¹⁴³ O entrevistado refere-se a Manuel Tello Macías, Secretário das Relações Exteriores do México em 1994, embaixador do México nas Nações Unidas entre 1993 e 1994, e novamente entre 1995 e 2001. Filho do diplomata mexicano Manuel Tello Baurraud, duas vezes Secretário de Relações Exteriores do México.

¹⁴⁴ O entrevistado refere-se ao diplomata argentino Fernando Petrella, Vice-Ministro das Relações Exteriores da Argentina durante o Governo Menem.

¹⁴⁵ O entrevistado refere-se a Carlos Menem, presidente da Argentina (1989-1999).

representação. E a Argentina então concebeu, junto com outros países, a idéia – que foi uma idéia tipicamente da ONU, de encontrar uma maneira de contornar uma dificuldade frontal –, que era a de estabelecer uma espécie de rodízio na cadeira, em que dois países, ou três países tivessem a titularidade da cadeira, mas que o exercício do mandato fosse feito alternadamente, em um período de anos a ser definido. Nós sempre dissemos que isso não nos parecia uma fórmula adequada e sempre recusamos essa idéia, mas essa idéia, naturalmente, tinha atrativos para outros países sul-americanos, inclusive porque permitiria a eles, pelo menos durante um certo tempo, sentar na cadeira, coisa que, se fosse uma escolha individual de um só país, não poderia acontecer. Países como o Chile, como a própria Colômbia e até certo modo, o Peru e outros poderiam, eventualmente, em um rodízio, ser agraciados com uma representação acima do seu peso específico normal, não é? Então, esse momento, esse ano de 95 e essa 50ª Assembléia Geral, só fez excitar os ânimos. E de qualquer modo, nós resolvemos fazer uma avaliação, conversando com os principais atores, os principais decisores inclusive. Então, eu tive longas conversas com os americanos, com os franceses, com os próprios ingleses e também com os japoneses em um certo momento, e ficou para mim muito claro que, malgrado uma certa retórica da parte da França e talvez até da própria Inglaterra, os outros países todos tinham um problema muito sério: os Estados Unidos tinham um problema sério porque não desejavam ampliar o Conselho de Segurança, ponto; e os outros, a China, por exemplo, tinha o problema do Japão – a querela histórica da China com o Japão, que vem dos anos 30, estava muito longe de ser absorvida, como não está até hoje, e era um impedimento fundamental –; o problema da rivalidade Índia-Paquistão, que estava muito vivo ainda naquele momento, muito mais do que hoje, também era visto como sendo um impedimento seriíssimo; o problema da representação africana, por outro lado, também parecia muito sério, embora com o Mandela e a África do Sul pós-apartheid tivesse uma autoridade especial, mas era difícil não contemplar o Egito, ou não contemplar um árabe, ou não contemplar a Nigéria. Enfim, o assunto era um quebra-cabeça de grande grandes proporções, e nós rapidamente verificamos que gastar muito capital diplomático nessa investida para obter a cadeira seria um certo desperdício de recursos e, a partir desse momento, começamos a baixar o tom – já em 96, já começamos a baixar o tom fortemente –, porque ficou claro que o grupo Razali e todos os esforços da ONU não iam resultar em uma solução, e a prova disso é que até hoje continua esse impasse e hoje nem sequer há clima para agitar essa questão. No fundo, é apenas uma retórica que volta permanentemente. Mas dificilmente há clima para isso.

M.S. – O senhor diria que a decisão de baixar o tom tem o componente de aprendizagem com o Mandela? Tem uma documentação bem interessante, em que vocês têm conversas com os sul-africanos, e tem resistência do próprio Mandela em lançar mão de seu prestígio pessoal. O próprio Mandela relutava em se engajar em uma luta que ele poderia perder facilmente. O senhor acha que o cálculo, do Fernando Henrique em particular...

L.L. – Eu acho que sim. Eu estive na África do Sul nos primeiros seis meses de governo e conversei muito com eles, especialmente com o vice-ministro, que era a pessoa... O ministro era uma figura um tanto, digamos, decorativa, mas o vice-ministro, o Aziz Pahad, que, aliás, continua como vice-ministro até hoje, era um homem muito próximo ao Mandela e muito articulado e tudo. E a gente sentia claramente que a África do Sul relutava em se

bater por essa questão porque estavam muito próximas ainda as feridas todas das lutas do regime sul-africano contra outros países e havia, enfim, um capital de boa vontade imenso com a África do Sul, mas que a África do Sul não achava que devesse gastar nessa questão.

M.S. – Como era a percepção dos outros membros do que hoje é o G-4? Em algum momento vocês consideraram que aquilo poderia ser uma plataforma efetiva para avançar pelo menos concepções de mudança? Ou em nenhum momento...?

L.L. – Não, consideramos sim. Inclusive, no final do ano de 95, eu estive no Japão e tive conversas boas com os japoneses e parecia que, com o peso da Alemanha, que estava muito engajada naquele momento, e com o peso do Japão e com a Índia também se mobilizando mais nessa questão, que era, afinal de contas, um grupo forte de países, pelo menos para barrar a idéia da rotatividade e para aproximar de um perfil de uma definição se e quando houvesse condições políticas para tomar uma decisão a esse respeito.

M.S. – Em relação ao antiamericanismo, um dos problemas que o senhor mencionou é o fato de que ocupar uma cadeira permanente levaria, necessariamente, a rugas com os Estados Unidos que não necessariamente diziam respeito ao interesse nacional brasileiro. Em algum momento chegou a ser considerada a possibilidade de o Brasil ter um papel moderador desse antiamericanismo latente dentro da ONU? Ou nunca se achou que valeria a pena...?

L.L. – Não, nunca se achou que valeria a pena. Porque, de certo modo, seria um pouco inútil, não é? Quer dizer, é do espírito da Organização ter uma postura avassaladora. Porque é uma questão de números basicamente, não é? Quer dizer, os países se sentem muito fortes em votar resoluções na Assembléia Geral que são resoluções que não têm caráter mandatório, mas que têm números expressivos. Então, freqüentemente, os Estados Unidos perdem, sei lá, de noventa a dois, cento e vinte a três, coisas assim, e aquilo dá um certo prazer, uma certa satisfação. Mas é impossível tentar moderar aquilo. É inteiramente impossível tentar moderar. Não há espaço para um papel moderador, não.

M.S. – Agora, se esse é o diagnóstico e se sabia em Brasília que geraria muitos problemas regionais, um avanço, por que mencionar o tema? Por que não deixar passar a oportunidade do aniversário?

L.L. – Porque também o Brasil não podia e não pode ser percebido como um país que está renunciado a algo que, afinal de contas, é um altíssimo prestígio, não é? Então, nós baixamos o tom, mas nunca dissemos que não éramos candidatos ou que não aceitaríamos uma candidatura porque simplesmente ser percebido como estando em uma lista pequena como sendo um forte candidato à expansão, mesmo que ela não venha a ocorrer, de qualquer modo, já acrescenta ao país, já é um fator positivo.

M.S. – Está ótimo. Bom, acho que podemos ir para Israel.

M.M. – Sim.

L.L. – Israel é um caso específico um pouco desse antiamericanismo. Ou não propriamente

do antiamericanismo, mas desse espírito geral da ONU. Porque na verdade, desde o momento da aprovação, em 1947, da partilha da Palestina, os delegados árabes, que eram numerosos na Assembléia Geral presidida por Oswaldo Aranha¹⁴⁶, saíram do plenário na votação e disseram que as fronteiras seriam traçadas com sangue, não é? Então, o contexto na ONU sempre foi esse, mesmo quando em um certo momento, nos anos 60, quando a ONU tentou encontrar um caminho, digamos, de objetividade, de busca da paz e tudo, com a Resolução 242, que era uma resolução que tinha um peso específico – e o Brasil participou inclusive da sua redação –, de um modo geral, o tema Israel era tratado como era tratado o tema de Portugal colonial, ou o tema da África do Sul, do apartheid. Israel é um pária nas Nações Unidas e sempre foi, de um modo geral, condenado, porque os árabes tinham não só a massa como tinham lideranças muito vocais, particularmente no Egito, e em outros países, como a Síria, que tinham o apoio também do bloco soviético de um modo geral, até um certo ponto. Então, aquilo era uma força considerável. Então, isso fazia com que, embora o Brasil tivesse uma forte ligação com o povo judeu e tivesse, através de Aranha, participado da partição da Palestina, da criação do Estado de Israel, em 48, não houvesse nenhuma visita, não houvesse nenhum contato oficial praticamente do Brasil com Israel. Nenhum ministro brasileiro, nenhuma autoridade brasileira tinha visitado Israel. Aliás, não tinha visitado o Líbano tampouco.

M.M. – E não havia um certo ressentimento de Israel porque o Brasil, nos anos 70, apoiou abertamente as posições pró-Palestina, até por...?

L.L. – Havia.

M.M. – Não havia?

L.L. – Havia sim. Havia. Até justamente o início do choque do petróleo, quando houve uma guinada marcante na nossa política externa por uma questão imperativa, de circunstâncias: o suprimento de petróleo nosso dependia dos árabes. Houve uma guinada pró-árabe na nossa posição, em 74, muito claramente. E isso, evidentemente, era percebido por Israel.

M.S. – Reforçada pelo voto sionista, não é?

L.L. – Reforçada muito pelo voto sionista, que foi um grave choque, foi um grave impacto e que, ao meu ver, foi um erro considerável. Foi o único grande erro da gestão Silveira durante a presidência Geisel, porque aquilo, no fundo, não tinha razão de ser. O Brasil não tinha porque se colocar naquela postura naquele momento. E só se colocou um pouco nessa base da grande onda árabe na ONU e tudo e dessa preocupação nossa com...

¹⁴⁶ O entrevistado refere-se ao político brasileiro Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1930-1931) e Ministro da Fazenda (1931-1934) durante o primeiro Governo Vargas. Chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947. Em abril do mesmo ano, presidiu a I Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU. Ainda em 1947, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

M.S. – E da resposta norte-americana intempestiva para o Brasil mudar de voto.

L.L. – Exato.

M.S. – O senhor diria que o voto sionista maculou as relações ao longo de todo esse período, até a década de 90? Ou os israelenses nem sequer lembravam?

L.L. – Não, eu acho que sim.

M.S. – O ministro israelense tinha isso no *briefing* dele quando lhe encontrava?

L.L. – Não, não tinha. Mas eu acho que raramente havia encontros. Sequer havia encontros. O que freqüentemente havia... Eu não sei antes da minha gestão, mas o que havia freqüentemente eram reuniões com os grupos... o B'nai B'rith¹⁴⁷, os grandes *lobbies* pró-Israel nos Estados Unidos, que sempre procuravam a delegação brasileira solicitando apoio para as suas posições, as posições antiárabes de um modo geral, não é?

M.S. – Tinha *lobby* significativo judeu aqui no Brasil?

L.L. – Tinha. Mas ele não atuava de uma maneira... Quer dizer, sabidamente tinha. Inclusive, o próprio presidente Fernando Henrique é muito ligado pessoalmente a uma série de organizações, inclusive é presidente de honra do Instituto Cultural Judaico... do Centro Cultural Judaico¹⁴⁸, em São Paulo, e tem muitas ligações. Mas isso não... Não atuava fortemente nesse sentido, não. O que eu acho que era muito importante era o fato de que naquele momento havia uma janela para a paz. Porque o processo, que tinha começado em Oslo secretamente, uma negociação que os noruegueses tinham patrocinado, tinha desembocado na reunião de Madri, com vários países, e havia um processo de diálogo em marcha que, tudo indicava, ia levar a bom termo. Então, eu achei, e o presidente me apoiou inteiramente, que era o momento justamente de fazer um gesto de ir a Israel, fazer um gesto e conversar com as lideranças israelenses naquele instante.

M.S. – O senhor chegou a conversar sobre isso com os americanos, na preparatória para ir para lá?

L.L. – Não. Não cheguei, não.

M.S. – Porque esse é o momento em que a Casa Branca está apostando pesado. É bem interessante.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – É como se a abertura norte-americana tivesse limpado o nosso caminho para avançar, não é?

¹⁴⁷ B'nai B'rith é uma organização internacional judaica fundada em 1843, voltada para o âmbito dos direitos humanos e do combate ao anti-semitismo. (fonte: /www.bnaibrith.org)

¹⁴⁸ O entrevistado refere-se ao Centro da Cultura Judaica

L.L. – Sem dúvida. Mas não conversei, não. Não tenho nenhuma lembrança de ter conversado sobre esse assunto, não. O que me impressionou lá, e eu tenho anotações aqui a esse respeito, foram basicamente duas coisas. Em primeiro lugar, Jerusalém, não é? Jerusalém é um impacto muito forte. Não sei se conhecem Jerusalém. Jerusalém é uma cidade muito impactante, sobretudo vista de longe, porque tem aquele Dome of the Rock, a Mesquita Dourada, e aquele perfil, e as muralhas, e aquela cor ocre da cidade. É uma cidade muito impactante. E a gente sente ali muito o peso da história de 3.000 anos. Histórias de lutas e conflagrações. É uma cidade que tem uma aura muito forte, não é? E eu fui recebido por Shimon Peres¹⁴⁹, que estava no seu auge naquele momento. O Shimon tinha um enorme prestígio internacional, tinha recebido o Prêmio Nobel da Paz e era um homem não só muito sedutor como muito convincente, não é? Ele tinha uma certeza, naquele momento, de que o processo de paz era irreversível e ia caminhar para uma paz duradoura, definitiva, não é? Tanto ele quanto o primeiro-ministro, que era o Yitzhak Rabin¹⁵⁰, não é? Eles eram figuras complementares, porque o Shimon Peres era um pensador, um filósofo da paz, e o Rabin não, o Rabin era um general, um herói de guerra, um vencedor de duas guerras e que estava ali para executar um plano mestre que ele tinha em mente, que ele tinha... Ele sabia inclusive que ia ser muito difícil de vencer, mas que tinha uma determinação e uma coragem muito grande. Ele por exemplo me falou... Eu tive uma longa entrevista com ele, eu tenho inclusive fotos disso, no gabinete do primeiro-ministro, em que ele me disse que sabia que ia ter que evacuar os 100 mil colonos judeus do West Bank e que aquilo seria uma dificuldade terrível. Nós vimos depois, muitos anos depois, como foi em Gaza, não é? Mas ele sabia que aquilo ia ter que ser feito e que era preciso ir em frente, e estava absolutamente determinado a fazê-lo, não é? E havia, portanto, essa complementaridade que era muito interessante, entre os dois. E eu estive, paralelamente, também em Gaza – porque não era possível ir só a Israel, tinha que ir também a Gaza –, onde estava o Arafat. Inclusive, ele me recebeu para almoçar e tudo. E a gente via que o Arafat estava ali como em uma gaiola pequena, porque ele era um homem de uma grande projeção internacional, um guerreiro, e também um conciliador ali entre cristais muito cortantes, mas estava ali preso em uma terrinha miserável e inviável como é Gaza, um lugar muito patético, um lugar muito triste, muito sem perspectiva. E ele continuava a manter um certo *panache*, uma pose, e estava também bastante engajado no processo de paz. Ele não tinha talvez a mesma fé, a mesma assertividade que tinha o Shimon Peres e o Rabin, mas, de qualquer modo, ele fortemente manifestava também o seu compromisso com Oslo e com o acordo de Madri. E naquele momento, também... Eu tive vários contatos lá em Israel, inclusive com a oposição, o Netanyahu, mas o que me impressionou mais foi uma avaliação do Serviço de Inteligência de Israel. Eles vieram para conversar, porque o governo planejou assim, o Shimon Peres pediu e vieram oficiais da inteligência militar, da inteligência israelense, para fazer um quadro, e o que eles me disseram é que Israel tinha uma posição extremamente forte militarmente, tecnologicamente e economicamente, mas que eles viam que crescentemente o

¹⁴⁹ O entrevistado refere-se ao político israelense, Shimon Peres, três vezes Primeiro Ministro de Israel (1977; 1984-1986; 1995-1996), Presidente de Israel eleito em 2007; ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1994.

¹⁵⁰ O entrevistado refere-se ao político e general israelense, Yitzhak Rabin, ganhador do Prêmio Nobel em 1994, juntamente com Shimon Peres e Yasser Arafat.

fundamentalismo ia mobilizando massas cada vez mais numerosas de árabes e que aquilo ia ser a principal ameaça, muito mais do que a ameaça antiga, que era a ameaça dos Estados, haveria uma ameaça das populações, inclusive nos territórios ocupados e tudo e que...

M.S. – A *jihad* era o maior problema, não é?

L.L. – Aquilo é que era o grande problema. Agora, também me referiram, e eu tenho anotado aqui nas minhas notas da época, que eles consideravam que a principal preocupação de Israel a médio prazo tinha que ser uma bomba atômica iraniana. Eles falavam disso. Foi em agosto de 95, portanto, lá se vão quase treze anos, não é? E eles disseram que em cinco ou dez anos o Irã poderia vir a ter uma bomba nuclear e que isso poderia desestabilizar a região completamente.

M.S. – Embora isso fosse uma ameaça estatal, não é?

L.L. – Exato. Isso não ocorreu até agora, mas, de qualquer modo, é um fator que está lá e que mostra como, desde aquele tempo já, o Serviço de Inteligência de Israel, o governo de Israel, tinha a percepção do perigo que seria uma bomba iraniana, não é?

M.M. – Qual era a expectativa que eles tinham, tanto o Arafat quanto os israelenses, da participação brasileira nesse processo de paz? Imaginavam o quê? Que o Brasil levaria os outros países da América do Sul? Qual seria a importância que eles...?

L.L. – Não, eu acho que ninguém julgava que o Brasil pudesse dar uma contribuição direta e importante. Apenas um apoio, um apoio político nas Nações Unidas, um apoio político no cenário internacional de um modo geral, mas não... Desempenhar um papel, eu creio que não. Isso, até hoje se colocam. Frequentemente me perguntam. Recentemente, inclusive, eu escrevi um artigo para uma revista de uma associação israelense, a Associação Religiosa Israelita, a ARI, uns judeus liberais aqui no Rio de Janeiro, e a pergunta que eles me faziam era isso, que papel pode o Brasil desempenhar? O Brasil pode desempenhar um papel muito pequeno, muito relativo.

M.M. – Porque a comunidade judaica, além de ser pequena no Brasil, ela não tem uma...

L.L. – Não. Nem a colônia árabe, que é até mais numerosa, não tem uma mobilização política nesse sentido, que aliás é uma boa coisa, não é? É uma boa coisa, não é? Não há tensões nesse campo aqui no Brasil.

M.S. – A partir desse momento, a orientação dentro do Itamaraty em relação às votações das Nações Unidas em questões relativas a Israel mudou? Ou a visita não teve um impacto de consequências para a política externa brasileira?

L.L. – Não, ela não chegou a ter um impacto maior porque dois meses depois... Judeu, fanático religioso judeu, que sabia que aquilo iria levar inclusive a essa evacuação dos 100 mil colonos e outras coisas muito duras, não é? Então o processo foi virtualmente interrompido. A partir daí, foi virtualmente interrompido. Não houve mais um *follow up*, nem na ONU e nem diretamente.

M.S. – Quando se decidiu fazer a viagem, teve algum cálculo sobre os custos que isso poderia trazer do ponto de vista do relacionamento com os árabes?

L.L. – Não. Não teve, não. Porque o momento, como eu disse, o momento era particularmente... Quer dizer, a visita não indicava uma aproximação de um lado contra o outro lado. Tanto que eu fui superbem recebido pelo Arafat em Gaza. Não tinha um antagonismo de nenhum modo, de nenhuma parte, não é? Não houve reação negativa nenhuma.

M.S. – Está ótimo.

M.M. – Qual é o outro?

M.S. – China.

M.M. – Ah, a China!

M.S. – A visita para a China.

L.L. – Nós estivemos na China no fim do ano de 95. E o presidente fez questão de visitar a China porque, também desde o início, nos pareceu que seria muito importante um diálogo e um bom relacionamento com a China.

M.M. – Mas aí tinha um conteúdo forte econômico já, comercial, não é?

L.L. – Tinha.

M.M. – Não apenas um caso de uma aproximação política. Não. Aí tinha um conteúdo comercial forte, não é?

L.L. – Tinha. E estavam já em marcha alguns projetos, inclusive o projeto do satélite Brasil-China, o Cbers¹⁵¹, e outros projetos importantes. Mas o que havia sobretudo era que a China tinha dado sinais, desde os anos 80, de que dava uma importância grande ao Brasil. Basta ver que isso hoje não é mais na mesma intensidade, a que fazia o contraste. Quer dizer, naquele seu momento, em que a China estava se reencontrando com o mundo, com o pragmatismo de Deng Xiaoping¹⁵², por exemplo, houve a visita do presidente Sarney lá, em 1987, se não me engano. Eu não participei dessa visita. E nesse momento, o Deng Xiaoping disse pessoalmente ao Sarney que a China atribuía grande importância à parceria com o Brasil, que o Brasil devia ser um parceiro estratégico da China. Depois nós tivemos aqui a visita do Secretário-Geral do partido, tivemos a visita de primeiro-ministro, tivemos, enfim, uma visita... Todos os integrantes do Politburo, do principal círculo de poder, vieram ao

¹⁵¹ Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

¹⁵² O entrevistado refere-se ao político chinês Deng Xiaoping, principal líder político Chinês entre 1978 e 1992, cujas teorias pragmáticas no campo da política e economia possibilitaram o desenvolvimento de uma economia de mercado mantendo o sistema político socialista.

Brasil. E nós não tínhamos retribuído. Desde a ida do Sarney, não tinha havido uma visita equivalente. Mesmo nos anos de transição, quer dizer, nos anos [do governo] Itamar e tudo, eles vieram aqui: o Jiang Zemin tinha vindo ao Brasil, e mesmo o seu antecessor, cujo nome eu não me lembro. Aquele que caiu depois do... da praça Tiananmen. Como era?

M.M. – Hua¹⁵³...

L.L. – Era o homem da abertura, não é? Ele tinha estado no Brasil pouco antes. Mas, enfim, todos eles tinham vindo aqui, o que indicava que a China considerava o Brasil como um elefante do seu tamanho, do seu tope, e que era capaz de atitudes altivas frente às superpotências, mas que era um fator também de muita relevância para a China como um supridor de alimentos, de minérios, de tecnologia e que não ameaçava de modo nenhum. A China tinha lá uma esfera de influência completamente diferente da nossa. Então, a avaliação deles era de muita confiança e de muita descontração e eles davam claramente importância grande à construção dessa parceria.

M.S. – Agora, não era uma parceria com objetivos político barra geopolíticos.

L.L. – Não.

M.S. – Não era uma parceria estratégica nesse sentido porque a gente não tinha peso suficiente.

L.L. – Não.

M.S. – Era uma relação comercial...

L.L. – Nem eles tinham naquele momento. Eles também não tinham.

M.S. – Nem eles tinham.

L.L. – Não.

M.S. – Exato. O que é interessante da documentação desse período são as avaliações da embaixada brasileira lá e da imprensa na época, *The Economist*, por exemplo, que considera a possibilidade de a China colapsar economicamente. Os termos do debate são bastante diferentes dos termos de hoje.

L.L. – É.

M.S. – E os Estados Unidos, nesse período, têm uma relação muito conflitiva com a China. Isso chegou a fazer parte das conversas com os Estados Unidos, sejam suas com a Albright¹⁵⁴ ou do Fernando Henrique com o Clinton?

¹⁵³ O antecessor de Jiang Zeming foi Deng Xiaoping e antes dele [Hua Guofeng](#).

¹⁵⁴ O entrevistador refere-se a Madeleine Albright, Secretária de Estado dos Estados Unidos, durante o

L.L. – Não. Mas fez parte, sim, das conversas com os chineses. Os chineses falavam sempre muito, sobretudo por causa de Taiwan, que era a grande obsessão deles e tudo. Eles sabiam que Taiwan tinha o pleno respaldo americano e que aquilo era um fator muito delicado e tudo, e por aí é que eles introduziam o assunto. Mas nunca nos convidaram para ter uma postura comum, nem para fazer qualquer tipo de gestão... Mesmo porque os americanos muito rapidamente evoluíram para uma posição mais positiva, não é? A posição negativa tinha sido muito fruto do Tiananmen, não é? Tinha havido uma reação contra a repressão em Tiananmen¹⁵⁵ forte. E depois isso foi se tranquilizando, até que o Clinton fez aquela grande viagem, em que passou lá nove dias ou dez dias e foi a vários lugares e tudo e abriu um momento novo, não confrontacional, com a relação com a China.

M.S. – Houve alguma mudança de percepção brasileira, ou mesmo de política, em relação a Taiwan? Ou a viagem para a China não afetou a postura tradicional brasileira?

L.L. – Não, o que houve em relação a Taiwan foi que nós estávamos apostando cada vez mais em uma relação comercial vigorosa com Taiwan. Nós tínhamos estabelecido lá um chamado escritório comercial, que na verdade era uma embaixada que os chineses sabiam perfeitamente. Nós tínhamos conversado com os chineses...

M.S. – Eles não reclamavam?

L.L. – Não. Eles sabiam. Era um jogo de carta marcada, não é? Era um escritório... Isso tinha ocorrido... Eu tinha negociado isso ainda como subsecretário, na década de 80. Os chineses praticavam isso, desde que não houvesse, digamos, rótulos, como chamar de embaixada, ou de qualquer modo reconhecer a independência e uma autonomia de Taiwan. Eles não se importavam, mesmo porque eles próprios tinham um comércio significativo com... Agora, com essa nova eleição, surgiu uma outra perspectiva, de completa distensão, mas naquele momento ainda era muito crispada a relação. E esse era o problema principal deles.

M.S. – Naquele momento, tinha a possibilidade... Eu não sei se possibilidade, mas estava no debate político brasileiro a questão da reforma do Conselho de Segurança. Não estava ainda na mesa a possibilidade de uma reforma do G-7 para incluir China e Brasil. Chegou a haver alguma conversa desse tom na China, sobre a governança global e o lugar do que aquilo que a gente viria a chamar de BRICs¹⁵⁶ poderia ocupar no novo cenário internacional? Ou ainda estávamos muito longe dessa...?

L.L. – Não. Eu acho que não. Eu acho que nem a China nem nós ainda estávamos pensando em uma situação dessas. A China ainda era, mesmo em 95, um país muito atrasado. Nós estivemos em alguns lugares fora de Pequim e você via que a China tinha ainda muito

Governo Clinton, entre 1997 e 2001.

¹⁵⁵ O entrevistado refere-se ao Massacre da Paz Celestial (1989), quando foi suprimida violentamente uma manifestação popular contra o governo chinês, o tema ganhou repercussão internacional.

¹⁵⁶ Sigla que se refere aos países Brasil, China, Rússia e Índia, classificados em conjunto pelo alto índice de crescimento econômico que apresentam, o termo foi criado pelo economista inglês Jim O'Neill.

terreno a fazer. Quer dizer, a modernização da China era um fenômeno recente. Ainda tinha muita bicicleta, ainda tinha muita moradia de má categoria em torno de Pequim, as cidades do interior ainda estavam muito poluídas, muito desarrumadas, feias e tudo. Eu acho que a China não tinha ainda a autoconfiança que passou a ter nos últimos cinco anos, por exemplo.

M.S. – Claro.

M.M. – Mas havia a percepção de que ela poderia... da parte da diplomacia brasileira e das autoridades econômicas brasileiras, de que a China poderia vir a ser uma grande fornecedora de produtos industriais a baixo preço, e nesse sentido, em alguns setores, concorrer com a indústria brasileira, por exemplo?

L.L. – Sem dúvida. E já havia inclusive uma forte entrada aqui de uma série de produtos e havia uma grande preocupação já. Porque a nossa abertura era recente, não é? Especialmente na área de têxteis e na área de confecções, já havia uma grita muito forte dos industriais brasileiros, que depois eu vim a tratar com a senhora Wu Yi, que hoje é vice-primeira-ministra e que na época era ministra do Comércio. Ela veio aqui ao Brasil um ano depois dessa visita do presidente e nós tivemos uma conversa difícil, dura, porque ela disse que não compreendia que o Brasil estivesse tratando os produtos chineses de uma maneira muito pesada, com uma posição de salvaguardas e taxas antidumping e que ela precisava fazer um apelo para que nós revíssemos essa coisa e deixássemos os produtos entrarem melhor. E eu aí disse a ela: “É, minha senhora, mas nós temos, aqui no Brasil, produtores, por exemplo, de camisetas que se queixam que os produtos chineses vêm aqui custando vinte centavos, trinta centavos cada camiseta. A senhora compreende, isso é impossível. No Brasil, ninguém consegue produzir por esse preço”. Aí ela teve uma reação muito engraçada, que mostra um pouco esse lado autoritário deles, não é? Ela disse: “Quem é que está exportando isso para o Brasil?! Me dá o nome do exportador que eu vou mandar a polícia lá. Eu vou mandar a polícia fazer uma batida na fábrica desse pessoal”. [riso]

M.M. – Mas por outro lado, esses têxteis baratos, essas roupas baratas ajudaram muito o Plano Real.

L.L. – Claro. E tem muita gente que adora, é evidente. Não só os consumidores como os importadores, não é? Então, se a indústria sofre... E é por isso que o governo brasileiro sempre teve uma posição um tanto ambígua a esse respeito e não reprime completamente, não.

M.S. – Já que o senhor mencionou o autoritarismo, uma das tensões óbvias aí nessa viagem é a questão dos direitos humanos, não é? A era Fernando Henrique, principalmente esse começo, marca uma distinção clara: os direitos humanos viram um tema de política externa. Entretanto, conversar com os chineses sobre isso é um *non-starter*.

L.L. – É.

M.S. – Como foi isso?

L.L. – Não foi tratado, não. Eu não tenho nenhuma lembrança nem tenho nenhum registro de que esse assunto tenha sido tratado. Porque essa questão era sobretudo colocada por nós em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos, mas não era tratada bilateralmente. Até porque isso, evidentemente, ia azedar completamente a conversa com os chineses, e o propósito lá não era esse, não é?

M.S. – Claro.

M.M. – Bom, a visita do Zemin¹⁵⁷, uma das visitas, coincidiu com uma crise séria que foi a da invasão do espaço aéreo chinês por avião norte-americano. Qual a repercussão? Como combinar essa situação com exatamente a idéia de expandir o negócio da China e, ao mesmo tempo, querer ter a confiança dos Estados Unidos? Esse é o tipo da sinuca de bico em uma diplomacia?

L.L. – É. E justamente por isso é que, no fundo, a melhor estratégia é uma estratégia de evitar colocar a questão nesses termos, não é? Quer dizer, os chineses, no fundo, ao nos procurar e até cortejar o Brasil, com a vinda de tantos líderes importantes, o que estavam procurando era também, de certo modo, encontrar um país mais próximo dos Estados Unidos e que pudesse fortalecer a mão internacional da China nesse assunto. Mas não houve, nem da parte dos americanos nem da parte dos chineses, uma tentativa de fazer com que nós tomássemos uma posição de envolvimento nesses problemas deles lá, nessas querelas dos dois lá. De maneira que não chegou a ser realmente colocado assim.

M.M. – E o Brasil realmente...? Por exemplo, um papel importante foi o apoio para a China entrar na OMC? Isso foi um dos elementos a ser negociado de o Brasil patrocinar?

L.L. – Foi. Foi muito fortemente, sem dúvida. Embora não tivesse sido um processo sempre fácil porque, primeiro, os chineses tinham uma posição muito arrogante. Eles achavam que a única coisa importante para eles entrarem na OMC¹⁵⁸ era eles terem um entendimento com os americanos. De fato, era uma coisa crítica, fundamental para eles, mas havia outros sócios na OMC que tinham que ser contemplados também. Porque quando um país entra para a OMC, ele tem que negociar com todos os membros, ou pelo menos com todos os principais, para que cada um possa apresentar as suas reivindicações principais e entrar numa negociação em que à medida é atendido. E nós fizemos isso com óleo de soja, com açúcar, com produtos de interesse para o Brasil. E foi muito complicado. Foi difícil. Demorou muito a chegar a um resultado. Assim como com uma série de outros países. É claro que com os Estados Unidos foi muito mais complexo, porque os Estados Unidos queriam a abertura do mercado de serviço, além do desmantelamento das grandes empresas estatais e a abertura do mercado de mercadorias também, evidentemente, e uma série de outras questões. E os chineses davam mais importância aos Estados Unidos e colocavam isso de uma maneira um tanto altiva. O negociador principal chinês, que depois se tornou meu amigo e hoje inclusive é meu colega no conselho da Toyota, que era o embaixador Long, uma vez eu tive uma discussão com ele em uma reunião em Cingapura, justamente

¹⁵⁷ A entrevistadora refere-se ao engenheiro e político chinês Jiang Zemin, Presidente da República Popular da China, entre 1993 e 2003.

¹⁵⁸ Organização Mundial do Comércio.

com um grupo grande de países que estavam discutindo ali a questão da acessão da China – foi em 96 –, e ele demonstrou claramente que a única prioridade que ele tinha era se acertar com os americanos. E eu disse a ele: “Olha, é preciso que o senhor se recorde de que a OMC é uma organização multilateral, não é uma organização dominada pelos Estados Unidos apenas, e que os outros todos têm os seus interesses legítimos e têm que ser levados em conta”. Ele ficou meio surpreso, ficou meio aborrecido no momento, mas depois acabou que tiveram que fazer uma negociação com os europeus também séria e conosco e com vários outros e nos deram até uma satisfação bastante razoável. Aquilo, para a China, foi um rito de passagem muito importante. A gente não se dava conta talvez no momento, mas foi realmente uma etapa de modernização da economia chinesa e de abertura da economia chinesa para o mundo muito importante e muito crítica e que fez com que, depois disso, depois de entrar para a OMC, em 97, a China se tornasse outro país, inclusive crescendo muito mais, a economia chinesa.

M.M. – Foi também uma transição no estilo da diplomacia chinesa? Porque o senhor está falando que teve lá um desentendimento.

L.L. – Foi.

M.M. – Também os diplomatas chineses passaram a aprender uma outra linguagem diplomática?

L.L. – Passaram sim. Eles, durante a negociação da Rodada Uruguai, em que eu fui o negociador principal brasileiro... Aliás, não falamos nesse assunto.

M.M. – Não, mas vamos falar.

L.L. – Precisamos depois...

M.M. – Claro.

L.L. – Porque foi antes do começo da gestão.

M.M. – Sim, em 95. É antes.

L.L. – Mas o fato é que a China, na Rodada Uruguai, tinha tido um papel muito secundário, muito discreto. Mas quando se tratou do foco em cima dela, quando se tratou da questão da acessão à OMC, com a adoção, evidentemente, das regras todas e da abertura toda que precisava fazer, ela aí passou a ter uma posição muito assertiva e muito forte, muito... Mas naquele momento a China era muito menor ainda. A China não era a potência que é hoje. Hoje a China é uma superpotência. Naquele momento, a China ainda estava se afirmando internacionalmente, estava buscando os seus aliados e seus espaços, não é?

M.S. – O relacionamento brasileiro com a China, naquele momento da primeira viagem, fora questões bilaterais, era significativo? Por exemplo, na ONU, tinha densidade, a relação bilateral?

L.L. – Tinha. Tinha uma certa frequência de consultas e de entendimento.

M.S. – Em que tipo de temas?

L.L. – Eu acho que de... Eu não digo que fosse uma coisa essencial, mas sempre... O Brasil inclusive, durante esse período, esteve várias vezes no Conselho de Segurança e nós sempre tivemos bom diálogo com a China. Eu acho justamente isso que eu disse, que a China via no Brasil um interlocutor válido, do seu tope. Sempre que eu fui à ONU, eu conversava muito com o ministro do Exterior, que era o Qian Qichen naquele momento, por exemplo, sobre questões como Angola, o problema de Angola, em que havia uma forte guerra civil em marcha naquele momento e que era um país muito importante para nós e tudo. Conversei muitas vezes com o Qian Qichen sobre esse tema, e sobre o quadro econômico internacional também e vários assuntos importantes na ONU. Nós tínhamos um muito bom diálogo com a China.

M.S. – O senhor diria que, do ponto de vista da política externa chinesa, a presença do Brasil fica um pouco diluída na América do Sul, pelos interesses chineses na Argentina, no Chile, com o México? Ou o que a China vê no Brasil de fato, ou via pelo menos, é um país que, no contexto regional, podia fazer jogo próprio?

L.L. – Não, eu acho que a China via no Brasil um país diferenciado, um país do seu tope, e, portanto, politicamente, em um plano mais alto do que o plano latino-americano, dos outros países latino-americanos em geral, sem dúvida. Tanto que essas viagens todas, um ou outro foi a mais de um lugar, mas de um modo geral eles vinham ao Brasil especificamente, não é?

M.M. – Então eles não tinham uma visão de blocos, por exemplo.

L.L. – Não.

M.M. – A visão deles era de não vir ao Mercosul, não vir à União Européia...

L.L. – Não.

M.M. – Eles não operavam ainda...

L.L. – Não. Porque a China não se considera um bloco, como boa superpotência que ela é. É como os Estados Unidos. Os Estados Unidos não se consideram parte de bloco nenhum. Eles se consideram um bloco em si mesmo, não é? A China, eu acho que tinha muito essa visão.

M.M. – Mas vamos falar então do vizinho, do Japão no caso. Porque muito do investimento na China também tem um outro lado, que é a questão japonesa e a recessão japonesa.

L.L. – Claro.

M.M. – Havia uma ligação entre uma virada mais para a China e deixar um pouco de lado o

Japão, que já vinha em uma séria recessão, que havia diminuído os investimentos no Brasil?

L.L. – Não. Eu acho que o Japão, a trajetória do Japão é que tinha afastado da nossa. O Japão teve conosco, nos anos 70, um momento de grande fascínio, em que eles resolveram apostar muito na conexão econômica com o Brasil. Em alguns casos, porque as indústrias japonesas não podiam mais ficar no território japonês. Por exemplo, no caso da indústria de alumínio, que é altamente consumidora de energia elétrica e tudo e que eles consideravam que tinha que emigrar. E o Brasil, naturalmente, com as nossas grandes hidrelétricas e tudo, se tornou um candidato natural. A mesma coisa para aço, em que se fez a siderúrgica de Tubarão, e depois, papel também, em que se fez o grande projeto da Cenibra, e mesmo na área da produção agrícola, em que o Japão financiou o programa chamado Prodecir, que era o Programa de Desenvolvimento do Cerrado. Tudo isso tinha uma lógica de suprimentos e de garantia de abastecimento para o Japão. Depois, com os anos 80, uma série de coisas deram errado. Por exemplo, o relacionamento japonês na Usiminas deu muito errado. O Japão tinha uma participação acionária que foi sendo diluída por aumentos de capital que foram feitos aqui no Brasil que não incluíram os japoneses. Então, de repente, o investimento deles encolheu a tal ponto que ficou uma coisa irrelevante. Isso foi, durante anos e anos, um espinho na carne da relação. Mas, sobretudo a inflação. A inflação, nos anos 80, a partir da moratória, a partir da crise de 82, a partir da moratória de 87 e a inflação desgovernada que nós tivemos aqui, aquilo, para o Japão, se tornou um verdadeiro anátema e eles riscaram o Brasil do mapa completamente. Eles nos afastaram totalmente. E a China não. A China, ao contrário. Foi aí justamente que a China teve uma visão que era uma visão mais política, menos comercial, menos econômica, e enfatizou muito esse assunto. O Japão, na verdade, só agora é que voltou, não é? Só agora é que está voltando. De certo modo, nos anos 90 voltou alguma coisa, mas agora é que o Japão está voltando a fazer grandes investimentos no Brasil – em siderurgia novamente, a Nippon Steel com a Usiminas, e automóveis e Cenibra e várias outras coisas –, mas passou mais de vinte anos tirando o Brasil inteiramente do horizonte, não é?

M.S. – Bom, vamos para o México então?

L.L. – Vamos.

M.M. – O México é de lascar!

L.L. – Em relação ao México, houve um desenvolvimento que me surpreendeu. Porque pela primeira vez o presidente Fernando Henrique me disse que queria ir ao México e que achava que era... Era uma opção pessoal dele, era um desejo que ele tinha, que não tinha propriamente uma coisa amadurecida, discutida com o Itamaraty e tudo, mas era um projeto ao qual ele atribuía importância e que ele queria realizar. Na verdade, era um convite mexicano. Era um convite mexicano e era um esforço para estabelecer com o Brasil pelo menos uma aliança declaratória, uma coisa mais retórica do que prática. E o presidente Zedillo¹⁵⁹ articulou então um conceito de aliança estratégica: falou da necessidade de nós

¹⁵⁹ O entrevistado refere-se ao político mexicano Ernesto Zedillo Ponce de León, Presidente do México entre 1994 e 2000.

definirmos isso porque o México não podia deixar de ter com o Brasil um relacionamento muito profundo. E aí é preciso recordar que o México, um ano antes, tinha entrado para o Nafta¹⁶⁰ e, ao entrar para o Nafta, tinha renegado os seus compromissos com os países daqui da América do Sul, incorporados na Aladi¹⁶¹, as suas preferências comerciais. Inclusive, é compreensível que o tenha feito, porque os atrativos americanos eram muito maiores. E o México estava revendo completamente a sua relação com os Estados Unidos nesse caso. De modo que o que eles estavam procurando fazer era, de certo modo, construir uma espécie de um contrapeso, um contrabalanço a essa ligação americana e também estavam procurando estabelecer conosco, especificamente, um acordo importante de complementação econômica que tivesse um nível grande de desgravação tarifária, abertura de mercados, liberalização de serviço, regras de origem e todas as questões de... Dentro de um modelo Nafta. Eles queriam fazer conosco uma espécie de Nafta bilateral, não é? O presidente deu uma resposta a princípio positiva, disse que estava disposto a estudar a questão, mas eu disse a eles que eu não achava que era importante. Eu sou plenamente favorável a uma ampliação da relação com o México, não tenho qualquer tipo de antagonismo com o México. Ao contrário, acho um país extraordinário, um país com todas as qualificações para ser um excelente parceiro para o Brasil. Mas o que eu não via... O que eu disse a eles é que não via que se pudesse falar em aliança estratégica. Aliança estratégica é um conceito muito ambicioso e muito amplo, e não havia relevância maior de comércio, não havia nenhum nível de intimidade que pudesse permitir isso. Mas o ministro mexicano, o Angel Gurría, que é o atual secretário-geral da OCDE¹⁶², em Paris, ele insistia muito nesse assunto, e dizendo que ia pôr em surdina tudo que nos pudesse separar, os problemas que houvesse na OMC – e de fato, houve uma série de questões lá de comércio – e questões também do Conselho de Segurança, que ele queria realmente estabelecer uma relação especial e tudo. E eu disse que havia também que considerar da nossa parte que os nossos sócios no Mercosul podiam ficar agastados com o estabelecimento pelo Brasil de uma relação especial com o México que não os incluísse. Eles precisavam estudar o assunto. Mas, enfim, a reunião acabou sendo tensa, por isso, e nós não conseguimos definir realmente em que bases nós íamos estabelecer essa aliança estratégica. Então, acabou sendo registrado no comunicado conjunto que nós íamos procurar construir uma aliança estratégica daí para frente, mas não íamos já declarar que tínhamos uma aliança estratégica, não é? O comunicado conjunto que foi assinado no final dessa visita reflete isso. E o Gurría insistiu muito em que nós precisávamos nos empenhar em não ficar apenas em palavras e fazer um acordo de complementação econômica. Eu inclusive concordei com isso, mas o fato é que isso é tão mais complicado que até hoje não temos um acordo de complementação econômica. Passados portanto, hoje, já doze anos desse momento, até hoje não temos um acordo de complementação econômica importante. Eu acho que é interessante que se consiga aprofundar a relação com o México, mas é uma relação complicada. Inclusive, há um fator novo que eu acho que é muito importante, é que as empresas mexicanas têm sido até mais agressivas e bem-sucedidas na sua expansão pela América Latina do que as brasileiras. Veja que no México nós temos diversas empresas... Aqui no Brasil, temos diversas empresas mexicanas de grande peso, não só a Ameritel, na

¹⁶⁰ Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

¹⁶¹ Associação Latino Americana de Integração.

¹⁶² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Claro e na Embratel, e empresas de hotelaria... Empresas de todo tipo, até... Agora eles venderam, mas tinham uma empresa agrícola importante, a Sucos Del Valle, não é? E trabalham bem. Eles têm uma classe empresarial muito importante. Mas aquilo tudo, naquele momento, era muito ainda tentativas. E o México, que era um país extremamente fechado, como o Brasil, vivia muito de costas para nós. Então, a idéia de abertura para eles foi uma abertura do Nafta, foi uma abertura com os Estados Unidos, e a abertura com o Brasil só se fez mais adiante. No final do governo Fernando Henrique, nós conseguimos fazer um acordo de complementação econômica pequeno, mas ainda não chegamos a um acordo mais ambicioso. O México se lançou em uma campanha internacional importante, de estabelecer acordos com todos os países – inclusive, fez um acordo com a União Européia, para contrabalançar a influência americana –, com o Japão, com todos os grandes atores mundiais, mas conosco ainda não foi possível chegar a um acordo. Mas eu considero uma relação muito importante e acho que esse episódio, que ficou um episódio um tanto desgastante para as duas partes, essa visita presidencial no carnaval de 96, foi apenas um percalço. Não foi um problema grave que tenha nos afastado realmente, duradouramente.

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_11_07.04.2008]

M.S. – Eu queria saber se a insistência... Eu não sei se a insistência, mas a vontade mexicana de dar o nome de parceria estratégica para uma relação com o Brasil era uma postura para consumo interno, era uma sinalização para o público mexicano de que, apesar do Nafta, o México olhava para a América Latina. Era essa a avaliação...?

L.L. – Eu não tenho dúvida que sim. Eu acho inclusive que essa insistência, esse desespero que o Gurría mostrou nessa ocasião com a coisa do acordo de aliança estratégica tinha essa finalidade. Porque é muito complicado para o México, que passou a vida inteira tendo problemas com os Estados Unidos, tendo guerras, tendo problemas gravíssimos e com uma retórica antiamericana forte em política externa, muito forte, de repente ser visto como tendo migrado da América Latina para a América do Norte. É uma coisa muito complicada. E a elite dominante mexicana sempre lidou muito bem com isso porque sempre soube encontrar referências, às vezes até figuras históricas, astecas e tudo, para mostrar a sua especial afirmação. Mas aí a aproximação com os Estados Unidos botou um pouco aquilo tudo em questão, não é? Eu acho que eles necessitavam claramente desse discurso, tanto que eles nunca se referiam ao Nafta como Nafta. Nafta é um verdadeiro... É palavra proibida. Eles falavam “Tratado Trilateral”. Nafta era uma palavra não usada pelo governo mexicano de forma alguma.

M.S. – Nesse momento, o México já não tem uma política ativista no Caribe, não é?

L.L. – Não.

M.S. – O senhor acha que isso reduzia o interesse brasileiro em ter um esquema especial? Teria utilidade para o Brasil se o México...

L.L. – Não.

M.S. – Nem sequer, não é?

L.L. – Não. Eu acho que não. Eu acho que nós tínhamos realmente interesse, mas havia também, da parte do México e da nossa parte também, uma certa rivalidade, uma rivalidade sobretudo de chancelarias, de parte a parte, que é um pouco essa rivalidade que se traduz em competição na ONU, em competição na OEA, entre corpos profissionais, não é? Assim como havia com a Argentina, em grande parte a rivalidade não era da sociedade, nem dos povos, nem das nações, era dos estamentos profissionais, governamentais. Com o México, eu acho que era muito isso. E havia, na chancelaria mexicana, uma certa suspicácia em relação ao Brasil.

M.S. – Qual era a reação, no governo brasileiro, em relação ao movimento mexicano de assinar tratados de livre comércio com outros pólos, de se engajar em diplomacia comercial muito ativista? Mesmo que a substância fosse pouca, não é? São acordos muito pomposos com pouco fluxo de comércio talvez. Mas isso, em algum momento, sugeriu, ou deu dicas ao Brasil de que talvez valeria a pena investir pesado em um acordo, por exemplo, com a União Européia?

L.L. – Eu acho que sim. Eu acho que o México mostrou... Não que a política mexicana, agressivamente, fazer acordos de livre comércio nos incomodasse. Aquilo era, sobretudo visto por nós como parte desse mesmo contexto que nós falamos anteriormente, ou seja, de o México não ficar preso em uma camisa-de-força norte-americana. O propósito mexicano era esse. Agora, no caso da Europa, em que o México conseguiu um acordo relevante, o assunto era interessante, porque o que ocorreu foi que logo depois do Nafta os países europeus perderam imensamente terreno no mercado mexicano. Perderam *market share* no mercado mexicano e se alarmaram. Porque havia, naquele momento... A Alca parecia que era uma realidade que ia se tornar concreta, então, os europeus resolveram sinalizar que estavam dispostos também a fazer um acordo importante com o México, e depois, com o Mercosul. Nesse mesmo ano, no final, na volta da China, nós passamos por Madri e assinamos lá um acordo – era na presidência espanhola. Assinamos um acordo justamente no sentido de buscar uma grande área de livre comércio, o Mercosul e a União Européia. Havia uma disposição européia para isso. E havia interesse nosso também, porque a própria negociação da Alca já tinha nos mostrado que seria um assunto complicado.

M.M. – Alguns analistas falam que nessa relação Brasil-México haveria uma falta de ousadia – eu estou citando – da diplomacia brasileira em incrementar a relação Brasil-México. Foi falta de ousadia? Ou também havia, da parte do Brasil, uma suspicácia em relação ao México?

L.L. – Não, eu acho que não havia era uma prioridade suficiente. Não havia atribuição de prioridade suficiente porque não havia uma base suficiente para isso, não é? Quer dizer, o estilo mexicano, mais declaratório, não é o nosso estilo de um modo geral. Então, de fato, nós não nos empenhamos nisso.

M.M. – O estilo diplomático?

L.L. – É.

M.M. – O senhor está fazendo críticas ao estilo diplomático mexicano, que fala assim...?

L.L. – É. O estilo mexicano é mais florido do que o nosso.

M.M. – Está certo.

M.S. – Passamos para a visita do Christopher¹⁶³?

L.L. – Vamos.

M.S. – Avançamos. Abril de 96.

L.L. – Bom, eram relativamente raras as visitas de secretários de Estado americanos ao Brasil. Fora de contextos inclusive presidenciais, é muito raro. Portanto, a decisão de ele vir ao Brasil tinha que ser considerada como uma elevação de patamar da nossa relação. O Christopher é um homem muito econômico de palavras e de gestos, e naquele momento ele veio muito preocupado com a questão do narcotráfico. O narcotráfico, naqueles anos, era talvez o *leitmotiv* principal da política americana em relação à América Latina, e eles tinham apresentado um plano chamado Laser Strike, ou ataque de laser, golpe de laser, em que, incrivelmente, praticamente todos os países sul-americanos já tinham o seu papel militar definido ali. Então: “Uma divisão brasileira atua em Tabatinga, o pára-quedista colombiano em tal lugar, o equatoriano ali, o boliviano aqui”. Uma coisa completa. Uma mobilização militar completa. E, evidentemente, isso pegou muito mal junto aos nossos militares, que tinham, em primeiro lugar, uma enorme relutância em se meter muito no combate ao narcotráfico, porque sabiam que aquilo poderia ser uma contaminação perigosíssima para as Forças Armadas e não desejavam de modo nenhum assumir uma posição de vanguarda nesse assunto, embora outras Forças Armadas estivessem dispostas a fazer mais e mais o... O México, inclusive, estava nessa linha, não é? Então, quando o Christopher chegou, eu fui recebê-lo na porta do Itamaraty e tudo, e fugindo inteiramente ao programa, eu disse a ele: “Eu queria conversar sozinho com você. Antes de nós começarmos a reunião com todas as nossas equipes, eu queria conversar sozinho”. Os americanos ficaram até meio surpresos, o embaixador e a segurança ficaram um pouco surpresos, mas eu segurei ele pelo braço, levei-o para a sala do ministro e disse: “Olha, essa colocação é uma colocação que tem tudo para envenenar as nossas relações. A concepção de uma força multilateral, de um plano multilateral para o combate ao narcotráfico sob o comando estrangeiro, o comando americano, para nós é uma idéia muito constrangedora e muito desagradável e eu acho que é muito importante que vocês ponham uma surdina nessa coisa e conversem bilateralmente, procurem formas. Mas eu queria dizer que eu considero que vocês estão dando uma excessiva ênfase à questão do narcotráfico na nossa relação. Compreendo que seja um problema sério nos Estados Unidos, mas isso é uma questão muito delicada. De qualquer modo, nós não estamos nos recusando a atuar nessa frente, sabemos que é um problema delicado, mas nós vamos dar a nossa própria resposta pelos

¹⁶³ O entrevistado refere-se a Warren Christopher, Secretário de Estado dos Estados Unidos, entre 1993 e 1997.

nossos próprios meios e dificilmente as nossas Forças Armadas vão ter uma participação nesse assunto. Isso, no Brasil, esse é um assunto da Polícia Federal e vai continuar a ser assim.” E o Christopher era um homem experiente, um homem muito equilibrado e tudo, e ele percebeu que ali tinha havido a ultrapassagem de uma risca de giz no chão, da parte do governo dele, e me disse que ia rever o assunto e que ia estudar a questão e que ia procurar justamente modificar a postura americana a esse respeito, coisa que acabou ocorrendo. Acabou não se falando mais em Laser Strike. E esse eu acho que foi um momento muito importante da relação.

M.S. – Agora, quando a reação brasileira é a de que entendemos que esse é um problema importante para os Estados Unidos e implicitamente a mensagem que a gente passa é a de que esse não é um tema tão importante para nós, eles reagem?

L.L. – Não, eles têm, possivelmente, uma percepção disso, mas não colocam nesses termos. Porque eu creio que naquele momento não havia ainda a percepção de que o problema fosse tão grave aqui na nossa região. Esse é um fenômeno mais recente, não é? Eu não me recordo de que eles tenham colocado a coisa nesses termos, não.

M.S. – A gente então não fazia uma associação direta entre o problema na Amazônia e o problema, por exemplo, nos grandes centros urbanos, no Rio de Janeiro em particular, na questão do narcotráfico?

L.L. – Não.

M.M. – Não haveria, principalmente na opinião pública, uma suspeição de que esse combate ao narcotráfico na verdade esconderia o verdadeiro objetivo, que seria dominar a Amazônia, os americanos terem interesse em controlar a Amazônia? Não havia também...? Quer dizer, o Brasil aceitar esse programa, essa aliança em torno do combate ao narcotráfico, não abriria, dentro da opinião pública, uma reação muito grande, justamente pela suspeição de que os Estados Unidos queriam entrar na Amazônia?

L.L. – Acho que sim. Acho que essa questão da Amazônia tem um lado de sensibilidade anímica, uma sensibilidade no imaginário brasileiro. Essa coisa da cobiça sobre a Amazônia é um nervo muito sensível no sentimento brasileiro em geral, não é? Eu realmente não creio que nesse caso fosse o objetivo deles, não. O objetivo deles era um pouco justamente essa maneira meio brusca de funcionar: “Agora eu vou arregimentar todo mundo, vou dar a cada um uma tarefa, sob o meu comando, porque eu sei melhor como é que faz essas coisas”. Era mais essa colocação, não é? Mas sem dúvida que no Brasil há sempre essa coisa, que tem sempre que ser levada em conta, não é?

M.S. – Como era a conversa com os militares nesse momento? Porque uma das coisas que acontece em paralelo, e eu não tenho certeza de como é a cronologia, é o Sivam¹⁶⁴ e o desenvolvimento de um sistema para proteção, pelo menos para poder enxergar o que

¹⁶⁴ Sistema de Vigilância da Amazônia.

acontece naquela massa territorial gigantesca. Como é que a gente integra o Sivam a essa narrativa? O senhor diria que parte da resposta brasileira, com o Sivam, é uma percepção de que, se a gente não responde, os Estados Unidos vão avançar, mesmo que o Christopher tenha saído daqui amansado?

L.L. – Não, não só em relação aos Estados Unidos. Eu acho que a filosofia do Sivam era mais ampla do que isso. Ela incluía, evidentemente, o narcotráfico, mas incluía todas as questões da Amazônia, como o problema de tribos, o problema indígena, o problema de migração...

M.S. – O desmatamento...

L.L. – ...o desmatamento, o contrabando de mogno, enfim, todas as questões da Amazônia, inclusive o problema da destruição da floresta. Tudo isso eram questões muito importantes, não é?

M.M. – Essas pressões, exatamente sobre meio ambiente, já estavam começando a ter repercussão no governo?

L.L. – Internamente, já havia sim. Não havia, internacionalmente, não havia nada de parecido com o que há hoje, essa pressão de mudanças climáticas e o efeito do desmatamento da Amazônia sobre emissões de CO₂. Isso não era uma coisa conhecida. Mas havia. Havia a concepção disso. Sabe que inclusive eu tinha insistido muito para que o Christopher fosse à Amazônia, e nós fomos juntos. Fomos juntos a Manaus. Nós passamos um dia todo em Manaus. Justamente para fazer com que houvesse, primeiro, uma visão pessoal dele, porque aí ele conversou com cientistas, fomos ao Instituto de Pesquisas Amazônicas, conversamos com os governadores e tudo, e houve ocasião de plantar árvore, de fazer movimentos simbólicos: plantamos uma árvore juntos lá no bosque do Inpa. E eu acho que para o Christopher foi importante. Nós inclusive andamos em um barco – por incrível que pareça, da Marinha de Guerra Brasileira – e fomos até o encontro das águas e tudo. E eu falei com ele uma série de coisas que ele queria falar. Ele falou muito da Colômbia naquele momento. Eles estavam muito preocupados, porque eles achavam que o presidente da Colômbia, que era o Ernesto Samper, era conivente com o narcotráfico. Tinha realmente. Tinha sido contaminado pelo narcotráfico – o narcotráfico tinha financiado a campanha presidencial dele. E por isso eles estavam a ponto de descertificar a Colômbia, de tirar da Colômbia a certificação do Congresso sobre narcotráfico. Então, aquele era um momento muito complicado. E eles estavam obcecados com a questão de... E eu disse a ele inclusive... Lá em Manaus, eu disse a ele: “Christopher, vocês precisam se dar conta de que essa questão do narcotráfico está virando um instrumento de pressão geral dos Estados Unidos sobre todos os países da América Latina. Com a certificação, com essa rotulação, com esses pedidos de Forças Armadas, vocês estão pressionando todo mundo e botando todo mundo numa situação muito delicada. É um assunto que envolve a todos, mas vocês estão politizando de uma maneira equivocada esse...” Ele era um homem muito sóbrio, ele me disse: “Não, eu percebo o seu ponto, tomo boa nota do seu aviso e vou avaliar essa questão dentro do governo americano”. Ele falou assim.

M.S. – Agora, dentro do governo brasileiro, não chega a existir a percepção de que isso vai virar um problema?

L.L. – Não.

M.S. – Porque tem uma informação para o presidente da República que é excelente, em uma visita sua a Washington antes dessa visita, e a informação termina assim, cito textualmente: “Graças sobretudo aos significativos avanços que temos feito no Brasil na área econômica, comercial e de não-proliferação, as relações com os Estados Unidos encontram-se hoje provavelmente em seu melhor momento desde o período que se seguiu imediatamente ao final da Segunda Guerra Mundial.” O que é verdade.

L.L. – É verdade.

M.S. – O que falta aqui, claro, é o problema do narcotráfico como algo que pode fazer a relação desandar.

L.L. – Exato.

M.S. – Mas não existia essa percepção do nosso lado, forte, de que isso era um risco. Ou seja, a gente achava que passando a mensagem ao Christopher, o tema se estancaria por ali.

L.L. – E, de fato, em grande medida aconteceu, não é? Em grande medida... Havia a preocupação... Por isso é que eu chamei ele sozinho lá, fugindo inteiramente do programa, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – Havia a percepção de que aquilo era um ingrediente que podia envenenar a relação muito fortemente, como já tinha envenenado com outros países, não é? E eu acho que, a partir daí, ele... Ele era um homem muito influente também dentro do governo e tudo e eu acho que mudou a situação.

M.S. – Não chegamos a estudar a possibilidade de um Conselho Sul-Americano de Defesa, não é?

L.L. – Não. Houve também uma coisa muito importante que coincidiu com essa situação, que foi a aprovação da Lei de Patentes. Porque durante vários anos isso tinha sido talvez o maior contencioso entre o Brasil e os Estados Unidos. Inclusive, em 1988, por causa de patentes, o Brasil entrou na retaliação da Seção 301 da Lei de Comércio americana e foi penalizado com pesadas retaliações comerciais na área de papel e de celulose. Mais de 300 milhões dólares de retaliação que o Brasil sofreu nessa ocasião. Então, a Lei de Patentes, que foi aprovada justamente poucos dias antes de o Christopher chegar, foi um momento muito importante, porque foi o final de uma longa querela, de um longo contencioso e marcou também um desanuviamento, uma elevação da relação bilateral.

M.M. – E contou também a aprovação que o governo Fernando Henrique conseguiu,

também no seu primeiro ano, em 95 e 96, de muitas das privatizações, de toda a política de abertura.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Isso também era avaliado positivamente, essa posição?

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Era citado explicitamente?

L.L. – Sem dúvida. Havia uma clara percepção de que o Brasil estava se tornando cada vez mais parte do espírito da OMC, parte desse espírito moderno...

M.S. – Do *mainstream*.

L.L. – ...do *mainstream* econômico cada vez mais. Agora, persistiam algumas questões, não é? Persistia a questão do TNP, que era mencionada – você outro dia falou nisso –, e a questão da Alca também, que era ainda complicada, não é?

M.S. – Claro. O relacionamento sobre narcotráfico era com o Departamento de Estado ou com aquele posto da Casa Branca, o Lee Brown¹⁶⁵, eu acho que era a figura, o “Czar” do Clinton? Com quem era o relacionamento sobre o tema?

L.L. – Com ambos: com a embaixada, muito presente, mas também com... O Lee Brown esteve no Brasil. Eu me lembro de ele ter estado comigo. Era uma figura muito poderosa nesse momento.

M.S. – E botava algum tipo de pressão diferente da do Departamento de Estado?

L.L. – Botava pressão. Mas ele tinha mais uma relação com... Porque depois de um certo tempo, o próprio presidente criou a figura do “Czar das Drogas” nosso também, não é? Acho que hoje nem existe mais, mas foi criado.

M.S. – O Maierovitch¹⁶⁶?

L.L. – É, o juiz Maierovitch. E aí a conversa era mais uma conversa técnica, nesse nível, justamente para evitar a militarização do assunto. Era sobretudo por aí. O Jobim como

¹⁶⁵ O entrevistado refere-se a Lee Patrick Brown Diretor do Escritório de Política Nacional de Controle às Drogas (Office of National Drug Control Policy- ONDCP), entre 1993 e 1995. Ao ocupante deste cargo, em geral, é dado o apelido de Czar das Drogas.

¹⁶⁶ O entrevistador refere-se ao jurista e professor [Wálter Fanganiello Maierovitch, Secretário da Secretária Nacional Anti-Drogas \(SENAD\) entre 1998 e 1999\[?\]](#).

ministro da Justiça e o Maierovitch nessa área foram os dois principais canais que... Para despolitizar inclusive o assunto.

M.S. – Em um encontro desses, por exemplo, com o Christopher, em Brasília, na preparatória, o senhor consultava militares? Eles se faziam ouvir de alguma maneira? Ou era uma relação...?

L.L. – Eles se faziam sim. A questão do Laser Strike foi objeto de muitas conversas, inclusive com o presidente, com os ministros militares.

M.S. – Como é essa pressão? Os militares vão ao presidente? Antes, ligam para o chanceler? Como se dá a dinâmica...?

L.L. – No caso, inclusive houve... Mais de uma vez, o presidente fez reunião com os ministros militares e comigo, para discutir assuntos de possível competência conjunta, não é? E pouco antes dessa visita houve essa discussão. Depois houve também, a respeito do TNP. Em algumas ocasiões, havia essa... Mas havia também contatos diretos com os militares, sobretudo com o ministro do Exército, o ministro Zenildo¹⁶⁷, que era muito próximo de mim, meu bom amigo. Eu tinha boa relação com ele.

M.S. – Podiam se ligar por telefone e resolver a questão bilateralmente.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Não precisava da...

L.L. – Não, não. E eles tinham realmente... Uma preocupação imensa deles era não serem forçados a entrar nesse circuito.

M.S. – Teve algum tipo de combinação de jogo com os vizinhos amazônicos na vinda do...

L.L. – Não. Não teve, não.

M.S. – Sempre se lidou bilateralmente com o tema.

L.L. – Foi.

M.S. – Por que não fazer jogo com os vizinhos como uma maneira de resistir?

L.L. – Talvez pudesse, mas realmente não ocorreu. Naquele momento, não ocorreu isso. E a visita do Christopher à Amazônia tinha um pouco esse lado de neutralização da coisa multilateral com o narcotráfico, mas também tinha um lado ecologista, porque ele trouxe com ele o Lovejoy, e também nós mobilizamos, e fomos ao Instituto de Pesquisas Amazônicas. Quer dizer, tinha um pouco sublinhar o fato de que o Brasil tinha uma postura

¹⁶⁷ O entrevistado refere-se ao militar Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, General-de-Exército brasileiro, Ministro do Exército do Brasil entre 1992 e 1999.

construtiva em relação à Amazônia, de estudos, de pesquisas, de mobilização de recursos e tudo.

M.S. – Neste momento, não se fala muito no Tratado de Cooperação Amazônica como um possível escudo à pressão norte-americana.

L.L. – Não.

M.S. – Por quê?

L.L. – Porque eu acho que o Tratado de Cooperação Amazônica, que tinha nascido muito espetacularmente até, nos anos 70, depois ele não se revelou muito operacional e não passou a ser mais, digamos, um instrumento muito importante de política externa para nós, não.

M.S. – O senhor concordaria com a assertiva de que o Brasil de modo geral não tem uma política para a Colômbia e é melhor que não tenha?

L.L. – Uma política para a Colômbia precisa não ser uma política de participação nos conflitos colombianos. Então, eu acho que isso é melhor não ter, não é? É melhor que o... Por exemplo, quando foi criado o Plano Colômbia, que os Estados Unidos apoiaram vigorosamente, houve esforços americanos e colombianos para fazer com que nós nos mobilizássemos, nos envolvêssemos mais no assunto, mas nós não quisemos. Não quisemos porque a questão lá é tão específica e tão delicada, com a presença das Farc¹⁶⁸, com a presença do narcotráfico, que, a menos que houvesse, digamos, um apelo mais forte do governo, coisa que não chegou a ocorrer, o Brasil não tinha interesse realmente em se envolver excessivamente no problema colombiano.

M.M. – Mas há citação, ministro, no artigo do Carlos Eduardo, de participação de diplomatas brasileiros nas negociações entre o governo colombiano e as Farc por ocasião desse Plano Colômbia. O senhor lembra disso?

L.L. – Não.

M.M. – Não?

L.L. – Não. Sinceramente, não lembro, não. Qual é a fonte aí?

M.M. – A fonte é aquele artigo do livro *A era FHC...*

M.S. – Do Lins e Silva.

M.M. – ...do Lins e Silva.

L.L. – Não, não me lembro, não.

¹⁶⁸ Forças Armadas Revolucionárias Colombianas.

M.M. – Em que ele faz referência de diplomatas brasileiros nessa...

L.L. – Não me lembro de forma alguma, não.

M.M. – ...nessa negociação.

L.L. – O governo colombiano, pouco depois do início do governo... O Samper¹⁶⁹, eu acho que saiu em 97.

M.M. – E aí veio o Pastrana¹⁷⁰, não é?

L.L. – E veio o Pastrana. E o Pastrana veio ao Brasil antes até de tomar posse e procurou nos engajar mais na coisa, mas a nossa posição foi... Porque o Pastrana tinha uma posição fraca, no sentido de que o Pastrana, antes de ter uma mão forte militarmente, antes de ter uma posição militar sólida, ele queria negociar, e ele caiu nesse conto-do-vigário lá e deu uma zona desmilitarizada para as Farc e tudo, e as Farc não fizeram nada que tinham prometido a ele.

M.S. – Aumentaram a sua ocupação territorial.

L.L. – E o seu poder.

M.M. – Mas qual era a demanda da participação brasileira? O que ele queria efetivamente? Militarmente?

L.L. – Ele queria uma cooperação técnica, queria que nós vendêssemos equipamento militar...

M.M. – Armamento?

L.L. – É.

M.S. – Depois que o Sivam começou a operar, a gente vende informação para os vizinhos ou a gente dá?

L.L. – Eu não sei, não. Eu confesso para você que não sei, não. Porque o Sivam começou a operar plenamente há poucos anos apenas. Eu não sei.

M.S. – Está bem.

M.M. – Voltando um pouco ao que o Matias tinha falado, sobre o relativo desinteresse do Brasil, ou pelo menos a não política para a Colômbia, não havia a percepção de que ali era um assunto muito explosivo?

¹⁶⁹ O entrevistado refere-se a Ernesto Samper Pizano, Presidente da Colômbia entre 1994 e 1998.

¹⁷⁰ O entrevistado refere-se a Andrés Pastrana Arango, Presidente da Colômbia entre 1998 e 2002.

L.L. – Sem dúvida.

M.M. – Então, por que a diplomacia reagiu apenas? Foi uma política apenas reativa e não... Porque a gente podia ter uma política proativa nesse sentido da Colômbia.

L.L. – Eu acho que basicamente porque naquele momento o cenário colombiano era um cenário muito pessimista. Todas as anotações que eu tenho aqui e as lembranças que eu tenho de conversa com ministros, com autoridades colombianas eram de muito desânimo e muito desencanto com o futuro. As cidades estavam sendo objeto permanentemente de ataques terroristas e havia o narcotráfico, de uma enorme arrogância e tendo uma participação ostensiva na vida colombiana, com seqüestros, com... e as Farc também muito assertivas. Quer dizer o governo tinha perdido muito o pé. A sensação que a Colômbia dava era a de um país muito à deriva, muito sem futuro, muito à deriva. Então, não havia porque nós amarrarmos o nosso barco a um navio desgovernado, não é? Era o sentimento que os colombianos nos davam. Foi só com o Uribe¹⁷¹, há poucos anos, que a Colômbia retomou a sua autoconfiança, o seu orgulho e a sua assertividade, a sua autoconfiança.

M.M. – Havia uma percepção de que podia ser um atoleiro...

L.L. – É.

M.M. – ...de a gente se enfiar ali, e depois, para sair, é difícil. É isso?

L.L. – E eles próprios nos davam essa mensagem.

M.S. – Quando a Colômbia e os Estados Unidos avançam com o Plano Colômbia, a percepção brasileira é a de que isso constitui um risco para a segurança do Brasil?

L.L. – Não. Não, isso nunca foi visto como um risco para a segurança do Brasil, não. Foi visto como uma intensificação da aposta americana na Colômbia, mas que não tinha nada de ameaçador para o Brasil de qualquer tipo.

M.S. – E não existia o pensamento de que, se as Farc fossem forçadas a recuar para o oriente, a gente poderia ter um problema sério em nossa fronteira ocidental?

L.L. – Não. Eu acho que não. Eu acho que não havia essa colocação. Eu conversava regularmente com os militares sobre isso, eles estavam sempre acompanhando o assunto e não tinham realmente uma preocupação séria a esse respeito. Só um comentáriozinho rápido a respeito da visita do Christopher, fechando: o Christopher e eu assinamos um Acordo de Cooperação Nuclear, na área nuclear espacial, e aí, quando terminou a assinatura, nós viemos andando os dois e eu disse: “Você se lembra que... Estava escrito nas estrelas, há dezenove anos atrás, quando você veio aqui para dar um ultimato ao Brasil para terminar com o nosso programa nuclear, que dezenove anos depois você estaria aqui assinando um acordo como secretário de Estado”. Ele disse: “É, eu não sabia, mas para

¹⁷¹ O entrevistado refere-se a Álvaro Uribe, Presidente da Colômbia entre 2002 e 2010.

mim isso foi um batismo de fogo duríssimo. Eu me meti em uma enrascada diplomática que eu nunca pensei que fosse me meter. E me serviu de vacina, porque eu nunca mais aceitei fazer uma missão sem avaliar plenamente as implicações que isso ia ter”. Ele deve ter levado... Eu não participei, eu não estava em Brasília na ocasião, mas ele deve ter levado realmente, como se dizia, um esfrega do Silveira muito grande lá. Porque ele era o vice-secretário de Estado e, um mês depois do começo do governo Carter, ele veio aqui, em 77, para dar esse ultimato e foi recebido quase que a bala, não é? Mas ele estava todo satisfeito. Ele disse: “É, foi...”.

M.M. – Ele ainda escapou do Geisel, não é? Porque o outro não escapou. Ele ainda escapou. [risos]

L.L. – É, o Vance não escapou.

M.M. – Ele pelo menos escapou.

L.L. – É verdade.

M.M. – Vamos continuar na América do Sul?

M.S. – Para a Argentina, não é isso?

L.L. – Vamos.

M.M. – Não quer um vizinho mais indigesto? Ou quer ir para a Argentina? A Argentina é muito bom.

M.S. – Qual deles? Me diga qual.

M.M. – O Peru do Fujimori¹⁷². Ou deixamos esse assunto indigesto?

M.S. – Eu acho que o prato é tão cheio no Peru que a gente pode fazer um *ceviche*...

M.M. – É melhor a Argentina. [riso]

L.L. – E o problema no Peru só se transformou em problema grave...

M.S. – Um pouco mais tarde.

L.L. – ...mais adiante. No começo, inclusive... Eu tenho aqui notas sobre a visita ao Peru para a posse do Fujimori, o segundo mandato do Fujimori, em 95, em julho de 95, e não havia problema nenhum.

M.M. – Não, estamos falando depois. Mas aí, vamos... Estamos falando da segunda

¹⁷² O entrevistado refere-se a Alberto Fujimori, presidente do Peru entre 1990 e 2000, renunciou ao cargo após quatro meses de sua segunda reeleição.

reeleição.

L.L. – O Fujimori, inclusive, naquele momento, foi reeleito triunfalmente e era internacionalmente aplaudidíssimo, porque ele tinha acabado com a inflação, o negócio da hiperinflação, tinha arrumado a economia e tinha acabado com o Sendero Luminoso. Ele tinha posto o Abimael Guzmán lá dentro de uma jaula e tudo...

M.S. – Ele, inclusive, é um exemplo para a Colômbia.

L.L. – É. Ele estava no auge. Ele até... Conversou-se isso e ele disse: “Não, eu posso eventualmente ajudar a Colômbia se eles me chamarem”. [*riso*]

M.M. – Ainda bem que a Colômbia não aceitou, porque já tinha a dose dela, não é?

L.L. – O Fujimori era cheio de assunto.

M.M. – Então, vamos para a Argentina. O Fujimori, a gente volta depois então, na segunda reeleição.

L.L. – O Fujimori é importante...

M.S. – A gente vai ter que ter uma sessão sobre ele, eu acho.

L.L. – O mais delicado do Fujimori foi o final, foi quando ele... A terceira eleição, aquele terceiro mandato.

M.M. – A segunda reeleição que ele conseguiu.

L.L. – Exato. Aí é que criou problemas complicadíssimos para nós.

M.M. – Podemos entrar na Argentina?

L.L. – Podemos.

M.M. – A Argentina é com você.

M.S. – É com o ministro.

L.L. – A Argentina, naquele momento, era uma relação muito boa, sabe? Foi talvez, esse início, o momento mais favorável, porque a Argentina estava autoconfiante, estava bem-sucedida, a economia argentina estava bem, a coisa da paridade do peso com... a lei de convertibilidade era um sucesso, eles tinham imprimido aquelas moedas de um “*peso para siempre*” e estavam em um momento muito feliz e muito à vontade conosco. Eles tinham querido dar à visita do presidente lá, que foi em abril de 96, uma relevância simbólica muito grande – fazer uma grande visita, assim, nos moldes das grandes visitas presidenciais do Sáenz Peña, aquelas visitas do Roca, as visitas do passado e tudo – e fizeram um programa espetacular, com todos os... Fizeram uma cerimônia belíssima na Praça San

Martin, uma belíssima sessão no Congresso, um jantar lindo no Alvear, depois fizeram um churrasco extraordinário na residência presidencial lá de Olivos, e fomos com uma enorme delegação empresarial, também muito bem e tudo, e houve uma parte acadêmica inclusive, em que o presidente falou na Biblioteca Nacional...

M.S. – Acho que se criou o Centro de Estudos Brasileiros na embaixada em Buenos Aires também, não foi?

L.L. – Foi. O presidente Fernando Henrique tinha uma grande afeição pela Argentina, e ele era muito percebido assim, como sendo uma espécie de garante dessa fase positiva. Ele sempre teve muitos amigos intelectuais argentinos, o Torcuato di Tella e os sociólogos argentinos, ele morou lá uma época inclusive – brevemente, mas passou por lá também – e ele sempre procurava dizer coisas positivas a respeito da relação, coisas às vezes até excessivas, como dizer que – eu acho que eu já falei isso – que Buenos Aires é que devia ser a capital do Mercosul, não é? Mas aí provocava já uma certa alergia nacional. Mas ele dizia isso com convicção. Enfim, fez uma avaliação muito importante sobre isso. Então, nesse contexto, havia também uma outra coisa muito boa que era uma afinidade com o Menem. O Menem, até por não ser portenho, por não ser de Buenos Aires, ser um homem do interior, não tinha aquele... **a parte PRI** da elite de Buenos Aires contra o Brasil, aquela rivalidade contra o Brasil. Eu acho que as pessoas do interior têm uma atitude mais... Pelo menos tinham, não é? Hoje em dia, eu acho que isso acabou, mas tinham uma atitude mais descontraída. E o Menem tinha uma visão muito positiva em relação ao Brasil e havia entre os dois uma amizade genuína. Estavam confortáveis um com o outro necessariamente. Então, nós tivemos uma série de conversas muito importantes: primeiro para fazer uma liquidação dos últimos possíveis problemas na área militar e estratégica, e concordamos em fazer um acordo de cooperação na área espacial. Porque o Brasil tinha adiantado o seu programa de mísseis e tinha, enfim, também entrado para o MTCR¹⁷³, e essa era a única área ainda não regulamentada, então, ali nós concordamos em negociar e finalizar rapidamente um acordo de cooperação espacial. Por outro lado, tivemos uma conversa importante sobre a questão do Chile, da adesão do Chile ao Mercosul. Naquele momento, havia a ilusão ainda de que o Chile pudesse se tornar um membro pleno do Mercosul, e da parte da Argentina havia uma certa relutância com a adesão chilena, um pouco porque a entrada do Chile poderia significar a adoção de políticas mais liberais, que dariam ao Chile mais vantagens no mercado brasileiro do que a Argentina já tinha. Ou seja, a Argentina ia ser obrigada a repartir o bolo do mercado brasileiro com o Chile e isso provocava alguma alergia, alguma dificuldade. Mas, de qualquer modo, concordamos que aquilo ia ser uma prioridade para nós grande, que íamos procurar com toda a determinação chegar a um acordo com o Chile. Depois se verificou que o Chile não tinha condições de fazer isso, porque a nossa Tarifa Externa Comum, a média da nossa Tarifa Externa Comum era muito mais alta do que a tarifa chilena, e portanto, o Chile não tinha a menor intenção de aumentar as suas tarifas e que aquilo não era viável. Mas, de qualquer modo, havia a decisão de buscar um acordo de desgravação importante de índices setoriais e fazer um progresso tão forte quanto possível. E acho que de certo modo conseguimos. Depois, mais adiante, nós veremos isso. A outra coisa foi a Alca. Havia uma pressão americana muito forte para ir adiante com a Alca. Tinha havido, em julho de 95, uma conferência importante

¹⁷³ Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

em Denver, Colorado, com os ministros todos, e os Estados Unidos estavam fazendo pressão para ir adiante com um acordo ambicioso de abertura, o que seria uma espécie de generalização do Nafta para toda a América Latina. E a Argentina coincidia com o Brasil de que isso só poderia ser feito de maneira gradual e com uma evolução que acomodasse a todos. Nós, na verdade, éramos claramente exceção ao panorama geral. Tinha ficado para mim claro em Denver que a imensa maioria dos países sul-americanos não queria outra coisa senão um Nafta também, senão um acesso. E é compreensível. Para economias pequenas e tudo, ter acesso privilegiado e preferencial ao maior mercado do mundo é uma vantagem não desprezível, não é? E ficou claro que nós íamos acabar ficando isolados. Então, era muito importante atuar junto com a Argentina. Porque mesmo dentro do Mercosul, o Uruguai e o Paraguai tinham lá as suas visões próprias, não é? Mas nessa visita presidencial ficou acertado que nós atuaríamos conjuntamente, e isso foi importante. Depois, conversamos muito sobre a questão do México também e coincidimos que a nossa primeira prioridade deveria ser os países da América do Sul e que o México não deveria ter um papel fundamental. A Argentina coincidiu conosco nesse assunto, de maneira que evitamos que pudesse haver aí um problema triangular delicado. Sobre o Conselho de Segurança, nós tivemos uma série de conversas também que, evidentemente, foram inconclusivas, como sempre foram. Mas o que houve de mais importante nesse momento, em 96, porque já tínhamos tido a convicção de que o assunto não iria andar, foi a afirmação que eu fiz ao Guido di Tella¹⁷⁴ de que nós não renunciaríamos a nossas idéias, mas que não transformaríamos isso em uma prioridade muito vocal, muito acentuada da nossa posição e manteríamos um perfil baixo no assunto sempre que a Argentina não procurasse fazer uma campanha antibrasileira também nesse campo. E ficamos mais ou menos entendidos, sem ser forçados a assinar tratados nem papéis, que procederíamos... Nem nós íamos insistir nem eles iam mobilizar.

M.S. – Bater.

L.L. – É. Ficou uma espécie de uma trégua aí. Foi boa porque o assunto ameaçava repercutir sobre tudo, não é? Porque mesmo que fosse uma brasa dormida, essa questão da rivalidade Brasil-Argentina podia de repente ser insuflada aí por um episódio como esse e virar um...

M.S. – Um caso.

L.L. – ...um caso e um entrave ao progresso em todas as áreas, não é? Então, isso foi muito importante. Houve também uma série de acordos operacionais importantes na área da energia elétrica. Naquele momento, a Argentina tinha uma situação exatamente inversa a que tem hoje: a Argentina tinha um *surplus* de energia. E nós estávamos à beira de um racionamento. Quer dizer, tivemos um racionamento alguns anos depois, não é? Mas então conseguimos fazer um acordo para a ligação dos dois sistemas elétricos. E quando se sabe o contencioso que foi Itaipu e todos os problemas que vieram daí, foi um avanço muito importante, conseguir essa ligação entre os dois sistemas elétricos. Enfim, eu acho que essa visita do Fernando Henrique a Buenos Aires, em abril de 96, foi realmente um marco muito

¹⁷⁴ O entrevistado refere-se ao economista Guido di Tella, Ministro das Relações Exteriores da Argentina entre 1991 e 1999.

importante da elevação da relação com a Argentina a um outro nível, muito mais positivo, muito mais maduro.

M.S. – É curioso porque, como o senhor disse, nesse momento a Argentina está relativamente fortalecida.

L.L. – É.

M.S. – Então, presumivelmente, seria nesse momento que a Argentina tentaria moldar o padrão de integração regional à sua imagem: puxar o Mercosul para ser um Mercosul da Argentina e não do Brasil. A interpretação clássica – eu não sei se está correta, e eu queria lhe pedir para comentar – é a de que a Argentina sempre preferiu um Mercosul que não trouxesse parceiros, para ela não perder o seu poder relativo, claro, mas um Mercosul no qual ela pudesse amarrar o Brasil – um Mercosul com profundidade, denso –, e que o Brasil preferiria um Mercosul mais amplo, com mais parceiros, que fosse mais superficial, para não abrir mão da soberania que a Argentina gostaria de constranger. Já que a Argentina estava mais poderosa, não tinha rusgas? A relação era...? O fortalecimento da Argentina pôde levar de fato a uma relação melhorada?

L.L. – Eu acho que sim. Porque também o Brasil estava numa posição muito mais fortalecida, não é? Quer dizer, historicamente, houve muitos descompassos entre a situação do Brasil e da Argentina, mas nesse caso, os dois estavam bem, não é? O Brasil tinha tido o Plano Real dois anos antes, estava em um período de grandes investimentos estrangeiros, de grande abertura, de desenvolvimento do comércio, de crescimento. Porque os primeiros anos foram anos de crescimento. Depois é que, com as crises, a coisa se complicou, a partir de 97 e 98. Mas até 96, nós também estávamos em um céu astral muito bom, de economia, não é? Agora, eu acho que você tem razão. Quer dizer, eu acho que a Argentina sempre procurou circunscrever o Mercosul à sua concepção original e nós sempre procuramos abrir mais, porque achávamos que tínhamos mais a ganhar do que possivelmente eles, não é? Mas não creio que a Argentina tivesse esse raciocínio. Pode ser que tenham. Eu nunca ouvi deles nada que parecesse com isso, mas também é normal que não ouvisse...

M.S. – Claro.

L.L. – ...que eles vissem nesse bom momento da economia argentina uma maneira de amarrar o Brasil dentro do Mercosul para poder limitar a nossa soberania econômica. Eu acho que essa questão da limitação da nossa soberania, de um certo engaiolamento do Brasil, isso sempre foi um objetivo de todos os três, mas não creio que nesse momento houvesse, particularmente da Argentina, esse... E de qualquer modo, a preocupação da supranacionalidade era mais dos pequenos, mais do Paraguai e do Uruguai do que da Argentina, porque eu acho que a Argentina, de certo modo, se sentia mais igual ao Brasil, portanto, mais condômino do Mercosul. Os dois menores é que se sentiam muito desfavorecidos pela relação de força, não é?

M.M. – E a questão dos empresários? Porque o Mercosul mexe com os interesses dos empresários tanto de um lado quanto do outro. Como é que eles atuavam? Porque a gente perguntou sobre os militares, não é? Quando há interesses militares e tal, chama os

militares e conversa. E quando são os empresários? Eles se representam como? Associações empresariais? Lideranças? Pessoa física? Como é que...?

L.L. – Não, as associações... Quer dizer, da parte argentina, a União Industrial Argentina sempre foi, de certo modo, um fator negativo, sempre foi a veiculadora dos sentimentos protecionistas argentinos, não é? Com uma moeda argentina forte... Depois de um certo tempo, nós também tivemos uma moeda forte, mas, de qualquer modo, o acesso ao mercado argentino para os nossos produtos era muito maior, não é? Então, a União Industrial Argentina, a UIA, foi muito vocal no combate a exportações brasileiras de papel, de produtos siderúrgicos, de uma série de produtos industriais, que acabou levando a que empresas brasileiras resolvessem se instalar na Argentina para produzir lá, e portanto, evitar esse problema, não é? Já no caso das empresas nossas, a atuação sempre foi muito mais a nível individual, quer dizer, das empresas em si, não é? Nós sempre procuramos dar suporte às nossas empresas. E houve negociações em que o protecionismo argentino foi muito pesado.

M.M. – Como era contornado? Quer dizer, como é que o governo, a diplomacia, contornava problemas que estavam, por exemplo, na esfera privada?

L.L. – Acabou tendo que haver... Era na esfera privada, mas interferia na esfera governamental, porque tinham repercussão sobre compromissos. Quer dizer, violavam compromissos do Mercosul, por exemplo, de livre comércio, ou da Tarifa Externa Comum, ou de livre circulação de mercadorias. Havia problemas assim que o governo tinha obrigação de atuar, não é? Nós tivemos, muitas vezes, discussões pesadas. A nossa ligação com a Argentina nunca quis dizer que nós não tivéssemos atritos. Mas isso eu acho que é uma coisa perfeitamente normal e que tem que ser levada em conta. Quer dizer, os Estados Unidos é um país que é mais íntimo, por exemplo, do Canadá, no entanto, têm brigas terríveis. Às vezes, até na própria OMC. Faz parte, não é? Faz parte da concorrência, do contexto econômico das coisas. Agora, talvez o caso mais dramático e mais forte foi o caso do açúcar. Foi e é até hoje. Porque há uma província argentina que é produtora de açúcar, e só é produtora de açúcar em circunstâncias de grandes subsídios, não é? Então, praticamente o mercado argentino é vedado ao produto brasileiro. Não há possibilidade de exportar. E é um grande produto. O Brasil é o produtor mais significativo, não é? Era uma situação complicada. Mas nunca foi possível contornar esse protecionismo. A província é San Juan, não é?

M.S. – San Juan.

L.L. – San Juan, e Salta também.

M.S. – Também.

L.L. – Eu acho que são as duas.

M.S. – Neste período, o governo Menem já começa a enfrentar uma verdadeira enxurrada de denúncias de corrupção, não é? Neste período, o filho dele ainda está vivo, se eu não me engano.

L.L. – Exato. O filho dele morreu mais ou menos nesse... Eu acho que foi nesse ano.

M.S. – Mais ou menos nesse período. Porque quando...

L.L. – Ele passou a usar inclusive o relógio do filho e falava no filho e ficava muito comovido.

M.S. – Exatamente. E o filho morre assassinado, como depois se soube.

L.L. – Em um helicóptero, não é?

M.S. – É. O helicóptero foi metralhado, em uma briga que lembra uma briga da Chicago dos anos 30.

L.L. – É.

M.S. – Como é que o Fernando Henrique e o senhor viam isso? Ou o governo brasileiro. Isso chegava a ser uma preocupação com a composição interna, ou com a possibilidade de aquilo desandar de uma maneira enorme e haver um *backlash* da sociedade argentina?

L.L. – Eu acho que nesse momento inicial ainda não era uma coisa que tivesse parecido com uma preocupação para nós. Quer dizer, sabia-se que havia essas questões, eram muito veiculadas na imprensa e tudo, mas não caracterizavam ainda um problema porque a legitimidade do Menem, durante o seu primeiro mandato, inclusive consagrado por uma reeleição...

M.S. – Uma reeleição de lavada, não é?

L.L. – ...de lavada, foi muito significativa. Então, isso não afetava ainda a governabilidade nem a autoridade do governo.

M.S. – E o Fernando Henrique se sentia, pessoalmente, muito confortável com o Menem?

L.L. – Sentia sim.

M.S. – Apesar de serem trajetórias e personalidades...

L.L. – Completamente...

M.S. – ...completamente díspares.

L.L. – O Fernando Henrique era um grande amigo do irmão do Menem... do irmão do...

M.S. – Do senador?

L.L. – ...do irmão do [Guido] di Tella.

M.S. – Sim, do Torcuato, não é?

L.L. – O irmão do Di Tella. A ligação do Fernando Henrique com a Argentina era toda por esse lado intelectual, acadêmico. O Menem... Ele não conhecia o Menem, mas se tornaram amigos. Eles se tornaram bons amigos.

M.S. – Nada que o churrasco argentino não...

M.M. – Certamente. E eu entendo perfeitamente.

M.S. – Eu também, professora. Muito bem.

L.L. – Muito bem.

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_12_07.04.2008]

7ª Entrevista: 20.06.2008

M.S. – Vamos começar então com a mudança de governo nos Estados Unidos e a passagem do Departamento de Estado do Warren Christopher para a Madeleine Albright.

L.L. – Quando a Madeleine Albright foi anunciada como secretária de Estado, eu tive, em um primeiro momento, muita preocupação. Porque durante todo o período em que eu tinha trabalhado com o Warren Christopher, tinha se estabelecido uma relação de muita confiança e de muita cordialidade inclusive. Porque o Christopher é um homem, primeiro, de grande experiência, de pouca loquacidade e pouco temperamento, mas de muita confiabilidade, um homem muito sério, muito correto nas suas colocações. E ele, portanto, tinha uma relação muito franca, muito aberta comigo, e tinha vindo ao Brasil e tinha tido uma excelente visita ao Brasil, como acho que nós já comentamos, inclusive na Amazônia. Ele sempre me lembrava que o Azeredo da Silveira¹⁷⁵ tinha tido uma esplêndida relação com o Henry Kissinger¹⁷⁶ e uma péssima relação com os seus sucessores, ou seja, com o Cyrus Vance¹⁷⁷ basicamente, e temia que a Madeleine Albright, pelo seu estilo mais colorido, mais espetacular até, de certo ponto, pudesse repetir um pouco essa dicotomia. Na verdade, não aconteceu. Não aconteceu. A Madeleine, sem dúvida nenhuma, tinha outro temperamento e outro protagonismo e inclusive outra mordacidade. Ela tinha tido alguns enteveros com o Celso Amorim¹⁷⁸ – nada de grave, mas tinha tido –, mas aquilo era mais em função...

¹⁷⁵ O entrevistado se refere ao ex-embaixador Antônio Azeredo da Silveira.

¹⁷⁶ Henry Kissinger teve um papel relevante na política dos Estados Unidos durante as décadas de 60 e 70. Foi Secretário de Estado deste país entre os anos de 1973 e 1977.

¹⁷⁷ Foi Secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1977 e 1980, durante o governo de Jimmy Carter.

¹⁷⁸ Celso Amorim foi ministro das Relações Exteriores nos períodos de 1993 a 1995 e de 2003 até o presente (outubro de 2010).

M.M. – Em torno do que, ministro?

L.L. – Em torno sobretudo do Conselho de Segurança. Porque o Celso tinha essa obsessão, que aliás mantém até hoje, por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, e ela, como todos os americanos, não tinha a menor intenção de fazer uma reforma no Conselho de Segurança e muito menos dar cadeiras permanentes a ninguém. Então, tinha havido alguns pequenos entreveros. E eu tive uma relação também sempre muito franca com ela. Ela foi sempre muito cordial, muito aberta, a ponto inclusive que o presidente Fernando Henrique brincava de que eu ia acabar tendo um caso com a Madeleine Albright.

M.M. – Difícil. Muito difícil.

L.L. – Justamente. A graça do comentário era essa. [risos]

M.M. – Exatamente. Seria a missão impossível.

L.L. – É verdade. Mas nós estabelecemos, de fato, uma relação boa, muito boa e que aliás persiste até hoje. Eu tenho uma boa relação com ela, uma boa amizade com ela. Eu estou sempre com ela, porque ela é muito atuante no Council on Foreign Relations. Então as mudanças, nesse sentido, não se tornaram difíceis. Mesmo porque, nas outras áreas de muito direta relação conosco, houve primeiro, no USTR¹⁷⁹, houve uma substituição do Mickey Kantor pela Charlene Barshefsky, que era a sua segunda e com a qual eu já tinha uma boa relação também, uma relação muito profissional, muito correta e tudo, e depois o Mickey passou para o Ministério do Comércio, o Department of Commerce, mas nunca se sentiu muito à vontade nesse lugar e foi substituído por Bill Daley, que tinha sido um homem muito importante na passagem no Congresso do Nafta. Ele tinha sido o comandante da campanha, da batalha legislativa que foi a aprovação do Nafta, e então foi nomeado secretário de Comércio e veio a ter também uma esplêndida relação comigo – inclusive, jogávamos golfe e tudo –, uma relação pessoal muito boa. Ele é daquela família de Chicago. É filho do velho Mayor Daley de Chicago. O irmão ainda é meio... E tivemos uma excelente relação. De maneira que no segundo mandato... Mesmo porque era sempre o Clinton e o Clinton tinha uma relação pessoal muito boa com o presidente Fernando Henrique, então, não havia razão para uma mudança nem de orientação nem de estilo no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos.

M.S. – É nesse momento que o Mack McLarty passa a ser assessor especial para a América Latina?

L.L. – É.

M.S. – É no segundo mandato? O senhor tem essa...?

L.L. – Não, eu acho que já no primeiro mandato ele já tinha essa posição. Porque ele foi *chief of staff*...

¹⁷⁹ O entrevistado se refere à United States Trade Representative.

M.S. – Logo no comecinho.

L.L. – ... durante um ano mais ou menos.

M.S. – No primeiro ano.

L.L. – É, durante um ano. Depois ele ficou na Casa Branca como conselheiro, mas pouco depois o Clinton deu a ele esse título específico.

M.S. – O seu primeiro encontro com a Madeleine Albright acontece em Washington, em 19 de março de 97, e uma das coisas que aparece na conversa logo de cara, que ela lhe diz, diz respeito ao que viria a ser o Plano Colômbia: ela está bastante contente com o progresso do México e está bastante infeliz com o progresso da Colômbia e diz que os países vizinhos deveriam incentivar cada vez mais o combate ao narcotráfico na Colômbia. Qual foi a primeira reação do lado brasileiro?

L.L. – A primeira reação foi em linha com o que tinha sido colocado inclusive sempre para o Christopher no primeiro mandato, que era de que o Brasil não via problema nenhum em que houvesse uma colaboração dos Estados Unidos com qualquer país que aceitasse ou desejasse essa colaboração, mas que o Brasil não queria participar de nenhum trabalho multilateral nessa área, salvo na esfera da OEA¹⁸⁰, ou na esfera da ONU. Mas de ações, e sobretudo de ações diretas, ações militares, o Brasil não queria se envolver, não é? Então, a nossa posição era uma posição, em relação à Colômbia, uma posição de expectativa, uma posição passiva eu diria até, de certo modo.

M.M. – Um dos problemas nessa área, até está aqui literalmente, o senhor fala, é “a questão da certificação estar se tornando um fator de divisão no continente”. Quer dizer, o fato de os Estados Unidos se arrogarem o direito de darem um certificado de quem está tendo um bom comportamento e um mau comportamento em relação ao narcotráfico.

L.L. – Exato.

M.M. – Como é que ela recebeu essa reação do Brasil ao fato de os Estados Unidos estarem interferindo diretamente em uma área que geralmente estava muito próxima ao Brasil?

L.L. – Eu acho que, de um modo geral, ela não tinha muita consciência de que houvesse esse tipo de reação. Assim como na era Carter, por exemplo, o governo americano também não tinha muita consciência que os relatórios sobre direitos humanos viessem a ser uma espécie de uma nota, de uma prova final, em que um professor então atribui nota aos alunos.

M.M. – Achava isso natural...

L.L. – É, achava natural.

¹⁸⁰ Organização dos Estados Americanos.

M.M. – ... que isso seria uma coisa natural.

L.L. – Porque era o interesse dos Estados Unidos e tudo. Mas eu justamente... Não que eu pretendesse ter, digamos, nenhum papel de educador da Madeleine Albright com relação à América Latina, da qual ela não tinha nenhuma experiência, mas eu achei que era importante dizer a ela isso para que ela tomasse consciência de que isso era um fator de perturbação, um fator de desagrado de um modo geral, porque envolvia uma certa prepotência, uma certa arrogância, não é?

M.S. – À medida que o programa deles de cooperação com a Colômbia evolui, tem uma operação chamada Green Clover e tem uma operação chamada Laser Strike – são nomes espetaculosos, não é? –, a decisão brasileira é de deixar que gente de nossas forças pudesse participar dos vôos. Nós teríamos gente da Aeronáutica, principalmente, que entraria nos aviões, porque dessa maneira a gente teria algum tipo de participação, não ficaria totalmente de fora, e também na expectativa de poder moderar de alguma maneira, talvez, eu não sei, a postura norte-americana.

L.L. – Não, eu não creio que nós tivéssemos nenhum interesse em participar – e houve uma reação militar muito forte a esse respeito – de nenhum programa que tenha sido concebido e que vinha sendo implementado basicamente pelos Estados Unidos, no qual os demais países desempenhariam o papel de peões, o papel de auxiliares, não é? Inclusive, eu não sei se eu já referi isso aqui, mas quando o Christopher veio ao Brasil, em 96, eu tive uma conversa a sós com ele em que eu disse que o Laser Strike, que era uma operação que já tinha vindo como um prato absolutamente feito... Em 96, tinha sido apresentado com a definição prévia do que cada país ia fazer, cada unidade de cada país ia fazer. Isso, evidentemente, não era aceitável por nossos militares e nem por nosso governo. Então, eu insisti muito. E justamente, na sua cabeça de advogado e na sua cabeça de estadista, o Christopher tinha entendido isso perfeitamente e sentiu... E inclusive, a partir daí, não houve insistência mais nesse Laser Strike, porque ele era o mais agudo de todos, o mais... Agora, o que o Brasil também sempre disse é que faria, naturalmente, a sua parte. No nosso território, faria a sua parte. Inclusive, estava investindo muito no Sivam, em todo o Sistema de Vigilância da Amazônia, portanto, a nossa contribuição seria essa, mas não uma contribuição de participar de planos organizados em Washington, não é?

M.S. – Tem um outro tópico da conversa com a Madeleine Albright em Washington nesse momento que é bem interessante, em que ela agradece a participação brasileira em Angola, e ela conclui dizendo que um dos papéis que ela acha que o Brasil está apto a realizar é participar de operações de paz na África, inclusive por causa da língua. De novo esse período reflete um pouco a década de 70, quando parte da agenda bilateral Brasil-Estados Unidos passa a levar em conta a África, o que não é óbvio, nem necessariamente natural. De que maneira que o Brasil recebeu, ou recebia, esse tipo de linguagem?

L.L. – A nossa colocação sempre foi clara de que nós estaríamos dispostos a fazer isso quando houvesse um papel especial ou relevante a ser desempenhado pelo Brasil, portanto, em países de língua portuguesa – nós tivemos um contingente em Moçambique e um contingente em Angola depois –, mas que a nossa disposição para participar de Forças de Paz seria seletiva. Essa sempre foi a nossa colocação junto à ONU. Quer dizer, alguns

países, por exemplo, Bangladesh e outros países, de certo modo fazem uma espécie de cheque em branco com a ONU, estão dispostos a participar de qualquer missão em qualquer situação, e eu expliquei que não era o nosso caso. Aliás, nós sempre sentimos que em Angola, como era o caso, não havia razão para que ela agradecesse, porque o Brasil tinha desempenhado um papel muito mais importante do que os Estados Unidos em Angola e tinha uma ligação muito mais forte com o governo de Angola do que os Estados Unidos. Só depois é que os Estados Unidos vieram a estabelecer uma embaixada e relações e tudo. Mas nós não tínhamos interesse em participar de operações de paz em qualquer país da África.

M.S. – Como é que o senhor lidou com a resistência à operação em Angola nesse período? Porque têm críticas muito fortes da imprensa: para que o Brasil investe nesse tipo de operação, quando a situação doméstica ainda está longe de ser satisfatória?

L.L. – Eu acho que essas críticas se originaram no fato de que as missões, e essa missão de Angola em particular, custavam caríssimo ao Tesouro Nacional e que o ressarcimento desses gastos pela ONU, que era parcial, só vinha muito depois. Quer dizer, o Brasil realmente tinha que fazer face a um desembolso muito importante. Eu acho que era essa sobretudo a colocação. Naturalmente, há sempre pessoas que têm uma visão isolacionista do país, que é uma visão retrógrada e tudo, mas que têm essa visão. É claro que essas pessoas não concordarão praticamente jamais que o Brasil tenha uma participação desse gênero. Achemos que o fulcro da crítica era de natureza econômica.

M.S. – Quais eram os focos da crítica? Onde é que o senhor encontrava mais resistência? Nos ministérios econômicos? Junto aos militares? No próprio Itamaraty?

L.L. – Não. No Itamaraty, não. Acho que nos ministérios econômicos de um modo geral, não é? Os ministérios econômicos, eu acho que tinham sempre. Porque as contas eram muito salgadas realmente.

M.M. – E os ganhos eram... Por parte da economia, os ganhos não eram vistos como generosos, a ponto de se investir...

L.L. – Não. O ganho, nesse tipo de situação, é sempre um ganho muito difícil de calcular.

M.S. – Intangível.

L.L. – É subjetivo, intangível.

M.M. – Mas no caso da África, talvez houvesse maior interesse porque o Kofi Annan tinha assumido a secretaria da ONU, não?

L.L. – O Kofi Annan, eu acho que ainda não. Nesse momento...

M.M. – Nesse interesse de Kofi Annan.

L.L. – Porque ele era o subsecretário da ONU responsável pela parte de missões de paz. Eu

tive muitas conversas com ele a esse respeito justamente. Antes de ser secretário-geral. Secretário-geral, eu acho que ele só foi em 98.

M.S. – Em 98. A postura do Brasil em relação ao Boutros-Ghali, na hora que os Estados Unidos o empurram para... Qual foi?

L.L. – O Boutros-Ghali¹⁸¹ era uma pessoa respeitável, por todos os títulos, um diplomata com uma grande carreira, mas era um homem cansado, era um homem já sem *drive*, sem nenhum entusiasmo mais pela função. Quer dizer, ele estava... E eu acho que era essa a crítica dos Estados Unidos basicamente. Nós nunca criticamos o Boutros-Ghali, não fomos ajudar a empurrar ele pelo precipício. Mas eu acho que o comentário da Madeleine Albright era esse. Ele era um homem de um outro estilo diplomático e tudo, que tinha ficado de certo modo superado. Ele tinha cumprido a missão dele já, basicamente.

M.S. – Uma semana depois dessa reunião em Washington, tem um encontro no Palácio da Alvorada em que o Fernando Henrique se encontra com alguns dos principais embaixadores: o Azambuja está lá, o Jório Dauster está lá, o Rubens Barbosa, o Seixas Corrêa, o Sebastião do Rego Barros. Esses encontros eram comuns? Não, não é?

L.L. – Não. Inclusive, eu acho que nessa escala, nesse nível, só houve esse. E ele foi inclusive sugerido por mim ao presidente porque eu achava que era bom que houvesse, da parte dos principais embaixadores, uma discussão que certamente acabaria referendando. Eu não tinha dúvida que acabaria referendando. Não havia uma dissensão substancial naquele momento em relação aos caminhos da política externa. Então, a reunião foi uma reunião longa e muito interessante nesse sentido. Eu tenho, como registro sobre isso, inclusive... Mas eu queria fazer antes um breve comentário sobre uma coisa interessante que houve, que foi uma visita ao Líbano que eu fiz em fevereiro de 97, dia 6 de fevereiro. O que eles diziam é que desde D. Pedro II, que estive no Líbano quando estive na Terra Santa – em uma viagem particular inclusive, mas era o imperador não é? –, que nenhuma autoridade brasileira tinha ido ao Líbano. O que era uma coisa incrível afinal de contas, porque há um contingente... Não há uma aldeia no Líbano que não tenha um parente, uma pessoa que tenha vindo para o Brasil. Então, realmente eles me receberam lá com uma cordialidade, com um afeto... A visita tinha mais esse sentido. Não havia um enredo bilateral nem coisa a dizer e tudo. Mas a visita correu esplendidamente. E houve um episódio que é um episódio que me deu uma informação direta sobre a profundidade do ódio e do mal-estar que existe no Oriente Médio que foi o seguinte: o ministro Fares, o ministro do Exterior do Líbano, o ministro Fares Bueiz (B-U-E-I-Z), Fares Bueiz, me deu um grande banquete, mais ou menos umas 120 pessoas, e no meio desse banquete – eu estava sentado ao lado dele –, ele foi procurado por um assessor que cochichou alguma coisa no ouvido dele, e eu vi que ele ficou perturbado com aquilo. Eu não perguntei nada. Achei que seria indiscreto perguntar. Daqui a pouco, uns dez minutos depois, veio de novo o assessor, e aí disse outra coisa e ele ficou então em uma felicidade total. Aí eu resolvi perguntar, não é? Ele disse: “Não, foi o seguinte, a primeira vez, ele tinha me dito que dois helicópteros israelenses tinham caído no sul do Líbano, e eu temia muito que tivesse sido

¹⁸¹ Boutros-Ghali é um diplomata egípcio. Foi o sexto secretário-geral das Nações Unidas, no período de 1992 a 1996.

abatido por forças nossas e que houvesse uma retaliação pesada israelense, como sempre Israel faz, não é? Mas a segunda conversa, ele veio me dizer que os aviões tinham... os helicópteros tinham se chocado, portanto, tinham sido destruídos pelos...”. Aí começou uma festa, professora. Começou uma festa. Começaram a dar tiros para cima, para o lado de fora, e ele mandou tocar música e todo mundo dançando loucamente...

M.M. – De alegria pela morte das pessoas.

L.L. – Dançando efusivamente pela morte de... Eu fiquei chocadíssimo com aquilo. Eu já tinha estado em Israel antes e tenho muitos amigos judeus e tudo, eu fiquei chocadíssimo. Ele mandou celebrar. Aquilo tinha sido um carnaval, como se tivesse uma vitória da Seleção ou uma coisa assim. Eu fiquei muito impressionado. E Beirute, naquele momento, era ainda uma cidade muito arrasada, com presença muito forte de tropas sírias. Um impacto grande. Mas a visão do Brasil é uma visão romântica, uma visão distante, um lugar de paz, de concórdia.

M.S. – Idílica. Em algum momento chegou a ter uma discussão sobre a possibilidade de o presidente Fernando Henrique ir ao Líbano?

L.L. – Chegou. Nós estávamos planejando isso. Estávamos planejando uma ida dele inclusive a Israel também. Mas aí houve uma deterioração muito grande do quadro político entre Israel e os palestinos e pegando também o problema... Porque as forças israelenses estavam ocupando o sul do Líbano ainda naquele momento, não é?

M.S. – Claro.

L.L. – Então, aí não houve mais clima para isso. Mas ele tinha tido todo o interesse sim, todo o desejo de fazer isso.

M.M. – Vamos voltar para a reunião?

L.L. – Vamos voltar.

M.M. – Mas geralmente... O senhor está dizendo que é inédito, que não é muito comum esse tipo de reunião. Qual foi então o fato que fez com que o presidente Fernando Henrique decidisse abrir na sua agenda, na agenda dele, um espaço para uma reunião dessa, geral do Itamaraty? Teria a ver com a perspectiva já da reeleição, e, portanto, de uma continuidade da política externa? Podia se planejar mais a longo prazo, já que poderia ser reeleito?

L.L. – Não, não.

M.M. – Então, o que determinou essa reunião em março?

L.L. – O presidente sempre teve uma postura de muita consideração e respeito com os embaixadores, os principais embaixadores da Casa. Ele sempre gostou de ouvi-los, sempre recebeu e tudo. E a tradição um pouco era a de que o ministro tinha um ciúme da relação com o presidente e achava que essa relação era uma coisa meio exclusiva que não podia ser

banalizada. E eu nunca tive ciúme. Eu tinha uma autoconfiança da relação minha com o presidente. Eu não me sentia ameaçado pelo fato de ele receber fulano ou sicrano ou beltrano. E ele fazia isso regularmente, e me dizia inclusive, depois comentava. Ou não comentava. Também não tinha importância nenhuma. E eu achei que inclusive era bom... Como eu disse, eu que propus a reunião. E ele achou ótimo, porque várias vezes, anteriormente, sobretudo no tempo de secretário-geral, ele tinha promovido reuniões desse gênero. Mas ele sempre gostou de ter um debate, de ter uma avaliação dos assuntos de política externa, além de ter comigo, com um grupo. O Fernando Henrique é um intelectual, é uma pessoa de uma grande abertura para o mundo, ele não ia querer restringir esse canal a uma só pessoa. Ele tinha toda a confiança em mim, mas não era uma exclusividade, não é?

M.M. – Havia uma hierarquia nas pessoas que iam falar? Assim: primeiro falaria o fulano...

L.L. – Não.

M.M. – Não? Era uma agenda aberta?

L.L. – Era uma reunião muito informal.

M.M. – Como é que se conduz uma reunião dessas?

L.L. – Eu abri essa reunião... Eu tenho anotado aqui no diário justamente que eu abri a reunião anunciando a decisão do presidente de assinar o TNP¹⁸², que aconteceria mais tarde, nesse ano. E um pouco essa reunião também visava justamente a ter, digamos, um consenso.

M.S. – Referendar a decisão.

L.L. – Referendar a decisão.

M.M. – Está certo.

L.L. – Então, eu anunciei que o presidente tinha tomado a decisão de assinar o TNP e que essa decisão se baseava na constatação de que não havia mais nada a ganhar e não havia mais nenhuma razão de interesse nacional para justificar que o Brasil estivesse fora do TNP, que não havia nada de prático que pudesse ocorrer que viesse a interferir ou prejudicar o nosso programa nuclear, que já estava em caminho, e que hoje era uma posição apenas de princípio nossa, desde aquele momento, e essa posição do princípio nos deixava mal porque nos deixava em companhia de países, digamos, nucleares não confessos, não admitidos, como Israel, Índia e Paquistão, que eram países em uma situação completamente diferente da nossa. Então, esse era um ponto. O outro é que o TNP era um emblema do *mainstream* internacional, do essencial...

M.S. – É uma credencial importante.

¹⁸² O entrevistado se refere ao Tratado de Não Proliferação Nuclear.

L.L. – É uma credencial muito importante e que não havia mais razão para nós estarmos fora dele. Tanto que pouco depois, ou alguns anos depois, através do Sérgio Duarte¹⁸³, o Brasil presidiu uma conferência de revisão do TNP. Há coisa de uns três ou quatro anos atrás, não é? Quer dizer, era uma credencial que tinha que ser adquirida porque aquela carta já não valia mais nada, não tinha mais propósito.

M.S. – Nesse momento de referenciar a decisão com alguns dos principais embaixadores da Casa, vocês esperavam que o ataque e a crítica, dentro da sociedade brasileira, viessem de onde?

L.L. – Não, o ataque possivelmente viria de alguns segmentos de intelectuais, ou jornalistas de direita, que depois acabaram se materializando inclusive – por exemplo, um homem que era muito amigo meu, o Oliveiros Ferreira¹⁸⁴, com o qual eu fui obrigado a romper porque ele escreveu um livro inteiro atacando violentamente as nossas decisões, mas de uma maneira muito pesada –, e alguns setores militares também. Não necessariamente dos mandos militares, das chefias, mas alguns militares.

M.S. – O presidente chegou a auscultar os militares antes de tomar a decisão? Ou foi uma decisão tomada pelo senhor...

L.L. – Não, tivemos uma reunião formal.

M.S. – Ah, foi formal?

L.L. – Formal, com todos os ministros militares, todos os chefes, todos os chefes dos serviços.

M.S. – A gente chegou a conversar sobre... Eu lembro de uma...

L.L. – Não. É mais adiante.

M.S. – Ah, é mais adiante?

L.L. – É em 97. É mais adiante.

M.S. – Está certo. Ótimo. Nesse momento, nessa reunião, parece haver um consenso importante de que a América do Sul é uma aposta importante do Brasil e que é necessário fortalecer o Mercosul.

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – O Marcos Azambuja¹⁸⁵ chega a dizer que uma expansão do Mercosul seria

¹⁸³ O embaixador Sérgio de Queiroz Duarte foi nomeado, em julho de 2007, alto-representante da ONU para Assuntos de Desarmamento.

¹⁸⁴ Oliveiros Ferreira é um jornalista brasileiro. Trabalhou no jornal “O Estado de São Paulo” de 1953 a 2000.

¹⁸⁵ Foi embaixador do Brasil na Argentina entre os anos de 1992 e 1997.

provocação dos Estados Unidos; precisava primeiro consolidá-lo. O Sebastião do Rego Barros¹⁸⁶ discorda, ele diz que alargar o Mercosul é positivo porque o fortaleceria. Agora, o senhor estava comentando no começo da entrevista, eu não sei se a gente chegou a gravar, que o começo de 97 é iniciado com a Argentina em crise de novo.

L.L. – É verdade.

M.S. – Como é esse primeiro...?

L.L. – Não chega a ser ainda a crise propriamente, mas são prenúncios, não é? Houve o registro inclusive de que haveria, primeiro, dissensões dentro do Partido Justicialista; depois, em relação a nós, uma obsessão crescente com a dependência do Brasil, isso passando a ser uma palavra cada vez mais agitada, e o Cavallo¹⁸⁷, que tinha tido normalmente uma relação boa conosco, tinha passado a ser cada vez mais agressivo, por causa da competitividade de produtos brasileiros, na medida em que a paridade fixa lá fazia com que os nossos produtos entrassem cada vez melhor, e os setores protecionistas iam se tornando cada vez mais ousados, e por outro lado, também a questão das Malvinas, que o Menem¹⁸⁸ tinha resolvido retomar e tinha feito uma proposta de co-soberania sobre as Malvinas aos ingleses e os ingleses recusaram isso de pronto. Não levou a lugar nenhum. Quer dizer, toda essa combinação de brigas dentro do Partido Justicialista, protecionismo e problemas de Malvinas, problemas de dependência com o Brasil, tudo isso, começava a ficar um quadro menos tranqüilo do que tinha presidido aos primeiros dois anos. [Os anos de] 95 e 96 tinham sido momentos muito tranqüilos da relação bilateral.

M.S. – O senhor diria que a escolha de avançar a integração apesar dos problemas da Argentina e apesar do prenúncio e certamente da expectativa de que aquilo poderia desandar no futuro, tem a ver com aquela noção de que o espaço sul-americano passava a ganhar uma importância estratégica para o Brasil...

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – ... que quando se falava em América Latina, a América do Sul não tinha?

L.L. – Sem dúvida.

M.S. – Porque o Fernando Henrique, no fim da reunião, quando a reunião começa a se encerrar, ele diz que “o Brasil é a pedra de toque da organização desse espaço”.

L.L. – Exato.

M.S. – Eu acho essa frase muito emblemática desse período de construção da América do

¹⁸⁶ O diplomata Sebastião do Rego Barros foi Embaixador do Brasil em Moscou (1990-1994); secretário-geral do Itamaraty (1995-1999) e embaixador do Brasil na Argentina (1999-2001).

¹⁸⁷ O entrevistado se refere a Domingo Cavallo, que foi ministro da Economia da Argentina durante o governo De La Rúa.

¹⁸⁸ O entrevistado refere-se a Carlos Menem, ex-presidente da Argentina (1989-1999).

Sul como uma entidade estratégica.

L.L. – Exato. A colocação que eu tenho inclusive é essa: “O presidente concluiu o segmento apenas diplomático comentando que o enraizamento da democracia e a estabilidade econômica são a base da nossa projeção internacional. O Brasil está se organizando para exercer a sua ascendência, sem o fazer impositivamente. Hoje, os próprios agentes econômicos nacionais querem a integração, e o Brasil transformou-se na pedra de toque da organização do espaço sul-americano. E o presidente solicitou que nós estudássemos mais as implicações da Alca e comentou sobre a importância de organizar a nossa relação com os Estados Unidos em função dessa questão comercial e equilibrá-la com o contraponto da Europa.” Esse foi o ponto principal.

M.S. – Ou seja, é a percepção de que mesmo que a Argentina apresente problemas e prometa apresentar mais problemas ainda, vale a pena investir na relação porque a América do Sul é um espaço natural de nossa ascendência, mesmo ela enfraquecida.

L.L. – Exato. Onde o Brasil pode aspirar a desempenhar esse papel de eixo central. Aliás, com relação a essa questão, houve, no início, um elemento extremamente promissor, que era a questão do Chile. O Chile, através de Frei¹⁸⁹ e de Insulza, o seu ministro do Exterior, tinham toda a intenção de fazer uma integração bastante profunda do Chile com o Mercosul e, ao longo de um ano e meio de negociações, houve sempre uma grande resistência da Argentina. Porque a Argentina considerava, em primeiro lugar, que o Chile podia tomar-lhe um pedaço do privilégio que eles tinham de ter um acesso preferencial ao mercado brasileiro, e em segundo lugar, porque eu creio que temiam que o Chile fosse muito competitivo dentro da própria Argentina em uma série de segmentos e que isso podia ser rejeitado pela indústria argentina de certo modo. Mas o fato é que o acordo acabou saindo, mas foi se enfraquecendo gradativamente, até que, já no governo Lagos¹⁹⁰, anos depois, o Chile optou por uma relação com os Estados Unidos e um acordo com os Estados Unidos e se afastou do Mercosul na prática, não é? Eu acho que nós perdemos uma grande oportunidade, porque havia, nos dirigentes chilenos, a vontade de uma aproximação muito grande conosco.

M.M. – Qual foi...?

M.S. – Eles estariam dispostos...? Desculpa.

L.L. – Porque achamos que o Chile podia acrescentar um diferencial de qualidade no Mercosul, na medida em que o Chile tinha uma economia muito arrumada e tinha...

M.S. – Tinha credibilidade.

L.L. – ...uma credibilidade internacional estabelecida.

¹⁸⁹ O entrevistado refere-se a Eduardo Frei Ruiz-Tagle, que foi presidente do Chile entre os anos de 1994 e 2000.

¹⁹⁰ O entrevistado se refere a Ricardo Lagos Escobar, presidente do Chile no período de 2000 a 2006.

M.S. – O senhor acha que naquele momento existia a possibilidade de o Chile aceitar uma tarifa comum? Ou seria um vínculo de quatro mais um preferencial?

L.L. – Eles nunca abriram essa possibilidade, mas eu acho que poderia ter sido muito mais profundo, o acordo quatro mais um, que acabou saindo, mas acabou saindo muito...

M.S. – Muito fino, não é?

L.L. – ...muito menos pujante do que podia ter sido.

M.M. – Eu só ia falar que na “escolha de Sofia”, o Brasil ficou com a Argentina. É isso?

L.L. – É.

M.M. – Foi uma... Porque essas coisas não acontecem assim. Quer dizer, o Brasil, na verdade, preferiu ficar com a Argentina, em vez de correr os riscos que a entrada mais efetiva do Chile poderia representar para o Mercosul? A gente pode dizer isso?

L.L. – Eu acho que a Argentina não chega a ser uma escolha. A Argentina é um fato.

M.M. – É irmão.

L.L. – É um fato. É uma outra...

M.S. – É uma realidade geográfica.

M.M. – Um irmão, não tem como escapar.

L.L. – É uma realidade. É um determinismo histórico e geográfico que não tem como escapar, não é? E eu acho que inclusive a Argentina... É preciso também reconhecer que a Argentina é o dobro do Chile em matéria de PIB, de economia, de população e tudo mais, não é? Não há dúvida nenhuma. Quer dizer, não se pode excluir a Argentina. Seria... E também, tudo que acontece de mal na Argentina não pode ser celebrado pelo Brasil. Tem que ser aplaudido, como a torcida mineira aplaudiu agora o Messi lá no Mineirão. Tem que aplaudir. Quando dá certo, para nós é ótimo. Tudo que for bom e certo para a Argentina acaba tendo resultados positivos para nós.

M.S. – No momento que essa reunião acontece, já se tem a expectativa que vai haver uma visita presidencial dos Estados Unidos ao Brasil, que o Clinton virá...?

M.M. – Eu podia perguntar, antes do Clinton...? Ministro, o senhor falou que há uma visão do próprio Fernando Henrique de que a Europa é um possível contraponto aos Estados Unidos.

L.L. – Exato.

M.M. – Mas a avaliação do Jório Dauster¹⁹¹ fala de uma resistência da Europa a acordos regionais de livre comércio. Quer dizer, a União Européia não é um comércio tão fácil assim. Não é um mercado tão fácil, não é?

L.L. – Não. Mas eu acho que aí é em um sentido mais amplo. Esse é um problema que é discutido entre nós desde a época do Silveira em Genebra. A dependência total dos Estados Unidos – em todos os aspectos, não apenas comercial, mas financeiro, mas também de crédito, de suprimentos militares, enfim, de uma faixa enorme de relações – é o padrão na América Latina. É o paradigma latino-americano. Mas justamente a nossa visão é que o Brasil não pode ficar dentro desse paradigma porque é grande demais e tem espaço demais e que precisa contrabalançar. Ter uma ótima relação com os Estados Unidos... Não é ser contra os Estados Unidos, mas contrabalançar essa relação com os Estados Unidos com outras parcerias – isso foi uma das colocações principais nessa reunião –, não só a Europa como um aprofundamento da parceria com o Japão e a busca de novas parcerias, como a China, o Canadá, a África do Sul, Índia, Austrália. Essa foi uma... Eu não sei se tem aí inclusive, mas há um registro que eu fiz aqui, que eu me lembro bem que o Luiz Felipe Seixas Corrêa¹⁹² comentou que essa nossa agenda diplomática naquele momento é um retorno à agenda de Rio Branco, que visa fortalecer o perímetro territorial brasileiro, com as melhores relações possíveis com os nossos vizinhos, e construir uma forte relação com os Estados Unidos. Isso, eu acho que ele...

M.M. – É a agenda Rio Branco.

L.L. – É, é a agenda Rio Branco. Mas é uma agenda Rio Branco *upgraded* com a relação...

M.S. – Com a Argentina.

L.L. – ...com a Argentina.

M.S. – O Rio Branco tremaria de...

L.L. – É. O Rio Branco nunca falou em integração. Ele ficaria apavorado com o Mercosul.

M.S. – Sim, certamente. Sem dúvida.

M.M. – Também, deixemos Rio Branco lá no início do século XX, não é, coitadinho.

M.S. – Sem dúvida. Nesse período... A minha pergunta diz respeito à frase do Fernando Henrique sobre a necessidade de estudar melhor a Alca. Nesse período, já temos expectativa de que o Clinton viria ao Brasil. Inclusive, se eu não me engano, a expectativa inicial era que o encontro acontecesse em maio, não é isso?

¹⁹¹ O embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva ocupou diversos cargos na diplomacia brasileira. Foi Presidente do Instituto Brasileiro do Café de 1987 a 1990; Embaixador Extraordinário para a Negociação da Dívida Externa de 1990 a 1991 e embaixador do Brasil junto à União Européia de 1991 a 1998.

¹⁹² O embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa é desde 2002 representante permanente do Brasil na OMC. Além disso, foi secretário-geral do ministério das Relações Exteriores (1999-2001), embaixador na Espanha (1993-1997) e na Argentina (1997-1998).

L.L. – Eu não tenho registro disso, não. Eu não me lembro exatamente.

M.S. – Eu não tenho certeza também.

L.L. – Não, eu não tenho certeza.

M.S. – Mas, enfim, sabia-se que ele viria.

L.L. – É, houve uma protelação sim, por algum problema interno americano.

M.S. – Americano.

L.L. – É.

M.S. – Algum problema de agenda.

L.L. – É.

M.S. – O senhor diria que nesse momento, nessa reunião de 97, já está claro que a postura do Brasil nesse encontro vai ser protelar a Alca, empurrar a discussão para frente? Em parte porque o Clinton não tinha o *fast track* e não tinha uma possibilidade clara de...

L.L. – Não, a nossa preocupação nesse momento, nesse início de 97, era que ia haver uma reunião no Brasil, em Belo Horizonte, de ministros da Alca, na qual seria muito importante marcar uma posição que fosse uma posição diferente da agenda americana. Então, nós estávamos definindo, e fomos construindo essa posição devagar. Houve uma reunião preparatória, de vice-ministros, em Recife, onde eu fiz um discurso importante, colocando a nossa posição, e depois houve então a reunião de Belo Horizonte. Quer dizer, nós estávamos realmente procurando definir já antecipadamente, no nível nosso, inclusive com a presença de americanos – porque nessas reuniões ministeriais, é óbvio que os americanos também participavam –, termos de referência que fossem justamente atendendo as nossas preocupações e as nossas colocações.

M.M. – Ministro, a gente sabe que jornal é danado para às vezes pegar pedaços de frase fora do contexto, mas a gente tem aqui no *Estado de São Paulo* de fevereiro de 97 uma frase atribuída ao senhor que é assim: “Fim do Mercosul é inevitável. Para o ministro, os americanos querem que os agrupamentos regionais se diluam na Alca”. A gente sabe que é um pedaço aí de conversa.

L.L. – Esse é o tal famoso problema das manchetes. Você vai reclamar com o repórter, ele diz: “Ah, mas não sou eu que faço a manchete. O sujeito que fez a manchete não entende nada”.

M.M. – Por isso que é bom a gente esclarecer então. [riso]

L.L. – Não, o que eu estava querendo dizer aí é que os Estados Unidos imaginam que uma

vez feita a Alca, o Mercosul deixaria de existir. Porque o maior absorve o menor, não é? Esse era o ponto deles. Inclusive, provavelmente, o próprio Nafta¹⁹³ também, não é?

M.M. – Mas, por exemplo, esse tipo de manchete – tudo bem que o jornal tem uma certa intenção – já não é para bombardear a própria Alca?

L.L. – Provavelmente. Inclusive porque a nossa colocação sempre foi de que o Mercosul era mais do que um acordo apenas de tarifas, era mais do que um acordo... Tinha um...

M.S. – Era um projeto político.

L.L. – Justamente a nossa posição sempre foi ao contrário dessa, que o Mercosul não seria... Porque eu acho que tinha havido uma colocação, se não me engano, de alguém, não sei se da Charlene Barshefsky¹⁹⁴, mas alguém do governo americano tinha colocado justamente que haveria essa absorção. E a nossa preocupação era desmentir que fosse assim. O Mercosul era um projeto próprio, com características inclusive que transcendiam a parte comercial, não é?

M.M. – O senhor acha que as dificuldades...? O Fernando Henrique fala da necessidade de se ter o apoio da sociedade brasileira, não é? “Precisamos informar melhor a sociedade sobre o que estamos fazendo.” E na verdade, a maneira como é anunciada a negociação da Alca contribui exatamente para que a sociedade brasileira faça resistência à Alca. O senhor considera que as dificuldades de comunicação com a sociedade tinham a ver com a própria maneira como nós, os brasileiros, estávamos conduzindo? Ou, também, pela maneira como os americanos costumam apresentar as coisas, como um pacote pronto? Como é isso?

L.L. – Sobretudo a maneira como os americanos apresentam, não é? Porque de certo modo a Alca foi vista desde o início como uma espécie de um contrato de adesão – certo ou errado, mas como um contrato de adesão – que os Estados Unidos tinham a fórmula pronta e quem quisesse aderisse e quem não quisesse não aderisse. Não era bem assim, não é? Não era bem assim. E sobretudo havia também pontos altamente positivos na Alca. Quer dizer, a Alca não era, filosoficamente, ou fundamentalmente, uma coisa má, uma coisa negativa para o país, uma ameaça à soberania do país, ou uma anexação, como os mais extremistas dizem. Mas, enfim, era um acordo comercial, e todo acordo comercial tem vantagens e desvantagens. A vantagem principal era um acesso preferencial ao maior mercado do mundo. É claro que isso era o que motivava 80% dos países da América Latina a ser muito favorável à Alca. É lógico que é uma coisa boa, não é? Mas no nosso caso, nós tínhamos também muito mais a perder, por causa da amplitude da nossa indústria, dos nossos interesses e tudo, não é? Então, era um caminho mais complicado. Desde sempre. Nós nunca fechamos a porta, mas também nunca aceitamos nenhum contrato de adesão, nenhuma colocação [de cima]¹⁹⁵.

M.S. – Então, no processo que culmina com a vinda do Clinton ao Brasil, tem alguns

¹⁹³ Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

¹⁹⁴ Charlene Barshefsky foi representante de comércio dos Estados Unidos durante o governo de Bill Clinton.

¹⁹⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

eventos que são importantes, eu acho. Em agosto, tem um encontro seu com o Guido di Tella¹⁹⁶, onde se monta um mecanismo de consulta e coordenação em matéria de defesa e segurança internacional, na segunda semana de agosto...

L.L. – Ah, esse foi um encontro em Itaipava, não é?

M.S. – ...de 97.

L.L. – É. Vieram ministros militares argentinos.

M.S. – O que era isso exatamente?

L.L. – Isso foi uma primeira tentativa justamente de ampliar muito o diálogo com a Argentina, incluindo o segmento militar. Tinha havido uma declaração do Menem um pouco anteriormente, em 18 de agosto, em que ele disse que a Argentina se oporia frontalmente à entrada do Brasil no Conselho de Segurança Nacional [das Nações Unidas] porque isso criaria um desequilíbrio regional. Pondo a questão muito cruamente, evidentemente que o Menem tinha criado um ponto de sensibilidade para nós e nos obrigava a sair de uma linha de prudência e de contenção que nós vínhamos tendo a esse respeito justamente, basicamente, para não ofender, ou não perturbar a Argentina.

M.S. – Isso é no dia 18.

L.L. – Dia 18.

M.S. – Certo. E a reunião de vocês foi uma semana antes, com o Di Tella.

L.L. – É. E aí eu dei uma entrevista, também ao *Estado de São Paulo*, rebatendo essa colocação e dizendo da nossa surpresa e desagrado e tudo. E aí começou a questão do aliado especial das Nações Unidas.

M.S. – Da Otan, não é?

L.L. – Da Otan.

M.M. – Ele é extra-Otan.

L.L. – Extra-Otan. Isso foi um ponto delicado aí da questão. Deixa eu chegar aqui ao registro dessa... Que dia você diz que foi?

M.S. – A matéria no jornal é de 14 de agosto. Então, o encontro deve ter sido no dia 13.

L.L. – Não. Foi no dia 5 de agosto, eu acho.

M.S. – O encontro foi dia 5?

¹⁹⁶ Guido de Tella é um diplomata argentino, que foi ministro das Relações Exteriores entre 1991 e 1999.

L.L. – É. Era mais uma...

M.M. – A matéria é do dia 18.

L.L. – O encontro não tinha, digamos, uma finalidade precisa, mas acabou sendo interessante porque dele resultou um documento, que foi um discurso meu. Eu não sei se vocês têm isso. A reunião em si não era uma reunião para chegar, digamos, a um memorando de entendimento ou a um tratado ou à decisão de tomar essa ou aquela iniciativa. Era uma reunião de troca de idéia e de conversa. Tanto que nós ficamos hospedados lá. É um clube que o Exército tem na serra lá, grande e tudo. Ficamos todos hospedados lá e tivemos um jantar, e depois, no dia seguinte, voltamos a trabalhar. Foi uma coisa relaxada, tranqüila, de conversa, de troca de opinião. E nesse contexto, conversamos muito sobre o negócio do Conselho de Segurança da ONU.

M.S. – E fica claro que há uma cisão.

L.L. – Há, sem dúvida.

M.S. – E daí a declaração do Menem de alguns dias depois.

L.L. – Isso já tinha havido anteriormente, não é? Mas o que ficou patente... Houve dois fatos. O primeiro foi esse. O segundo foi que a comunicação da coisa da aliança extra-Otan foi feita durante essa reunião aos argentinos, pelo Sandy Berger¹⁹⁷, que era o assessor de Segurança...

M.M. – Durante essa reunião é que foi...

L.L. – Foi. Ele telefonou e aí veio lá o.... Eu não sei se foi combinado. Eu fiquei com a impressão que era combinado, que era um golpe de teatro.

M.M. – E aí que o senhor soube que tinha...?

M.S. – Um golpe de teatro total!

M.M. – É?

L.L. – É.

M.M. – [Aí que o senhor soube] que a Argentina tinha sido recebida para a Otan?

L.L. – Veio lá o Guido di Tella todo satisfeito e tudo para comunicar isso.

M.M. – Para dizer ao senhor que tinha ganho o campeonato?

¹⁹⁷ Sandy Berger foi assessor do presidente Bill Clinton para assuntos de Segurança Nacional.

L.L. – Foi.

M.S. – O senhor já sabia que tinha...

L.L. – Não, nós não estávamos disputando esse campeonato.

M.S. – Claro. O Brasil não...

M.M. – Não, o Brasil nunca foi da Otan.

L.L. – E nem pegaria bem, não é?

M.M. – Imagina!

L.L. – Mas a Argentina tinha aquele negócio de relações carnavais. Uma vez... Aliás, foi engraçado, porque a Madeleine Albright me disse: “Escuta aqui, tem uma coisa que eu queria te perguntar que eu não consigo entender bem, o que o Guido di Tella quer dizer com ‘relações carnavais’?”. [risos]

M.M. – Ela se animou.

M.S. – Ela que perguntou?

L.L. – “Onde é que ele quer chegar?”

M.M. – Pelo jeito, ela se animou, não é?

M.S. – Isso foi no começo da gestão dela?

L.L. – Foi. Foi ao fim de uns meses.

M.M. – Ela ficou animada.

M.S. – Agora, o Brasil sabia que a Argentina estava pleiteando...

L.L. – Sabia. E eles abriram o jogo inclusive. Eles estavam convencidos... Porque houve um momento... Porque era a questão do centenário da... Não, centenário não, do cinquentenário da ONU. Houve um momento em que os argentinos estavam convencidos que tinham conseguido emplacar a idéia da rotatividade, quer dizer, de uma cadeira...

M.S. – Regional.

L.L. – ...para a América Latina, na qual se revezariam dois ou três ou quatro países. Eles achavam isso, e disseram que os Estados Unidos já tinham se fixado nessa linha. O que certamente não era verdade. Eu acho que os Estados Unidos podiam ter até dito e encorajado um pouco e tudo, mas fixado? Eu nunca soube que os Estados Unidos tenham se fixado em nada. E aí houve uma troca de... Isso não foi no plenário; foi em uma reunião

separada que o Sebastião do Rego Barros participou e acho que mais um ou dois. E aí ele fez uma carga muito forte contra o Celso Amorim: “O Celso Amorim está pisando toda hora nessa tese na ONU e está...”

M.M. – O Guido?

L.L. – É. “Tem uma obsessão voraz com esse assunto. Isso é um fator de perturbação.” E eu aí também fiz uma carga contra o secretário-geral dele, que era o Petrella, que era um sujeito muito antibrasileiro, muito daquela velha escola do San Martin, muito contra o Brasil. Aquela rivalidade antiga, não é? Então, ficamos nisso. E aí o Guido disse umas coisas muito interessantes, porque ele disse: “Olha, nós sabemos que vocês têm essa aspiração e tudo. Agora, a Argentina não tem condições de apoiar o Brasil nisso porque ficaria numa posição subalterna. Possivelmente há de chegar um dia em que a Argentina venha a se tornar um Canadá, uma Suécia, mas hoje ainda é cedo. Se nós nos tornarmos um Canadá ou uma Suécia, nós podemos até vir a apoiar vocês nisso”.

M.M. – Sem comentários.

L.L. – Eu só falei dizer: “Isso vai levar uns 30 anos mais, de maneira que pode ser que você chegue lá.” [riso] E aí o Cisneros¹⁹⁸, que era o segundo, era o vice-ministro do Guido, disse uma coisa que eu achei que era muito expressiva como a visão argentina, porque ele disse: “O Brasil pode vir a ser o líder da América Latina, mas não pode ser o *patrão* da América Latina. Não pode pretender ser o patrão da América Latina”. Foi a colocação que ele fez...

M.S. – Genial.

L.L. – ...que é uma colocação boa, não é? É uma colocação expressiva, não é?

M.S. – Claro.

M.M. – Mas, ministro, eu queria voltar a esse episódio que tem bem pouco do que nós imaginamos como uma conversa diplomática, quer dizer, o ministro receber um telefonema e vir comunicar todo alegre que a Argentina... Como é que o outro ministro – no caso, o senhor – reage a uma situação dessas, em que o senhor foi tomado de surpresa com essa notícia, já que a reunião tinha um outro caráter, era amena, em um lugar muito bonito? Como é que se reage? Como é que um ministro está preparado para receber uma notícia dessas? O senhor fez o quê?

L.L. – Nada. Eu não tinha nada que fazer. Eu não podia...

M.M. – Não podia nem dizer que...

L.L. – Eu não podia ter um ataque de ciúme em uma situação dessas...

¹⁹⁸ O entrevistado se refere a Andrés Cisneros.

M.M. – Não.

L.L. – ...e dizer: “Poxa! Como é que você fez isso comigo, me trair?!” [risos]

M.M. – Mas o senhor não deu um pouco o troco? Porque na Assembléia da ONU, em setembro, portanto, no mês seguinte, o senhor foi bem enfático ao lançar a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança e rechaçar o rodízio proposto por México e Argentina. Foi o troco? É assim que...?

L.L. – Não, isso era a nossa posição sempre. Isso foi só uma reiteração.

M.M. – Independente do que o...

L.L. – Foi.

M.M. – [Independente] de toda essa alegria do ministro argentino.

L.L. – Porque essa colocação... De certa maneira, esse negócio do aliado e tudo era uma espécie de recompensa pelas relações carnavais, não é? Porque o Menem fez pelo menos umas dez coisas para ser... Mandou até navios de guerra argentinos para a Guerra do Golfo e Cascos Blancos... Enfim, fez *n* iniciativas para agradar os americanos.

M.M. – Essa foi a leitura da diplomacia brasileira?

L.L. – E não tinha outra.

M.M. – Eles ganharam porque tinham feito...

L.L. – É claro.

M.M. – Eu não vou falar a expressão que se usa, mas, enfim, tinham feito tudo.

L.L. – Exato.

M.M. – Está certo. Essa era a leitura.

L.L. – O registro que eu tenho aqui é o seguinte: “Durante essa reunião de Itaipava, Sandy Berger, que era o assessor de Segurança Nacional, ligou para o Di Tella dando ciência da autorização para a venda de armamentos sofisticados na América Latina, em particular o suprimento de F-16 e F-18 para o Chile”, que aí é uma coisa complicada, não é?

M.M. – Muito.

L.L. – “Por outro lado, como uma espécie de atenuação, anunciou que o governo americano tinha decidido considerar a Argentina como aliado extra-Nato. Isso, aparentemente, significa que terá acesso a certos equipamentos que de outro modo seriam vedados e gozará de algumas vantagens financeiras em suas transações de material bélico com os Estados

Unidos. É a primeira vez neste século que a Argentina tem um status especial com os Estados Unidos e o Brasil não. E aí o Davidow logo depois me telefonou, que era o subsecretário americano de Assuntos da América Latina, de Assuntos Interamericanos. Davidow telefonou, e ao comunicar-me a nova, disse que isso não significa que os Estados Unidos não estejam dispostos a conversar conosco sobre o assunto.” E aí o comentário meu foi: “Fiquei mudo”. [risos]

M.M. – O senhor emudeceu duas vezes.

L.L. – Foi. Esse assunto é explosivo, não é?

M.M. – Literalmente.

M.S. – Do ponto de vista da venda de armamentos para o Chile, isso era perturbador para o Brasil de alguma maneira?

L.L. – Não.

M.S. – Eu entendo a perturbação para a Argentina.

L.L. – Não. Para o Brasil não. Inclusive porque os chilenos tinham nos mantido a par sempre dessa questão. E havia inclusive setores dentro do próprio governo chileno que não eram muito favoráveis à idéia, não.

M.S. – Entre a reunião de Itaipava e a reunião da Assembléia Geral, quando o senhor lança de fato a candidatura brasileira, reafirma a candidatura brasileira, nesse momento o senhor não concorda com o Di Tella que o Celso Amorim está batendo, obsessivamente, na tecla da reforma, não é? Nesse momento, uma postura... O Celso Amorim segue a orientação direta sua? A relação é um pouco distante? Como é que era o jogo com o Celso em Nova York?

L.L. – Era um jogo aberto e sem problema nenhum. Eu sempre me dei bem com o Celso. Nunca fui particularmente chegado a ele, mas sempre me dei bem com ele e tinha confiança nele o suficiente. Eu sabia que ele tinha essa obsessão. Ele já tinha sido ministro antes e tinha já demonstrado essa obsessão. Era uma coisa conhecida, não era novidade, mas... Enfim, era um jogo que ele fazia de uma maneira muito estridente e que nós fazíamos de uma maneira mais tranqüila, sempre com a idéia de que esse assunto não podia ser a pedra de toque da política externa no Brasil, que não podia ser a condicionante fundamental de todas as demais ações. Não era o eixo básico da nossa posição externa.

M.S. – Mas em Nova York ele tinha latitude para tomar conta da postura brasileira naquele fórum em particular.

L.L. – Tinha.

M.S. – Como é ser chefe de um sujeito que foi chanceler? Porque essa é uma das particularidades do Itamaraty, onde o ministro depois continua.

L.L. – É. Eu não quis continuar justamente por isso. *[riso]*

M.S. – Exato.

L.L. – Eu pedi a aposentadoria logo que completei 35 anos, no segundo ano de governo. Eu pedi a aposentadoria porque não pretendia voltar, porque é muito chato você ficar lá, não é?

M.S. – E como é para quem tem que mandar?

L.L. – Eu acho que... Você tem uma certa... O que dá uma certa latitude, não é? Quer dizer, homens como o Paulo Tarso, o Rubens Barbosa, depois o Marcos Azambuja, o Celso Amorim, ou o próprio Jório, cada um tem a sua personalidade. Você não pode tratar como se fosse um menino de escola: “Senta aí. Levanta. Escreve. Vira a cara para a parede”. Não pode, não é? Cada um tem lá o seu estilo, a sua... E sempre que não estejam, digamos, divergindo de linhas fundamentais, deixa eles costurarem. Pelo menos essa sempre foi a minha gestão. Você não pode conduzir um grupo de homens tão realizados e tão expressivos com uma rédea curta demais. Não é possível.

M.M. – Na imprensa... Eu vou voltar outra vez à imprensa, até porque a preocupação do presidente Fernando Henrique é de que a política externa tenha um suporte interno. Então, acho que a imprensa nesse caso é importante de a gente conversar um pouquinho. Porque é o seguinte: “Tanto o fato de os Estados Unidos terem agraciado o governo argentino com a condição de extra-Otan quanto o fato atribuído ao presidente Fernando Henrique e ao ministro Lampreia de esvaziarem o tema da cadeira foram interpretados como uma derrota da política externa brasileira. A partir daí, na condução incompetente do episódio sobressaiu um componente: o masoquismo.” Como se nós fôssemos masoquistas porque estávamos apanhando da Argentina. Como é que isso repercutia? Isso repercutiu, por exemplo, exatamente na sua posição, um mês depois, em setembro de 97, na Assembléia da ONU? Porque pode ser impressão minha, mas eu achei que levantou um pouco o tom do discurso.

L.L. – É.

M.M. – E aí talvez a gente possa associar... Eu queria saber se há a associação de uma defesa da posição brasileira...

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_13_20.06.2008]

L.L. – Então, sabe, esse assunto de Conselho de Segurança é um assunto que também não pode ser, digamos, empurrado para debaixo da mesa, porque é prestigioso e é importante que o Brasil seja percebido como sendo um candidato forte. Só o fato de ser candidato forte já é importante. Não é a mesma coisa que ter a cadeira permanente, mas é um fato... Então, você não pode também dizer: “Não, eu não sou candidato. Eu renuncio. Não aceito”. É evidente que não, não é? E por outro lado, a opinião pública em geral, a imprensa e tudo, tinha essa visão um tanto engajada a respeito desse assunto, quer dizer, vendo isso em um

Luiz Felipe Lampreia

ambiente de rivalidade, em um ambiente de corrida de prestígio, de importância e tudo. Então, posições mais nuançadas, mais matizadas, naturalmente provocam menos entusiasmo do que posições mais radicais, é lógico. Mas eu acho que é preciso que a gente veja o jogo global. E o que sobretudo ressalta é que nós sempre soubemos que não era razoável que o Brasil jogasse todas suas fichas nesse assunto, e estávamos dispostos portanto a eventualmente pagar um certo preço, se fosse necessário, por isso. Quer dizer, não fazer um jogo puramente de arquibancada. Porque o jogo de arquibancada acaba desgastando também, não é? Quer dizer, o Celso faz esse jogo permanentemente e não acontece nada. Então, à medida que não acontece nada, também você perde credibilidade, perde terreno. Porque você está se empenhando loucamente por uma coisa que todo mundo está vendo que cada vez tem menos chance de acontecer, é uma coisa que também desgasta, não é? Eu acho que foi um pouco por aí. Eu queria contar, se vocês permitem, uma outra coisa. É que a partir do começo desse ano começou a surgir muito fortemente a questão de uma candidatura minha à direção geral da OMC¹⁹⁹. Eu não sei se estava no programa de vocês.

M.S. – Sim.

L.L. – Estava?

M.M. – Estava.

L.L. – Então, se quiserem, eu direi depois.

M.S. – Não, não.

M.M. – Por favor.

L.L. – Eu não originei essa idéia. Essa idéia surgiu basicamente de duas pessoas: uma era o próprio diretor geral, que na época era o italiano Renato Ruggiero, que era um bom amigo meu, e o outro era o Peter Sutherland, que tinha sido o primeiro diretor geral da OMC e que tinha sido o diretor geral na Rodada Uruguai, que era muito amigo meu e continua sendo até hoje. Aliás, ambos. E os dois estavam empurrando essa idéia e tudo. E eu, desde o início, eu sempre disse o seguinte, eu sempre disse: “Olha, eu estou muito bem onde estou, eu não posso aspirar a lugar mais importante e mais prestigioso do que o que eu tenho, eu estou total à vontade com o presidente da República, ele faz a gentileza de me dar a confiança dele integral, quer dizer, me defendendo publicamente quando há qualquer coisa, e eu estou no meu país, no meu ministério, a minha carreira toda, eu não tenho desejo.” Agora, também não é coisa que você diga de pronto que “não me interessa, estou fora”, não é? Então eu deixei um pouco, à moda de Getúlio Vargas, eu deixei estar como está para ver como é que fica. E veio ao Brasil, justamente nesse ano, no mês de abril eu creio, o Leon Brittan, que era o comissário europeu para assuntos de comércio, um homem muito enfático, com o qual eu tinha tido inclusive graves desentendimentos a propósito do Programa Automobilístico Brasileiro, que precisava de um *waver*, precisava de uma exceção, de uma autorização, e ele tinha se oposto muito. Eu tinha tido entrevistos sérios

¹⁹⁹ O entrevistado se refere à Organização Mundial do Comércio.

com ele a esse respeito. Mas isso tinha sido superado e ele veio me ver e colocou, em primeiro lugar, a idéia da Rodada do Milênio, que depois virou Rodada Doha. Originou-se em uma idéia européia. Originou-se nessa[colocação]²⁰⁰. E ele apresentou a idéia da Rodada e disse inclusive que essa era a grande chance de fazer progressos na área agrícola e que ele queria que isso se tornasse uma posição nossa, que nós, conjuntamente, patrocinássemos essa idéia. E depois ele disse que achava que a pessoa para conduzir isso era eu, que eu devia ser o secretário... O diretor geral da Organização e tudo mais. Eu tinha sido embaixador lá em Genebra, um embaixador muito ativo e tudo, até 95, quando fui nomeado ministro, e, portanto, havia uma memória ainda presente da minha atuação lá. E ele tinha esse conceito e colocou essa questão. E era preciso ver como é que isso fluía internacionalmente. Então, eu tive conversas com os americanos a esse respeito, com a...

M.S. – Com a Charlene?

L.L. – ...com a Charlene. Especificamente com a Charlene. E a Charlene me disse que tinha todo o respeito, que não tinha nada absolutamente contra uma idéia dessa e que achava que era uma coisa interessante, mas que talvez fosse prematuro que eles se engajassem na posição, que eles queriam ver melhor como se desenhava o quadro. E a partir desse momento houve então uma intensificação de pressão, porque o próprio Ruggiero começou a falar muito nisso, o Peter também fazendo campanha no nível dele e tudo...

M.S. – O Fernando Henrique...?

L.L. – E eu conversei com o Fernando Henrique e o Fernando Henrique disse: “Olha, isso é uma decisão muito pessoal sua que eu respeitarei seja qual for. Se você quiser ser o diretor geral, é uma coisa, evidentemente, de interesse para o Brasil, importante para o Brasil, e eu te apoiarei plenamente, farei tudo que puder para te apoiar, mas se você quiser ficar, também, eu acho ótimo que você fique e gostaria que você ficasse. Mas é uma decisão sua. Você faz o que você achar, o que você resolver”. E aí a coisa, durante esse ano todo, foi andando, e foi um tema que permeou muito as ações nesse ano e foi inclusive levantado pelo Fernando Henrique com o Clinton de uma maneira muito discreta. Ninguém soube disso, não. Não se falou nisso.

M.S. – No encontro em Brasília?

L.L. – No encontro em Brasília, ele levantou. E o Clinton e a Madeleine Albright fizeram referências simpáticas ao meu nome, mas não se comprometeram também. Acharam que era cedo para se comprometer.

M.S. – Quando seria a renovação?

L.L. – Era no ano seguinte.

M.S. – Em meados de 98?

²⁰⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

L.L. – Era em maio, em maio de 98, ou uma coisa assim, não é?

M.S. – E em que momento o senhor soube que não ia acontecer? Foi por uma posição em particular? Foi porque os Estados Unidos depois não entraram...?

L.L. – Não. Depois de um certo tempo, já mais para o fim desse ano, eu tive a clara percepção de que ou eu fazia uma coisa ou eu fazia outra. Quer dizer, eu não podia continuar a ser ministro das Relações Exteriores como candidato, ou pré-candidato à OMC. Tinha que haver uma desvinculação. Porque senão, tudo que eu viesse a falar, as posições que eu viesse a tomar... “Ah, esse cara só está pensando naquele lugar. Então, não tem mais isenção para ser interlocutor nos assuntos.” E aí, mais para o final do ano, eu comecei a captar uns sinais muito pouco nítidos, a nível quase que de fofoca, de que fulano, sicrano e o próprio Mickey Kantor²⁰¹ teriam dito que os Estados Unidos nunca poderiam aceitar um brasileiro para um lugar desse porque seria muito delicado e tudo. Teria que ser uma pessoa de menos... De um país menos expressivo, ou menos militante, digamos, no assunto. E aí eu verifiquei que...

M.M. – Militante em favor da redução de subsídios?

L.L. – Exato.

M.M. – O Brasil já tinha muito essa imagem. É isso, não é?

L.L. – Exato. Empurrando muito coisas delicadas para eles, não é? E eu perguntei inclusive à Charlene Barshefsky: “Escuta, eu estou ouvindo esses rumores aqui...” Ela disse: “Não, não. Isso não reflete a posição do governo americano. Não há nenhum veto e nem essas pessoas falam pelo governo americano”. Bom, é evidente que não falam, mas que alguma coisa isso quer dizer, quer, não é?

M.S. – *Que las hay, las hay.*

L.L. – Exato. Então eu verifiquei, conversando com o presidente inclusive, que para levar adiante essa... Teria que ser uma coisa... Uma batalha, não é?

M.S. – Uma campanha.

L.L. – Uma campanha. De qualquer modo, teria que ser uma campanha. Mas teria que ser uma campanha que tivesse um aspecto que possivelmente viria a ser um aspecto conflitivo e que, se isso viesse a acontecer, o que podia resultar seria um desgaste forte nosso com os Estados Unidos que possivelmente inviabilizasse a minha candidatura e que aí eu ficasse sem a OMC e sem o Itamaraty também. Quer dizer, ficava numa situação... Aí, a partir de certo momento, eu passei também a recolher os meus *flaps* e deixei acontecer, e eles acabaram se fixando em um homem que foi de uma rara, digamos, opacidade, que foi o Mike Moore, que tinha sido primeiro-ministro, brevemente, por uns meses, da Nova Zelândia e que, coitado, era um homem inteiramente perdido ali no meio. Mas era o que

²⁰¹ Mickey Kantor foi representante de comércio dos Estados Unidos, no período de 1993 a 1997.

eles queriam. Eles não querem pessoas muito... não queriam pessoas muito atuantes, muito... Então, foi um episódio interessante.

M.S. – Mais recentemente, o Brasil também teve um candidato brasileiro, o Seixas Corrêa.

L.L. – É.

M.S. – O senhor tem a impressão de que o fracasso dessa candidatura – e ali houve uma campanha mais incisiva...

L.L. – A lógica é a mesma.

M.S. – A lógica foi exatamente a mesma.

L.L. – É.

M.M. – Só que ali o governo brasileiro apostou mesmo as fichas abertamente.

L.L. – É. Mas, de qualquer modo, é uma coisa muito difícil.

M.S. – Muito bem. Vamos para a vinda do Clinton? Como está a sua...?

L.L. – Olha, eu tenho mais aí uns dez minutos, por aí.

M.S. – Ah, então, por que...? Tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de...

L.L. – Eu tenho um almoço na...

M.M. – Eu teria mais perguntas sobre a Assembléia da ONU. Eu tenho mais algumas perguntas. Mas aí, se o senhor quiser encerrar, ou não...

L.L. – Vocês têm acesso a uma aula magna na UFRJ, não?

M.S. – Sim. “A autonomia pela integração” é o título. É isso?

L.L. – Exato. Essa foi das conferências mais marcantes...

M.S. – Ótimo. Podemos falar.

L.L. – Não, não é para falar, não. É só para...

M.S. – Para pontuar.

L.L. – ...para pontuar. É porque aqui tem comentários sobre praticamente toda a agenda internacional.

M.S. – Sim. O que mais me interessa pessoalmente da expressão “a autonomia pela

integração”... Se eu não me engano, a frase foi cunhada pelo Gelson Fonseca Jr.²⁰², não é?

L.L. – Foi.

M.S. – Porque há uma mudança de rumos importante do Brasil, não é? Porque a autonomia, tradicionalmente, era concebida como isolamento da sociedade internacional liberal, comandada pelos Estados Unidos, e aí há uma mudança significativa, onde o objetivo ainda é manter a autonomia, mas fazendo parte do *mainstream*...

L.L. – Isso.

M.S. – ...o que é sempre delicado. Mas eu acho que esse tema aparece em vários dos seus[inaudível].

L.L. – É. Eu acho que isso é uma coisa básica, é um raciocínio básico da nossa parte. Porque eu creio que a idéia de um isolacionismo, de um neutralismo, enfim, uma idéia do tipo Bandung, dos anos 50 e anos 60, é inteiramente fora de questão. Quer dizer, o Brasil não pode optar por um caminho norte-coreano. É um disparate absoluto, não é? Não há a menor possibilidade. Mesmo porque o Brasil é um país ocidental, desde o século XIX. Machado de Assis é um ocidental, é um leitor dos ingleses e dos franceses. E ao mesmo tempo, o Brasil também não pode optar por uma integração plena, dentro de um esquema em que haja uma alienação da sua vocação, da sua visão do mundo, não é? Então, justamente a autonomia tem que ser buscada pela integração nesse *mainstream*, mas uma integração com especificidade. Quer dizer, uma integração que tenha a reserva da possibilidade de um caminho próprio, conforme as circunstâncias. Que, aliás, é mais e mais o que vai acontecendo no mundo, não é? Quer dizer, hoje, países como a China, a Rússia, a Índia estão fazendo precisamente isso, não é?

M.S. – Claro. Convergem em direção ao liberalismo, mas com ressalvas.

L.L. – Exato. Estão adotando cada vez mais paradigmas internacionais de comportamento. No caso da China, não na área democrática, mas na área econômica, sem dúvida nenhuma, com a adesão à OMC, não é? Mas não quer dizer que vão abrir mão das suas peculiaridades e das suas especificidades. Eu acho que isso é o padrão. E o padrão também envolve o que o Fareed Zakaria²⁰³ diz, quer dizer, que os Estados Unidos não têm mais a capacidade de impedir isso, de punir quem faça isso, ou de impor os seus paradigmas próprios, não é?

M.S. – E o interesse, não é? Porque de modo geral esses países convergem para o *mainstream* geral, que é...

L.L. – Claro.

²⁰² Gelson Fonseca Junior ocupou diversos cargos na diplomacia brasileira, dentre eles o de assessor-chefe da Assessoria Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República (1995-1999), de chefe da Missão do Brasil junto a ONU (1999-2002) e de embaixador do Brasil no Chile (2003- 2006).

²⁰³ Fareed Zakaria é um jornalista indiano, especializado em relações políticas internacionais. Atualmente apresenta o programa “Fareed Zakaria GPS” no canal norte-americano de televisão CNN.

M.S. – O tom desse *mainstream* é dado pelos Estados Unidos. E essa leitura é importante porque o senhor vê o mundo então pós Guerra Fria, a unipolaridade dá o tom e esses grandes países se adequam, com ressalvas e restrições, mas de modo geral convergem, mas não vão compor um jogo antiamericano...

L.L. – Não.

M.S. – ...nem vão compor um jogo para reformar as normas dominantes.

L.L. – Mas veja bem... Quer dizer, você tem uma diferença grande do momento atual para o momento de 95 ou 96 ou 97. Em 97, a China não é o que é hoje; a Índia também estava muito longe ainda de ter se firmado, de ter feito as suas reformas, de ter se modernizado...

M.S. – O Brasil ainda não é o que é hoje.

L.L. – O Brasil não estava também. E a própria...

M.M. – A Rússia, mergulhada em crise.

L.L. – A Rússia estava naquela confusão de Yeltsin, aquela fase atrapalhadíssima da superação do pós-muro. Então, hoje é mais fácil ter uma postura dessa, mas naquele momento os Estados Unidos ainda tinham uma capacidade e uma força muito maior de botar a mão em cima e impedir uma coisa, ou de viabilizar outra. E a própria OMC, não é? A própria OMC não é mais hoje o que era há dez ou quinze anos.

M.S. – O equilíbrio de poder mudou muito...

L.L. – Mudou muito

M.S. – ...por causa do fortalecimento do Brasil e da Índia em particular.

L.L. – É. E dos países em desenvolvimento em geral lá, não é? Tudo mudou muito.

M.S. – Marly, você tinha perguntado...

M.M. – Não, eu vou... Era mais com vistas às conversas com o Clinton, e há uma coisa que eu notei, que é a questão do armamentismo. Porque há uma confluência muito grande de questões: no encontro com Madeleine Albright em Washington, em março de 97, a questão da corrida armamentista; o senhor fala sobre a corrida armamentista na...

M.S. – E a suspensão do embargo de armas à América Latina.

M.M. – Exatamente. Então, era para falar quais eram os pontos principais do Brasil na questão da corrida armamentista. Porque aí o México também fica preocupado, tanto com a posição da Argentina de ter ganho essa extra-Otan quanto o próprio armamento do Chile. Quer dizer, o México também se preocupa com países que estão, do ponto de vista de

fronteira, distantes dele. Mas ele tem... Inclusive, tem uma proposta mexicana que até o Brasil rejeita. Então, seria... Eu não sei se o senhor quer falar disso hoje ou se o senhor quer deixar para...

L.L. – Não, eu não tenho...

M.M. – Porque seria uma visão mais de longo... Uma análise mais longa, que até poderia desembocar, ou não, na visita do Clinton, quando ele vem, em outubro.

L.L. – Que eu me recorde... Quer dizer, eu não tenho... Eu não pesquisei esse assunto, mas nem tenho nenhuma nota especial a esse respeito. O problema da compra desses aviões pelo Chile causa mocha aos países com os quais ele tem rivalidade. Mas no Brasil não foi nunca um cabo-de-guerra nem uma coisa contenciosa da nossa parte. Eu acho que não se pode dizer que tenha se configurado uma corrida armamentista realmente. A corrida armamentista até, atualmente, tem sido mais forte por parte da Venezuela, que tem comprado aí coisas absolutamente fora de padrão e ninguém, no fundo, disse nada, não é? Mas uns aviões lá para o Chile, a renovação da sua frota... Era um pouco o que o Brasil estava fazendo também. Quer dizer, não teria sentido o Brasil estar fazendo naquela época concorrências para substituir os Mirage²⁰⁴ lá e criticando o outro por comprar dez ou doze F-16.

M.S. – A suspensão do embargo de venda de armas norte-americanas à América Latina seria então sobretudo o interesse norte-americano de não perder a venda para os europeus...

L.L. – Claro. Pressionado pelos seus fabricantes. Não tenha dúvida. Acho que não havia propriamente um fenômeno geral, não. Mesmo porque não havia nenhum conflito potencial. O Chávez não tinha ainda assumido o poder. Não havia nenhum conflito entre nações. Naquele momento, a paz...

M.S. – Tinha Equador-Peru ainda. Em vias de resolução.

L.L. – É, já estava quase resolvido. E nenhum dos dois estava entrando nessa jogada.

M.S. – Está ótimo.

L.L. – Muito bem.

M.S. – Muito bem.

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_14_20.06.2008]

8ª Entrevista: 01.07.2008

²⁰⁴ O entrevistado provavelmente se refere ao caça supersônico Dassault Mirage 5, projetado na França na década de 60.

M.S. – Estamos em outubro de 97, quando da visita do presidente Clinton ao Brasil. É a primeira vez que um presidente norte-americano que vem ao Brasil vem apenas no segundo mandato. A agenda de encontros não tem muito peso substancial, é uma visita de cortesia, sobretudo, porque o Clinton não tinha conseguido aprovar o *fast track*, então não se esperava que houvesse grande avanço na frente comercial. Vamos começar por isso.

L.L. – Bem. A visita do Clinton começou sob uma luz muito desfavorável, sem que ele tivesse muito culpa nisso, porque, como sempre, essas visitas são precedidas de uma grande missão precursora. No caso americano, a missão precursora, são centenas de pessoas e são pessoas muito prepotentes; desde o pessoal de segurança, que não dá a menor bola para o pessoal local, e o outro que traz a água mineral, o outro que... Enfim, é uma espécie de um rolo compressor assim, que só quer jogar dentro das condições deles. E o pior foi que eles publicaram um livro, uma espécie de guia, grosseiro e prepotente, porque incluía referências à corrupção endêmica no Brasil, à não confiabilidade do Judiciário, à instabilidade da base política parlamentar do governo, enfim; e críticas que, enfim, no Brasil são comuns, e a maioria das pessoas poderia até concordar; porém, vindo de um governo estrangeiro, na hora que vai chegar um presidente, é de uma indelicadeza e de uma prepotência completa.

M. S. – Esse material foi preparado pela embaixada norte-americana em Brasília ou pelo Departamento de Estado?

L.L. – Não. Pelo Departamento de Estado. Veio com...

M. M. – A que o senhor atribui? Se as relações eram tão boas. É um padrão geral para a América Latina?

L.L. – É, eu acho que sim. Os Estados Unidos, eu acho que de um modo geral, têm muita dificuldade em compreender os outros. Porque têm, enfim, aquela coisa do puritanismo, aquela coisa do excepcionalismo americano, o aspecto da formação, mesmo, da nação americana, de liberdade, individualista, têm muita dificuldade de entender essa certa confusão aí, católica ibérica, que a América Latina vive; e têm o hábito de tratar isso com uma certa brutalidade. O padrão deles é esse mesmo. É simbolizado pelo cinema americano e por tudo mais. Ele é uma espécie de... Depois eles têm um pouco essa coisa do pregador, do virtuoso, do [“let me tell you”]²⁰⁵, não sei o quê e tal. Têm, têm um pouco essa sensação de que são os detentores do monopólio da verdade, da pureza e tudo. Acho que é um pouco por aí. E, evidentemente, causou um enorme mal-estar. Saiu logo na imprensa, parece que chegou logo na mão de um jornalista brasileiro, que publicou e tudo. E o embaixador americano, que era o Levitsky, o Melvyn Levitsky, um profissional de carreira, competente, me telefonou e tudo, pedindo muitas desculpas e oferecendo uma retratação. Ele próprio era um sujeito digamos um tanto rombudo; embora fosse um profissional experiente e competente, era um sujeito um tanto rombudo, dado, também, a coisas do gênero; não dessa gravidade, mas era também um sujeito dado a prepotências de vez em quando, na fala dele.

²⁰⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

M. S. – Essas prepotências de um embaixador americano se expressam como, com o governo brasileiro? Ao entrar na sua sala no Itamaraty, por exemplo, para uma conversa, ele era *push*? Comentários que ele fazia com outros embaixadores, em Brasília, que chegavam aos seus ouvidos?

L.L. – Não. Comigo, de um modo geral, eu nunca tive episódios desses, inclusive, sempre fui super bem tratado, de maneira muito respeitosa, tanto pelo Christopher²⁰⁶ como pela Madeleine Albright²⁰⁷ e por todos os membros do governo americano com quem eu tratei, os embaixadores americanos também. Mas é um pouco um estilo, não é, é um estilo, é um modo de ser deles. Eu acho que há uma certa sensação de que o poder americano é tamanho, é tão gigantesco que ele permite que o sujeito diga aquilo que ele acha que é a verdade. E isso se transforma geralmente, em declarações, em declarações ou em frases... Aconteceu muito no passado, aconteceu com embaixadores americanos. O Berle²⁰⁸, originalmente, criticando o Getúlio, depois o [inaudível] várias vezes e tudo, aconteceu de... Várias vezes. Mas o Levitsky também tinha um pouco esse aspecto. Depois disso, não, os dois últimos embaixadores americanos têm sido, ao contrário, pessoas que têm procurado se inserir plenamente. Mas o fato é que isso causou um mal-estar grande. Causou mal-estar na área política. O Antônio Carlos fez um discurso importante, porque era uma ocasião boa, uma ocasião também de poder aparecer, para um político. E internamente, na casa também, o próprio Sebastião do Rego Barros, que era o secretário-geral, ficou transtornado, ficou muito irritado e tudo. E com razão. Com razão. Porque era uma coisa realmente insólita.

M. S. – Se eu não me engano, o presidente do Supremo anunciou que ele não iria ao banquete, a um almoço oferecido ao Clinton, no Itamaraty.

L.L. – É. Houve uns momentos assim. Mas nem chegou... Quando chegou o Clinton... O Clinton é uma pessoa que, em primeiro lugar, tem uma presença física assim... É iluminada, não é, porque ele é o rei da simpatia; ele tem uma postura, uma capacidade de ser charmoso, de ser simpático, de ser ao mesmo tempo, de uma maneira digna e tudo, mas ele é uma pessoa, realmente, que hipnotiza. Ele tem essa virtude. Então ele chegou e foi logo de saída muito hábil porque... Primeiro, ele disse que o Brasil é um grande parceiro dos Estados Unidos. Quer dizer, ele cativou os brasileiros e desmanchou aquele mal-estar todo, dizendo as coisas mais certas, mais adequadas, que dariam maior prazer aos brasileiros de ouvir. Depois, ele disse que o Mercosul era um fator positivo e que contribuía para a consolidação da democracia, para a consolidação da estabilidade e a própria promoção dos negócios americanos; não via o Mercosul como uma coisa que tivesse qualquer aspecto antiamericano. A terceira, porque ele repudiou o tal famoso relatório, especificamente, logo na chegada, e disse que aquilo não espelha o seu pensamento, não espelha o pensamento do povo americano e que ele repudiava completamente esse documento, que era um documento incapaz e tudo, e equivocado. Então...

M. S. – Alguém perdeu o emprego em Washington?

²⁰⁶ O entrevistado se refere a Warren Christopher, que foi Secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1993 e 1997.

²⁰⁷ Madeleine Albright foi a primeira mulher Secretária de Estado dos Estados Unidos da América. Ocupou o cargo no período de 1997 a 2001.

²⁰⁸ O entrevistado se refere a Adolf Berle Jr.

L.L. – É. Possivelmente. [riso] Depois, ele fez os maiores elogios ao Fernando Henrique. Disse que o Fernando Henrique é um estadista extraordinário, intelectual, o trabalho que ele está fazendo, a modernização do país. E até saiu dos seus cuidados para dizer que o pai da aviação é o Santos Dumont. E não os irmãos Wright como os americanos acham.

M. S. – Fecha um problema além.

L.L. – É. Então aí... Ele cativou, não é, de saída, ele cativou completamente.

M. M. – Quando o senhor fala que esse relatório foi recebido de maneira insólita, o Sebastião do Rego Barros ficou indignado, é porque estavam esperando outro tratamento para o Brasil do Fernando Henrique? Porque insólito parece uma coisa inesperada. Havia uma expectativa de que a visita fosse...

L.L. – Não. O insólito que eu quis dizer era mais no sentido de impróprio. Impróprio. Porque você fazer uma visita ou organizar uma visita de um presidente da República a um país e falar mal, ostensivamente, desse país é uma coisa de uma inabilidade total, não é.

M. M. – Ainda mais um país que tinha investido exatamente em direção contrária, de buscar respeitabilidade, estabilidade...

L.L. – Lógico. Lógico. Claro.

M. M. – Era como se a gente tivesse feito o dever de casa e não ganhou a medalha.

L.L. – É. Foi coisa de burocrata. Foi coisa de burocrata.

M. M. – É. O senhor acha que isso pode ser atribuído a uma certa autonomia da burocracia para tratar todo mundo da América Latina igual.

L.L. – É. Não tenha dúvida. Ah, sem dúvida. E provavelmente, inclusive, não era um documento destinado a vir a público, era um documento interno lá, para a turma toda lá, desse tal grupo precursor. Não era concebido para ser uma ofensa pública. Mas como veio a público, tornou-se. Mas aí o Clinton desfez isso inteiramente.

M. S. – Do ponto de vista da agenda, não de contenciosos, porque nós não chegamos a ser contenciosos, mas das fricções que existiam entre ambos os lados, certamente, tinha a questão ambiental, que estava no começo, se eu não me engano Clinton, à época, já pede que o Brasil se responsabilize e adote metas de redução de emissão de gases carbônicos, e aí a postura brasileira é muito militante contra impor metas, tendo em vista que o Brasil era responsável por menos de um por cento das emissões globais; tem a questão do papel das forças armadas no combate ao narcotráfico, que a preferência norte-americana era por uma presença mais proativa, e a preferência brasileira não era; e tem a questão comercial, Alca e Mercosul. Como é que se tratou, durante a visita, ou na visita em si não se tratou a questão?

L.L. – Não. Tratou-se. Tratou-se de tudo. Tratou-se. Na questão do Mercosul e tudo mais, ele fez aquela declaração pública que eu acabei de referir; mas depois ele disse que ele temia que o mundo estivesse caminhando para o fechamento em blocos regionais,

sobretudo na Ásia, e por isso é que ele tinha lançado a idéia da Alca; a idéia, a Alca, era para ter um fator de coesão continental aqui e tudo, que esse era o objetivo dele. Foi assim que ele colocou o assunto. Para que o continente americano não estivesse despreparado para essa regionalização que estava por vir. Essa foi a colocação dele. Mas ele não fez uma colocação... Vamos dizer, não entrou no detalhe dos contenciosos. Mesmo porque, a essa altura, não havia problemas mais sérios. Nós tivemos, no começo, um problema com o setor automotivo e tudo, mas isso já tinha sido superado a essa altura. Ele tratou muito da questão do Conselho de Segurança, a tal questão da cadeira permanente no Conselho de Segurança.

M. M. – Ah, sim?

L.L. – É. E disse que achava a idéia da votação aberrante, que achava que não fazia sentido, e que o Brasil devia, quando estivesse como membro não permanente, fosse eleito como membro não permanente, que o Brasil devia mostrar sua capacidade de aglutinação e de atuação no Conselho de Segurança, para se credenciar mais para um futuro acerto. Não disse que ia apoiar o Brasil. Nunca disseram isso. Os americanos nunca disseram isso. Mas ao dizer que o mecanismo de votação era aberrante e ao dar esse recado, evidentemente, ele estava assinalando um pouco esse caminho. Depois, ele disse uma coisa muito importante, porque... Isso, inclusive, não veio a público em nenhum momento. Ele disse que ele desejava levantar o bloqueio a Cuba. Que ele estava convencido que isso era uma coisa anacrônica, que não tinha mais nenhum sentido para os Estados Unidos e que ele já tinha a idéia de ter feito isso quando começou o segundo mandato dele, em 96, mas que não pôde fazer porque houve logo o caso da derrubada das avionetas - as avionetas dos cubanos de Miami, que estavam jogando lá panfletos e tudo - e que aquilo foi um fechamento de porta; e que ele, então, teve que esperar algum tempo; e que ele tinha procurado que o Papa fosse portador de uma mensagem dele a Fidel nesse sentido, mas que, aparentemente, não tinha resultado, porque ele não tinha tido *feedback* sobre uma possível conversa, uma eventual conversa do Papa com Fidel a esse respeito; então, por isso, ele pediu ao Fernando Henrique, na ocasião, que fosse portador ao Fidel (que o Fernando Henrique ia encontrar com Fidel, todo ano, na Conferência Ibero-americana) de uma mensagem dele, que queria normalizar as relações, que ele queria pôr fim ao embargo. Fernando Henrique disse que faria isso com prazer. Depois, mais tarde, a próxima reunião foi no ano seguinte já, o Fernando Henrique encontrou-se com o Fidel e o Fidel disse que queria conversar na presença do ministro do Exterior dele, e o Fernando Henrique me levou também. Aí o Fernando Henrique contou a história, que o Clinton tinha feito essa solicitação e tudo, e o Fidel ficou quietinho, ouvindo – “sim senhor, sim senhor” – e disse: “Eu quero dizer que fico muito lisonjeado pela qualidade do portador da mensagem” – e foi só o que ele disse. [risos] Não disse mais nada.

M. S. – E morreu ali.

L.L. – Não aconteceu mais nada. [riso]

M. S. – O senhor, em maio do ano seguinte, (o encontro foi em outubro) o senhor foi a Cuba e fez questão de se encontrar com o líder...

L.L. – Foi. Com Elizardo Sanchez²⁰⁹, é.

M. S. – Com Elizardo Sanchez. E a imprensa escreveu editoriais apoiando o senhor muito, a decisão brasileira bastante firme de criticar o governo cubano. Se eu não me engano, o Fidel não lhe recebeu...

L.L. – Não.

M. S. – E tem uma declaração sua – ótima – que diz textualmente, se eu não me engano, “Cuba não está aberta ao diálogo”.

L.L. – É. Na verdade, quando eu cheguei, já no aeroporto, em Havana, o ministro do Exterior, que era o Robaina²¹⁰, (que hoje está preso, na cadeia [riso], por divergências ideológicas com o regime) ele me disse: “Olha, o Fidel está muito aborrecido com essa história. Eu não sei como é que a gente vai poder conduzir isso, mas... Há um mal-estar aqui grande com essa história de você receber o Elizardo” e tudo. Eu disse: “Olha, eu já me comprometi, vou recebê-lo. Acho uma coisa normal. Quando vai o Fidel ao Brasil não conversa com o Lula, não conversa com todo mundo? Não há problema nenhum isso. Não há dificuldade nenhuma.” Bom. Aí, na véspera do encontro, veio o Bolaños, o Jorge Bolaños, que era o vice-ministro, e o Bolaños me disse: “Fidel mandou te dizer que gostaria que você designasse uma pessoa da sua delegação para conversar com Elizardo Sanchez, porque senão ele não vai te receber.” Digo: “Ah, lamento muito. Se ele não quiser me receber, ele não me recebe, mas eu não vou voltar atrás. Eu convidei o homem para conversar e não vou dizer a ele que não vou mais. Se não quiser me receber não recebe.”

M. M. – O senhor tinha autonomia para esse tipo de decisão?

L.L. – Tinha.

M. M. - Sem consultar o Fernando Henrique?

L.L. – Não, tinha, porque nós tínhamos conversado sobre o... Não essa decisão do Fidel, receber ou não receber, mas nós tínhamos conversado sobre isso. E o Fernando Henrique, inclusive, tinha incluído no discurso dele de Santiago a questão de direitos humanos em Cuba. Fernando Henrique é uma pessoa de direitos humanos, é uma coisa que toca a ele; foi preso, não foi torturado, mas foi encapuzado, enfim, sofreu na carne; foi para o exílio e tudo mais; então, direitos humanos para ele é uma coisa importante. Mas havia muita farpinha aqui contra isso. O pessoal comunista e tudo, os amigos de Cuba todos, botaram muita notinha em jornal, essas coisas todas. Mas aí... enfim, recebi o Elizardo, que é uma pessoa de uma mansidão completa, um homem absolutamente não ameaçador para o regime, um homem, coitado, se dizendo socialista, patriota e tudo mais; e uma pessoa apenas preocupada com o aspecto realmente humano das coisas. Parecia um padre assim, uma pessoa que tivesse uma coisa sacerdotal, uma missão pastoral, entende. Mas não ameaçava ninguém. Tanto que está lá solto, está livre lá. Mas o Fidel, realmente, não me recebeu, não.

²⁰⁹ Elizardo Sanchez é chefe da Comissão de Direitos Humanos de Cuba.

²¹⁰ O entrevistado se refere a Roberto Robaina.

M. S. – A decisão de fazer essa mudança de postura em relação a Cuba, a postura tradicional brasileira era de não condenar o regime, assim como hoje é de não condenar, ao contrário, em muitas ocasiões o Brasil votava junto com Cuba em questões de direitos humanos nos fóruns internacionais. Como foi essa decisão? Qual era o cálculo? Porque essa era uma decisão, vocês sabiam, teria um impacto interno muito significativo, porque a opinião pública brasileira é muito sensível ao tema.

L.L. – É. E foi uma decisão consciente porque, desde o início, justamente por essa história de vida e o compromisso do presidente com a causa dos direitos humanos em geral, que ele militou nisso muito tempo com o cardeal dom Paulo Evaristo, em São Paulo, com José Gregóri²¹¹, com todo mundo, era uma coisa que ele tem muito a peito, e evidentemente que, em Cuba, não há respeito aos direitos humanos. Então ele quis colocar isso, sem que isso fosse uma abertura de uma campanha contra Cuba nem nada, mas achou que devia ser condenado. Então nós estávamos plenamente sintonizados nesse aspecto.

M. S. – Vocês não sentiam que essa postura poderia atrapalhar qualquer possível mediação (não sei se a palavra é mediação) caso os Estados Unidos avançassem na idéia de levantar o embargo, e que Fidel gostasse da mediação brasileira para fazê-lo, no sentido de que essas duas coisas poderiam entrar em atrito uma com a outra?

L.L. – Possivelmente poderia, sim. Mas isso não foi... Não foi feito esse cálculo. Mesmo porque eu acho que tanto nesse episódio da reação do Fidel a essa mensagem do Clinton quanto no caso das avionetas, quanto em mil outras circunstâncias, é perfeitamente patente que o Fidel não desejava e não deseja, até hoje, aproximação nenhuma. Quer dizer, isso é a razão dele de viver, é essa tensão constante com os Estados Unidos. Acho que não há espaço nenhum para mediação. Nunca houve e dificilmente haverá. Com o Raúl, é possível, é uma outra história. Não sei como é que eles se entendem lá e tudo. Mas enfim, é uma outra história. Agora o regime, uma das colunas mestre do regime é o fato do antiamericanismo, não é.

M. S. – O senhor lembra quem era o nosso embaixador em Havana?

L.L. – Era o Álvaro Alencar.

M. S. – Que é diplomata de carreira.

L.L. – Diplomata de carreira. Que já morreu, inclusive.

M. S. – Muito bem. Voltando a...

L.L. – Ao Clinton.

²¹¹ José Gregori, ex-ministro da Justiça no Brasil, é um ativista na defesa pelos direitos humanos. Ocupa a presidência da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e recebeu, em 2008, um prêmio das Nações Unidas por sua atuação nesta área. Retirado de: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/cmdh/entrevista/index.php?p=212, acessado em 14.10.10.

M. S. – Ao Clinton. Na questão das forças armadas. À época, havia um debate importante de fato, e os Estados Unidos tinham uma expectativa de que as forças armadas, não só as brasileiras, mas as forças armadas latino-americanas tivessem um papel mais proativo na luta contra o narcotráfico, o que os militares latino-americanos não gostam, por diversas razões. Deu para sentir essa pressão durante a viagem?

L.L. – Não. Não havia mais pressão, não, porque tinha havido já conversas muito pesadas a esse respeito. Inclusive uma conversa minha com o Christopher sobre a questão do [*Laser strike*]²¹². Eles não tinham mais insistido depois disso. E nós... Quer dizer, o registro que eu tenho é que o Fernando Henrique reiterou essa nossa posição e o nosso compromisso de fazer o nosso dever de casa, dentro de um plano... Ele tinha, inclusive, criado a figura de um czar das drogas e tudo, não é. E fazer a nossa parte desse combate ao narcotráfico. Mas os americanos não voltaram a isso, não.

M. S. – Nesse período já se sabia que o Sivam seria implementado pela Raytheon²¹³, não é. Havia presença institucional da Raytheon na comitiva, na vinda do [Clinton]?

L.L. – Não. Que eu saiba, não. Não me lembro. Não tenho registro disso. Outro registro interessante que eu tenho também é de que os Estados Unidos foram receptivos, através do Clinton diretamente, à idéia de que era preciso normalizar o fluxo de suprimento de combustível nuclear para o Brasil, que não havia, depois da assinatura do TNP²¹⁴ e dos compromissos que nós assumimos, não havia razão mais para opor qualquer dificuldade. E, de um modo geral, foi receptivo o Clinton, os americanos foram receptivos a essa idéia e manifestaram essa receptividade.

M. S. – Do lado norte-americano, quem tinha papel proeminente na viagem, além do Departamento de Estado, claro, na Casa Branca, era o McLarty²¹⁵?

L.L. – O McLarty, é.

M. S. – Ele que ajudou a organizar.

L.L. – Isso. É.

M. S. – Eu achei uma declaração dele numa *Veja*...

L.L. – Veio a Albright também.

M. S. – Claro, claro. Eu achei uma declaração do McLarty numa *Veja*, não sei se é verdadeira, na qual ele diz que decidiu-se, depois do encontro pessoal entre o Clinton e o Fernando Henrique, que não haveria um comunicado conjunto, porque o comunicado conjunto terminaria forçando a explicitar as áreas de divergências. É isso?

²¹² O mais próximo do que foi possível ouvir.

²¹³ Raytheon Company é um conglomerado norte-americano que atua na área de equipamentos militares e aeroespaciais.

²¹⁴ O entrevistado se refere ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, que entrou em vigor em 1970.

²¹⁵ O entrevistador se refere a Mark McLarty, antigo chefe da casa civil no período de 1993 a 1994, durante o governo Clinton.

L.L. – Exato. É isso. Tanto que o que eles fizeram foi uma declaração, até nos jardins do Palácio da Alvorada. Eles foram juntos para lá e botaram aqueles pódios, e os dois falaram sobre a reunião, sobre o espírito que tinha presidido a reunião.

M. S. – Quando há uma declaração e não há um comunicado conjunto, isso é um sinal de que não houve, necessariamente...

L.L. – Não. Não. O comunicado conjunto é uma forma diplomática tradicional; digamos, é uma espécie de feijão-com-arroz, é o tradicional. Mas é um instrumento um tanto adequado²¹⁶, porque é uma coisa de páginas e páginas, que você registra todas as posições do país, porque ninguém quer deixar de registrar, se sente obrigado a botar ali todas as suas posições. Então foi uma coisa que fica longamente negociada e que ninguém lê, não tem repercussão nenhuma. Quem é que vai ler um documento de tantas páginas falando sobre todos os assuntos possíveis e imagináveis? E uma fala dos dois presidentes é uma coisa muito mais moderna, muito mais telegênica, muito mais forte, não é? Então, por isso é que eles adotaram essa... E eu acho que os americanos não têm, inclusive, o hábito de fazer comunicado conjunto. É coisa meio antiga mesmo, meio...

M. M. – Hoje, retrospectivamente, que balanço o senhor faria dessa visita do Clinton?

L.L. – Ah! Foi uma visita espetacular.

M. M. – Quais os pontos que o senhor?...

L.L. – Primeiro, essa parte diplomática, não teve nenhuma aresta, ele consertou aquele problema e...

M. M. – O problema do relatório, não é?

L.L. – Isso.

M. M. – Que é um problema grave, do ponto de vista diplomático.

L.L. – Sem dúvida. Sem dúvida. E a parte de comunicação dos dois foi muito feliz, porque os dois têm uma empatia grande (até hoje têm, são amicíssimos) têm uma empatia grande, então foi uma coisa que transmitiu muito essa sensação. Depois, o resto do programa, se lembra que o Clinton foi à Mangueira, bateu pênalti lá, jogou futebol lá, e fez declarações com o Jamelão e tirou fotografia com a viúva do Carlota, dona Zica...

M. M. – Jogou bola...

L.L. – Jogou bola e tudo. E ele é um super craque da comunicação moderna. Então, ficou todo mundo encantado; se lembra, o Jamelão disse que ele parecia pinto no lixo e tal. [risos] Foi uma sensação. O país todo ficou encantado com ele. E acho que ao mesmo tempo, no Brasil, há uma certa... digamos uma camada subterrânea de antiamericanismo mas há também uma certa atração; quando há um americano assim, particularmente

²¹⁶ O entrevistado provavelmente quis dizer antiquado.

interessante, não é, eu acho que há uma atração especial. Mesmo porque o Brasil, em muitos aspectos, parece com os Estados Unidos. É um país também grande, com grande mobilidade vertical, com...

M. S. – Muito voltado para dentro.

L.L. – Voltado para dentro, com essa criatividade que tem, música, essa força da expressão da cultura popular, eu acho que essas coisas todas, acho que pesam. E o Clinton é o maior solista que pode haver, não é, dessa...

M. M. – E o que é que restou para os diplomatas resolverem? Porque os dois presidentes se deram muito bem. Mas o que é que ficou, por exemplo, para a área diplomática, para a área econômica resolverem? Aí sim, não tem simpatia que dê jeito. O que é que ficou para vocês resolverem depois dessa simpatia?

L.L. – Basicamente, a Alca. A Alca estava ainda muito... Enfim, imprecisamente desenhada em 97. A Alca só... O certificado de óbito da ALCA é de 2003, 2004; portanto, ainda tinha sete anos de caminho pela frente. O ponto maior era esse; com tudo que a Alca representa como compromisso estratégico, como engajamento estratégico. Representava. Tanto que o Clinton disse isso, que queria o fortalecimento da Alca para que o continente tivesse uma coesão frente ao resto do mundo.

M. M. – E concretamente, eu volto a minha pergunta, o que é que vocês tinham que fazer, a área diplomática, a área econômica, para que a ALCA caminhasse? Quais eram os passos efetivos?

L.L. – Tínhamos que negociar o tratado. O tratado...

M. M. – Quais os principais pontos que pegavam?

L.L. – Todos os pontos. Porque a Alca era um projeto muito complexo, não é. A Alca não visava apenas a facilitação do comércio através da redução de tarifa, a Alca também tinha um aspecto de abrir o mercado de serviços de um modo geral, de unificar o tratamento da propriedade intelectual, de unificar o tratamento das alfândegas, os códigos alfandegários, unificar o tratamento dos investimentos também, quer dizer a Alca tinha a ambição de ser uma espécie de uma OMC para o continente, regendo todos os aspectos da atividade diplomática e comercial. Então, por isso, uma tarefa muito complexa. Agora a Alca oferecia um atrativo muito grande, que nunca se deveria ter esquecido, que era um acesso preferencial ao mercado americano, ao mercado canadense e a todos os mercados. E, evidentemente, nós tínhamos que dar também um acesso preferencial em troca. Mas isso se perdeu. E era uma coisa muito vantajosa, muito importante.

M. M. – O senhor lamenta que tenha se perdido.

L.L. – Eu lamento, porque foi perdido... Nós nunca dissemos, eu tenho vários discursos meus a esse respeito, nós nunca dissemos que a Alca era uma maravilha, que nós tínhamos que aderir de qualquer maneira. Sempre dissemos que Alca era uma coisa complicada para o Brasil, porque o Brasil é uma estrutura industrial, uma estrutura econômica complexa, e

portanto, não poderia agir como se fosse um país pequeno, que a Alca só trazia benefício, não havia ameaça nenhuma nisso. Mas, de qualquer modo, eu acho que nós nunca tivemos um *parti pris* ideológico contra a Alca, porque o *parti pris* ideológico consiste, como o PT e a extrema-esquerda no Brasil sempre disseram, de que a Alca era uma anexação econômica. Seria uma anexação se você não fizesse condições nenhuma, se você aceitasse uma carta em branco, dar uma carta em branco aos Estados Unidos. Não era esse o nosso ponto. Nós estávamos ali negociando pau a pau.

M. M. – É interessante que o governo do PT reviu muito dos seus conceitos, mas em relação à Alca não.

L.L. – Não. Não. Porque a política externa é o reduto do tradicional pensamento petista em matéria de relações internacionais.

M. M. – Ah... O senhor acha que tem um pensamento petista?

L.L. – Sem dúvida. Sem dúvida. Às vezes, até mais que petista. Dizem que o Celso Amorim²¹⁷ é o único ministro de esquerda do governo. [riso] E provavelmente é verdade. [risos]

M. S. – Nessa época, em 97, ainda não existia a expressão BRICs²¹⁸. Mas uma das coisas que me chama a atenção nesse encontro, nas conversas do Clinton com o Fernando Henrique é que, apesar da proximidade pessoal, da identidade clara que tem entre os dois e da ausência de grandes fricções entre ambos os lados, não tem um argumento, de nenhum dos dois lados, de que a parceria pode ser um instrumento de governança global muito bom; seja para questões ambientais, seja para questões de gerenciamento do sistema financeiro internacional. Tudo bem que isso é antes da crise forte bater, e o Brasil não estava em muitas condições de gerenciar nada, não é, do ponto de vista global. Mas o senhor acha que houve uma mudança importante nesses... Já se vão aí dez anos desse encontro?

L.L. – Não tem a menor dúvida. Eu acho que essa mudança consistiu exatamente nisso, exatamente no fato de que nós conseguimos pagar nossa dívida externa toda, conseguimos organizar o nosso balanço de pagamentos de uma maneira positiva, conseguimos ter ganhos de saldo até na balança comercial, - que já estão até se tornando coisa do passado mas... enfim, pelas circunstâncias - e conseguimos trazer a inflação para níveis muito baixos, e tudo isso, evidentemente, nos credencia fortemente; tivemos mais crescimento por causa disso. Sem dúvida nenhuma, o quadro externo repercutiu muito favoravelmente ao Brasil. Mas na época, o quadro externo, o governo Fernando Henrique praticamente inteiro, o quadro externo foi desfavorável, foi um complicador, que obrigou a subir juros freqüentemente, obrigou a correr atrás, em 98, 99, correr atrás de um esquema de financiamento desesperado, no qual os Estados Unidos tiveram papel fundamental, salvaram o Brasil.

²¹⁷ Celso Amorim foi ministro das Relações Exteriores nos períodos de 1993 a 1995 e de 2003 até o presente (outubro de 2010).

²¹⁸ BRICs é um acrônimo criado para designar os 4 (quatro) principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China.

M. S. – A última pergunta que eu tenho, para fechar toda a parte de relações Brasil – Estados Unidos, é a posição do embaixador brasileiro em Londres. A gente não chegou a conversar muito sobre. Era o Paulo Tarso.

L.L. – Não. Em Washington.

M. S. – Washington. Falei Londres. Perdão. Ato falho. Em Washington, o Paulo Tarso. Como era a sua relação com ele? Porque o Paulo Tarso, o senhor já falou, havia sido um secretário-geral, um chefe da casa fortíssimo, um homem muito bem conectado politicamente e com peso próprio também, como era, já na segunda metade da década de 90, como era sua relação com ele?

L.L. – Era muito boa. Muito boa. A relação minha com Paulo Tarso sempre foi muito boa, e não tínhamos discordância nenhuma, nenhuma dificuldade de... Nem de posições políticas nem de atuação.

M. S. – Ele não tinha dificuldades com servir sob sua batuta?

L.L. – Não. Não. Ah, isso eu não sei. Mas não creio. Isso não se traduzia em gestos de afirmação.

M. S. – Ele era hábil em Washington? Ele conhecia o [*beltway politics*]²¹⁹ bem?

L.L. – Muito. Conhecia. Era muito popular, muito respeitado. Houve um casamento de um filho... De uma filha dele, uma filha dele, que foi uma coisa espetacular, o comparecimento, foram vários ministros e tudo. Uma coisa de grande peso, grande peso social.

M. S. – O principal contato do seu gabinete na embaixada era ele ou tinha outras pessoas ali que?...

L.L. – Era. Não. Era ele. Sem dúvida.

M. S. – Bom. Acho que podemos avançar por 98. Em abril de 98 tem as mortes sucessivas do Sérgio Motta²²⁰ e do Luís Eduardo Magalhães²²¹. De que maneira o senhor considera que isso, no contexto da eleição e tendo em vista que meses mais tarde bateria a crise russa, de que maneira isso ajuda a compor o quadro político daquele período?

L.L. – Bom. Eu acho que o Fidel... Que o Fernando Henrique perdeu, no Sérgio e no Luís Eduardo, dois esteios fundamentais. No Sérgio, por dois aspectos. Primeiro porque ele estava fazendo um trabalho muito importante na privatização das teles e segundo porque o

²¹⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir,

²²⁰ Sérgio Mota foi ministro das comunicações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e responsável pela privatização da Telebrás.

²²¹ Luís Eduardo Magalhães, filho do ex-governador da Bahia e senador Antônio Carlos Magalhães, assumiu a presidência da Câmara dos Deputados em 1995. Sob seu comando, foi aprovado o novo conceito de empresa nacional, derrubado o monopólio estatal do petróleo, da navegação de cabotagem, das telecomunicações, da distribuição de gás. Retirado de:

<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u669.jhtm>, acessado em 15.10.10.

Sérgio era uma pessoa muito muscular e muito ativo e muito convincente e era um grande articulador do PSDB. Era uma pessoa, realmente, de... Era um operador político fundamental para o Fernando Henrique, também. E o Luís Eduardo, que morreu dias depois do Sérgio Motta, era, no Congresso, talvez a pessoa a quem o Fernando Henrique fosse mais chegado, tivesse mais não só confiança como identificação de pensamento moderno e visão. Então, para ele, foi um baque terrível. O dia da morte do Luís... Do Sérgio Motta, eu não estava com ele, não. Mas o dia da morte do Luís Eduardo, nós estávamos no Palácio do Pardo, lá em Madri, no meio da visita, e me acordaram no meio da noite para dizer que ele tinha morrido, e eu disse: “vamos deixar o presidente dormir. Deixa ele. Não vai fazer diferença nenhuma ele saber às quatro horas da manhã ou saber às oito.”. Mas não fizeram isso. Foram lá, às quatro horas, e contaram para ele. Eu fui lá no apartamento dele às oito horas da manhã, ele estava arrasado, estava arrasado, completamente arrasado e disse: “O que é que faço agora?” Eu disse: “Vamos embora para o Brasil, presidente. Vamos embora para o Brasil. Os espanhóis vão compreender, certamente vão compreender. O senhor perdeu o...” Não sei se o Luís Eduardo era ainda o presidente da... Acho que não. Era ainda o presidente da Câmara?

M. M. – Não me lembro se ainda era presidente da Câmara. Eu não tenho certeza.

L.L. – Não sei. Não tenho certeza também não. Mas de qualquer modo era uma figura central, não é. E ele tomou essa decisão mesmo. E eu acho que, daí por diante, ele se sentiu muito órfão desses dois braços dele, braços políticos muito importantes dele.

M. S. – O senhor sentiu que logo depois dessa tragédia política para o Fernando Henrique, até o momento da eleição, a política externa perdeu não importância, mas perdeu o espaço na agenda do Fernando Henrique? O que é que acontece num ano de campanha cheio de problemas como esse em particular?

L.L. – Não. Perdeu a... Mas ele não deixou nunca de comparecer às reuniões internacionais, não deixou de cumprir uma certa agenda. É claro que... Enfim, a campanha da reeleição, que começou já nessa altura, e as crises econômicas e tudo tomavam muito tempo, mas nunca houve uma situação em que eu não pudesse falar com ele se precisasse. E ele também confiava que o Itamaraty faria a sua parte adequadamente e que não precisava estar tendo informação a toda hora e de todo detalhe que estivesse em marcha. Tinha confiança, não só em mim como na equipe, no Sebastião, no Ivan Cannabrava²²², no Botafogo²²³, em todo mundo. Então ele manteve, não houve assim uma grande... Grande efeito de afundamento da prioridade.

M. S. – Nesse período, qual é a torcida pró reeleição fora? Tem estadistas que comentam com ele, nos encontros, que torcem por ele?

L.L. – Eu acho que sim. Eu acho que sim. Porque ao contrário do terceiro mandato – e eu, pessoalmente, já vi várias referências até de presidentes da República... Agora,

²²² Ivan Cannabrava foi Sub-Secretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty no período de 1995 a 2001.

²²³ O entrevistado se refere a José Botafogo Gonçalves, ex-embaixador extraordinário para assuntos do Mercosul, Ministro da Indústria, Comércio e Turismo (1998) e embaixador do Brasil na Argentina entre os anos de 2002 e 2004.

recentemente, a propósito dessa discussão de terceiro mandato do atual presidente – e que gera uma repulsa, a idéia da reeleição é considerada uma coisa natural e normal, praticada em todos os países, então não havia um sentido de repúdio ou de inquietação a esse respeito, não. E sobretudo...

M. M. – A expectativa era de ganhar a reeleição?

L.L. – Era.

M. M. – Desde cedo?

L.L. – Era.

M. M. – Lula não se afigurava, naquele momento, nenhuma ameaça, face às crises internacionais. Porque tal como Lula hoje...

L.L. – Não. À medida que foi se aproximando a reeleição, em outubro, foi ficando mais angustiante, porque houve, pouco antes, houve uma... Uma das crises foi um pouco antes; e havia já muita pressão sobre o câmbio, e, portanto, havia um pouco a sensação de que a qualquer momento o Brasil ia poder sofrer um ataque especulativo forte e que podia desandar inteiramente.

M. S. – No 11 de setembro, inclusive, saíram dois bilhões de dólares.

L.L. – É. Exato.

M. S. – O Banco Central aumentou a taxa de juro para cinquenta por cento.

L.L. – Exato. É exato.

M. S. - Nesse momento... Isso que eu quero saber. Nesse momento, o que a gente sabe é que dia 3 de outubro o G-8 monta um plano de resgate para o Brasil e se decide investir. Como é que isso é negociado? Quem é que participava? O Itamaraty tinha alguma parte? Ou era tudo?...

L.L. – Não. Malan. Era tudo o Ministério da Fazenda.

M. S. – Pedro Malan. E o Malan tinha um assessor internacional que era do Itamaraty?

L.L. – Sempre. É. Tinha.

M. S. – O senhor lembra quem é?

L.L. – Eu acho que era o Caramuru, não é?

M. S. – Era o Caramuru?

L.L. - Era o Marcos Caramuru, sim. Eu não me lembro se já era o Marcos Caramuru. Eu acho que era sim.

M. S. – O Marcos Galvão viria muito depois.

L.L. – Bom. O Marcos Galvão não foi assessor internacional do Malan.

M. S. – Do Malan, não?

L.L. – Não. Marcos Galvão foi meu assessor. Quando ele veio do exterior, ele veio trabalhar comigo.

M. S. – E depois foi para o Palocci.

L.L. – É. Mas já... Não. Nem do Palocci. Foi agora, com o Mantega. Que, aliás, é o cargo que ele ocupa atualmente.

M. S. – Eu achei que ele estivesse com o Palocci já.

L.L. – Não. Palocci, não.

M. M. – É porque nós tivemos uma experiência anterior e que estava bem fresca, da idéia do fracasso do Plano Cruzado, de esconder as coisas todas que estão ruins para ganhar a eleição.

L.L. – É verdade.

M. M. - Não havia também essa idéia no governo Fernando Henrique não, de, também, tentar segurar o máximo para passar a eleição, uma vez que o esteio da reeleição seria exatamente as finanças públicas, o controle da inflação, a estabilidade? Para o senhor que está dentro do governo, como é que se segura alguma coisa que está fora, inclusive; essas crises externas, muitas delas não podem ser...

L.L. – Não podem ser controladas.

M. M. - Como era, no caso do Cruzado. Como era o ambiente?

L.L. – Eu não participava das discussões desse assunto porque esse assunto era muito fechado, conduzido pelo Ministério da Fazenda. Mas...

M. M. – Porque envolvia câmbio.

L.L. – É. E que é natural, não é. Essas coisas, é melhor nem saber. Não é do seu território, melhor nem saber. Porque depois, se acontece um *leak*...

M. M. – Um vazamento...

L.L. –... diz-se ah foi o fulano. Começam a olhar você de... Melhor não saber. Aquilo que não é do seu nariz, é melhor você não se meter. Eu sou dessa teoria. Tem aqui uma coisa engraçada, um registro da conversa do Fernando Henrique com o Fidel sobre aquele

assunto do Clinton. Fernando Henrique conversou com Fidel a respeito do seu desejo²²⁴ de levantar o embargo econômico contra Cuba antes do fim do mandato; disse, inclusive, que Clinton ia mandar essa mensagem pelo papa, mas pediu a ele, Fernando Henrique, que a fizesse chegar a Fidel. Fidel reagiu com certa surpresa e disse que Clinton é um homem decente e que fez bem em escolher Fernando Henrique como mensageiro. E foi uma conversa breve, de pé, e pronto. Não houve mais nada.

M. M. – De certa maneira desqualificou o papa.

L.L. - [risos]

M. S. – Matou logo no nascedouro. [risos] Não queria saber.

L.L. – Fidel é uma pessoa... Ele, nessa época, ainda estava em ação. Ele falava... E outra coisa. Nesse momento, ele foi até muito dramático, sabe. Ele estava muito assustado com Cuba. Ele fez uma colocação muito dramática lá, muito assustado, com medo que Cuba fosse... Não conseguisse sobreviver economicamente o seu modelo.

M. S. – Eu ainda queria saber o que os embaixadores brasileiros fazem numa situação como essa, de crise financeira, nas principais praças? Eles não fazem nada? Tendo em vista que o senhor não participava dessas conversas com a equipe econômica, isso é trabalho deles; mas certamente os embaixadores tinham pressões. Imagino eu, o embaixador nos Estados Unidos, o embaixador em Londres, o embaixador em Bonn, nas grandes praças.

L.L. – É. Sem dúvida. Não. O que... Eu também falava, eu, conversando com os próprios ministros do Exterior, também era chamado a dizer qualquer coisa, evidentemente. Mas aí você fica na *party line*. Você fica na *party line*.

M. S. – Repete o que veio...

L.L. – É. Você diz não e tal, está tudo bem e tal, tem tantas reservas e... E isso, aquilo e tal. Você fica na *party line*, aquela conversa geral. Não pode fugir muito disso, porque não pode entrar, você não sabe o que é que está se passando em termos de negociação, você não vai entrar nisso. Os embaixadores também não sabiam, nem iam entrar sobre isso. Isso era tratado diretamente pelo nível de presidente de Banco Central, nível do ministro e tudo.

M. M. – O senhor não acha que essas crises sucessivas, de certa maneira, apontam para um certo fracasso dessa globalização, que todo mundo via como sendo a maior maravilha do mundo? O próprio Fernando Henrique, no *O Globo*, 19 de maio de 98, “FHC diz que globalização reduz a liberdade dos países”. Essas crises sucessivas não mostram também o outro lado da globalização?

L.L. – Mostram.

M. M. – E como é que... Toda a política brasileira, principalmente política externa, estava voltada para esse foco: Brasil tem que se inserir nesse mundo global. Mas aí veio a fatura.

²²⁴ O entrevistado provavelmente se refere ao desejo de Bill Clinton.

A fatura do mundo global é essa aqui. Como era a reação, a discussão dentro do governo, o próprio Fernando Henrique que, tradicionalmente, não podia também esquecer que ele fez a teoria da dependência... Isso aí, nessas horas, a teoria da dependência devia puxar um pouquinho o pé dele, não?

L.L. - [risos] Feito o TNP meu. É. Mas o... Eu acho que sem dúvida nenhuma a globalização tem esse aspecto, quer dizer, tem esse aspecto de que nenhum país é uma ilha a salvo das tormentas e que a única solução é você fazer o seu dever de casa e estar bem preparado em termos de gestão, em termos de ativos, de reservas, de inflação, de crescimento e tudo, para não ser vulnerável numa situação dessa. Hoje, por exemplo, se nós não tivéssemos bem como estamos, hoje, em 2008, não estivéssemos bem como estamos em tantos aspectos – duzentos bilhões de reserva – provavelmente teríamos sido atingidos, de um modo ou de outro, já teria havido um ataque aí a nossa moeda, que está muito forte, enfim, essas... A globalização é uma espécie de uma grande transparência também, porque enquanto as relações entre Estados eram muito protegidas, para quem não estivesse no miolo ali dos acontecimentos, muito protegidas pelas distâncias, pelas comunicações lentas, pela falta de importância real, você, hoje, você tem os computadores ligados *online* vinte e quatro horas, os bancos, os parceiros se multiplicaram tremendamente, as iniciativas são muito mais agressivas e tudo; e não há um sentido ético, não é um sentido ético não, é uma coisa perfeitamente cruel, perfeitamente objetiva, não tem nenhum aspecto moral. Quer dizer, o próprio Armínio²²⁵, por exemplo, foi bem quando estava servindo com o Sohos, um dos arquitetos do ataque especulativo contra a Tailândia, que deslanchou a crise asiática; mas não fez nada de errado, quer dizer, nada que você possa dizer ah, sujou a ficha. Não sujou ficha nenhuma. Ele fez o que ele estava sendo pago para fazer ali. Fez uma grande operação financeira. Então é isso. Quer dizer, a globalização... Como a globalização não é um fenômeno doutrinário, não é uma concepção de pessoas ou de países ou de organismos internacionais, ela é um fato, é um fato que evolui naturalmente, da vida, da história, da vida, das tendências, como é o capitalismo em geral. A globalização é um triunfo do capitalismo, é a falência do socialismo e o triunfo do capitalismo, então ela é neutra, quer dizer, moralmente, eticamente, é neutra. Então, de fato, ela torna, ela pode tornar as coisas mais perigosas para que não estiver nadando na direção certa; mas também cria oportunidades; aliás, dos quais o Brasil se aproveitou muito. Hoje, os Estados Unidos talvez seja o país mais contrário à globalização, não é?

M. S. – Exato.

L.L. – Você vê o Barack Obama e a Hillary Clinton falando horrores das ameaças e tudo, externas e tudo...

M. S. – O mundo como ameaça, não como grande oportunidade.

L.L. – Exato. Exato. E o Brasil não, o Brasil se aproveitou. O Brasil está bem como está hoje, em grande parte, por causa da globalização, por causa das oportunidades todas que surgiram com a globalização, e a boa conjuntura internacional.

M. M. – Esse foi o grande teste do governo Fernando Henrique, janeiro e fevereiro de 99?

²²⁵ O entrevistado se refere à Armínio Fraga Neto, presidente do Banco Central de 1999 a 2003.

L.L. – Foi.

M. M. – Porque teve um ex-presidente do Banco Central que foi preso no Senado. O senhor deve lembrar. Francisco Lopes. Saiu preso. O Armínio, dizia-se que era a raposa tomando conta do galinheiro. Quer dizer, como é que se decide nesse momento? Porque uma das coisas que o Fernando Henrique fala é que ele passou por coisas que o governo Lula ainda não tinha passado.

L.L. – Sem dúvida. Não há dúvida.

M. M. – Como era enfrentar isso? O senhor, obviamente, o senhor não estava, mas o senhor estava ali, no meio da tempestade.

L.L. – Era visível que vinham se aproximando as tempestades, você via no horizonte ali as nuvens se formando. E eu...

M. M. – Os senhores viam.

L.L. – Via. E eu achava, pessoalmente, que havia uma necessidade de uma mudança no Banco Central. Achava que a política tinha sido bem sucedida, mas tinha chegado ao seu nível de esgotamento e que era preciso trazer outra pessoa. E o Armínio, que é meu primo e muito amigo meu e tudo, o Armínio estava, nessa época justamente, trabalhando com o Sohós e morando em Nova Iorque. Eu fui à Nova Iorque para a Assembléia da ONU, em setembro de 88... 98, e joguei golfe com o Armínio. Ele morava fora de Nova Iorque, perto de um grande campo de golfe. Jogamos golfe e tudo, depois fomos jantar na casa dele, com a família, só a família dele e eu, e aí eu perguntei: “Ô Armínio... e tal, você consideraria voltar para o Brasil?”. Ele disse: “Não. Eu agora estou pronto.” Ele vinha me dizendo, todo ano, ele me dizia, “não, estou aqui, as crianças estão estudando” e tal e “estou aqui no meu programa” e tal. Mas aí ele disse: “Não. Agora, eu estou pronto. Já conversei com minha mulher, com as crianças também, estamos prontos.” Aí eu voltei e disse ao Fernando Henrique, disse: “Olha, o Armínio está pronto.” Aí disse a ele: “Chama o Armínio, presidente.” Ele disse: “Não. Espera aí. Não posso, porque a coisa e tal está encaminhada assim...”

M. M. – Ele não queria tirar o Gustavo Franco²²⁶.

L.L. – Não. E tinha o compromisso com o Malan. O Malan queria manter o Gustavo. E aí, quando houve o... Quando o Gustavo saiu, o presidente me disse que o próximo era o Chico Lopes, que o Chico Lopes estava comprometido e tudo.

M. M. – Que também era da equipe da PUC.

L.L. – É. Não. Ele também era do Banco Central.

M. M. – Bem... Mas Francisco Lopes era do grupo da PUC.

²²⁶ Foi presidente interino do Banco Central em 1995 e, posteriormente, de 1997 a 1999.

L.L. – Isso. Sem dúvida. Mas isso o Armínio também é. Mas aí o Chico Lopes fez aquela declaração desastrosa, do negócio da derivada, de não sei o quê, e resultou numa forte deterioração do câmbio, não é, e até numa corrida aos bancos, no final de janeiro. Eu estava em Davos, tive um momento difícilimo...

M. M. – Final de janeiro. A gente tirou o dinheiro da poupança.

L.L. – Eu tive um momento difícilimo, em Davos, porque o Malan vinha a Davos comigo, e o Brasil estava no olho do furacão ali, todo mundo queria saber do Brasil, e aí no meio de uma nevada tremenda, pela estrada lá, indo para Davos, me telefona o Malan, disse: “Não vou poder ir. A situação aqui está complicadíssima. Está decidido que o Armínio vem, mas não diga a ninguém, que é segredo” e tudo. Digo: “ah, parabéns. Finalmente chegaram ao nome certo.” E aí eu fui lá, enfrentei lá uma barra pesadíssima. E no final, o Cavallo, Domingo Cavallo²²⁷, que já não era mais ministro, tinha sido já demitido pelo coisa, subiu lá no palco e começou a fazer um discurso, dizendo que o Brasil tinha que adotar a paridade igual a Argentina, a conversibilidade, igual a Argentina; que era o momento certo, que tinha que... [riso] Completamente maluco. Nós estávamos numa situação lamentável, não tínhamos reserva nenhuma, não tínhamos nada.

M. S. – Por que o senhor enfrentou uma barra em Davos? Qual era a barra, exatamente?

L.L. – A barra era explicar para onde ia. Se o Brasil ia agüentar, se... Como é que ia ficar a situação, não é. Porque não era conhecido, não era conhecido ainda esse plano que o governo americano estava montando, que foi o Greenspan²²⁸, o ministro... Como era o nome do ministro? Era o...

M. M. – Do Tesouro?

L.L. – É. Rubin. Robert Rubin²²⁹. E o Lawrence Summers. Os três tinham...

M. S. – Que bancaram.

L.L. – Bancaram. Botaram setenta (mi/bilhões?) de dólares. Foi o que nos salvou ali.

M. S. – Essa negociação foi feita diretamente com o Malan, ou o Fernando Henrique entrou pessoalmente na rodada?

L.L. – Ele deve ter entrado. Mas eu não tenho informação, detalhe. Eu acredito que ele tenha entrado, pelo menos, falando com o Clinton, dando uma palavra ao Clinton, eu acredito que sim. Mas foi feita, basicamente, pelo Malan.

²²⁷ O entrevistado se refere a Domingo Cavallo, que foi ministro da Economia da Argentina durante o governo De La Rúa.

²²⁸ O entrevistado se refere a Alan Greenspan, ex-presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos da América, de 1987 a 2006.

²²⁹ Foi secretário do Tesouro dos Estados Unidos no período de 1995 a 1999 e foi sucedido por Lawrence Summers, que permaneceu até 2001.

M. M. – No caso do Malan, ele tinha os dados, ele tinha as informações, ele não foi... Aí o senhor... Como é que um diplomata age numa situação dessas? Um ministro das Relações Exteriores age numa situação em que não tem os dados, e o senhor mesmo disse que...

M. S. – Não sabe toda a informação.

M. M. – Não sabe. Qual é a prática que o senhor tem para atuar numa situação dessa, que a gente chama um abacaxi, uma saia justa, como dizem os paulistas?

L.L. – É atuar diplomaticamente, não é. [risos]

M. M. – E aí fala o quê? [riso] Nada.

L.L. – Fala... Não. Fala do peso do país, da capacidade do país, dos recursos do país...

M. M. – Esses são os argumentos assim...

L.L. – É, são os argumentos.

M. M. – Diplomáticos clássicos. O tamanho do Brasil. É isso?

L.L. – São. Eu tive um caso desses também, pouco antes da eleição do Lula, quando já estava claro que o Lula ia ser eleito e tudo, aí eu já não era ministro mas... Foi no Council of the Foreign Relations ou Council... Um dos dois. E tinha uma platéia grande e tal. Aí começou todo mundo a dizer que vai ser uma desgraça... Aquele ambiente que havia lá, que tinha elevado o real para quatro dólares... Quatro reais por dólar – e aí eu disse: olha, eu não sou... Não tenho procuração nenhuma do Lula, não sou do partido dele, não votei nele nem coisa nenhuma, mas também vocês não podem achar que o Brasil vai acabar com o Lula e nem que o Lula é uma pessoa tão incapaz de perceber o que vai no mundo que ele vai fazer tudo que ele falou a vida inteira, ele não vai fazer nenhum ajuste nisso. Quer dizer, não é possível. Tem que ter um mínimo de confiança na pessoa. O sujeito não vai querer liquidar o governo dele no primeiro mês, no segundo mês. [riso] E... Enfim. Mas a gente tem que apelar um pouco para a fé, não é.

M. S. – Claro. Eu tenho mais uma perguntinha aqui. No meio do ano de 98, o Robin Cook, o ministro das Relações Exteriores britânico, organizou uma reunião em seguida àquele problema entre Índia e Paquistão. Índia e Paquistão fizeram testes nucleares, um ou outro, numa diferença de duas semanas, em maio de 98.

L.L. – É verdade.

M. S. – E Robin Cook faz uma coisa muito estranha para quem olha de fora, que é convidar para a mesa não só o G-8, mas uma série de países, alguns dos quais tinham sido párias do regime de não proliferação, chama para a mesa. Como foi essa história?

L.L. – O Robin Cook era um bom amigo meu. É uma pessoa de quem eu sinto falta. Ele era um homem muito inteligente, muito agudo, muito sagaz. E eu acho que ele compreendeu que você para fazer uma avaliação de uma posição da Índia e do Paquistão, você não podia

dar a impressão de estar sendo um tribunal dos poderosos, que você tinha que engajar pessoas que tinham chegado próximo de dar o salto da Índia e do Paquistão, mas que tinham justamente se recusado a fazê-lo. Então ele convidou esse grupo de países. E foi uma reunião interessante. Uma reunião de um dia só e tudo, em que foi curioso porque todos foram muito veementes e tudo, muito mais do que nós...

M. S. – Na condenação do...

L.L. – Na condenação e tudo. E depois, todos se compuseram, não é, porque a vida é assim mesmo, não é. [risos]

[FINAL DO ARQUIVO_1576_LUIZ_FELIPE_LAMPEIA_15_01.07_2008]

M. S. – Essa foi uma reunião de um dia. Durante esse dia, como foi o tratamento? O Robin Cook chama, e é o comitê dos poderosos chamando os países de segunda ordem para dizer vamos compor o jogo. E decidiu-se o quê, exatamente?

L.L. – Isso. Não se decidiu nada. Não se decidiu nada porque não havia eu acho que denominador comum para uma decisão. Eu acho que foi uma reunião... Ele apresentou como uma reunião de avaliação e uma reunião de busca de conhecimento das posições recíprocas dos países e tudo, de...

M. S. – O senhor acha que agregou algum tipo de valor à postura, seja a de Londres, seja a de Washington, sobre como lidar com o tema? Não.

L.L. – Não. Não agregou, não. Eu acho que o Cook tinha uma visão muito própria das coisas. Tanto que ele acabou, inclusive, brigando com o Tony Blair por causa da guerra do Iraque. Ele era... Primeiro ele foi demitido de Foreign Sector, o *coisa* tirou-o, e depois nomeou-o líder da maioria; depois, *ele* se demitiu de líder da maioria quando houve a guerra do Iraque. E depois ele morreu. Pouco depois, ele morreu. Eu acredito que essa decisão possa ter sido uma decisão mais dele do que do Tony Blair, porque eu não me lembro do Tony Blair fazendo grande praça dessa coisa, não. Não me lembro do Tony Blair fazendo grandes declarações nem nada, não. Nem aparecendo nessa reunião.

M. S. – Teria algo que o Brasil poderia agregar de valor para um debate sobre Índia e Paquistão, tendo em vista que – claro, muito longe - tínhamos a Argentina do lado, que era um rival no [inaudível], deixou de sê-lo e virou a principal fonte de cooperação na área nuclear? Isso chegou a ser pensado?

L.L. – Não, é claro que num momento desses... Quer dizer, nós fomos lá para apregoar o nosso bom comportamento, não é.

M. M. – Teste para Conselho de Segurança, pode ser?

L.L. – É... De certo modo, sim. De certo modo.

M. M. – É. Que tem África do Sul, Argentina...

L.L. – É. De certo modo, sim. Mas não na cabeça dos ingleses, não é.

M. M. – Não. Não. Mas... Enfim, a gente tem que mostrar serviço.

M. S. – 98 tem dois eventos importantes também, tem a mudança de governo na Colômbia e no Equador. No caso colombiano, passa do Samper²³⁰ para o Pastrana²³¹. O senhor lembra se isso produz algum impacto sobre a posição brasileira ou as expectativas brasileiras sobre a condução da guerra contra as FARC?

L.L. – Olha, o Samper veio a Brasília antes de tomar posse e teve uma conversa, um almoço no Alvorada, com o presidente e tudo, ao qual eu estava presente também. E ele colocou a decisão dele de negociar com as FARC. E negociar um pouco sem condições, quer dizer, ir lá visitar o [Mario Landa]²³² e tudo. Ele achou que não havia mais condições de levar adiante essa coisa, ia haver uma conciliação nacional... Enfim, a visão dele era uma visão um tanto romântica, não é. E nós tivemos a clara impressão de que não ia dar certo. Naquele momento, inclusive, comentamos, me lembro de ter comentado com o presidente que você para fazer uma iniciativa dessas, só se você tiver uma força militar muito grande. Se você estiver plantado numa situação militar fortíssima você pode ser generoso, vai lá conversar com o outro – “não, pode deixar que eu vou aí e tal”. Agora se você estiver numa posição inferiorizada ou defensiva, como eles estavam, com as FARC crescendo ali para cima, você ir lá é incentivar as FARC a redobrar de... E foi o que aconteceu, não é. Foi o que aconteceu, porque ele concedeu aquela zona desmilitarizada lá e as FARC utilizaram a zona desmilitarizada para treinamento, para se fortificar, não é. E então nós... Enfim, tínhamos uma relação boa e tudo, mas não tínhamos o menor prognóstico positivo com a atuação do governo Samper. Achamos que não ia muito longe não.

M. S. – Em relação ao Mahuad²³³, a impressão que eu tenho, com a documentação e com a imprensa da época, é que começa a ficar claro que é possível ter um acordo.

L.L. – É. Sem dúvida. Porque o Jamil Mahuad era um homem de... Era um homem de boa vontade, não é. Era um homem de boa vontade, tinha sido um prefeito muito bem sucedido de Quito e tudo, era um homem que sabia perfeitamente das limitações e das dificuldades que esse assunto da guerra pelo Equador tinha, das sensibilidades que envolvia, mas era uma pessoa que tinha desejo de levar a termo um acordo. Tinha desejo de levar a termo um acordo e colocou isso, cautelosamente e tudo, mas colocou isso. Ele era uma figura popular, popular, foi bem votado, um rapaz jovem... Assim, bem articulado, de futuro e tudo, parecia que era uma boa aposta; nos deixou uma impressão positiva na inauguração.

²³⁰ O entrevistador se refere a Ernesto Samper Pizano, que foi presidente da Colômbia entre os anos de 1994 e 1998.

²³¹ O entrevistador se refere a Andrés Pastrana Arango, ex-presidente da Colômbia (1998-2002).

²³² O mais próximo do que foi possível ouvir.

²³³ O entrevistado se refere a Jamil Mahuad, ex-presidente do Equador (1998-2000).

M. S. – Ele mandou sinais para Brasília, logo depois da eleição, de que ele apostaria num acordo de paz?

L.L. – Ele deu esses sinais, sim. Deu esses sinais originalmente. Estava disposto a explorar o assunto com seriedade, não é.

M. S. – Ou seja, a partir desse momento, para a posição brasileira, há luz no fim do túnel.

L.L. – Sem dúvida. Sem dúvida. Mahuad foi um fator imprescindível para o entendimento.

M. M. – E o Peru? A gente está falando muito do Equador, mas o Peru tem lá o Fujimori²³⁴, que é uma questão complicada. Como lidar com o Fujimori? Porque não há solução boa. Se apoiar ele sair, está interferindo na política interna, se apoiar ele ficar, a imprensa nacional, aqui, brasileira caiu de pau. Como lidar com essa situação do Fujimori?

L.L. – Claro. Sem dúvida. Bom. Mas isso foi bem adiante, não é.

M. M. – Mas já que a gente está falando dessa coisa mais ampla de lidar com os presidentes...

L.L. – Não. Sem dúvida. Isso foi no último ano da minha gestão lá no Itamaraty. O Fujimori insistiu muito em ter um terceiro mandato, ser candidato. Mudou as regras do jogo e tal e estava lá fazendo uma campanha. E havia uma suspeita generalizada de que ia haver manipulação do... Então havia um grupo de países... Havia uma reunião, mais precisamente, da OEA, em um lugar chamado Windsor, na fronteira dos Estados Unidos com o Canadá, do outro lado do rio de Detroit, lado do rio Michigan. E em Windsor, então, havia manifestações públicas, havia enfim um clima de muita comoção e tudo. O que nós fizemos, não foi tomar o partido do Fujimori, foi apenas dizer o seguinte: não é possível que haja uma intervenção estrangeira, de um organismo internacional ou de uma potência estrangeira no mecanismo eleitoral de um país. Agora condenar o Fujimori, qualquer um pode condenar à vontade, não havia problema nenhum. Não era esse. Mas você dizer que o mecanismo eleitoral peruano não serve porque vai resultar a eleição do Fujimori é uma coisa complicada, porque senão, daqui a pouco a OEA vem dizer que não serve no Brasil porque vai resultar na eleição de fulano ou beltrano, ou na Argentina, que vai resultar no fulano. Se você abrir um precedente – juridicamente, se você abrir um precedente para desqualificar a Justiça Eleitoral de um país, você pode repetir esse fato em outras circunstâncias aí, podia, e a Justiça Eleitoral é uma das coisas fundamentais da soberania, afinal das contas, não é, a Justiça e a Justiça Eleitoral, porque está mexendo com a vontade do povo ali. Então nós fomos contra uma colocação que fosse intervencionista; mas, evidentemente, éramos a favor de uma missão de observação da OEA, de uma fiscalização internacional e tudo mais.

M. S. – O Fernando Henrique chegou a expressar alguma opinião sobre o terceiro mandato ao Fujimori? Ou alguém da equipe ou o fez mediante o senhor?

²³⁴ O entrevistado se refere a Alberto Fujimori, que ocupou a presidência do Peru entre 1990 e 2000.

L.L. – Não. Não me recordo, não. Não me recordo de ter acontecido, não. Não me recordo. Eu vou conferir depois nas minhas anotações. Mas não me recordo, não. Mas evidentemente era uma coisa inteiramente já despropositada, não é, porque Toledo²³⁵ já estava na rua, fazendo um movimento grande e tudo, e... Não se tratava de tomar posição contra. Inclusive, nós tínhamos um bom diálogo com o Toledo, porque o embaixador nosso lá era o Viegas²³⁶, (que foi depois ministro da Defesa, que era um diplomata mais ligado ao Lula e tudo) e o Viegas tinha conversas com os dois lados, sabia das coisas lá. Mas isso... realmente, ficou a impressão de que o Brasil estava tomando o partido do Fujimori. O que não era verdadeiro não. O Fujimori foi uma presença importante e tudo durante o processo de negociação do acordo de paz, mas não tínhamos compromisso nenhum, especial, com o Fujimori, não. Mesmo porque o Fujimori é uma pessoa manipulativa, evidentemente manipulativa. A carreira dele toda mostra isso. Não é uma pessoa em que você possa depositar muita confiança. [risos]

M. M. – Aproveitando o Fujimori, você quer começar a falar do Chávez ou não?

M. S. – Acho que não. Porque o Chávez é um capítulo tão... Tão grande...

M. M. – Não. Então... Não. É porque a gente está falando de presidentes latino-americanos que colocam a democracia em cheque porque, exatamente, ou fica de um lado ou fica do outro, e o Chávez vai acabar despertando também esse tipo de problema, [porque é eleito]²³⁷...

L.L. – É. O terceiro mandato ou a tentativa de se perpetuar no poder é uma coisa muito equivocada, que geralmente dá errado. Geralmente dá errado. E os povos não agüentam. Eu, uma vez, tive uma conversa com o Sanchez de Lozada²³⁸, na Bolívia. Eu me dava bem com o [Goni]²³⁹. Quando ele estava candidato a reeleição, a uma outra eleição, não era propriamente a reeleição. Ele já tinha deixado de ser presidente, queria ser eleito de novo. Estava já com 72 anos. Aí ele veio me ver na embaixada e tal e me disse: “Eu vou ser candidato de qualquer maneira, eu acho que vou ganhar a eleição.” Eu digo: “Ô Goni, você me desculpe, por que você quer ser candidato novamente? 72 anos, já foi presidente da República, já foi duas vezes, já fez coisas importantes.” “Ah, porque depois... Se eu não for agora, depois eu já não tenho zona biológica – ele me respondeu – para ser presidente.” Eu digo: “Está bem. Mas é complicado, hein.” Ele ficou... Não ficou nem um ano no poder.

M. S. – É. Caiu.

M. M. – É. Também... No país dele, não é tão raro assim.

²³⁵ O entrevistado se refere a Alejandro Toledo, que foi presidente do Peru no período de 2001 a 2006.

²³⁶ O entrevistado se refere a José Viegas Filho, que foi embaixador do Brasil no Peru entre os anos de 1998 a 2001.

²³⁷ O mais próximo do que foi possível ouvir.

²³⁸ O entrevistado se refere a Gonzalo Sanchez de Lozada, presidente da Bolívia entre os anos de 1993 e 1997 e, posteriormente, de 2002 a 2003.

²³⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

M. S. – Não é tão raro assim. Eu acho que a gente pode começar a próxima sessão com o Chávez, já chegando a 99.

M. M. – Já estamos chegando ao fim.

[FINAL DO ARQUIVO_1576_LUIZ_FELIPE_LAMPEIA_16_01.07_2008]

9ª entrevista: 10.07.2010

M. S. – Como a gente combinou na última sessão, começamos com o começo do governo Chávez.

L. L. – Certo. Mas antes de chegar ao governo Chávez, eu queria dizer que nós tivemos, no começo do ano de 99, um episódio interessante, que vale a pena narrar. Numa conferência telefônica, a secretária de Estado americana, Madeleine Albright, organizou uma conversa com os quatro países do continente, membros do Conselho de Segurança naquele ano, que eram, naturalmente, os Estados Unidos, membro permanente, mas também a Argentina, através de Guido di Tella, o ministro, e o Canadá, através de Lloyd Axworthy, que era o ministro do Exterior, e eu mesmo. A idéia dela era a de coordenar as posições do continente no Conselho de Segurança. Isso, naturalmente, é uma coisa problemática porque, primeiro, o continente não existe como uma entidade política, não é, como categoria operacional no cenário internacional; em segundo lugar, porque ia criar uma dificuldade de... Como é que os Estados Unidos reagiriam a dissensões a esse respeito? Quer dizer, na verdade, os Estados Unidos queriam é que nós embarcássemos numa posição de seguir a posição deles e dar mais força, mais legitimidade. Então, ela fez uma exposição sobre essa questão e, imediatamente, o Guido di Tella apoiou com entusiasmo, e o Lloyd Axworthy também. Naturalmente porque os dois... Na época, a Argentina tinha uma posição de relações carais, que, aliás, deixava a Madeleine Albright muito perplexa. Uma vez, ela perguntou “o que é que o Guido quer dizer com isso?” e tal. E o Canadá, também, sempre teve uma posição muito próxima dos Estados Unidos. Então, aquilo me deixou numa certa sinuca, porque não tinha sido uma coisa preparada anteriormente, ela nos surpreendeu, de certo modo, com essa idéia.

M. M. – Em torno de que pontos?

L. L. – Não. Todos os pontos. Como norma geral, que houvesse uma concertação, que houvesse uma busca de uma atuação comum em todos os pontos que surgissem no Conselho. Ela não especificou ponto nenhum.

M. S. – Nesse momento, o Conselho lidava com o Timor, com Angola...

L. L. – É. O Conselho tem sempre uma agenda muito africana, não é. Muito africana e muito Oriente Médio. É o básico da agenda; de pontos importantes, esses eram... Ressaltavam esses, sem dúvida nenhuma, de pontos mais sensíveis para nós.

M. M. – E como é que o Brasil então se posicionou frente a essa demanda, uma vez que 1999 se iniciou, no caso brasileiro, com uma grande crise econômica no Brasil e que em boa medida dependia do suporte financeiro dos Estados Unidos?

L. L. – Exato. Sem dúvida.

M. M. – Como equilibrar a necessidade com a posição de dizer não, por exemplo?

L. L. – Sem dúvida. Não. Eu não quis dizer não de uma maneira agressiva, mas coloquei uma série de pontos, que eu acho que eram legítimos. Em primeiro lugar, dizendo que nós não éramos, por exemplo, o grupo árabe. O grupo árabe tem uma homogeneidade, que vem do fato de serem da mesma etnia, da mesma religião, de terem, historicamente, uma posição muito concertada, não é.

M. M. – E terem o mesmo inimigo.

L. L. – Isso. E não éramos também a Europa, que tem outra tradição e que está em outro estágio de integração e tudo. E que os Estados Unidos são um bloco em si mesmo. Os Estados Unidos é uma potência de tal ordem que representam já em si um bloco. Então, que a agregação dos demais países do continente aos Estados Unidos poderia ser feita na base de termos consultas, na base até de termos coordenação, mas não na base de termos posições comuns. A não ser que das consultas e das conversas de coordenação pudesse resultar uma visão comum, mas a busca, necessariamente, de uma posição comum, eu acho que era uma falácia, e era inconveniente, do nosso ponto de vista. E ela percebeu, sabe, ela percebeu, porque... Aquilo foi uma tentativa, provavelmente, de algum assessor e tudo, que ela julgou que valia a pena tentar e tudo. Mas não...

M. S. – Quem era a pessoa, o homem dela? Era o Pickering²⁴⁰?

L. L. – Pickering era o subsecretário político, sem dúvida nenhuma. Mas eles estavam, sobretudo, engasgados, naquele momento, era com o Iraque. O Iraque é que era o problema maior. Inclusive, já estavam caminhando para um enfrentamento com o Iraque. Houve um momento, inclusive, em que o embaixador depois dela, o embaixador na ONU foi o Bill Richardson, que foi governador do New Mexico e tudo. E o Bill Richardson uma vez veio, inclusive, ao Brasil e nos expôs como uma das alternativas que o governo americano considerava um ataque militar ao Iraque. E nos perguntou como é que...

M. M. – Com bandeira da ONU?

²⁴⁰ O entrevistador provavelmente se refere ao diplomata norte-americano Thomas Pickering.

L. L. – Não. Ele não falou em bandeira da ONU, não, falou de...

M. M. – Unilateral. Sozinhos.

L. L. – É. Em função... Quer dizer, do próprio Conselho de Segurança, não é.

M. S. – Seria um ataque para enfraquecer as posições iraquianas dentro da *no fly zone* ou seria um ataque em Bagdá, para...

L. L. – Não... Quer dizer, porque o que ele dizia é que o... E que ela também sempre sustentou, é que o Iraque não cumpria com as resoluções da ONU, não permitia que a [ONU]²⁴¹ fizesse o seu papel, as verificações e tudo mais, e, portanto, o Iraque, provavelmente ou possivelmente, teria que ser forçado a se enquadrar dentro das posições da ONU. Ela tinha uma posição muito agressiva, a Madeleine tinha uma posição muito agressiva em relação ao Iraque de um modo geral, mas havia um... Nunca houve o que depois, na administração Bush, se colocou; pelo menos, para nós, nunca disseram, a idéia de fazer um ataque unilateral, só com uma coalizão de países que aceitassem isso, mas sem a aprovação do Conselho, sem... Isso não houve, em nenhum momento, não. Mas enfim, isso passou. Agora no começo de 99 tivemos o primeiro mês, janeiro de 99, tivemos a culminação da nossa crise financeira, que foi muito grave porque ela teve, evidentemente, repercussões internacionais fortes. Quando o Gustavo Franco²⁴² se demitiu, no dia 13 de janeiro, o Francisco Lopes assumiu com uma proposta de flexibilização do câmbio, que, rapidamente, o mercado destruiu. E os Estados Unidos, como sempre, mantiveram uma posição cooperativa, mas nós estávamos numa precariedade imensa, naquela situação, e o câmbio acabou tendo que ser liberado; e isso gerou uma verdadeira pressão. Tanto que, no final do mês, o Malan²⁴³ e eu estávamos agendados para ir a Davos, essa reunião de Davos, e no meio do caminho para Davos, no meio de uma nevasca tremenda na estrada, ele me telefonou e disse que não ia poder ir, porque estava havendo uma... Estava havendo uma corrida aos bancos, na verdade, e que o Chico Lopes tinha saído e que ele então estava procurando definir o Armínio²⁴⁴ como ministro. E o Armínio chegou debaixo de muita desconfiança e tudo, mas, rapidamente, conseguiu reverter a situação. O presidente, eu falei com o presidente depois, e o presidente estava muito preocupado, estava achando que podia ter ruído completamente a sua posição internacional, a sua política econômica e tudo; estamos sem créditos internacionais, grandes incertezas em geral, de maneira que parecia que o momento era muito grave. Do ponto de vista internacional, houve um fato muito sério, que foi o anúncio do governo argentino de que ia dolarizar a sua economia. E dolarizar a economia, evidentemente, significava, praticamente, explodir o Mercosul, abandonar inteiramente o Mercosul, e foi visto por nós como uma punhalada nas costas, naquele momento, não é.

²⁴¹ O mais próximo do que foi possível ouvir,

²⁴² Gustavo Franco foi presidente interino do Banco Central em 1995 e, posteriormente, presidente de 1997 a 1999.

²⁴³ O entrevistado refere-se a Pedro Malan, ex-presidente do Banco Central do Brasil (1993-1994) e Ministro da Fazenda entre 1995 e 2002.

²⁴⁴ O entrevistado se refere à Armínio Fraga Neto, presidente do Banco Central de 1999 a 2003.

M. M. – Esse seria um momento que o senhor avalia como sendo crucial na mudança de relação com a Argentina? Ou já vinha deteriorando a relação com a Argentina e Mercosul?

L. L. – Vinha deteriorando. Vinha deteriorando em função do comércio, da evolução do comércio, porque a Argentina sempre sustentou que ia manter a paridade, a conversibilidade, acontecesse o que acontecesse. E nós, de um tempo para cá, já em 98 e tudo, vínhamos sempre dizendo a eles, tanto no nível do Malan quanto no meu nível, vínhamos dizendo a eles que era melhor eles pensarem numa saída gradual, uma certa flexibilização. E tem que ter, porque eles não estavam tendo uma política fiscal que permitisse a continuação da conversibilidade. Mas eles tinham pavor. O Guido, uma vez, me disse, muito confidencialmente, me disse: “Nós temos um pavor, que nos bloqueia completamente, que é o de que, se abrir a porteira, haja uma hiperinflação e nós voltemos ao passado completamente.” Mas nós estávamos também nessa mesma situação, não é. Houve um momento que o Fernando Henrique me disse: “Olha, eu estou com muito receio de que nós tenhamos voltado a 1993.” A situação é uma situação muito complicada.

M. S. – O senhor diria que os argentinos receberam a notícia da desvalorização do real como uma punhalada nas costas também?

L. L. – Também. Também. Sem dúvida. Sem dúvida que receberam. Quer dizer, nós explicamos a eles, por todos os modos que podíamos, que, evidentemente, não era uma coisa desejada nem planejada, não é, era a força das circunstâncias. A desvalorização do real nos foi posta pelo mercado, porque o mercado achava que não era sustentável aquela taxa que nós tínhamos anteriormente. Mas eles não aceitavam, não aceitavam que nós não tivéssemos prevenido a eles que isso ia acontecer. Quer dizer, havia uma *mala sangra* recíproca, em um certo modo, não há dúvida nenhuma.

M. S. – Nesse momento, a documentação começa a sugerir que, em Brasília, se pensou seriamente se o projeto valia a pena ou se o Mercosul estava fadado ao fracasso. Essa impressão é correta?

L. L. – Não. Não no sentido de que se considerasse que era necessário anular o Mercosul, ab-rogar o Tratado de Assunção, nem voltar atrás. Isso, acho que nunca ninguém pensou em voltar atrás, na liberalização tarifária que houve; mas ficou uma clara percepção de que os passos, daí para a frente, iam ser muito difíceis, muito complicados, sem dúvida nenhuma.

M. S. – Nesse momento, vocês já sabiam que o Menem²⁴⁵ não tinha chances? Ou não era clara essa percepção ainda?

L. L. – Não. Já era claro, sim. Já era bastante claro, porque ele fez... A eleição seria justamente em 99. E ele vinha fazendo já, há vários anos, uma campanha nesse sentido.

²⁴⁵ O entrevistador se refere a Carlos Menem, ex-presidente da Argentina (1989-1999).

Mas estava muito claro que ele estava muito acossado já, na própria Justiça, e politicamente também, já era muito duvidoso que ele pudesse vir a ganhar.

M. S. – Vocês mantinham contato com possíveis candidatos de oposição antes das eleições?

L. L. – Sempre tivemos, sim. Sempre tivemos. Inclusive, eu tive uma reunião com todos os principais, com o De La Rúa²⁴⁶, Alfonsín²⁴⁷ ... Pouco depois, justamente, desse...

M. S. – Duhalde²⁴⁸.

L. L. – Duhalde. Sempre tivemos. Muito abertamente, sem fazer nenhum mistério disso. Tive uma longa reunião, com todos eles presentes, lá na...

M. S. – Em Brasília?

L. L. – Não, não. Em Buenos Aires.

M. S. – Na embaixada.

L. L. – Não foi na embaixada, não. Eu acho que... Não se se foi na sede do Partido Radical. Não me lembro exatamente. Mas não foi...

M. M. – Como o Menem via essa reunião?

L. L. – Ele não... Ele, possivelmente, não gostava, não é. Mas não chegou a manifestar assim... Não. Não tivemos eco de que tivesse havido um problema maior, não.

M. S. – Na deterioração do relacionamento com a Argentina, quem gerencia a relação? Porque, presumivelmente, a relação pessoal entre Fernando Henrique e Menem já estava bastante esfriada, não é?

L. L. – Ficou. Ficou atingida, sim. Ficou atingida porque os argentinos tiveram essa reação de mágoa e de frustração e também porque eles resolveram então apresentar toda uma lista de compensações, já no nível da [chancelaria]²⁴⁹ sempre, no nível do Jorge Campbell; e apresentaram numa reunião, que foi uma reunião penosa, difícil com o Campbell, que era o subsecretário econômico, uma série de pontos, em que eles queriam compensações de cotas

²⁴⁶ O entrevistado se refere a Fernando De La Rúa, presidente da Argentina entre 1999 e 2001.

²⁴⁷ O entrevistado se refere a Raul Alfonsín, que foi presidente da Argentina no período de 1983 a 1989.

²⁴⁸ O entrevistador refere-se Eduardo Alberto Duhalde, que foi presidente interino da Argentina no período de 2002 a 2003.

²⁴⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

e de acesso ao mercado brasileiro e tudo mais, por essa situação. E acabou ficando num impasse, nesse aspecto, ficou num impasse. Aí é que ficou muito visível que o clima tinha se envenenado de tal modo que o Mercosul estava de fato um tanto paralisado.

M. M. – É. E há expressões aqui. “Sustentamos um vizinho mal agradecido”. Chegou a esse ponto.

L. L. – É, chegou sim. Na reunião de Davos, que eu ia chegando, foi uma situação de extrema dificuldade, porque, sem o Malan, não havia muito... Eu não ia me meter a fazer uma discussão de toque basicamente econômico da situação, e a platéia, de qualquer modo, era muito numerosa e era muito cética, muito vivida, muito experiente, de maneira que eu não ia procurar levar por esse jeito. O que eu procurei fazer foi falar das coisas fundamentais do Brasil. Quer dizer, falar do Brasil como um país que tem recursos, que tem ativos, que tem capacidade industrial, que tem capacidade na sua classe empresarial pública e privada e que, portanto, essa situação se diluiria, pelo tamanho do seu mercado, pelas suas boas relações com as instituições financeiras internacionais e tal. Eu fui por aí. E no final, onde nós tivemos uma série de pessoas que nos ajudaram muito. Primeiro foi a equipe econômica americana, quer dizer, o Rubin²⁵⁰ e o Lawrence Summers²⁵¹ foram fundamentais, e montaram um pacote... E o Greenspan²⁵² também, e montaram um pacote de ajuda muito importante; mas também pessoas de liderança na área industrial, como o Peter Sutherland, por exemplo, que era o da Goldman Sachs e da British Petroleum, foram muito ativos também nesse apoio. Aí eu devo dizer que o mais desagradável foi a experiência que nós tivemos com o... Que eu tive, nesse dia, com o Cavallo, com o Domingo Cavallo²⁵³, porque o Cavallo resolveu subir ao palco lá e fez um grande discurso, arrogante e tudo, dizendo que era o momento do Brasil assumir o esquema de conversibilidade, que tinha todas as condições para isso, seria uma solução perfeita -, como se fosse uma solução mágica e indolor. O Brasil numa situação daquela, não é. Você numa UTI, dizem “não, levanta e faz ginástica, que a ginástica num instante vai te levantar”. [riso] Uma situação impossível, não é. Eu fiquei com muita raiva do Cavallo, de vir nos chatear daquela maneira.

M. S. – E em público.

L. L. – E em público, é.

M. M. – E qual era a reação dos assistentes, dos participantes em Davos? Porque esses que o senhor citou, de alguma maneira, têm interesse em não explodir o Brasil, por razões compreensíveis. Mas aqueles outros participantes? Não o Cavallo, porque aí é... Mas

²⁵⁰ Robert Rubin foi secretário do Tesouro dos Estados Unidos no período de 1995 a 1999.

²⁵¹ Lawrence Summers foi secretário do Tesouro dos Estados Unidos entre os anos de 1999 e 2001.

²⁵² O entrevistado se refere a Alan Greenspan, ex-presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos da América, no período de 1987 a 2006.

²⁵³ Domingo Cavallo foi ministro da Economia da Argentina durante o governo De La Rúa.

outros. Europa, por exemplo, que é muito menos permissiva em relação a descontrole financeiro.

L. L. – É. Mas também, também os banqueiros, o setor privado e os representantes governamentais também não têm interesse. Quer dizer, ninguém tem interesse que um país como o Brasil... [O Brasil] não é um país... Naquele momento, não tinha o peso que tem hoje, inclusive, mas de qualquer modo, uma derrota, um fracasso, uma moratória brasileira seria ruim para todo mundo, não é. De maneira que não...

M. M. – A moratória chegou a ser colocada?

L. L. – Não. Não chegou, não. Nesse momento, não chegou, não.

M. M. – Havia da parte deles, então, uma certa avaliação política. Era uma nova qualidade de elite política -, no caso, Fernando Henrique -, que não iria fazer o que nos anos 80 foi feito: uma moratória. Era essa a aposta?

L. L. – Isso. Exato. Sem dúvida. Havia uma simpatia geral. E havia uma certa solidariedade na dificuldade também. Que é importante.

M. M. – Mas de alguma maneira, essa aposta dos quatro anos do primeiro mandato de Fernando Henrique de estabelecer relações internacionais favoráveis ao Brasil calcadas basicamente na estabilidade serviu até de lastro para que os países e essas instituições apostassem. O senhor acha correta essa avaliação?

L. L. – Acho, acho sim. Acho que sem dúvida nenhuma. Acho que o Fernando Henrique e a sua equipe de um modo geral, econômica, tinham muita credibilidade, tinha muita confiança das pessoas. Tanto que, quando se montou o esquema de apoio, houve uma parte fundamental americana, mas houve também outros que compareceram. Quer dizer, se montou um esquema grande, com europeus também participando e tudo. De maneira que acabou se resolvendo assim, aos poucos.

M. S. – De Davos o senhor foi direto para a Venezuela.

L. L. – Isso. Para Caracas, é. A posse do Chávez foi de meter medo, não é, porque houve uma encenação assim “mussoliniana” da parte dele. A configuração da própria Assembléia já é uma coisa... Não sei se foi feita alguma modificação. Mas o fato é que o Chávez ficava numa espécie de um pódio, assim, uns três metros de altura acima de todo mundo. E ele então entrou e...

M. M. – Fardado?

L. L. – Fardado. E... Não. Não estava fardado.

M. M. – Civil.

L. L. - Civil. Benzeu-se assim, aí deu um beijo – estaladíssimo - no seu próprio dedo assim²⁵⁴, [risos] e aí disse assim: “Juro por esta Constituição defunta...” E aí...

M. S. – E assim começou. [risos]

L. L. – E assim começou. A entrada dele foi o beijo no dedo e o... Aí o... Eu achei que o Mussolini, em 1920, deve ter sido igualzinho.

M. S. – Por que o Fernando Henrique decidiu não ir?

L. L. – O Fernando Henrique estava muito preocupado com a situação interna. Estava no olho do furacão. E o Chávez, nesse discurso, já anunciou de certo modo a carta dele, porque ele, além da teatralidade, da demagogia populista e tudo, ele falou numa determinação revolucionária, porque ele disse que ele não reconhecia a Constituição, não reconhecia os poderes, não reconhecia... Enfim, as instituições políticas venezuelanas, e que só o povo é soberano; só o povo é soberano e que, portanto, é preciso alterar todo o panorama institucional de acordo com o que o povo decidir. Que é uma situação revolucionária, sempre foi uma colocação. E ele disse que... Disse coisas extraordinárias. Disse: “Eu estou pronto a morrer, mas não sou convencível”. Ninguém pode me convencer. Eu prefiro morrer do que ser [convencível]²⁵⁵. E aquela coisa do patriotismo voluntarista, aquela determinação militarista de justicismo bolivariano, não é. Foi um espetáculo dantesco, porque... Eu estava sentado ao lado da Rosario Green, que era ministra das Relações Exteriores do México, e nós tivemos a clara sensação de que aquilo era uma espécie de abertura de um processo, quer dizer, abertura de um processo que iria englobar não apenas a Venezuela, mas seria um primeiro capítulo de uma nova fase histórica da América Latina, em que ia haver essa busca de – um tanto louca – de soluções mágicas, de soluções inventadas; e que a América Latina ia sair completamente do *mainstream* para... Em alguns países, pelo menos, ia sair do *mainstream*, para colocar posições e modos de governo que seriam inteiramente um retrocesso, na verdade, retrocesso populista.

M. S. – Do ponto vista do que vocês esperavam que fosse a política externa do Chávez, a avaliação, se não me engano, é que, no momento, a Venezuela está muito enfraquecida, que o projeto dele é de reforma interna.

L. L. – Sem dúvida.

M. S. – Sem grandes estripulias fora das fronteiras. Porque era uma economia em declínio, à época, com o barril do petróleo em um preço muito diferente.

²⁵⁴ O entrevistado imita o gesto efetuado por Hugo Chávez.

²⁵⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

L. L. – Sem dúvida. Sem dúvida.

M. S. – Então, na percepção de vocês, o risco consistia em quê, exatamente?

L. L. – O risco consistia em que, numa situação de pobreza e de dificuldade como essa, que o Chávez criasse um modelo, que virasse uma referência e que fosse, depois, seguido, ou uma tentativa de imitar o modelo chavista, em outros países.

M. S. – Vocês achavam que ele tinha força para produzir uma coisa dessas?

L. L. – Ah... Sem dúvida. Porque ele... O Chávez é uma combinação curiosa, porque ele é, sem dúvida nenhuma, uma pessoa muito inteligente, com muito sentido tático -, muito astuto, nesse ponto; depois, ele é uma pessoa muito forte; em terceiro lugar, ele é, visivelmente, uma pessoa perturbada, mentalmente perturbada. Ele é dessas pessoas que tem aquele olhar hipnótico, aquela coisa, ele segura você com intensidade no braço, e tem aquela vibração, que não dorme e tudo; quer dizer, ele é um hiperativo, ele é uma pessoa muito fora do normal, claramente. E, finalmente, ele é um militar, foi a vida inteira um militar, e os militares, o que os militares são treinados para fazer é ter um plano de ação e seguir até conseguir implementar esse plano de ação, não é. Então, ele é uma pessoa que não pode ser tomada com leveza. Ele é um homem muito determinado. E por todas essas razões, pela inteligência, pela obsessão, pelo seu sentido histórico, pelo seu sentido militar, ele é um homem que vai em frente.

M. S. – Então o senhor diria que, desde o marco zero, existia a percepção, em Brasília, de que o Chávez constituía um risco, porque, em sendo um exemplo potencial para outros vizinhos do Brasil, esses vizinhos naturalmente penderiam em direção a Caracas.

L. L. – Sem dúvida. Sem dúvida. Mas num primeiro momento, nesse próprio discurso de posse, o Chávez apresentou uma agenda interna, ele não apresentou uma agenda expansionista ou...

M. S. – Nem tinha dinheiro para bancar.

L. L. – Não. Não, não.

M. S. – O que, depois, ele viria a bancar.

L. L. – Não. É. Ele disse, por exemplo, que...

M. M. – Falou do Brasil? Quais referências ele fez?

L. L. – Ao Brasil?

M. M. – É, ao Brasil.

L. L. – Não, não fez nenhuma. Nesse primeiro momento, não. Mas ele disse, por exemplo, nesse discurso, que a Venezuela tinha recebido o equivalente a quinze planos Marshall. Não sei de onde ele tirou essa figura, mas enfim, foi o que ele falou lá. E que não se vê em que resultou tanto dinheiro, porque havia na Venezuela uma diferença cada vez maior entre pobres e ricos; e que os venezuelanos que se beneficiaram com esses recursos tinham mandado esse dinheiro para fora, basicamente, não tinham investido em recursos produtivos. Então, a posição inicial que ele anunciou era essa. E a gente toda dele, a gente do partido dele, eles começaram... Nós estávamos sentados na primeira fila... Eram, praticamente, só ministros que estavam lá.

M. M. – Pois é. Quais os presidentes que foram?

L. L. – Não me lembro de nenhum presidente. É possível que tenha tido um...

M. M. – Isso é uma coisa estranha, não é? Geralmente, na posse dos presidentes da América do Sul, costumam comparecer todos os presidentes.

L. L. - É. Porque o Chávez já tinha feito dois golpes de Estado... É. Ele não era uma novidade, não é. Ele já era um tanto conhecido, não é, como figurinha política. E eu não me lembro de nenhum presidente. Pode ser que tenha havido algum presidente, mas eu, realmente, não me lembro. Eu me lembro dos ministros. E havia muitos ministros. E estávamos sentados na primeira fila, e daqui a pouco, os deputados lá, os... Os deputados não, eram os simpatizantes dele – começaram a entrar e começaram a se colocar na nossa frente e pisar no pé da Rosario Green e... Foi uma coisa... Uma grosseria... E eram sujeitos mal vestidos, horrorosos, não é. A gente teve a sensação de que vinha aí uma onda péssima. [risos]

M. S. – O senhor chegou a ter um encontro com ele nessa viagem?

L. L. – Não. Não. Os encontros foram depois.

M. S. – E quando o senhor voltou a Brasília e contou para o Fernando Henrique, qual foi a reação inicial do presidente?

L. L. – Ele ficou impressionado. Ficou impressionado com a descrição da cena e tudo. Ficou impressionado.

M. S. – Ele decidiu tomar alguma postura em particular, ou vocês deixaram estar para ver como [ficava]?

L. L. – Não. Não. Nós deixamos para ter uma primeira conversa com ele mais adiante, para ver como é que ele faria. Não... Nós nunca tivemos a idéia... Ao contrário até, nós tivemos uma postura de coloração mais para simpática até, num primeiro momento, do que hostil, com relação a ele.

M. S. – Como é que isso se materializava em política externa? É aí que começa a discussão sobre, por exemplo, tentar vincular a Venezuela ao Mercosul, não é?

L. L. – Não. Isso, num primeiro momento, não se colocou, não. O que se procurava colocar era evitar que o Chávez fosse isolado e que fosse feita uma ruptura muito grande com os Estados Unidos. Porque nós tínhamos consciência de que os Estados Unidos não podiam repetir o erro que fizeram com Cuba, não é, que acabaram fortificando a posição do Fidel Castro, justamente pelo seu constante assédio a Cuba. E havia um pouco essa intenção, porque o Chávez, evidentemente, para os americanos, desde o início, já se enquadrava numa categoria de não palatável. Mas nós sempre procuramos, durante, pelo menos, o tempo que estivemos lá, procuramos atuar no sentido de abrandar, de parte a parte, um rumo conflituoso, um rumo de atritos.

M. S. – E a maneira de fazer isso seria puxar a Venezuela um pouco para o Brasil. Estender uma mão.

L. L. – Isso. É. Exato.

M. M. – Mas ao mesmo tempo, houve algum investimento, por exemplo, no projeto Calha Norte, Sivam²⁵⁶?... Chávez despertou, por outro lado, algum incentivo ao fortalecimento militar brasileiro na região norte?

L. L. – Não.

M. M. – Não houve nenhuma ligação do ponto de vista militar, quer dizer, uma ameaça.

L. L. – Não. O que ele fez foi, desde o começo, dizer que ele queria substituir empresas americanas por empresas brasileiras na contratação de grandes serviços. Não na área do petróleo. Na área do petróleo, ele falou de uma cooperação, mas era uma coisa meio teórica, porque não havia muito clima para isso; mais na área de construção pesada. E aí, metrô de Caracas e pontes sobre o Orenoco e conjuntos habitacionais e em vários programas sociais dele, ele fez questão de dizer que queria atrair empresas brasileiras.

M. S. – O primeiro encontro com Fernando Henrique e o Chávez foi mais tarde, no mesmo ano, não foi? Se eu não me engano, foi em setembro de 99.

²⁵⁶ A entrevistadora se refere ao Sistema de Vigilância da Amazônia.

L. L. – Foi. Foi.

M. S. – Qual foi a natureza da conversa, o senhor lembra?

L. L. – Deixa eu ver aqui quando é que foi. Setembro de 99 é o teu registro.

M. S. – Isso. Eu tenho *circa* setembro de 99. Eu não tenho a data exata.

L. L. – É. Setembro. Está aqui. O ponto essencial aí foi... Primeiro, o Chávez expôs lá as idéias dele e tudo, e depois disse que queria ter com o Brasil uma aliança, que queria ter com o Brasil uma posição de muita cooperação, de muita proximidade e tudo, porque ele achava que devia se fortalecer essa digamos coesão sul-americana, para resistir, inclusive, aos desígnios dos Estados Unidos. E nós tínhamos toda a simpatia e compartilhávamos o conceito de uma coesão sul-americana, mas não compartilhávamos o conceito do “para resistir aos Estados Unidos”. A grande diferença do governo Fernando Henrique para o governo Lula é essa, precisamente. Quer dizer, não se trata de fazer a integração sul-americana contra os Estados Unidos. O Chávez já tinha essa posição, claramente, não é. E ele queria... Enfim, fortificar isso através de um adensamento das relações. E ele tentou, nesse momento ainda, sabendo que ele estava numa posição de relativa fraqueza econômica, ele tentou se legitimar. Ele fez uma visita ao FMI, em que ele foi muito... Fez um discurso muito liberal junto ao Candesus²⁵⁷. O Candesus ficou até surpreso, nos contou, depois, que nunca podia imaginar que o Chávez ia fazer um discurso assim, [riso] tão ortodoxo, não é. E também, nos Estados Unidos, ele esteve e tudo, e na Europa... Quer dizer, o Chávez desses anos era um homem muito diferente do que é agora. E nós...

M. S. – Enfraquecido.

L. L. – E nós estimulamos isso, estimulamos essa inclinação dele, moderada e tudo, e procuramos ver que essa inclinação, inclusive, renderia benefícios para ele, renderia benefícios de todo tipo, benefícios políticos e econômicos e tudo. E ele aceitava bem a idéia. Ele... Inclusive, mais de uma vez, eu conversei com a Madeleine Albright sobre o Chávez e sobre o governo, e não houve, não chegou a haver, no início pelo menos, não chegou a haver muita dificuldade nesse respeito. Depois é que ele foi, claramente, tomando posições. Todos dizem, eu não tenho como avaliar isso, mas todos dizem que o que realmente marcou a diferença foi o golpe que ele sofreu em 2002. Que a partir daí é que ele se tornou uma pessoa muito rancorosa, muito vingativa e tudo, e muito radical.

M. S. – Tentou uma posição hegemônica em casa.

L. L. – É. Exato.

M. S. – O barril do petróleo permitiu.

²⁵⁷ O entrevistado se refere ao francês Michael Candesus, que foi diretor do FMI.

L. L. – Exato. Exato.

M. S. – Nesse período já tem inteligência sugerindo que a Venezuela tinha um dedo na questão das FARC.

L. L. – Sem dúvida.

M. S. – Como é que o Brasil via isso?

L. L. – Ele disse que tinha boas relações com as FARC. Nunca disse que dava apoio propriamente, mas disse que tinha boas relações e que poderia ter influência. Isso tudo dito de uma maneira um tanto encoberta, não é, não foi de uma maneira tão direta quanto eu estou contando aqui. Mas também foi ficando cada vez mais claro que, além de um contato, o que ele tinha era uma simpatia, tinha uma simpatia e tinha, portanto, um estímulo às FARC. E naquele momento o governo colombiano estava numa posição muito enfraquecida, porque o Pastrana²⁵⁸, depois daquele começo frouxo e tudo, em que ele tentou negociar, foi lá ver o Mario Landa, muito adiante, o Pastrana resolveu reagir e tentar combater as FARC, mas a partir de uma posição muito fraca, de uma posição inclusive militar. O Exército... O *Plan* Colômbia foi gerado aí, não foi inventado pelo Uribe²⁵⁹. Mas demora algum tempo, não é, você reconstruir, praticamente, o moral, o equipamento, a disciplina, as forças armadas. Então... Mas nós não tínhamos uma presença muito nítida a esse respeito, não. Nós não queríamos nos envolver muito nessa questão, porque tínhamos já a convicção de que o governo Pastrana tinha feito uma política muito equivocada nesse assunto. Mas o que aconteceu, perto aí dessa época, foi que eu recebi uma visita do Marco Aurélio Garcia²⁶⁰, que tinha, de um modo geral...

M. M. – Na condição de?...

L. L. – Na condição de responsável pela política internacional do PT. E ele disse, inclusive, que tinha muito boa... Que o PT não tinha nenhuma querela com a política externa do governo, que concordava inteiramente com essa ênfase na integração sul-americana e que considerava, inclusive, que isso era uma iniciativa do Estado brasileiro, iniciativa permanente, não de governo nem de partido nenhum, devia ser levada adiante. E no final, ele me disse: “Olha, eu queria lhe dizer também que nós temos boas relações com as FARC. Nós conhecemos as FARC, temos contatos com eles, boas relações, o partido (fórum) São Paulo, e queríamos oferecer então, se vocês quiserem, de ter um contato.” E eu disse: “Não, não temos nenhum interesse, nenhuma inclinação por ter relações com as FARC, que nós consideramos um movimento terrorista, um movimento criminoso”, não é.

²⁵⁸ O entrevistado se refere a Andrés Pastrana Arango, ex-presidente da Colômbia (1998-2002).

²⁵⁹ O entrevistado se refere a Álvaro Uribe, que foi presidente da Colômbia entre os anos de 2002 e 2010.

²⁶⁰ Marco Aurélio Garcia é um político brasileiro, filiado ao PT. Ocupou, durante o governo Lula, o cargo de assessor especial do Presidente da República para assuntos internacionais.

M. S. – O senhor chegou a dizer que o Brasil... Que o senhor, pelo menos, considerava as FARC um...

L. L. – Sem dúvida. Sem dúvida.

M. S. – Agora a posição oficial brasileira não era de reconhecer as FARC como terroristas, não é?

L. L. – É... Eu confesso a você que eu não me lembro do matiz da palavra usada aí, mas de qualquer modo, o que houve, eu neguei completamente qualquer...

M. S. – Por que o interesse dele em oferecer a facilitação do acesso, se eles estão na oposição?

L. L. – Não sei. Não sei. Porque inclusive, depois de assumir o governo, eles próprios não levaram isso adiante, não é.

M. M. – Portanto foi negada, e nós temos referências aqui, a possibilidade da abertura de um escritório das FARC aqui no Brasil.

L. L. – Foi. Totalmente.

M. M. – Isso foi negado. Então essa abertura veio posteriormente.

L. L. – Totalmente. É. A idéia dele, provavelmente, era nesse sentido. Quer dizer, a idéia do Marco Aurélio, a idéia do PT era trazer as FARC para uma certa legitimidade, reconhecer como grupo armado.

M. S. – Como beligerante.

L. L. – Que o Chávez explicitou, não é. Não sei se... O governo do PT não explicitou isso, eu acho, não explicitou isso nunca. Mas era dizer que eram beligerantes, e portanto, que era um partido... Que podia ser visto como um partido político; tinha a legitimidade de um beligerante e tudo e podia ser transformado num partido político.

M. S. – Demandava diálogo.

L. L. – É. Exato.

M. S. – Agora nesse contexto em que o Plano Colômbia começa a ser formado, a percepção em Brasília sobre o Plano Colômbia não era uma de medo de que seria uma ingerência norte-americana direta na América do Sul? A Colômbia como ponta de lança do império?

L. L. – É. É sempre uma coisa desconfortável para o Brasil. Quer dizer, o Brasil nunca viu com bons olhos, ao contrário, sempre foi contrário à idéia de uma presença militar estranha ao continente aqui. Nunca tivemos uma boa avaliação dessa possibilidade. Mas também não tínhamos razão para condenar, visto que aquilo era uma coisa demandada pela própria Colômbia, não é. A própria Colômbia organizou esse plano e pediu o apoio americano, então... Também, não se podia dizer que não era legítimo, não é.

M. M. – Mas é interessante, para retomar esse panorama, a questão do Fujimori²⁶¹. Há uma comparação, pelo menos na imprensa brasileira, entre Chávez e Fujimori, dizendo que Fujimori é muito pior, fez coisas muito piores, e o governo brasileiro... Toda aquela acusação de que o governo brasileiro teria apoiado o Fujimori. E aí então a gente pode creditar a essa política brasileira de não intervenção, não é isso?

L. L. – É. Sem dúvida.

M. M. – Nem com o Chávez, nem na Colômbia, com o Pastrana, nem Fujimori.

L. L. – Sem dúvida. É. O Fujimori... Quer dizer, o Fujimori quando ganhou a eleição pela primeira vez, contra o escritor Vargas Llosa, o Fujimori fez coisas muito importantes no Peru, porque ele debelou uma inflação vertiginosa e ele estabeleceu ordem num país em que você não podia sair na rua, porque havia seqüestros, movimentos guerrilheiros competindo para ver quem balançava mais a árvore, não é, e uma situação de insegurança absoluta. Ele fez isso. Depois, verificou-se que fez isso de uma maneira cruel e bárbara. Mas enfim... Ele próprio, Fujimori, me disse uma vez, disse: “Não. Isso foi um triunfo da inteligência”. Foi um triunfo da inteligência. Que era o Montesinos²⁶². Era o Montesinos, que não aparecia em lugar nenhum. Mas depois, ele foi reeleito, e o segundo mandato dele foi um mandato também eficaz, para o Peru, não havia problema. O drama dele foi quando ele passou para o terceiro mandato, que é uma espécie de maldição política na América Latina. Que o Uribe está numa fase de ser tentado a visitar esse... Esse que é o problema.

M. S. – O senhor diria, não sei se o senhor vai lembrar, que nesse contexto surge a idéia de uma reunião de presidentes da América do Sul? Já estamos na segunda metade de 99.

L. L. – Não.

M. S. – Ainda não tinha a idéia na mesa.

L. L. – Não. Essa idéia... Quando é que a reunião se realizou?

M. S. – A reunião é em setembro de 2000.

²⁶¹ O entrevistado se refere a Alberto Fujimori, que ocupou a presidência do Peru entre 1990 e 2000.

²⁶² O entrevistado se refere a Vladimiro Montesinos, que foi chefe do Serviço de Inteligência Nacional do Peru e assessor presidencial durante o governo Fujimori.

L. L. – Setembro de 2000. Então. A reunião foi uma idéia pessoal do Fernando Henrique.

M. S. – Mas de quando? O senhor lembra quando é que ele teve a idéia?

L. L. – Que foi... Talvez uns... Foi em agosto, não é? A reunião foi em agosto.

M. S. – Foi o último dia de agosto e primeiro de setembro.

L. L. – Isso. Em agosto, é, de 2000. Talvez no começo do ano 2000. Porque isso leva tempo para concretizar, não é.

M. S. – Mas foi rápido o acerto.

L. L. – Ah foi, foi rápido, sim. Mas foi uma idéia pessoal dele. Em que ele quis marcar essa... E nós, no Itamaraty, tínhamos falado um pouco nisso, mas achávamos que havia uma dificuldade, porque a caracterização de América do Sul, em vez de América Latina, embute dois problemas: primeiro, o problema argentino, que a Argentina considerava, pelo menos naquela ocasião, que trazer para um âmbito geográfico menor punha mais...

M. M. – Ela crescia.

L. L. – Não. Crescia o Brasil. Crescia o Brasil.

M. S. – Ela se enfraquecia.

L. L. – Ela se enfraquecia. Em relação ao Brasil, ela se enfraquecia.

M. M. – Na América Latina, o poder do Brasil se diluiria frente ao México.

L. L. – É, se diluiria. E o segundo problema era o problema do México, que aí se sentiria excluído. Porque o México, naturalmente, tem lá o NAFTA e tem a opção preferencial que eles fizeram, mas ele não quer que seja apresentado isso como uma... O México mudou-se para a América do Norte, o México deixou de ser latino-americano. No México, isso é um veneno político total. Então o México reagiu mal a essa coisa de... E tomou tempo até nós podermos organizar as coisas. Eles acabaram mandando aqui o futuro ministro, do governo seguinte, que já estava eleito e tudo.

M. M. – O anterior era aquele que falava forte, não é? O senhor fez uma referência a um ministro mexicano que tinha um tom um pouco forte.

L. L. – É. Foi. Que é o atual secretário-geral da OCDE²⁶³.

M. M. – Deu certo, não é, ele falar forte.

L. L. – É. Depois, ele foi substituído justamente pela Rosário Green. Mas esse que veio aqui, para a reunião presidencial, era o Castañeda, era o Jorge Castañeda.

M. S. – A Argentina criou problemas nesse comecinho de conversa sobre a possibilidade de ter?... Porque, presumivelmente, vocês tiveram de fazer consultas.

L. L. – É. É. Não criou problemas, mas arrastou um pouco a posição deles porque isso acabou se dando mais durante a reunião em si, em que tinha sido previsto, tinha sido combinado, de certo modo, com os argentinos que a segunda reunião seria em Buenos Aires, e na hora H, no meio da reunião, eles não se apresentaram como candidatos. Não se apresentaram. Quer dizer que quiseram demonstrar que não...

M. S. – Tiraram legitimidade do projeto.

L. L. – É. E aí passou para o Equador, se não me engano. Passou para o Equador.

M. M. – É isso que o senhor diz do grande cansaço brasileiro com a Argentina?

L. L. – É. Essa... Vinha acumulando essa coisa toda, esse problema todo do Mercosul, essas discussões comerciais todas com os problemas todos de, também, de final de mandato do Menem, numa situação muito fragilizada e tudo. E havia, na Secretaria Geral do San Martin, havia um diplomata, Petrela, que era muito antibrasileiro, então havia, toda hora, havia pequenas coisinhas assim. E isso é uma coisa desgastante, não é, na relação, é desgastante.

M. M. – O senhor que esteve junto com o Azeredo da Silveira²⁶⁴ na relação com a Argentina, o senhor acha que esse foi o pior momento da relação com a Argentina?

L. L. – Não. Não.

M. M. – O senhor acha que com o Silveira era mais difícil?

L. L. – Não. Não. Um dos períodos mais difíceis foi no tempo dos militares, em que havia...

²⁶³ O entrevistado provavelmente se refere ao diplomata mexicano Angel Gurría, que desde junho de 2006 é o secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

²⁶⁴ A entrevistadora se refere ao ex-diplomata Antônio Azeredo da Silveira. Foi ministro das Relações Exteriores durante o governo Geisel (1974-1979).

M. M. – O Silveira.

L. L. – Não. Silveira e depois do Silveira. É. Depois do Silveira mesmo. Quer dizer, o Silveira, de certo modo, pegou o período mais difícil. Porque o Guerreiro²⁶⁵ conseguiu resolver o problema de Itaipu rapidamente. Mas... Porque aí você tinha, de parte a parte, você tinha os estamentos militares, cujos reflexos automáticos todos eram de confrontação com o outro. Todos os planos militares argentinos e brasileiros eram de guerra um com o outro. E inclusive na própria área nuclear. Não. Não tem nem comparação.

M. M. – Era o caso só de esperar o Menem sair para poder refazer...

L. L. – Não. É. Não. E é natural que haja alguma rivalidade e tudo. Não é razoável nós esperarmos que a Argentina fosse se transformar da noite para o dia num país perfeitamente acomodado com a idéia de ser uma espécie de segundo violino.

M. S. – De ser menor.

L. L. – É. Não era razoável. A gente sabia disso. Mas não deixava ser cansativo também, desgastante.

M. S. – O senhor diria que nesse sentido, parte da idéia do Fernando Henrique, de realizar a reunião, era uma tentativa de transcender à paralipse do Mercosul e meio que deixar o Mercosul de lado e apostar decididamente numa ampliação do espaço regional?

L. L. – Acho que sim. Acho que sim. Acho que esse aspecto é fundamental. E o outro, acho que é o aspecto simbólico, quer dizer, que é, fazendo uma reunião de presidentes pela primeira vez, nunca tinha havido –, e por alguma razão não tinha havido, e provavelmente, por essas razões que nós falamos aqui –, nunca tinha havido, então era uma reunião fundacional e inicial de um novo processo. Uma concepção que eu acho que sem dúvida é essa, é essa do espaço ampliado. Porque a nossa aposta inicial era uma aposta muito Mercosul, mas... Muito Mercosul e muito econômica, muito comercial. Mas as experiências todas tinham demonstrado que não era possível avançar com a velocidade que se planejava, que se desejava do Mercosul; então, a ampliação do escopo era uma maneira de... Digamos, de fortificar o mesmo conceito mas numa escala maior.

M. S. – Nesse período a Argentina tem uma transição. Chega ao fim a era Menem. Durou dez anos. Em dezembro de 99 assume o De La Rúa. Qual foi a percepção em Brasília, do De La Rúa em particular, mas do projeto de governo de um modo geral?

L. L. – Nós estivemos na posse do De La Rúa. E, desde o primeiro momento, ficou muito a impressão de uma pessoa sem um sentido de Estado e sem o carisma e sem a autoridade

²⁶⁵ O entrevistado se refere a Ramiro Saraiva Guerreiro, que foi ministro das Relações Exteriores entre 1979 e 1985, durante o governo Figueiredo.

para levar adiante a tarefa; num quadro muito já deteriorado, porque a conversibilidade estava chegando já no seu limite. E nós tivemos claramente essa impressão de que o De La Rúa ia ter muito dificuldade em conduzir o processo naquele momento. E que isso se confirmou, não é. Mas o De La Rúa era um homem de colocações gerais, não é, ou de... Mas um homem com muito pouca luz própria, muito pouca... Pouca vivacidade inclusive.

M. S. – Nesse momento, o comecinho do ano 2000... Quer dizer, já quase meados de 2000, o senhor tinha clareza na cabeça que o senhor gostaria de deixar o ministério antes de finalizar o governo?

L. L. – Eu acho que já a partir de meados de 99 tinha, tinha bem definido isso, sim.

M. M. – Cansaço também?

L. L. – É. Eu nunca tive, pessoalmente, eu nunca tive um gosto pelo poder, que é o que faz com que os políticos de um modo geral só saiam do poder se forem forçados pelos eleitores, não é. [riso] E eu achei que já tinha feito a minha parte e tudo. A minha idéia era ficar até cumprir sessenta anos. Era o meu projeto. E acabei saindo um pouco antes disso.

M. S. – Então, presumivelmente, nesse período, não sei se o Fernando Henrique, mas, certamente, o senhor já começaram a pensar num sucessor.

L. L. – Não. Porque eu falei com ele mais de uma vez, em momentos assim de maior cansaço e tudo e de dificuldades, falei com ele na idéia de sair, ele disse não, você não pode deixar, ainda tem muito o que fazer, não aceito que você queira se demitir. Então... Aí ficou adiada a questão. A gente só veio a falar nisso a partir do momento em ele disse: “não, está bem, eu compreendo e tal.” Mas isso já no final do ano 2000. Antes disso, não falamos nunca em alternativas de sucessores, não.

M. S. – Quando chega o fim de 2000, quais eram os nomes possíveis na mesa?

L. L. – O Fernando Henrique chegou a levantar o nome do Malan, inclusive.

M. M. – Tirá-lo da Fazenda?

L. L. – É. Chegou a aventar essa possibilidade. Porque o Pedro tinha ficado muito cansado, muito desgastado, não é. O episódio todo foi muito violento para ele. Eu não sei nem se ele sabe disso. Mas ele...

M. M. – É. Porque isso, de fato, é alguma coisa que nem sequer se considerava naquele momento, que o Malan saísse.

L. L. – Não. Chegou-se a pensar, sim, que ele fosse sair, chegou-se a pensar. Quando saiu o Gustavo, quando o Chico Lopes e tudo, chegou-se a pensar.

M. M. – Ah sim, naquele momento.

L. L. – Quer dizer, na especulação da imprensa. Mas foi um nome. Ele até me perguntou: “Como é que você acha que o Itamaraty receberia?” Eu digo: “Olha, o Itamaraty acho que receberia muito bem. O Pedro é amigo de muita gente lá e é um sujeito de grande categoria, grande conhecimento internacional. Eu não sei é se ele vai querer. Eu não sei se ele vai querer.” [risos]

M. S. – Claro. Perder um orçamento daquele. [risos] E os outros nomes?

L. L. – O outro era o Celso. Era o Celso Lafer.

M. S. – Era um nome do Fernando Henrique? Era um nome seu?

L. L. – Era. Era.

M. S. – Como foi essa conversa? Uma conversa delicada, não é?

L. L. – Não. Não. Não era delicada, não.

M. S. – Não?

L. L. – Não. Não era delicada porque eu estava querendo sair, e ele estava fazendo o favor de me consultar sobre qual era o sucessor que eu achava que era melhor.

M. S. – Por que o Celso?

L. L. – Não. O Celso Lafer.

M. S. – Sim, sim, o Lafer.

L. L. – Não. O Celso Lafer era um amigo chegado do Fernando Henrique, um amigo próximo e tudo, uma pessoa de muito domínio, tinha sido excelente embaixador em Genebra e tudo.

M. S. – Tinha sido ministro de Estado já.

L. L. – Tinha. Tinha sido ministro de Estado anteriormente. Teve uma experiência infeliz no Ministério de Comércio, não é. Mas... Isso era outra coisa. Mas o Fernando Henrique tinha muita disposição, uma disposição muito favorável em relação a ele. E eu também, naturalmente.

M. M. – Podemos falar de dois lugares, voltando só um pouquinho, em que o Brasil é solicitado a atuar como mediador, o Timor-Leste e Angola. São duas regiões, que embora distantes – antes nós ficamos falando mais de América do Sul e países vizinhos – mas o Brasil foi solicitado a atuar nestas duas regiões. Angola é mais conhecido. Mas a questão do Timor-Leste, que envolvia Portugal, envolvia Indonésia, falavam português, qual era a proposta do Brasil para atuar no Timor-Leste?

[FINAL DO ARQUIVO 1576_LUIZ_FELIPE_LAMPREIA_17_10.07.2008]

L. L. – O Timor-Leste, originalmente, nós tínhamos uma posição... Originalmente, eu digo antes dos anos 90 até os anos 80, nós tínhamos uma posição muito cautelosa, mais guiada pela nossa política nas Nações Unidas do que qualquer outra coisa. Porque a Indonésia, um país muito relevante na ONU e tudo, ativo nos 77, então nós não gostávamos de nos envolver demais na posição muito agressiva que Portugal tinha, por exemplo. Mas depois, sobretudo a partir do nosso governo, quando se criou inclusive a CPLP – a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –, nós passamos a ter mais contatos com os timorenses, com o Ramos-Horta²⁶⁶, especialmente, e começamos a ter uma posição cada vez mais engajada com a independência de Timor. E nos mobilizamos, inclusive, nesse sentido, e inclusive para fornecer um programa de ajuda relevante em termos de saúde, em termos de habitação popular e outros aspectos. Abrimos lá uma missão, uma delegação, no início, e saudamos muito a indicação do Sérgio Vieira de Mello²⁶⁷, que era um homem excepcional, de uma grande determinação e coragem. Eu conhecia o Sérgio de muito tempo porque o Sérgio era jovem, era, praticamente, ainda um adolescente, na faixa de 17, 18 anos - e ele tinha uma grande amizade com o Flávio, filho do embaixador Azeredo da Silveira, em Genebra, quando o Silveira era embaixador em Genebra e eu servia com ele, em 67, 68, por aí. E o Flávio e o Sérgio eram amigos íntimos, inclusive tinham estudado juntos em Paris, em Friburgo, e tinham feito uma grande viagem pelo Leste Europeu, da qual tinham voltando definitivamente vacinados contra qualquer idéia de serem esquerdistas e comunistas. [risos] Enfim. E depois, eu tinha trabalhado muito com o Sérgio, porque o Sérgio era, junto com o Kofi Annan²⁶⁸, da área justamente das missões de paz, e nós tivemos grandes missões de paz durante o governo do Fernando Henrique. Tivemos a missão em Angola, a missão em Moçambique, e ambas foram grandes esforços, grandes atuações. E então, a escolha do Sérgio foi, realmente, uma escolha que nos deu muita satisfação. Depois, o processo em si, eu, pessoalmente, já não acompanhei, porque foi... Fernando Henrique, inclusive, foi lá, mas aí eu já não era mais ministro, foi o Celso quem

²⁶⁶ José Ramos-Horta é presidente do Timor-Leste desde 2007. Antes da independência do país, em 2002, foi um dos grandes nomes da resistência timorense ao domínio da Indonésia.

²⁶⁷ Ex-diplomata brasileiro. De 1999 a 2002 ocupou o cargo de administrador de transição da ONU em Timor Leste. Em 2002 foi nomeado Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

²⁶⁸ Kofi Annan foi secretário-geral das Nações Unidas entre os anos de 1997 e 2006.

acompanhou, o Celso Lafer. E Angola. Angola, nós tivemos sempre muito engajamento com Angola. Na verdade, desde a independência, desde 75. Porque sabíamos perfeitamente que o Savimbi²⁶⁹ era um parceiro impossível. O Savimbi era um homem completamente incapaz de cumprir qualquer acordo, mesmo assinado, juramentado que fosse, ele era um homem... Realmente, tinha uma sede de poder, que não era confiável para nenhuma situação. E nós procuramos apoiar Angola. Apoiar Angola financeiramente, inclusive, com créditos importantes para exportação, para alimentos, para fomentar a presença de empresas brasileiras. E havia dezena de empresas brasileiras lá, inclusive, algumas grandes. E apoiamos sempre muito Angola. Havia, da parte dos Estados Unidos, muita dificuldade. Era um resquício da guerra fria, não é, porque os Estados Unidos tinham, originalmente, apoiado o próprio Savimbi, a Unita²⁷⁰. Porque aquilo era uma projeção, era uma guerra fria por procuração. E havia então o MPLA²⁷¹, do Agostinho Neto²⁷² e do José Eduardo²⁷³, eram considerados peões de Moscou, e, portanto, a aposta era no outro, por reflexo, não é. Mas já a nossa preocupação era convencer os americanos de que essa lógica já não valia mais, já não era mais razoável e que o importante era estabelecer a paz, até porque Angola é grande fornecedor de petróleo e tudo; e não havia mais também a situação sul-africana, que anteriormente radicalizava a coisa. Os sul-africanos tinham combatido dentro de Angola, contra o governo e contra os cubanos. Não havia cubano, não havia sul-africano e não havia mais guerra fria, quer dizer, eram três razões fortes para que houvesse uma mudança de ponto de vista. E inclusive, o Clinton, num certo momento, fez uma grande viagem à África. Nós até tentamos que ele fizesse uma escala em Luanda, eles quiseram; e a própria Madeleine nunca quis ir lá também, tampouco, nesse momento. Mas eu acredito que tenha havido uma certa influência brasileira nesse sentido, porque nós éramos vistos como um país que tinha um bom diálogo com as autoridades de Luanda, e portanto era um interlocutor de boa fé.

M. S. – O senhor diria que a conversa do Brasil mais relevante sobre esses temas se dava em Washington, não em outros países africanos?

L. L. – Não, em outros países africanos não, porque outros países africanos eu acho que não havia maior problema, na verdade não havia maior problema. Nós tivemos muitas conversas sobre Angola em Washington, mas também com a África do Sul, por exemplo, com o próprio Mbeki, que hoje é o presidente, que na época era o vice-presidente do Mandela. Tivemos muitas conversas com ele sobre essa questão e tudo. Tivemos com os portugueses também, com... Enfim, tivemos conversas com muitos países, porque tínhamos uma confiança grande dos angolanos também. Eu fui lá mais de uma vez, o próprio presidente me recebeu várias vezes, o José Eduardo, os ministros. Eu tinha uma relação de muita amizade com o ministro... Que no final, o Venâncio, que depois acabou morrendo

²⁶⁹ O entrevistado refere-se a Jonas Savimbi, político angolano, líder da Unita por mais de trinta anos.

²⁷⁰ O entrevistado se refere à União Nacional para a Independência Total de Angola, fundada em 1966.

²⁷¹ O entrevistado se refere ao Movimento Popular de Libertação de Angola. Este partido, fundado em 1956, organizou a luta armada contra o colonialismo.

²⁷² Agostinho Neto foi eleito Presidente Honorário do MPLA no início dos anos 60 e o primeiro presidente de Angola (1975-1979).

²⁷³ O entrevistado refere-se a José Eduardo dos Santos, presidente de Angola desde 1979. É o comandante das Forças Armadas Angolanas (FAA) e presidente do MPLA.

de... Mas tinha uma boa relação com os angolanos de um modo geral. Não se limitava a Washington, não.

M. S. – O senhor queria falar do Paraguai, não é?

L. L. – É. Porque em abril de 99 houve um episódio muito grave no quadro paraguaio, que foi o assassinato do Argaña²⁷⁴, que era o vice-presidente da República. E havia uma convicção no Paraguai de que esse assassinato tinha sido feito a mando do general Oviedo²⁷⁵, cujo, digamos, protegido era o presidente da República, Cubas²⁷⁶. E isso criou uma situação de muita dificuldade, porque havia uma grande efervescência internacional em torno desse crime. A própria Madeleine Albright, numa primeira conversa telefônica que tivemos, insistia muito em que houvesse uma investigação internacional do crime. Investigação internacional do crime, enfim, não era uma coisa que ninguém pudesse achar inapropriado, mas era também uma coisa arriscada, porque podia provocar toda sorte de reações dentro do Paraguai. E ninguém sabia onde ia terminar uma situação dessa. E os eventos se precipitaram. Houve uma votação de *impeachment* do Cubas e houve, num certo momento, uma confrontação; houve um derramamento de sangue, com vários mortos e tudo na rua, atiradores, franco-atiradores disparando contra estudantes que se manifestavam contra o governo e contra o presidente, e aí o drama se tornou mais agudo. E era uma situação em que o Brasil alguma coisa tinha que fazer, porque, sem dúvida nenhuma, de longe, o Brasil é... Onde o país é mais influente é no Paraguai. Sem dúvida nenhuma. E nós tínhamos essa responsabilidade e não queríamos que fôssemos arrastados para essa situação sem controle, um pouco, da coisa. Então eu tive uma conversa com o presidente. E o presidente decidiu que era primeiro interessante que nós explorássemos a possibilidade de que os nossos militares - alguns deles tinham boa intimidade com o general Oviedo - chegassem a ele e procurassem entender a situação dele.

M. M. – Que militares? Adidos?

L. L. – Não. Mais generais. Gente que foi, tinha sido lá, mas gente que tinha posições mais *seniors* no momento. Havia muita gente que tinha. O Oviedo era muito ligado ao Brasil. Tanto que se exilou aqui e tudo. O fato é que, um certo momento, o embaixador do Paraguai veio nos dizer que o presidente Cubas estava pedindo que o Brasil enviasse munição e armamentos, porque tinha decidido resistir. Aí é que nós tínhamos entrado, aí não tinha mais jeito de saída. Tínhamos metido o pé nesse pantanal, não é. Um apelo para munições antimotim. E disse que o Cubas e o Oviedo se determinaram a resistir, enquanto que havia da parte do povo na rua, dos políticos paraguaios em geral um movimento justamente no contrário, no sentido de derrubar o Cubas. Aí eu disse ao presidente: “Presidente, agora, nessa situação, eu acho que não tem alternativa, eu acho que o senhor tem que falar pessoalmente com o Cubas. Com jeito e tudo, mas tem que falar a ele. Porque não é um conselho de amigo, é um conselho do presidente do Brasil, com o peso que tem

²⁷⁴ O entrevistado se refere a Luís Maria Argaña, assassinado em 23 de março de 1999.

²⁷⁵ O entrevistado se refere ao general Lino Oviedo, que fora comandante do exército paraguaio de 1993 a 1999.

²⁷⁶ O entrevistado refere-se a Raúl Cubas, ex-presidente do Paraguai (1998-1999).

isso.” E Cubas insistia muito nos meios de repressão e tudo. E o Fernando Henrique, então, teve muita habilidade para exercer essa conversa. Eu ouvi no viva-voz, inclusive, que ele disse: “meu caro presidente, o senhor não deve sujar suas mãos com sangue porque passa mal à História quem faz isso. Isso é uma coisa irrecuperável. Depois, o senhor não tem como limpar uma situação dessa. E também, resistir, numa situação muito comprometida já, só complica mais a situação e pode levar a consequências muito graves, muito drásticas para o senhor mesmo”... Quer dizer, ele não disse isso, mas a mensagem é que o senhor vai acabar morrendo aí, se ficar tentando resistir.

M. M. – E nós não vamos dar as armas.

L. L. – Pois é. Então o paraguaio disse que não podia fazer nada sem conversar com Oviedo primeiro. Fernando Henrique disse a ele que era melhor ele não resistir. E, inclusive, o Fernando Henrique ofereceu de ele mandar um avião, com uma tripulação e tudo, e a dar asilo a ele no Brasil e tudo, ele e a família dele, para que ele pudesse ter uma saída, pelo menos, poupar a vida dele e tudo, ele sair de uma situação dessa. Aí ele disse que não podia fazer isso antes de consultar o Oviedo. Que em pouco tempo ele ia receber o Oviedo, iam conversar e tudo, mas que ele... Não disse assim, mas é evidente que ele era completamente dependente do Oviedo. E pouco tempo depois, poucas horas depois, ele mandou nos dizer que tinha indiretamente, através do embaixador, mandou nos dizer que tinha decidido renunciar e que faria um anúncio público, pela televisão. Quer dizer, tinha sido um desfecho feliz, porque tinha evitado um derramamento de sangue maior, não é; e que a situação tinha amadurecido era para aquilo mesmo, não havia mais alternativa possível. E tinha criado um quadro inclusive, durante muito tempo, isso inviabilizou, inclusive, a força de Oviedo no Paraguai. Que talvez definitivamente, não é. Porque ele agora voltou, foi candidato e tudo, mas tirou o terceiro remoto. Acho que ali tinha atingido o pico dele, com o Cubas, não é.

M. S. – Exatamente.

L. L. – Mas esse episódio eu acho muito ilustrativo aí do... Eu acho que o fundamental no caso paraguaio, assim como no caso anterior, quando houve aquela tentativa de golpe contra o Wasmozy²⁷⁷, do próprio Oviedo também, eu acho que os ensinamentos dessa situação... Com o Paraguai, são sempre coisas muito delicadas, porque a nossa influência é muito grande, mas justamente por isso é uma situação delicada, que tem que ser usada com muito cuidado, não é...

M. M. – É. Ainda mais o passado, não é, que nos condena. Tem a guerra do Paraguai. Quer dizer, também tem um motivo...

L. L. – É. Pois é. Não. Isso eu não sei. Muita gente diz isso. É. Muita gente diz isso. É um pouco a conversa...

²⁷⁷ O entrevistado se refere ao Juan Carlos Wasmosy, ex-presidente do Paraguai (1993-1998).

M. M. – Para a população, não é.

L. L. – É a convicção coletiva. Eu acho que não. Eu acho que o Brasil não tem por que se envergonhar da guerra do Paraguai.

M. M. – Não. Não é o caso. Mas tem um peso relevante na hora de intervir, na hora de participar da política paraguaia.

L. L. – Não. Sem dúvida. Sem dúvida. É. Eles falam no martírio da raça, falam em coisas tremendas lá. Mas eu acho que aí, nesse episódio aí como no anterior, o importante é que nos balizamos os limites democráticos; quer dizer, não tivemos uma intervenção no sentido de tomar partido de um grupo ou do outro, armar um grupo contra o outro, não tentamos ficar *micromanaging* a política paraguaia – não faz isso, faz aquilo, se alia com fulano e tudo – mas tivemos uma presença forte. Afinal de contas, o presidente da República dizer isso para o presidente de um país vizinho é uma coisa forte dizer: “você deve renunciar”. E resultou bem. Quer dizer, foi um episódio que se completou bem. O Brasil não foi nem invasivo nem amorfo e nem omissos nesse caso. Eu acho que foi um episódio importante.

[FINAL DO DEPOIMENTO]